A 955,618

Digitized by Google

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

# Á SOMBRA DOS PÓRTICOS

Composto e impresso na tip. da Livraria Ferin — 70, Rua Nova do Almada, 74 — Lisboa.

Digitized by Google

# OBRAS DE ANTÓNIO SARDINHA

## POESIA

*Tronco Reverdecido* — 1906-1908 (Lisboa, 1910).
*A Epopeia da Planície* — Poema da Terra e do Sangue (Coimbra, 1915).
*Quando as nascentes despertam..* — Poemas da Turbação & da Bôa Estrela (Lisboa, 1921).
*Na Côrte da Saudade* — Sonetos de Toledo (Coimbra, 1922).
*Chuva da Tarde* — Sonetos de Amor (Coimbra, 1923).
*Era uma vez um Menino...* — Elegias (Lisboa, 1926).

A PUBLICAR:

*Roubo de Europa* — Poema — Com um estudo de Luís de Almeida Braga.
«*Pequena Casa Lusitana*» — Sonetos.
*Procissão de Cinzas & Outros Poemas.*

## HISTÓRIA NACIONAL, FILOSOFIA POLÍTICA E CRÍTICA DAS IDÉAS

*O Valôr da Raça* — Introdução a uma Campanha Nacional (Lisboa, 1915).
*Ao Princípio era o Verbo* — Ensaios & Estudos (Lisboa, 1924).
*Ao ritmo da Ampulheta* — Crítica & Doutrina (Coimbra, 1925).
*Teoria das Côrtes Gerais* — Prefácio á *História e Teoria das Côrtes Gerais*, do 2.º Visconde de Santarem (Lisboa, 1925).
*Na Feira dos Mitos* — Idéas & Factos (Lisboa, 1926).
*Durante a Fogueira* — Páginas da Guerra (Lisboa, 1927).
*A' sombra dos Pórticos* — Novos ensaios (Lisboa, 1927).

A PUBLICAR:

*Pratiquemos um acto de Inteligência!* — (Na coléção *Manuais da Contra-Revolução*).
*De Vita et Moribus* — Casos & Almas.
*Purgatório das Idéas.*
*Da hera nas colunas.*
*Glosário dos Tempos.*
*A prol do comum.*
*O Processo dum Rei.*

## ESTUDOS PENINSULARES

*A Questão Ibérica* — (De colaboração) — O Território e a Raça (Lisboa, 1916).
*A Aliança Peninsular* — Antecedentes & Possibilidades — Prefácio de D. Gabriel Maura Gamazo, Conde de la Mortera (Porto, 1924).

A PUBLICAR:

*de Castela.*

Digitized by Google

ANTÓNIO SARDINHA

# Á SOMBRA DOS PÓRTICOS

NOVOS ENSAIOS

LISBOA
LIVRARIA FERIN
TORRES & C.TA
70, R. Nova do Almada, 74
1927

Digitized by Google

AC
75
.S252

Digitized by Google

63-213689

420

# NOTA PRÉVIA

Digitized by Google

Digitized by Google

*Enfeixam-se no presente volume alguns dos estudos de António Sardinha publicados nos últimos anos da sua prodigiosa actividade literária. Ensaios de história, de crítica, de filosofia política, acham-se três deles, infelizmente, por completar:* — A música das «Cantigas», *a* Teoria do Municipio *e* A «Religião da Beleza». *Tais como a gloriosa pena do grande escritor os deixou, nós os recolhemos agora das revistas onde primeiramente fôram impressos:* — *a* Lusitania *e a* Nação Portuguesa.

O Sul contra o Norte, *estudo que reputamos fundamental para a avaliação das concepções históricas de António Sardinha, as* Questões de História *e o* Significado do «Amadis», *lúcida teoria da tendência lirica da nossa Raça, apareceram na segunda das publi-*



Digitized by Google

*cações acima citadas, então dirigida pelo seu autôr.*

*Em apendice vão insertas as téses que António Sardinha, como Presidente da Camara Municipal de Elvas, tencionava apresentar ao Congresso Nacional Municipalista do Porto, projectado para 1924, mas que não chegou a efectuar-se.*

*Tal é a matéria do quarto volume póstumo de António Sardinha, que, por intenção declarada do autôr, sai dedicado a Afonso Lopes Vieira, seu grande camarada espiritual no bom combate nacionalista.*

Abril, 1927

H. R.

R. C.



Digitized by Google

*AO POETA*

*AFONSO LOPES VIEIRA*

Digitized by Google

Digitized by Google

# O SUL CONTRA O NORTE

Digitized by Google

Digitized by Google

# O SUL CONTRA O NORTE

## I

No suposto antagonismo do Sul, «arabisado e mercantilista», com o Norte,—célula autoctone da Pátria, se fundamenta uma teoria interpretativa da nossa história, de modo algum desprovida de interêsse, mas que não mereceu ainda até agora a atenção cuidada de ninguém. Deu-lhe enunciado extremo o economista Basílio Teles e obteve um certo acolhimento, embora condicional, por parte de Alberto Sampaio,—o autor insigne de *As «vilas» do norte de Portugal.* Eis como Basílio Teles a formúla em nota ao seu volume *Estudos Históricos e Económicos:*

— «No desdobrar dos sucessos que assinalam a nossa existência colectiva, existia, segundo nos persuadimos, um hiato, uma solução de continuidade, que ou tem passado despercebida ou tem sido muito confusamente explicada. Entre o Portugal, tal como o conhecemos até ao fim do século XIV, e o Portugal do século XV em diante, não era fácil,

Digitized by Google

ao menos para nós, encontrar uma trama—digamos assim — ininterrupta, uma perfeita coerência de desenvolvimento orgânico. Havia uma espécie de ilogismo histórico, uma discordância, senão oposição de caractéres, que desde muito nos impressionava o espírito, e que em vão tentámos por vezes resolver. Já Oliveira Martins, cuja erudição era excessivamente superficial, mas cuja intuição histórica seria injusto desconhecer, nos tinha desvendado um pouco aquela antinomia de fases, quando acentuava a fisionomia púnica, ou africana, da côrte manuelina e, anteriormente, do propulsor dos acontecimentos marítimos que se chamou infante D. Henrique. Foi principalmente por êle que se tornou hoje fácil aos investigadores compreenderem a grandeza e a inconsistência do nosso império ultramarino do século XVI, e aquela singularíssima dualidade de feições que distingue os nossos governadores e viso-reis da India—a de feitores, e a de generais e almirantes.»

E Basílio Teles prossegue nas suas considerações, impossíveis por extensas de se reproduzirem na integra, para concluir que «no temperamento da grande maioria das populações que constituiam o Portugal mediévico em vão se procurará a propensão acentuada, e ainda menos a loucura irresistivelmente propulsiva que arrasta Portugal á glória, e glória autentica em parte, das expedições longinquas, mas também ao epílogo desastroso da costa fronteira de Marrocos. Lavra-se a terra, trabalha-se

Digitized by Google

nos ofícios e faz-se um comércio ponderado, absolutamente normal, com os povos do norte da Europa e parece que um pouco, também, com algumas cidades mediterraneas»,—insiste Basílio Teles. «Portugal, enfim, não é um balcão; é um grande campo, onde moureja e canta alegremente uma população paciente, vivaz e robusta.»

«Como é que dum povo de lavradores nos sai, quási de súbito, como se fosse por milagre, um povo de mercadores?» — interroga depois Basílio Teles. «E' nesta transfiguração inesperada—inesperada, sem dúvida, para quem conhece um pouco a Idade-média portuguesa —, que reside o ilogismo histórico, a solução de continuidade nos sucessos colectivos, a que atrás nos referimos. Em face desta singular metamorfose não havia senão dûas interpretações aceitáveis: ou o Portugal mediévico era só aparentemente rural; ou algum elemento natural-social, subordinado e despercebido até ao fim do século XIV, assume com a crise dinástica e de independência, não só uma importância de que até êsse momento não dispunha, mas mesmo a função preponderante de centro atractivo e de núcleo de condensação de toda a energia nacional.»

Creio suficientemente enunciada a tése de Basílio Teles. E antes de avançarmos, encostados ás suas próprias palavras, é conveniente que desde já apontemos as deficiências estruturais de que ela enferma. Começa logo por aceitar, sem reservas, da adjectivação de Oliveira Martins o caracter

Digitized by Google

«púnico», ou «africano», da Lisboa manuelina, como se as duas designações envolvessem o mesmo sentido. Nada, de resto, mais oposto ao tipo «cartaginês»,—semita e adventício nas suas marcadas tendências sociais—do que o tipo «africano», ou «líbio», —comunitário, agrícola e guerrilheiro. O tipo «africano», ou «líbio», da estirpe mediterránea classificada por Sergi, entre outros especialistas, é parente próximo do lusitano,—ramo saído do mesmo tronco. E tanto na sua monogamia instintiva como nas *dshemas*, ou assembléas deliberativas, em que institucionalmente se exprime, podemos encontrar sem esfôrço a origem da família e do município nos habitantes da Península, tonificados, evidentemente, mais tarde pela acção depuradora do Cristianismo.

Salientando assim a diferença que vai do «cartaginês» ao «líbio», não é meu fito corrigir apenas o lamentável equívoco que Basílio Teles recolhe de Oliveira Martins, apesar de se arvorar em seu austero censôr. Preocupo-me em agrupar imediatamente os materiais que nos hão-de ajudar na refutação necessária duma teoria tão falsa, como é essa do antagonismo do Sul com o Norte. Além de insubsistente nas razões em que presume filiar-se, torna-se perigosa pelo simplismo fácil com que julga explicar muitos fenómenos que os nossos historiadores, ao sabor das suas predilecções romanticas, literatisaram abominàvelmente. O mestre altíssimo que foi Fustel de Coulanges fala-nos com freqüência do que êle definia por «guerra civil» na

Digitized by Google

história. Pois é um germen funesto de guerra civil que a teoria de Basílio Teles introduz na nossa história, quebrando com os seus subjectivismos superficiais e novelescos a unidade moral que se deve á idéa de Pátria.

Reflexo manifesto da sua mentalidade individualista e contradictoria, a tése de Basílio Teles não resiste ao mais ligeiro exame. A identificação, que levianamente subscreve, do «cartaginês» com o «africano», importa sem mais demora para as inteligências prevenidas o seu descrédito completo. Na verdade, com o avanço das sciências auxiliares da história, não é permitido a ninguém ignorar que no norte de Africa várias influências étnicas se chocaram e imiscuiram reciprocamente, saindo delas o «*líbio-ibérico*» e o «*siro-arabe*» da nomenclatura vulgarisadissima do sábio catedrático espanhol Antón y Ferrándiz. Observa Antón y Ferrándiz na sua memória *Razas y tribus de Marruecos*: — «*Es un intruso, el siro-arabe, en Marruecos y en España: llegó aqui, ya en tiempos prehistoricos y en los históricos con los fenicios y cartagineses á Barcelona, Malaga, Cadiz y á toda la costa, y después, con los judios y los arabes, al interior, fundando ciudades y dominando el ibero por su grado superior de civilización y de cultura. Con estas mismas corrientes de inmigración se infiltró en el Moghreb y pobló sus ciudades; pero alli, además, cayó en bandas de tribus que desde la Arabia cruzaron el Egipto y tomaron tierra en toda la Berberia, a la*

Digitized by Google

*que impusieron su religión cuando la explosión musulmana; después en el siglo XI registra la historia una nueva invasión, y según el Edrisi, gran geógrafo arabe, las tribus de esta raza, ya en tiempo de los Faraones, en distintas épocas, desde la peninsula arábiga, através del Egipto, invadieron la Libia, llegando hasta el Moghreb, es decir, hasta el Ocidente.»*

Tanto assim é que Salustio, ao narrar-nos a luta de Roma com Jugurta, não confundiu, entre os povos da Mauritania, os Getulas com os Númidas. Dualismo secular e acentuado, Cartago não pensou nunca em o contrariar. E sendo o seu exército constituido por mercenários, repare-se o cuidado com que procurou viver em relação aos reinos numidas, seus visinhos, indo, de preferência, satisfazer as necessidades da sua expansão imperialista na Sicilia, primeiro, e em seguida na Península Hispánica.

Insignificante seria a penetração, pròpriamente púnica, que Cartago traria consigo ás Espanhas, não passando dos *emporia* fixados, sòbretudo, na costa oriental. Com razão observa no seu explendido trabalho, *La antigua peninsula iberica*, o professor Giménez Soler: — «*¿ Que influjo podrian tener pequeñas ciudades (em los que por más que se suponga una población extranjera constantemente renovada, hay que suponerla siempre muy poco numerosa) para transformar la faz etniça del país limitrofe, y mucho menos la de España?*

Digitized by Google

*¿Acaso Tánger y Aden son poderosas a europeizar Marruecos y Arabia, ni siquiera el círculo de su influencia?»*

E se consideramos ainda que autores como Ulrich Karhstedt, continuador da *História de Cartago*, de Otto Meltzer, declaram ter sido Cartago um povo sem originalidade cultural, que só exportava ou imitava os produtos dos outros povos, não se verificando, no interior da Península, influências cartaginesas que se possam invocar com seriedade, de nada mais carecemos para que fique bem evidenciada a inanidade das afirmações de Basílio Teles, ao recorrer a essa imaginária ancestralidade para justificação das suas fantasias. (1)

Tudo isto nos leva, pois, a admitir que, ao inverso do que ordinàriamente se diz e repete, se houve penetração, a penetração pertenceu ao tipo «africano», ou «líbio-ibérico», sôbre o tipo «cartaginês»,—e não ao segundo sôbre o primeiro. Dêsde o casamento de Asdrubal com a filha dum régulo

(1) Era de resto, entre nós, a opinião do sábio arqueólogo Martins Sarmento. Na sua *Ora Maritima*, 2.ª edição, diz êle, a págs. 146-147: — «*Mesmo com respeito á civilisação dos Phenicios (Tyrios e Carthagineses), em que se poderia pensar, nota-se com certa surpresa que no sul da peninsula iberica, onde eles se mantiveram quasi ininterruptamente desde o seculo XII a. C. até á segunda guerra púnica, tão insignificantes sejam os vestigios da sua ocupação e da sua influencia, que ninguem diria que elles por ahi demorassem tantos seculos, se a historia o não affirmasse peremptoriamente.*»

Digitized by Google

hispânico ao próprio génio militar de Anibal, os factos são bastante expressivos para que nos convençamos da elevada percentagem com que se realisava a infiltração permanente e transformadora do «líbio-ibérico» no «siro-árabe». No entanto, nem por êsse processo de automática incorporação o dualismo se anularia com o decorrer dos tempos. De tal maneira se manteve que, séculos andados, quando da invasão da Península pelo mahometismo, o elemento berbere, transportado para as Espanhas no grosso dos sucessivos exércitos ocupadores, fàcilmente se agregou ás populações indígenas, insurrecionando se ao seu lado com freqüência contra o árabe dominador.

Fixemo-nos nêste detalhe e êle nos dará a chave de muito enigma da história da ocupação mussulmana na Península, em que berberes e naturais se acabaram de aliar, minando a pouco e pouco o poder, só aparentemente consolidado, do unitarismo islamita. A única barreira que separava entre si êsses dois ramos da mesma família era a religião. O Cristianismo na Península levára os seus habitantes a uma maior capacidade civilisadora, enquanto que o berbere, adormecido numa vida inferior de instíntos, não logrou atingir um estadío de sociabilidade tão adiantada pelo marasmo em que o deixou a moral depressiva do mahometismo.

No «líbio ibérico», tão diverso, afinal, do «siro-árabe» da nomenclatura de Antón y Ferrándiz reside, por conseqüência, a razão genealógica dos ha-

Digitized by Google

bitantes da Península, principalmente dos Lusitanos, e dos outros povos que padeceram uma menor combinação com gentes loiras, provindas do norte. Repara ainda, a semelhante propósito, o prof. Giménez Soler:—«*El pueblo berber es eminentemente democrático y su gobierno reside en todos, en lo que se llamó primeramente conventus vicinorum más tarde concejo (concilium) y con voz más genérica y más usada, universidad, comunidad. La Edad media española ofrece ya una diferencia esencialissima respecto del modo de ser marroqui: el sentimiento de la nacionalidad; en Africa no han llegado todavia a él; su patriotismo no sale de los limites de sus municipios; tienen pactos y confederaciones con algunas tríbus limitrofes, pero nacidas del interés individual y no del amor á la patria. No tienen leys organicas; el concejo se reúne cuando hay que tratar asuntos graves; delibera de acuerdo y pone em prática lo acordado; en los càsos menos graves deciden los* argar *o arnayar, á la letra hombres; el cuaderno de leys lo llaman isserf y á las leys cánones, no se sabe si aceptando ellos la voz griega ó el griego la voz africana; estos cánones son enteramente casuisticos, verdaderos codigos municipales de la Edad media. Frecuentisimo es que el concejo se reúna al aire libre y bajo la sombra de un arbol.*»

Eis como o autor de *La antigua peninsula iberica* se refere aos berberes, «*ese pueblo petrificado*», que, no seu autorisado entender e com fun-

Digitized by Google

damentados motivos, se parece tanto nas instituições locais ao povo espanhol *«que bastaria cambiar nombres para que la historia del uno pudiera pasar por la del otro.»* E o depoimento do catedrático de Saragoça coincide espantosamente, pelo que toca aos Lusitanos, com o do nosso Coelho da Rocha no seu *Ensaio sôbre a História do Govêrno e Legislação de Portugal.* Diz êle: — *«O govêrno dêstes Povos era Democrático: as leis e negócios mais importantes decidiam-se em Assembléas Gerais, onde o bater com a espada no broquel era o sinal da aprovação... Em tempo de guerra porém elegião um Chefe, ou Príncipe com o supremo poder, ao qual destituião, preenchido o fim para que havia sido extraordinàriamente eleito.»* Mas há ainda mais. Quem percorrer a pequena, mas preciosa monografia de Rocha Peixoto, *Formas da vida comunalista em Portugal*, não terá dificuldade em reconhecer a íntima relação existente entre os costumes dos berberes com certas sobrevivências sociais das nossas populações da Montanha.

Não insisto mais no assunto, tão rico de interêsse e de sugestões. Ficou bastantemente marcada a identidade do tipo «africano», que o senhor Basílio Teles tanto desdenha, com o *substractum* das raças mais enraizadas da Península. A sua afinidade com o Lusitano é então flagrante, como flagrante é a sua disparidade completa com o «cartaginês», ao qual o pseudo-historiador dos *Estudos Históricos e Económicos* o pretendeu assimilar. A

Digitized by Google

teoria do senhor Basílio Teles não dispõe, por isso, de alicerces aceitáveis. Não só, — recapitulando, — porque Cartago nunca imprimiu vestigios apreciáveis na Peninsula, como nem de longe se misturou com os povos indígenas que a rodeavam no seu assento da cabeceira de Africa. E se entre os últimos e o português, — na sua expressão integral, há relações de sangue e de preferências tanto morais como institucionais, não é que tal facto represente uma causa de ruptura ou de desvio no desenvolvimento da nossa curva vital como nacionalidade. Engana-se, pois, rematadamente Basílio Teles, quando procura assinalar aí a origem do seu referido antagonismo entre o Sul e o Norte, — antagonismo que para o escritor se manifestou decisivamente na crise de 1384-1385. Examinaremos com mais vagar êsse aspecto da questão. Agora, e em referência ainda ás afirmações já reproduzidas do senhor Basílio Teles, cabe-nos confinar nos seus termos verídicos «aquela singularíssima dualidade de feições que distingue os nossos governadores e viso-reis da India — a de feitores, e a de generais ou almirantes.»

Impenitentemente obcecado pela miragem erudita do «semitismo», que forrageara em Oliveira Martins, apesar de tanto o deprimir na sua capacidade de historiador, o senhor Basílio Teles, em meia duzia de linhas, prova-nos assim que não alcançou compreender a obra do nosso imperialismo no Oriente. Jámais nos governadores e viso-reis

Digitized by Google

da India existiu essa dualidade de feições — a de feitores e a de almirantes ou generais, traduzindo a sobrevivência étnica de que Basílio Teles se tornou o denunciador sistemático. O que existiram, tratando-se de forma mais útil e mais exeqüível de firmar o nosso poderio no Oriente, foram dois métodos de ocupação — o da *feitoria* ou *entreposto comercial*, mais ou menos efectivado por D. Francisco de Almeida, e o do *imperio* levado a efeito por Afonso de Albuquerque. Afinal, sistemas tão racionais e tão conformes com a exigência das circunstâncias, que um, — o da *feitoria*, volve-se depois a base da expansão holandêsa, enquanto que o do *império*, apoiado no poder naval, tal como o concebeu Albuquerque, é hoje a razão de ser, como que o arcaboiço, do imperialismo britânico na India.

Incorre dêste modo o senhor Basílio Teles em êrros sôbre êrros, porque, partindo da natureza agrária da nossa nacionalidade, não admite que ela se desenvolvesse maritimamente e que recorresse ao comércio, quando lhe chegou a hora de buscar nas águas o apoio que internamente lhe faltava, para resistir á ameaça da unificação castelhana. Perturbado pelos seus preconceitos individualistas, o senhor Basílio Teles, muito embora invoque contra Oliveira Martins o factor geográfico, não quer vêr que, país do litoral, Portugal não poderia lógicamente escapar á atracção da lei dos litorais, fazendo-se e mantendo-se pelo mar em relação ao resto da Península,—tal como a Holanda em rela-

Digitized by Google

ção á Alemanha e na Antiguidade a pequena Fenícia em relação aos seus limitrofes mais poderosos.

Mas nós já vimos que para o senhor Basílio Teles a «singular metamorfose» dum povo de lavradores se desnaturar num povo de mercadores só se compreendia através de duas interpetrações aceitáveis: — «*ou o Portugal mediévico era só aparentemente rural; ou algum elemento natural-social, subordinado e despercebido até ao fim do século XIV, assume com a crise dinástica e de independência, não só uma importância de que até êsse momento não dispunha, mas mesmo a função preponderante de centro atractivo e de núcleo de condensação de toda a energia nacional.*»

E o senhor Basílio Teles explica-se: — «A primeira interpretação é intuitivo que a tinhamos de pôr de lado: o Portugal da Idade-média não era com toda a certeza uma nação de mercadores. Restava, por conseqüência, a segunda.» E a segunda, «êsse elemento natural-social — qual seria? Pareceu-nos que era o mosárabe do Sul, profundamente semitisado, tendo por séde principal a grande cidade do Tejo, e por órgão ou interprete fiel a rica burguezia que a habitava. Mostremos, embora em resumo, que esta idéa não é gratuita.»

Porém, antes do senhor Basílio Teles avançar, mostremos-lhe nós a êle a gratuitidade cada vez mais imperdoável da sua «idéa.» Não saindo dum círculo vicioso de equívocos e generalisações, o senhor Basílio Teles, da mesma maneira como con-

Digitized by Google

fundiu o «cartaginês» com o «africano», entende agora a nossa expansão naval como uma simples aventura de burguêses ávidos de lucro. Evidentemente que, no desenrolar crescente do nosso imperialismo, o custo das frotas e a manutenção das grandes levas armadas, que a toda a hora exportávamos do continente para garantia do nosso Ultramar, acarretavam para a vida do Estado despesas fabulosas, que só na vantagem do grande tráfico encontravam satisfação. Uma distância profunda nos separava já daquêle período recuado em que as rendas do Rei repousavam apenas na letra ingénua dos forais, quando a economia do país, com diminuta população e a guerra da Reconquista absorvendo-lhe por completo a actividade, se condensava nas normas estreitas do agrarismo rudimentar que o senhor Basílio Teles reputa como a norma vital da nacionalidade.

Não se resignando Portugal ao destino que arrastou o Aragão, senhor duma política europeia que Portugal nunca possuiu, a fundir-se, por fim, na monarquia central da Península, como assegurar o seu necessário navalismo com a insaciabilidade dos seus gastos incalculáveis, senão apelando para o mercantilismo, para a sua tributação e exploração conseqüentes, como antigamente, pela *presuria*, pelo confisco, pela quebra da moeda, e ainda por contribuições forçadas, directas ou indirectas, era ás energias da terra, — á pátria agrícola e embrionária, que os monarcas se dirigiam, como a

Digitized by Google

uma vaca de leite, coagidos pela agudeza das circunstâncias?

Não insistirá, decerto, o senhor Basílio Teles em qualificar de «mercadores» os homens de Nuno Gonçalves e quantos a seguir lhes alargaram e estabilisaram o descomunal e heroico impulso. Guiado mais por uma alta idealidade,—a idealidade da Fé, Portugal, se o compararmos com a Holanda,—exemplo acabado duma oligarquia de comerciantes—, deixou atrás de si, pela sua forte irradiação espiritual, uma obra admirável, como é o Brasil, enquanto que as mais nações havidas como colonisadoras, — excepção para a Espanha, nossa irmã—, sómente legaram ao mundo modêlos de proveitosa e compensadora administração. Nêsse ponto falhámos nós, embora, debaixo dum critério mais amplo e mais cristão, trouxessemos as raças inferiores á participação da nossa sociabilidade, ao passo que outros povos tidos como adiantados se limitaram a extermina-las pura e simplesmente como único método eficaz de colonisação.

Acontece, porém, que o senhor Basílio Teles, abandonando-se cegamente aos improvisos da sua pena, mistura ainda aqui navalismo com mercantilismo: — toda a nossa epopeia marítima,—epopeia de descobridores e de povoadores, é, pelo visto, para o autor dos *Estudos Históricos e Económicos* uma porfiada e tenás operação comercial. Assim se compreende que o senhor Basílio Teles repute como antinómica da política da primeira dinastia a



Digitized by Google

política inaugurada vigorosamente pela segunda. Ora nada mais concorde com os nossos antecedentes sociais e históricos do que a directriz imposta aos destinos do povo português pelos varões assinalados que surgem ao dia seguinte de Aljubarrota, em roda da figura excepcional do Infante!

Num trabalho sempre interessante de se lêr,— *O Doutor Minerva,* apesar de ser falso em mais dum critério, eis como Manuel Bento de Sousa caracterisa o reinado de D. Fernando:—«Uma nova lei há a cumprir-se no destino de Portugal — a expansão. Cabe isso a Fernando, o formoso, que a sente, mas erra-a... Os homens que a hão-de entender vêem um reinado mais tarde. A expansão deve fazer-se para o mar, e D. Fernando intenta-a para o continente; as riquezas de Portugal despejam-se nas fortalezas de Castela; as boas moedas de D. Pedro vão correr no Aragão, refundidas em peças aragonesas. O rei não está á altura dos seus destinos.» E Manuel Bento de Sousa remata:— «Tem o instinto, mas não tem a idéa; tem a aspiração, mas não tem a compreensão.»

Há uma verdade manifesta nas reflexões de Manuel Bento de Sousa. Portugal ao atingir a época fernandina, sente-se maior e carece de se continuar, de se desdobrar, terminada que era a consolidação interior. Lembremo-nos das palavras célebres de Claude Bernard no seu livro *Les phénoménes de la vie*:—«Em cada germen vivo há uma idéa criadora que se desenvolve e se traduz pela organisação.

Digitized by Google

Em toda a sua duração, o sêr vivo permanece debaixo da influência dessa mesma força criadora, e a morte sobrevem quando já não a pode realisar.» Pois a «idéa-directriz», que presidira á génese da nossa nacionalidade, ditava-lhe agora o caminho do mar.

Ninguém lho prepara e facilita como o pobre e caluniado D. Fernando! Se a D. Fernando pertence a glória inolvidável de ter concebido e executado a lei das *sesmarias*, consolidando por ela a estrutura agrária da nação, na mesma preocupação sincera que o fomento nacional lhe merece, dispensa igualmente a mais empenhada das atenções á nossa marinha mercante, já então considerável, rodeando de inúmeros privilégios os proprietários de todos os navios para cima de cem toneladas. Fernão Lopes conta-nos miudamente como em tempo de D. Fernando o Tejo se coalhava de barcos, tanto nossos como estrangeiros. Essa feição de Portugal não nascera, porém, com o agonisar de Trezentos. Confundia as suas origens com as origens da própria nacionalidade, sabendo nós, como sabemos, que, para acudir ás necessidades do seu desenvolvimento, é que D. Dinís mandára plantar o pinhal de Leiria e contratára em Genova um almirante para as suas frotas.

Compreende-se, afinal! As exigências de defeza das populações do norte levaram bem cêdo quem olhava pelos cuidados do govêrno a aprestar-se também debaixo do ponto de vista naval na luta

Digitized by Google

contra o sarraceno, que atacava pelo mar, promovendo desembarques nos portos mais acessíveis dalém-Doiro.

No seu notabilíssimo estudo—*O Norte marítimo*, saído na *Revista de Portugal*, comenta o ilustre Alberto Sampaio: — «Muito antes da fundação da monarquia todos os nossos portos têm uma história, bem triste, quantas vezes! Por êles se faziam as entradas dos normandos e agarenos, sobretudo as dos últimos, depois que a espada vitoriosa de Afonso I, das Asturias, os expulsou no século VIII do norte do Vouga. O maior número das agressões dêles efectua-se então por via marítima; as galés, entrando pelas barras e subindo pelos rios, levam a devastação ás terras visinhas; tornam incertas as culturas e arruinam os cultivadores.» Em 1115 o grande arcebispo de Compostela, Diogo Gelmírez, inicia a resistência naval, que se torna por vezes ofensiva, com duas biremes, chamadas *galés*, — «*quas vulgus galeas vocat*»—, e confia-as a peritos importados de Genova. Começa aqui a genealogia da nossa tradição de soldados do mar! «A semente disposta por Gelmírez», — esclarece Alberto Sampaio—, «encontrando terreno adequado, germinou com vigor... Em 1121 havia já uma esquadrilha de barcos no rio Minho; a campanha dêste ano entre D. Urraca e a irmã principiou por um recontro fluvial, ficando vencidos pelos marinheiros de Padron os portucalenses que defendiam nas suas barcas o passo do rio. Não podiam ser estas de

Digitized by Google

somenos importância: a gente de D. Tereza esperava que elas não deixariam o inimigo atravessá-lo; desbaratadas, fugiu o maior número, abandonando o campo da infanta.» E se é certo que nos primeiros instantes do Estado português a nossa marinha de guerra não conheceu um grande incremento, intervindo sempre armadas de cruzados em feitos militares como a expugnação de Lisboa, Alcácer do Sal e Silves, não é menos certo também que a marinha mercante continuou progredindo, de reinado para reinado, com sensível diferença. «No tempo de D. Sancho II»,—elucida ainda Alberto Sampaio — «o movimento da barra do Porto era suficientemente avultado para o rei, na escritura de concordia de 1238, ceder ao bispo e igreja portucalense parte dos impostos, percebidos sôbre mercadorias importadas... A intensidade dêsse tráfego internacional é revelada pelo decreto de Afonso III de 1253, endereçado aos habitantes do norte, — «*toti populo a Minio usque ad Droium.*» Êste endereço especial mostra que a região indicada constituia nessa época uma unidade económica áparte. Não admira: a sua sociedade tinha já uma longa história e estava definitivamente formada muito antes da monarquia; no centro e sul pelo contrário a população sarracena não teria ainda assimilhado as instituições introduzidas pelos conquistadores.»

Abramos um parentesis. Nas últimas palavras da transcrição de Alberto Sampaio transparece bem

Digitized by Google

clara, ao aludir á «população sarracena» do centro e sul do país, a idéa de que a nacionalidade saíra dum acto de conquista, iniciado pelos elementos auctótones acantonados nas regiões de além do Doiro. Exatamente no mesmo estudo, — *O Norte marítimo*, de que nos estamos socorrendo, o autor insígne de *As «vilas» do norte de Portugal* observa, como ponto fundamental: — «Portugal constitue-se pois com dois retalhos dos povos peninsulares—ao sul do Vouga com um fragmento da Espanha mussulmana, ao norte com uma fracção da Galiza.» E adiciona:—«Desta última partiram os batalhadores que conquistaram a cinta do litoral, ocupada depois pela nação portuguesa, á qual êles, os nossos avós d'entre Vouga e Minho, impuzeram igualmente a sua linguagem galega.» Para se manter nas suas afirmações vale-se Alberto Sampaio do filólogo Vasconcelos de Abreu. «A estas duas áreas etnográficas correspondem duas zonas glotológicas bem definidas»,—diz o senhor Vasconcelos de Abreu. «O reino divide-se, relativamente á gradação quantitativa das vogais, em duas regiões glotológicas; numa, ao norte, há vogais longas, noutra, ao centro e sul, não há vogais longas, por sua natureza.»

Não examinaremos agora a frustre razão filológica de Vasconcelos de Abreu. O que salientamos é esse lamentável êrro de visão partido dum espírito como o de Alberto Sampaio, cuja obra, embora reduzida, o torna na história das nossas instituições quási tão grande como Herculano e Gama Barros.

Digitized by Google

Tinha Alberto Sampaio em seu favor a circunstância de se não haverem desenvolvido na Península os estudos arabistas, á data em que êle escrevia, de maneira a que pudesse modificar radicalmente a sua impressão dum Portugal cerzido de dois bocados diversos. No entanto, já a Martins Sarmento, que tão salutar influência exerceu em Alberto Sampaio, não escapára precisamente o facto contrário, que é o verdadeiro «Mais pujante de força e de cultura foi a invasão árabe, que avassalou quási toda a velha Lusitánia e inquietou a miudo a Galiza; mas certo é que, com a expulsão dêstes novos Semitas, vemos surgir desde o extremo do Algarve até o extremo da Galiza um povo uno, com o mesmo modo de sentir e de pensar, com a mesma língua, conservando a toponymia pre-romana e ligando um sem número de tradições aos casaros, ás antas, ás fontes, etc.,—tradições que sem dúvida nenhuma tem raízes na civilização pre-romana». (1)

Nêste ponto a lição do mestre não utilisou a Alberto Sampaio! Mas valia tanto a sua autentica organisação de historiador que o estudo citado, *O Norte marítimo*, redigido com larga soma de erudição no propósito de documentar êsse tema do antagonismo do Sul com o Norte de Portugal (mas em Alberto Sampaio, ao inverso de Basílio Teles, pelo predomínio do Norte com a absorpção de Lis-

(1) *Ora Marítima*, 2.ª edição, pág. 161-162.

Digitized by Google

boa), representa, opostamente, uma das mais belas provas que eu conheço de unidade perfeita da Pátria em todas as fases da sua génese e expansão. Não cai, evidentemente, Alberto Sampaio nas fábulas interpretativas do senhor Basílio Teles. Notamos já como faz coincidir com os primórdios do Estado português a afloração das suas tendências marítimas. Ao passo que o senhor Basílio Teles reputa a actividade comercial do Sul adversa ao ruralismo estrutural do Norte, Alberto Sampaio declara sem vacilações, aludindo ao diploma de 1213, dirigido por D. Afonso III aos habitantes de entre Doiro-e-Minho, «que a região indicada constituia nessa época uma região económica á parte». E minudência, como tivémos ocasião de verificar: —«Não admira: a sua sociedade tinha já uma longa história e estava definitivamente formada muito antes da monarquia: no centro e sul pelo contrário a população serracena não teria ainda assimilhado as instituições introduzidas pelos conquistadores».

O êrro de Alberto Sampaio consiste, pois, em supôr Portugal habitado apenas por mussulmanos do Mondego para baixo, antes da reconquista afonsina. Brevemente saberemos como isso não era assim. E só lamentamos não poder acompanhar Alberto Sampaio em toda a sua exposição pelos limites que naturalmente nos impõem as proporções do presente ensaio.

Com a mais viva e adubada documentação, consegue êle demonstrar-nos como na verdade, a ex-

Digitized by Google

pansão marítima e comercial da pátria correu parelha com o seu alargamento territorial. Fenómeno lógico:—as necessidades aumentavam, aumentavam numa raça que se afirmava pelo florescimento variado das suas multíplices energias. Cita a êsse propósito Alberto Sampaio a violenta discórdia entre D. Afonso III e o bispo do Porto, D. Julião, motivada já em razões de tráfego fluvial e marítimo. Também o foral de Viana, na foz do Lima, do mesmo século XIII, fixa a taxa que se há-de cobrar sôbre as coisas que «*uenerint de partibus francie et de terra serracenorum.*»

Daí por diante a tendência naval da nacionalidade acentua-se com vigôr. D. Afonso III auxilia seu sogro, o Rei Sábio, com uma esquadra que aparece em frente de Sevilha combatendo contra os islamitas. Morto o almirante Nuno Fernandes Cogominho, D. Dinís contrata em Genova, Micer Manuel Pessanha e obtém da Curia Romana para o custeio da nossa marinha de guerra, «a décima de todo o Eclesiástico de Portugal por três anos». D. Fernando completa com instituições próprias o interêsse que o Estado em Portugal manifestou desde o princípio pelas coisas e assuntos do mar. Donde o comentário de Alberto Sampaio: — «Durante a primeira dinastia aumenta incessantemente, pela única expansão das próprias forças e energias dos seus homens, a riqueza do norte, — a agricultura, a indústria e a navegação, com o comércio internacional». Já antes escrevera: — «O trabalho

Digitized by Google

do mar florescia pois na Idade-Média em todos os portos dentre Douro e Minho; as suas naus, caravelas e mais embarcações navegavam para o norte, sul e leste.» E adita imediatamente: — «O forte e livre regimen antigo dava frutos abençoados. Os reis, percorrendo todas as localidades, ouviam as queixas e administravam justiça por igual. O mecanismo governamental, se era pesado e tôsco, adptava-se perfeitamente á diversidade das gentes e condições da nação. Cada uma das raças, que habitam esta cinta do litoral, podia desenvolver-se desembaraçadamente segundo a sua capacidade progressiva. Não se tinha operado a profunda revolução politica, que nos reinados subseqüentes vestirá a monarquia á italiana com uma verdadeira capital — e que pela exiguidade de território terá de absorver tudo para sustentar a grandeza correspondente, posto que ilusória. O govêrno não se transformará por enquanto em bomba aspirante, fazendo convergir todos os elementos de progresso num ponto dado».

Não é, conseqüentemente, na expansão marítima da nacionalidade que Alberto Sampaio enxerta a origem do antagonismo do Sul com o Norte. Além de considerar essa expansão como o desfecho natural dum complexo de tendências já evidenciadas ao longo da primeira dinastia, Alberto Sampaio enumera, entre os navegadores e conquistadores do Ultramar, uma longa série de capitães e mareantes, nascidos no coração do antigo condado

Digitized by Google

portucalense. Para mencionar alguns, lembrarei João Gonçalves Zarco, da escola do Infante e iniciador, ao lado de Tristão Vaz, da epopêa dos Descobrimentos. E com êle Alvaro de Caminha, João Alvares Fagundes, Fernão de Magalhães, Lopo Vaz de Sampaio, etc., etc.

«Portugal, que se fizéra no campo das batalhas, era um país armado», — insiste Alberto Sampaio — «a sua admirável organisação militar medieval, se lhe permitiu sustentar e defender a independência política, permitirá agora êsse prodigioso feito de armas — as navegações e conquistas dos séculos XV e XVI.»

O mal residia, para Alberto Sampaio, desta forma, na acção absorvente de Lisboa, porque «á grande cidade afluem com aventureiros de todas as procedências, as maravilhosas riquesas trazidas pelos galeões...» «Êste fausto asiático,» — prossegue Alberto Sampaio — «que fazia reviver nas margens do Tejo, no centro e sul, a sociedade oriental anterior á conquista afonsina, preocupava êle só a atenção dos contemporâneos.» E o ilustre historiador desabafa o seu protesto de erudito e de minhoto: — «Das províncias do norte ninguém fala: situadas num canto extremo do território, longe dêsses explendores, impróprios do seu génio e raça, elas continuam recolhidas, como dantes, trabalhando e produzindo boa parte da fôrça que vai ser dispersada agora aos quatro ventos pelo mundo fóra. Mas dos ricos e fortes elementos da sua vida se

Digitized by Google

aproveitará o infante D. Henrique, assim como os reis continuadores da obra dêle, fazendo-os convergir nos descobrimentos.»

De sorte que a época, inaugurada com a dinastia de Avís, recebe, segundo Alberto Sampaio, um especial incremento das populações d'além-Doiro. A circunstância de Alberto Sampaio,—olvidado dos ensinamentos de Martins Sarmento—, considerar a nacionalidade portuguesa, «originada não pela atração duma mesma raça, nem pelas condições idênticas de terreno», e sim como «o resultado duma conquista», é que impediu o autor de *As «vilas» do norte de Portugal* de abranger totalmente o problema. No centralismo inevitável de Lisboa não se denunciava, de maneira alguma, uma anterior sobrevivência semita. A raça, dêsde as colinas verdejantes do Minho e Lima até aos confins ensoalhados do Algarve, era a mesma em toda a parte, falando até a mesma linguagem. Descendente do antigo habitante lusitano, o Cristianismo a caldeou e unificou tão fortemente que, separada durante séculos pela divisão político-religiosa da Península, a sua identidade manteve-se indestructível, como não tardaremos em reconhecer. O que nos esgotava, o que nos consumia em Lisboa, — na Lisboa de Quatrocentos e Quinhentos,—não traduzia, por isso, uma submissão da pátria autóctone a qualquer reviviscência hereditária, alheia á sua formação colectiva. Lisboa sofria as fatais conseqüências da nossa hegemonia nos mares, tornando-se um fóco de cos-

Digitized by Google

mopolitismo dissolvente. E', pois, um *facto social*, —e não um *facto étnico*, o que há a considerar em semelhante fenómeno. Lamentàvelmente equivocado, não o reputou assim Alberto Sampaio. Como homenagem á sua obra, inspirada sempre na mais alta intenção nacionalista, ousamos apôr-lhe esta despretenciosa rectificação. E, encerrando o parentesis que se alongou em demasia, regressemos ao senhor Basílio Teles, com quem não acabámos ainda de conversar.

Digitized by Google

## II

Esboçada já a traços largos nos primeiros capítulos de *O problema agrícola*, é nos *Estudos Históricos e Económicos*, como ficou dito, que a estranha teoria do senhor Basílio Teles encontra o seu enunciado definitivo. Apareceram os *Estudos Históricos e Económicos* em 1902, dez ou onze anos corridos sôbre a publicação da monografia de Alberto Sampaio, — *O Norte marítimo*, na *Revista de Portugal*. São evidentes as influências dessa monografia na teoria do senhor Basílio Teles, que teve a habilidade de utilisar o pouco que nela havia de inseguro e de menos exacto, e de o misturar, numa ausencia total de sentido crítico, com o que existe de pior em Oliveira Martins! De resto, com a sua tése do antagonismo do Sul contra o Norte, o senhor Basílio Teles, se por acaso o quisesse requerer, não tinha direito ao privilégio de invenção! A páginas 44 do 1.º volume de *O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*, eis como se pronuncia Teófilo Braga sôbre o mesmo problema: — «Parece que em Portugal se estabeleceu uma certa diferenciação entre estas duas raças pri-

Digitized by Google

mordiais, a que desce do norte da Europa, e a que vem de Africa... Esta diferenciação prolonga-se com os tempos, e os viajantes extrangeiros notam-na; lê-se na viagem do Duque de Chatelet (Desateux): «Ha todavia entre a capital e o norte dêste reino uma diferença notável. Nas províncias setentrionais os homens não são tão trigueiros, nem tão feios. São mais francos e mais tratáveis na sociedade, muito mais valentes e mais laboriosos; porém esta diferença dá-se igualmente entre as mulheres; são muito mais brancas do que as do sul; Rackzynscki também notou esta diferenciação em quanto ao gosto artístico e á capacidade arquitetónica nas províncias do norte...»

E Teófilo, encantado consigo mesmo, prossegue aduzindo elementos:—«O conflito entre as duas raças tornou-se permanente, acentuando-se na luta entre o montanhês e o habitante da planície; diz Strabão: «sempre na verdade viveram em guerra, ou entre si, ou com os seus visinhos além do Tejo, até que os romanos puseram fim a êste estado de coisas, fazendo descer os povos da montanha para a planície e reduzindo a maior parte das suas cidades a simples burgos, fundando ao mesmo tempo algumas colónias entre êles. Foram os serranos, como fàcilmente se acredita, que iniciáram a desordem; habitando um país triste e selvagem, possuindo tão sómente o necessário, desceram a cobiçar o bem de seus visinhos. Êstes, por sua parte, tivéram para os repelir de abandonar os seus próprios trabalhos

Digitized by Google

e com êles mesmos se puseram a guerrear em vez de cultivar a terra; o país pela falta de cuidados cessou de produzir...»

E não continuamos. Na última parte da transcrição de Strabão acham-se bem marcados os motivos dessa hostilidade. São os que no seu recente e belo estudo sôbre Viriato o sábio exumador das ruínas de Numancia, dr. Adolfo Schulten (1), condensa em breves palavras: — «Com estas expedições de pilhagem (as dos serranos sôbre as regiões abundantes de aquém do Tejo) o lusitano simbolisa-nos a antiga luta entre a serra e a planície, entre os montanheses, pobres e valente, e os habitantes das terras baixas, opulentos e cobardes». Outras não fôram as bases que leváram o notável publicista espanhol D. Joaquin Costa a interpretar as guerras de Viriato como sendo já conseqüência duma longa questão económica. Comentando na sua conferência *Viriato y la cuestión social en España en el siglo II antes de Jesucristo* (Vid. o volume *Tutela de pueblos en la História*) aquela passagem, guardada por Diodoro, segundo a qual o caudilho dos Lusitanos teve a liberdade na conta da pátria *(patriam in libertate)*, assim se exprime D. Joaquin Costa: — «... *Y esto es lo cierto, pero no la libertad civil, diriamos á la romana, la condición de ingenuo, como si hubiesse nacido siervo;*

(1) Vid. *Boletin de la Biblioteca Menendez y Pelayo*, an. II, — Santander, 1920.

Digitized by Google

*menos aún la libertad politica a estilo de la de nuestro tiempo, esa liberdad abstracta proclamada por el liberalismo doctrinario de nuestro siglo, que si valiese tanto como ha costado, habia hecho de nuestro planeta un paraiso; sino aquella otra que tiene en clase de garantia y de coeficiente la independencia personal fundada en la posesión de los instrumentos del trabajo: éste fué el ideal de toda su vida; esta su aspiración y el objetivo de sus admirables campañas.*»

Não vamos tão longe, como o autor eminente de *El colectivismo agrario en España*. Mas com o seu depoimento, ligado ao do insigne arqueólogo e professor alemão, dr. Adolfo Schulten, supômos devidamente esclarecidas as causas do antigo conflito entre a Montanha e a Planície, — entre os povos do sul e do norte do Tejo. As variedades que existiam então são, no fundo, as variedades existentes hoje em dia. Ditam-nas as condições do solo, a diversidade da cultura, determinando freqüentes alterações no tipo social, conquanto a raça se mantenha integra e una na sua essência. Porque, verdadeiramente, não são os caractéres físicos que afiançam a unidade duma raça. O que a solidarisa e perpetúa, ao longo dos séculos, sempre conforme a si mesma, é o seu génio, — é o elemento moral ou psíquico. O elemento moral ou psíquico, expressando-se na tendência ruralista do antepassado lusitano, consolidou-se e apurou-se pela penetração



Digitized by Google

facílima que nos seus descendentes o Cristianismo obteve.

Isso é que vale, quando se pensa em ajuizar a sério dos fundamentos estructurais duma nacionalidade, de nada servindo as diferenças de talhe e de fisionomia que muito á ligeira alguns viajantes fixaram a nosso respeito nos apontamentos do seu itinerário. «*Las razas hay que considerarlas sintéticamente, en todo su conjunto físico y moral, en relación con su vida material y social, y no por uno o varios caracteres externos y en realidad mudables.*» Eis como se pronuncía Giménez Soler no seu notável trabalho, já citado,—*La antiga península ibérica*, adicionando em seguida:—«*El Dr. Franz Boas demuestró experimentalmente, en individuos emigrados a los Estados Unidos de America, que la forma del cráneo y el tipo del hombre se modifican bajo la influencia del ambiente físico, hasta el punto que el medio americano imprime tales cambios y de modo tan uniforme, que los tipos mais divergentes se aproximan para converger en un tipo común: las experiencias realizadas en judios y sicilianos probaron que el índice cefálico es muy poco estable y el tipo asi-mismo; la estructura del cuerpo goza de una indiscutible plasticidad, que lo adapta al ambiente. ¿Quien no distingue un ciudadano de un campesino dentro de una misma nacionalidad, dentro de una misma región? Las réplicas que se hicieron al profesor norteamericano le dan razón, porque manifiestan que*

Digitized by Google

*una raza en diferentes medios se modifica y diversifica hasta con violencia: mientras los hebreos lituanos son 27,7 por ciento dólicomesocéfalos y apenas 8,4 hiperbraquicéfalos, los de Galitzia (Austria) tienen sólo 8,3 de dólicomesocéfalos y una enorme cifra de hiperbraquicéfalos: si estos hebreos medidos en vivo lo hubieran sido en sus calaveras fosilizadas, habrianlos catalogado en razas muy distintas.»*

Creio suficientemente destruido o reforço que, por ventura, tanto da passagem de Strabão, como do testemunho dalguns viajantes estrangeiros, resultasse a favor duma hipótese que o senhor Basílio Teles se empenhou em revestir de linhas decisivas e convencedoras. E ainda em contradição com a suposta hostilidade do homem do Sul,—trigueiro e meão, com o homem do Norte, mais aloirado e esguio,—hostilidade em que o senhor Teófilo Braga vislumbra também uma dualidade étnica, mas mais antiga que a do senhor Basílio Teles, recordarei, sem me embrenhar em escusados novêlos genealógicos, que precisamente no território que é hoje Alentejo habitaram tríbus célticas, com as quais se relaciona a necrópole de Alcácer do Sal, onde se acharam sinais evidentíssimos de cultura posthallstática (1), classificando igualmente os arqueó-

(1) Bosch Gimpera, *Los Celtas y la civilización céltica en la Peninsula ibérica*, Madrid, 1921, *Boletin de la Sociedad Española de Excursiones.*

Digitized by Google

logos como pertencendo á mesma cultura os castros e citânias das nossas províncias dalém-Doiro. Nada mais conforme com a lição dos textos clássicos, que nos falam de celtas perto de Evora e de celtas junto do Minho, derramando-se por aquela zona que é hoje politicamente a Galiza! O que subsiste, por isso, da aversão do trigueiro ao loiro, como indicando a separação que mais tarde se afirmaria entre o Sul e o Norte, dando origem a duas espécies de Portugal, de que o Tejo, sobretudo, seria a costura mal cerzida?

Mas, admitindo mesmo que duas raças se defrontaram na faxa ocidental da Península, o exame dos documentos ensina-nos, — e em semelhantes termos se pode entender o sentido com que Alberto Sampaio chamava «conquistadores» aos elementos galaico-lusitanos—, que houve sempre uma deslocação populacional acentuadíssima do norte para o sul, não só nos primeiros tempos da nacionalidade portuguesa, como depois, nos períodos subsequentes. Ainda hoje em dia essa descida é constante. Rareada a população aquém do Tejo, vê-se que os seus reservatórios são continuamente alimentados pela derivação que lhes advém das Beiras e mesmo de Entre-Doiro-e-Minho. Quem se désse á curiosidade, na mais pequena aldeia alentejana, de levantar sôbre os registos paroquiais a genealogia dalgumas dezenas de famílias, tanto da camada baixa, como da camada remediada, verificaria a forte pre-

Digitized by Google

ponderância beirôa e minhota, mas principalmente beirôa, na composição das suas linhagens.

Obedece a leis geográficas e económicas invariáveis a força atractiva do Sul para com o Norte. O próprio Alberto Sampaio o reconhecia ao escrever, como já tivemos ocasião de observar, que, constituido Portugal por dois retalhos dos povos peninsulares, «ao sul do Vouga com um fragmento da Espanha mussulmana, ao norte, com uma fracção da Galiza», «desta última partiram os batalhadores que conquistaram o centro do litoral, ocupado depois pela nação portuguesa, á qual êles, os nossos avós dentre Vouga e Minho, impuzeram igualmente a sua linguagem galega.»

Se de certo modo assim foi, êsse acontecimento não resultou dum acto de conquista, sendo antes um acto de libertação. Para o conhecimento exacto da origem e formação da nossa pátria não é inútil esmiuçar até ao fim a questão que tão empenhadamente estamos debatendo. O êrro de Alberto Sampaio consistia em supôr que para o sul do Vouga se estendia uma Espanha mussulmana e que necessàriamente ali se falaria tudo, — menos a linguagem romance, que se designa por «galaico-portuguesa». Outra miragem, como a miragem fenicia ou cartaginesa de Oliveira Martins! Interessa, porém, antes de rebatê-la, que nos fixemos sôbre o que se deva compreender por «Espanha mussulmana», em face das últimas conclusões dos arabistas. Oiçamos novamente o mestre eminente

Digitized by Google

que é Giménez Soler: — «*Lo que se conoce en la historia de la península con el nombre de invasión arabe, ni fué invasión ni arabe: fué simplemente el derrumbamiento de un órganismo ó organización social viejo, caduco y podrido, que vino al suelo al leve empuje de unos muy pocos aventureros: los españoles que suportaban con pena la opresión, pusiéronse de parte de los invasores; estos se conformaron con el botin ofrecido a cambio de vida, y al sonar en Africa las voces de las riquesas de España y de la facilidad con que se ganaban, el estrecho se cubrió de naves, que sin cesar desaguaban en la peninsula la población bereber de la otra: árabes de pura raza contadisimos, bereberes afines de los iberos numerosos, mas la población indigena los absorbió*». E o autor de *La antigua peninsula ibérica* reproduz em seguida um pequeno trecho do *Discurso de recepción en la Real Academia Española*, de D. Julián Ribera Tarragó: — «*El elemento árabe entró en dosis casi infinitesimal en la quimica social de los musulmanes españoles: la mejor denominación que se les puede dar no es la de árabes, sino la de españoles; son de raza hispana, aunque en algunas familias se mezclara la sangre extrangera y además fuesen musulmanas.*» Assim,—exemplifica D. Julián Ribera Tarragó—, «*la familia de los Omeyas, de pura cepa árabe, porta estandarte de la dominación arábiga, mantenedora oficial de la leyenda árabe, defensora del islamismo, respetuosa en los actos de su corte con la alcurnia y la*

Digitized by Google

*nobleza de Coraix, tenia en sus venas mais sangre europea que oriental; y se tenia tan miṇima parte de sangre semita, ¿qué hemos de creer de la imensa mayoria de sus vasallos?»*

Nutrindo-se, realmente, o grosso dos exércitos árabes duma multidão inesgotável de berberes, quem seguir atentamente a história da ocupação sarracena reparará logo que, nas insurreições permanentes que a acidentam, os elementos indigenas, ou sejam os hispanos, fazem causa comum sem dificuldade com os numerosos enxames humanos trazidos do norte de Africa e espalhados a esmo pela Península fora. O parentesco da raça promovia essa aproximação, a que se associavam ainda aqueles antigos cristãos que, mais tíbios ou mais ambiciosos, haviam aderido á religião dos invasores, para manterem antigos interêsses ou ganharem novas posições.

O arabismo, por isso, nas extensas zonas ocupadas não é senão uma ficção oficial,—como diriamos hoje. A prova temo-la, e bem vincada, no facto já citado das contínuas sublevações que atormentaram, até enfraquecê-lo sem remédio, o poder islamita na Península. E é importante registar que precisamente nas regiões ocidentais e na faxa correspondente ao actual sul de Portugal é que se manifesta com mais intensidade êsse espírito de insubmissão por parte das populacões mosárabes. Logo durante o vice-reinado de Yusuf Alfihri, um tal Orua ben Alualid consegue revoltar-se em Beja

Digitized by Google

com os cristãos subjugados e com outras gentes,— naturalmente berberes, e apoderar-se de Sevilha, ainda que momentâneamente. Mas com Abderrahman I funda-se o califato do Ocidente e nas suas campanhas avassaladoras, uma há que se dirige especialmente contra os habitantes do levantadiço Ocidente. «*En una de sus expediciones se movió de Sevilla con su huéste.*»—conta-nos o insigne D. Francisco Xavier Simonet na sua *História de los mozárabes de España*,— «*para sosegar á los españoles de la parte ocidental, que al parecer eran los más inquietos, y avasalló á los de Beja, Evora, Santarén, Lisboa y todo el Algarve.*» E em nota Simonet acrescenta:—«*Acaso esta expedición fué la que Abderrahman I llevó á cabo por los anos 763 á 764 contra cierto caudillo llamado Alalá ben Moguit, que sublevado en Beja con el apoyo de varias milicias árabes y de los siervos indígenas, puzo á punto de ruina el nuevo Imperio.*»

Não é possível historiar aqui os levantamentos constantes do elemento *hispanico*, ou *mosarabe*, em toda a Península islamisada. Esses levantamentos, sobretudo em Extremadura e no Aragão,—empregamos apelativos correntes, para expressão mais fácil e mais rápida—, contribuiram de maneira decisiva para o desmembramento do califado de Córdova. No Aragão os Benu-Casi fundam um reino independente. Eram de linhagem visigótica os Benu-Casi, que, a trôco da sua apostasia, se mantiveram na posse do seu poderoso senhorio na margem di-

Digitized by Google

reita do Ebro. «*Aunque apóstata por el interés,*» — elucida Simonet—, «*dicha familia conservó el espíritu de su raza, pues se unió por medio de casamientos con Príncipes de los cristianos independientes.*» Derivando igualmente de estirpe goda, o caudilho andaluz Omar ben Hafsum, que morre convertido ao Cristianismo, ameaça de desagregação no sul da Península a monarquia dos Omeyas. Verdadeiro chefe do partido nacionalista, alguém o comparou na audácia e no amor á liberdade a Viriato, — o antigo caudilho dos Lusitanos. Paralelamente, Abderrahman ben Meruan, insurrecto estremenho, depois duma existência aventurosa, acaba por fixar-se em Badajoz, lançando as bases do futuro reino árabe dêste nome. Abderrahman ben Meruan, ou simplesmente Abenmeruan, foi conhecido por «o gallego» ou «filho do gallego»,—o que deixa entrever claramente a sua origem cristã, sabido que, para o arabismo oficial, galego, ou homem do norte, valia por sinónimo de «nazareno.»

Na sua rebeldia afortunada, Abderrahman ben Meruan alia-se com outro sublevado Sadun ben Fatah, que se tornára autónomo num castelo cêrca de Coímbra. «*Fuerte con esta alianza,*» —contínua detalhando Simonet—, «*Ibn Meruan sublevó á los muladies de Mérida y la comarca circunvecina; y como entre sus compatriotas los habia cristianos y los habia renegados, deseando conciliar sus creencias, les predicó una nueva religion, monstruosa mezcla del Cristianismo y del Islam. Ibn Meruán*

Digitized by Google

*acudió también en auxilio de los cristianos libres, estréchando una alianza con el rey de León, D. Alfonso, con cuyos estados se avecinaba, y a esta alianza debió Ibn Meruán el sobrenombre de Alchaliqui ó el Gallego, que le dan ordinariament los historiadores árabes».*

Adivinha-se bem o fermento de invencível nacionalismo que o poder arábigo não alcançou nunca debelar nas populações submetidas. Viu-se já como o ocidente peninsular se manifestára refratário á dominação mussulmana. O reino de Badajoz, de que Aben-Meruan lançou os fundamentos, é disso uma prova concludente. Nêle ressuscitava a antiga Lusitânia quási integralmente, correspondendo assim ao latejar dum génio social e étnico bem longe de se considerar extinto. «*El reyno de Badajoz*» — informa D. Matias Ramón Martinez y Martinez (1), — «*abarcó en sus limites toda la antigua Lusitania y parte de la Beturia, exceptuando algunas ciudades del Algarbe portuguès, que se alzaron independientes, y algunas poblaciones situadas á la banda meridional del Duero, que fueron conquistadas por los reys de León antes que se desmoronase el Estado arabe...*» Efectivamente, quem se recordar do mapa das Espanhas nos últimos anos do século XI com que Menéndez Pidal ilustra o segundo volume do seu *Cantar de Mio Cid*, constatará que, tirando

(1) *Historia del reyno de Badajoz durante la dominación musulmana*, Badajoz, 1904.

Digitized by Google

o avanço dos portugalêses até á linha do Mondego, já então consumado, o reino árabe de Badajoz abrangia quási totalmente o sul do nosso país. E digo quási totalmente, porque no desencadear dos velhos instintos localístas «*otro caudillo muladi*» — noticia ainda o inesgotável Simonet,— «*fundaba un senorio ó pequeno reino en la parte de Portugal que hoy conserva el nombre arábigo del Algarbe. El caudillo, de linaje godo, como Omar ben Hafsun, se llamaba Yahya, hijo de Becr, era nieto de un agemi ó mozárabe llamado Zadulfo (ó acaso Rodulfo,) y se declaró independiente en los últimos anos del reinado de Mohammed en la cora ó provincia de Ossonoba. Sucedióle en el principado su hijo Becr ben Yahya, varón de grandes prendas, el cual supo asegurar en sus manos el senorio heredado, pues reconociendole por su caudillo la población española de aquella comarca, llegó a dominarla toda...*»

«*Bajo el reinado de este Becr*» — prossegue Simonet, — «*florecieron su Corte y Estado con toda la brillantez de la civilización árabe adoptada por los antiguos españoles; pero hallando de par la debida proteción la religión y culto cristiano. Rodeóse Becr de una pompa verdaderamente real... Solia residir en la ciudade de Silves; pero su Corte era* Santa Maria de Ossonoba, *llamada por otro nombre* Santa Maria de Algarbe, *hoy Faro.*»

E logo adiante o autor da *Historia de los mozárabes de España* esclarece: — «*En la misma*

Digitized by Google

*comarca del Algarbe, pero más al Norte, y confinando por otra parte con los estados de Becr, fundó otro señorio... Abdelmélic ben Abilchauad, poniendo su capital en la ciudad de Beja, antigua sede obispal, y contando entre sus plazas furtes la de Mértola, antigua Myrtilis. Este príncipe entró en alianza con sus vecinos los de Badajoz y Ossónoba.»*

Não esmiuçarei o tumultuoso cortejo de vicissitudes em que todos êstes três senhorios,—Badajoz, Ossónoba e Beja, o de Badajoz, de sensível extensão—, acabaram por se desfazer. O que importa é assinalar a reacção nacionalista, alimentada não só pela unidade da raça, mas, sobretudo, pelo sedimento forte que o Cristianismo depositára nas almas. Reparou se, decerto, na expressão de Simonet, ao referir-se a Becr ben Yakya, quando no-lo apresenta como caudilho da «*población española de aquela comarca*» (Algarve). E' o reconhecimento inequívoco das espessas camadas cristãs que subsistiam ao sul do Tejo e que, muito distanciadas da resistência das monarquias católicas do norte da Península, não podiam, por essa circunstância dominadoramente impeditiva, lançarem-se no caminho desejado da autonomia. No entanto, como no-lo confirmam os pequenos principados de Silves e Beja e com êles a monarquia de Badajoz, a base fundamental dessas minúsculas soberanias advinha-lhes do apoio dos mosárabes, que nelas encontravam maior liberdade para o exercício das suas crenças.

Digitized by Google

Nesta ordem de idéas é oportuno recordar que, no ocidente da Península, Coímbra, encostada ao mosteiro de Lorvão, seu visinho, representou um centro importante de mosarabismo. Na sua excelente e bela monografia *Iglézias mozarabes* (1), o professor e crítico de arte espanhol, senhor Gómez-Moreno, escreve a tal respeito que Coímbra constituia «*acaso el foco más potente de mozarabismo en el país occidental.*» Acontece que, em virtude de circunstâncias ainda mal conhecidas, Coímbra se livrára, por acordo com os invasores, da repartição das suas terras, quando da conquista agarena, permanecendo, ao que parece, com govêrno autónomo. Mas nessa sua vida autónoma, «un hecho vino a transtornala poco después de 886,»—elucida o senhor Gómez-Moreno,—«pues, amenazada por enemigos, obtuvo el auxilio de Alfonso el Magno, que no solamente la incorporó a sus estados sino que llevó hasta alli probladores gallegos, quedando nuevamente urbanizadas Braga, Oporto, Viseo, Lamego y demais ciudades importantes hasta al Tajo...» E adiciona em seguida:—«Los fondos diplomaticos por mi conocidos aclaran bien, respecto de lo anterior, algunos puntos: la colonización gallega compruébase por testimónios directos; mas, junto a los advenedizos del norte, persevera una masa de población diferente, con nombres arabizados a medias, sobre todo en territorio de Coimbra, y de cepa tan

(1) Madrid, 1919.

Digitized by Google

cristiana que afecta a numerosos presbiteros y monjes, sobre caracteristicas exactamente iguales que las leonesas...: trátase, por tanto, de mozárabes, y su foco más ostensivo dáse en el monasterio de Lorbán, cerca de Coimbra, cujas relaciones con andaluzes arriba quedaron apuntadas, a propósito del arquitecto cordobés Zacarias, y cujo origen mozarabe parece indudable... Es, pues, notorio, que ni la dominación asturiana, por lo mienos en tierra de Coimbra, ni la de Almanzor destruyeron la convivencia religiosa, como tampoco probablemente su organización, ya que se observa el hecho de no registrárse por allá juicios con prueba caldaria, según práctica goda de Asturias, sino que regia la ley romana del *Librum iudicum*. Todavia, cuando Fernando I conquistó a Coimbra puso alli por cónsul ó alvasir a Sisnando, hijo de David, un mozárabe educado en la corte de Sevilla, y el facilitó la afluencia de otros cristianos llegados de tierras musulmanas». E o professor Gómez-Moreno conclúe: — «Con esta persistente acción del elemento indigena en Portugal, no puede extranar que los documentos latinos ofrezcan un cierto caudal de formas romanceadas, reflejo del habla vulgar, y palabras árabes, alusivas principalmente a importaciones comerciales y a técnica de organización andaluza».

Enuncía o senhor Gómez-Moreno nas suas últimas palavras um dos lados mais curiosos e mais decisivos da questão: — é o que se relaciona com o idioma ou língua que os mosárabes falariam. Não

Digitized by Google

resta já dúvida nenhuma que êles não falavam o árabe e que tempos houve em que mesmo nos centros de maior cultura islamita os dialectos peninsulares se sobrepuseram á própria linguagem arábiga. Entrando de relance em tão delicado capítulo, amparo-me dos ensinamentos do eminente arabista espanhol, D. Julian Ribera, (sempre a erudição espanhola, á qual me confesso infinitamente devedor e cujo concurso é de todo em todo indispensável para quem deseje avançar com segurança no terreno da história-pátria!), a quem o estudo das origens do lírismo peninsular póde agradecer os mais nobilitantes pergaminhos da sua alta pristinidade.

No seu *Discurso* de admissão á *Real Academia de la Historia*, escolheu D. Julian Ribera y Tarragó para tema a desenvolver as «*huellas, que aparecen en los primitivos historiadores musulmanos de la Península, de una poesia épica romanceada que debió florescer en Andalucia en los siglos IX y X.*» Era um assunto que se prendia com o que já fôra tratado pelo ilustre sábio no seu *Discurso* de ingresso na *Real Academia Española*. Sustentara aí o senhor Ribera y Tarragó que «*la clave misteriosa que explica el mecanismo de las formas poéticas de los varios sistemas liricos del mundo civilizado en la Edad Media está en la lirica andaluza, a que pertenece el Cancionero de Abencuzmán.*» Guarda-se, — ou guardava-se talvez —, o *Cancioneiro* de Abencuzmán no *Museu Asiático* de S. Petersburgo e a sua prioridade sôbre as primeiras

Digitized by Google

aflorações da lírica provençal acha-se de sobejo testificada. Pela afluência de escravos cristãos do noroeste da Península aos mercados de Córdova, onde tinham especial procura pelas suas qualidades de inteligência, — e ainda pelos metros e ritmos empregados, supõe D. Julian Ribera que a poesia de Abencuzman reflectindo a influência duma poesia popular romanceada, reflectiria implicitamente a poesia do velho tronco galaico-lusitano, porque «*la lirica gallega, por confesión de romanistas, es una de las más arcaicas de Europa, la mas antigua de España; Jeanroy confiesa*» — aduz o senhor Ribera y Tarragó, — «*que la lírica portuguesa es rebelde á la tentativa de adjudicarle origen francés, sobre todo las cantigas ó cantares de amigo.*» E o insigne catedrático espanhol remata sem vacilações: — «*Dados tales antecedentes, yo créo que para explicar el origen de la lírica de Abencuzmán debe suponerse: ó una lírica andaluza romanceada, anterior al siglo X, más antigua que la que aparece en los cancioneros portugueses, ó una lírica gallega antiguissima, que la colonia gallega trajó a Andalucia, de donde procede la romanceada andaluza anterior a Abencuzman.*» Ora a sensacional descoberta atinge uma perspectiva inesperada, se nos recordarmos que «*los monumentos de la lírica européa en lenguas vulgares, provenzal, alemana de los Minnesinger y la italiana (y aún los latinos de los* Carmina burana, *etc.) aparecen con posterioridad á la lírica vulgar de los musulmanes espa-*

Digitized by Google

*ñoles.*» Não é, porém, o fio que nos cabe agora seguir êste da genealogia da poesia lírica européa, embora se enlace tanto com o estudo apaixonante da formação da nossa nacionalidade. Sempre na esteira dos vestígios que os dialectos romances deixaram de si nos escritores e documentos árabes, o senhor Ribera y Tarragó, ao volver ao tema predilecto no *Discurso* de entrada na *Real Academia de la Historia*, depois de demonstrar no seu prefácio á *Historia dos juizes de Cordova* de Aljoxaní (1), que, três séculos corridos sôbre a conquista mussulmana, ainda o idioma árabe não havia penetrado nos antigos naturais islamisados, exprimia-se dêste modo, aludindo á existência do romance falado na zona ocidental da Península, que é hoje Portugal: —«*Respecto de Portugal casi es inutil buscar pruebas, considerando que essa región ha vivido más apartada de las influencias árabes que Aragón, Valencia y Murcia; pero es curiosa anedocta la que se nos refiere en el* Manuscrito del Museo Jalduni, *fol. 2 v.°, en que aparece un sabio portugués de Santarén hablando en romance dentro de la Aljama de Córdoba.*». Mas seria êsse romance o mesmo que se falava no resto de Espanha? Ainda nêste capítulo, a erudição espanhola nos ajudará. «*Ahora bien,*» — escreve o abalisado filólogo D. Ramón Menéndez Pidal, respondendo ao arabista D. Francisco Codera na sua recepção na *Real Aca-*

(1) Madrid, 1914.



Digitized by Google

*demia Española,— «la lengua castellana difiere de los demás idiomas romances sus hermanos en perder la* j *ó* g *latina inicial delante del* e *ó* i *inacentuada. por ejemplo en los vocáblos* enero, hiniesta, hinojo, helar, enebro, *mientras los otros idiomas de la Península conserban la consoante latina, de acuerdo con el francés, italiano y demás idiomas romances, y asi el portugués dice* janeiro, giesta, *el leonés* genero, giniesta, *y el catalán* janer, ginesta. *Por donde vemos que el romance hablado en Andalucia, antes de la reconquista de esta región, convenia en este rasgo con el portugués, leonés, aragonés y catalán y no con el castellano.»* E parágrafos adiante o senhor Menéndez Pidal insiste na sua idéa: — «*En fin, esta opinión que acabamos de exponer trae como consecuencia una sumaria teoria del estado prehistórico de los idiomas romances en la Península. Estos hallábanse hasta el siglo XI distribuidos en forma muy diversa de la que después estubieron. En el mapa linguistico de España desde el siglo XIII acá los dos extremos dialectales, es decir, el portugués y leonés al Occidente, y el catalán y aragonés al Oriente, estan absolutamente asiados por el castellano, que entre uno y otro se dilata en una zona central ensanchada notablemente de Norte a Sur. Muy al contrario nos hemos de representar el mapa antiguo: esos dos extremos, no sólo se acercaban más por el Norte, sino que se unian en el Centro y el Sur, mediante el habla de las regiones de*

Digitized by Google

*Toledo y Andalucia análoga á la de los dos extremos.»*

Reputo ser o suficiente para que se haja de caracterisar o romance que os naturais das zonas islamisadas do actual Portugal falariam entre si. Deduz-se daqui quanto Alberto Sampaio se enganou, ao supôr o português uma língua imposta pelos cavaleiros da Reconquista aos seus irmãos de aquem do Tejo. Mas já claramente o perscrutava essa vigorosa, embora desconexa, cerebração que foi Adolfo Coelho. Eis como êle se manifesta num pequeno estudo, que intitulou *Origens do portuguez do Sul:* — «Os trabalhos históricos, especialmente de Alexandre Herculano, provavam que no S. existia, sob o domínio mussulmano (berbere-arabe), uma população cristã, isto é, de *mosarabes,* cristãos em parte arabizados. Um ponto importante resta esclarecer nesta matéria.» E Adolfo Coelho pregunta: — «Que língua falavam êsses mosarabes?»

«Foi sempre minha convicção,» —declara êle,— «que as populações cristãs do S. do que veio a ser Portugal, falavam já, antes da reconquista do século XII, a mesma que as do N., embora um pouco diferenciada, não constituindo, porém, como se supõe por uma falsa analogia, absolutamente gratuita, uma língua distinta, para se poder opôr á do N., como na França a língua d'oc á língua d'oil. Essa convicção derivava principalmente do estudo de nomes de logar, rios, montes, etc., do S. e do N. comparados. O latim, cuja extensão em toda a faxa

Digitized by Google

ocidental da nossa Península, compreendendo a moderna Galiza e Portugal (como no resto da Península, exceptuando o domínio do basco), se suspeita do estudo dos autores antigos, e das inscrições e monumentos do período romano achados em nosso solo, ter-se ia ido modificando de modo por assim dizer igual nessa faxa, por oposição ao latim do leste, que seguia outra direcção revelada nos dialectos que chamamos espanhois. Nos documentos em latim bárbaro, que vieram até nós a partir do meio do século IX, transparece a língua vulgar, o português do N., em grande número de formas e na sintaxe. Não havendo documentos do S. anteriores á reconquista, temos que recorrer aos nomes próprios aludidos e investigar se há entre êles maior ou menor número que razões aceitáveis nos façam considerar como existentes no S. antes dessa reconquista e examinar se êsses nomes devem ser considerados na sua fonética e morfologia, ou pelo menos na sua fonética, como portugueses.»

E das reflexões de Adolfo Coelho é quanto nos basta, para que, somadas aos subsídios antecedentes, se evidencie, mesmo na época anterior á Reconquista, uma identidade linguística entre o Sul e o Norte, traduzindo, áparte variantes minímas, a identidade da mesma raça. E se o Sul, mais castigado pela presença islamista que o Centro, não nos oferece um foco de mosarabismo tão assinalado como Coímbra e o mosteiro de Lorvão, seu visinho, não olvidemos também que, em seguida ao des-

Digitized by Google

membramento do Califato de Córdova, e antes da vinda dos Almorávides, a sua cultura foi notabilissima nas côrtes dos pequenos valiatos de Evora, Beja e Silves, incluindo Badajoz, — séde da monarquia dos Alaftas. Não desfiarei o cortejo interminável de homens ilustres, — pensadores, poetas e guerreiros, que ali tiveram o berço. Esses, de maior ou menor formação arábiga, conquanto de origem indigena, não contam para o nosso caso. Como sinal de profunda revivescencia autóctone no território que é hoje, sobretudo, o Alentejo, deixaram resonância na história as constantes rebeliões contra o poder do Califado, fomentados principalmente pelas massas mosarabisadas. A anedota do sábio natural de Santarém, falando romance em plena *aljama* de Cordova, testifica-nos também quanto essa linguagem se não restringia ás camadas ínfimas e obscuras. E se nos recordarmos agora que, talvez igual ao de Lorvão, existia no Algarve um outro cenóbio cristão de nomeada por todas as Espanhas, acabaremos de convencer os mais incrédulos. Era o santuário do Cabo de S. Vicente, — a afamada igreja do «Corvo», onde se guardavam as relíquias do santo mártir. O geógrafo árabe Idrisi, tal como Strabão, de citação inevitável em geografia antiga da Península, descreve-la assim: — «Dêsde Tarf-algarb á igreja do Corvo vão sete milhas. Esta igreja não sofreu alteração nenhuma dêsde o tempo dos Romies (cristãos), possuindo muitos bens pelas esmolas que lhe fazem e pelas ofertas que lhe le-

Digitized by Google

vam os cristãos, que ali acodem em peregrinação. Está situada sôbre um promontório que se interna pelo mar. Sôbre a tôrre da igreja há sempre dez corvos, os quais nunca ninguem viu ausentarem-se de ali... Quantos passam por aquela igreja vêem-se obrigados a não sairem enquanto não hajam participado da comida que ali se oferece... A igreja, com as suas pertenças, está servida por sacerdotes e monjes, e possue tesoiros consideráveis e rendas copiosas, na sua maior parte derivadas das esmolas e donativos recolhidos nas comarcas e povoações do Algarve, empregando-se tanto nas necessidades da igreja, dos seus ministros e das demais pessoas, dedicadas ao seu serviço, como em acolher os viajantes e peregrinos que venham a visita-la, sejam poucos ou muitos.»

Também em Faro,—e daí o seu nome de *Santa Maria de Faro* ou do *Ocidente*—, se erguia um magnífico templo, dedicado a Nossa Senhora. Informa Simonet: — «*Esta iglesia, según los escritores árabes, era de excelsa fábrica y con enormes columnas ó pilares de plata de gran altura y de tanto grueso, que un hombre no era bastante para rodear una de ellas con entrambos brazos, iglesia, en fin, con la que no competia en celebridad por este tiempo ninguna de la España arabe, sino la famosa del Cuervo situada en el mismo territorio del Algarbe...*» «*Es de presumir*» — continúa Simonet, — «*que esta iglesia de Santa Maria de Ossónoba haria de Catedral, y más estando en la*

Digitized by Google

*capital de la comarca y donde, bajo la dominación visigoda, hubo silla episcopal suffraganea de Mérida. Es asimismo de suponer que en todas las comarcas que por este tiempo se fueron emancipando del yugo sarraceno bajo jefes españoles, aunque mutadies, volveria a florecer el culto católico, se restaurarian las sedes é eglesias destruidas y se crearian acaso otras nuevas, floriciendo las conservadas desde los tiempos antiguos. Consta de um modo terminante que asi sucedió en algunos distritos, como lo veremos oportunamente, y asi no es aventurado suponer que lo propio sucediese en Beja, Ossónoba y otras provincias.»*

Para que insistir? A unidade da raça está mais que evidenciada na unidade da Língua e na unidade da Fé. Assim não admira que á maneira que os cavaleiros da Reconquista avançavam, se visse levantar,—na frase de Martins Sarmento—, «dos confins do Algarve até ás fronteiras da Galiza um povo possuindo o mesmo modo de sentir e de pensar.» Na dissolução dos laços sociais que a catástrofe visigótica ocasionára, o Cristianismo o manteve ligado, cimentando assim os alicerces da futura pátria portuguesa. A' mercê do seu vagabundismo filosófico, intentou o senhor Basílio Teles desmentir essa rara virtude colectiva provada longamente durante o decurso secular das gerações.

Não há Norte contra o Sul,—nem Sul contra o Norte! Há na sua bela homogeneidade moral e social o Portugal de nós todos,—o Portugal que tanto

Digitized by Google

nasceu da espada de Afonso-Henriques, como das obscuras cristandades mosárabes em que o génio da raça se perpetuou iluminadamente, graças ao calor dum como que pre-sebastianismo. Que o Portugal de nós todos reine sempre em senhor das nossas inteligências e que as teorias que levam á guerra civil se expulsem sem contemplações das páginas imortais da sua história!

Digitized by Google

# A MÚSICA DAS "CANTIGAS"

Digitized by Google

Digitized by Google

# A MÚSICA DAS "CANTIGAS" (1)

Mal haverá um ano que a cultura peninsular se honrou com uma afirmação altamente sensacional e do maior interêsse para nós, portugueses. Aludo ao longo e exaustivo trabalho do catedrático eminente da Universidade Central de Madrid, D. Julián Ribera y Tarragó, sôbre a música das *Cantigas* do Rei Sábio. Complemento á edição das *Cantigas* empreendida em tempos pela *Real Academia Española* e cujo comentário crítico foi confiado á pena do falecido marquês de Valmar, o estudo do senhor Ribera y Tarragó constitui um verdadeiro acontecimento, destinado aos resultados mais imprevistos, não só dentro dos domínios da erudição e do bom-saber, mas ainda como uma fonte de incalculáveis motivos artísticos. Graças á aplicação beneditina do senhor Ribera y Tarragó, resolveu-se, e com inesperado sucesso, o problema

(1) *La música de las Cantigas. Estudio sobre su origen y naturaleza con reproduciones fotográficas del texto y transcripcion moderna, por Julián Ribera, de las RR. AA. Española y de la Historia.* Madrid, 1922.

Digitized by Google

que persistia em se manter cerrado á volta da música das *Cantigas de Santa Maria*. «*El estudio de las Cantigas,*» — recorda-nos o ilustre professor da Universidade Central de Madrid,—«*como el de los cancioneros medievales de Europa, ha sido intentado por varios musicólogos nacionales y extrangeros; se ha acometido con afán, reiteradamente, con extremado ahinco, hasta quizá, quizá, forzando la cerradura; mas la esfinge ha permanecido hermetica: las tentativas de interpretación no han alcanzado éxito. Pero asi como aquella puerta misteriosa de que nos hablan las* Mil y una noches *no se dejaba abrir a fuerza de golpes violentos, ni con llaves ni ganzúas, y se abria suave y automaticamente a cualquiera que pronunciase la fórmula de «Abrete, Sésamo!», del mismo modo por encanto, sin casi dificultades, se me reveló la esfinge.*»

Como? Até agora a música das *Cantigas* tinha-se sempre procurado interpretar com a preocupação de que, em harmonia com o tema, se tratava de música eclesiástica, de raiz aproximadamente gregoriana. Sabe-se que a incógnita da questão, emquanto assim encarada, não cedeu aos porfiados esforços com que era aturadamente investida. Um acaso feliz pôs o senhor Ribera y Tarragó na esteira da ambicionada solução. Dedicando-se com fortuna e perseverança ao esmiuçamento da confusa genealogia das formas poéticas usadas pelos moiros peninsulares durante o tumultuário renôvo da Reconquista, o senhor Ribera y Tarragó chegou

Digitized by Google

a descobertas de incontestável alcance para uma revisão completa das idéas e juizos correntes acêrca das origens líricas da poesia hispano-lusitana. Avançando com método e exemplar continuïdade nas suas investigações, o ilustre arabista conseguiu apurar que os moiros peninsulares, — os andaluzes, sobretudo, inventaram para as suas expansões métricas um sistema estrófico próprio, em tudo diferente dos sistemas árabes clássicos. Volvamos a escutar o senhor Ribera y Tarragó, professor autorisadíssimo, a quem é grato ceder-se a palavra: — «*Muchas de las composiciones hechas con arreglo a ese nuevo sistema, por sus multiples y artísticas combinaciones de rima, por la elegancia, la brillantez y naturalidad ó espontaneidad de su estilo, ofrecieron atractivo tal, que se difundieron con aplauso y se hicieron populares, no solo dentro de la Peninsula, sino también en los paises musulmanes del Norte de Africa y de Oriente, y hasta fueron imitados por los trovadores provenzales, por los minnesinger alemanes y por otros poetas europeos.*»

Não pormenorisaremos no actual momento a revolução trazida á história das literaturas da Península pela douta actividade do senhor Ribera y Tarragó. Mais de espaço contamos condensar em adequados limites o que, porventura, haja de positivo no tocante á génese e vários antecedentes da nossa antiga poesia lírica, — da poesia dos nossos *Cancioneiros* afonsinos, principalmente. Recomen-

Digitized by Google

damos, no entanto, a algum leitor impaciente os *Discursos* de admissão do mencionado senhor D. Julián Ribera y Tarragó à *Real Academia de la Historia* e á *Real Academia Española*, aquêle de 1915, o segundo de 1912, onde se nos depara matéria tão inopinada como abundante.

Reforçando-se no seu propósito, o abalisado catedrático da Universidade de Madrid acompanhou a difusão da métrica empregada pelos moiros andaluzes através dos vários cancioneiros cristãos da Península. O que mais o impressionou foi o *Cancioneiro*, pertencente á livraria do Palácio do Oriente, publicado em 1890 por D. Francisco Asenjo Barbieri. A característica de semelhante colectânea, concernente na sua totalidade aos séculos XV e XVI, consiste em registar, ao lado de numerosas canções de natureza popular e arcaica, a música correspondente em notação da época. Observou D. Julián Ribera que, entre os trechos de feição popular mais evidente, sobressaíam alguns de construção estrófica, igual á usada pelos moiros andaluzes. E um havia, especialmente, — registado debaixo do n.º 17 —, de manifesta proveniência oriental e que, antes de se introduzir no património da poética popular da Espanha mussulmana, já em Bagdag andára na bôca do povo, em tempos do califa Harún Arraxid, — o que figura no conto célebre do velho plantando nogueiras.

«*Al advertir el hecho de haber passado a la literatura cristiana española ese tema lírico orien-*

Digitized by Google

*tal,»* — pondera a tal respeito o autor, cuja lição estou glosando e aproveitando,— «*hube de hacerme la seguiente pregunta: Sí el tema poetico, cantado en árabe y de difícil traducción, se ha vertido al castellano; si la forma artística de la letra con los propios caracteres del sistema moro español se han conservado también, no habrá perdurado, juntamente con ellos, la musica, que es lenguaje que toda persona de cualquier nación del mundo puede aprender?*» Longe de ser um músico profissional, ou de se preocupar, pelo menos, com as generalidades da história da Música, um simples movimento de curiosidade culta levou o senhor Ribera y Tarragó a entoar a canção referida. «*Sorprendióme una singular coincidencia: la música y la letra estaban acopladas simetricamente: cada verso, su ajustada frase melódica: a los versos de la misma rima aplicábase identica ou similar frase musical; a los de rima diversa, diversa musica; habia estribillo para el coro popular, y estrofes para el cantor solista; en una palavra: paridad de forma artistica de letra y musica.*» E o sábio académico espanhol informa na sequüência das suas deduções: — «*Esa semejanza de forma não podia atribuirse discretamente a coincidencia fortuita, sino al acoplamiento exigido por el sistema metrico musical: la letra y la musica se habian fraguado sobre el mismo molde artistico. Se ofrecian, pues, indicios vehementes de que la musica, como el tema poetico, era de origen árabe.*»

Digitized by Google

Levantada a suspeita e fundamentada em razões de suficiência bastante, importava agora certificar-se o senhor Ribera y Tarragó se estava, ou não, em presença de um trecho de música árabe. Ora os estudos realisados acêrca de música árabe não forneciam ao exame do investigador nenhuma melodia que se reputasse com segurança anterior ao século XIX. Começou imediatamente o senhor Ribera a consultar os autores especialisados no conhecimento de música oriental, — da arábiga, destacadamente, persuadindo-se com o desenrolar paciente, mas firme, das suas pesquisas, «*no solo de que las melodias del* Cancionero de Palacio *eran árabes y se habian popularizado en la Peninsula, sinó que también se habian difundido por la mayor parte de los pueblos de Europa. Pasados siete años dedicados casi constantemente a esa labor*», — conta-nos no prólogo do seu monumental volume o douto arabista, — «*disponiame ya a redactar un libro acerca de las razones de la musica popular española y europea, cuando li en la obra de un historiador de la musica española* (1), *hombre de escasisima autoridad scientifica, la cita de una canción que, según el afirmaba, era una cantiga de Alfonso el Sabio. Como la melodia de esa canción semejaba a las que yo habia estudiado en el* Cancionero de

(1) Mariano Soriano Fuertes, *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850*, Madrid, 1885.

Digitized by Google

Palacio, *consideréme obligado a comprobar la cita acudiendo a los manuscritos originales de las* Cantigas, *las cuales yo no habia intentado siquiera estudiar, porque los mas autorizados tratadistas musicales afirmaban, como bien averiguado, que las* Cantigas *eran musica religiosa semejante al canto llano, muy distinta de la que era objecto de mis investigaciones.*»

Entrava o senhor Ribera y Tarragó, por esta súbita via, no caminho das mais sorridentes conclusões a-pesar-de Soriano Fuertes, — o autor invocado, se ter redondamente enganado na sua alusão, visto que nem no códice das *Cantigas*, guardado na Biblioteca Nacional de Madrid, nem nos códices da Biblioteca do Escurial se acha a tal canção atribuida por êle ao Rei Sábio, avô do nosso D. Denís. Mas, confessando-se gratissimo á leviandade de Mariano Fuertes, o senhor Ribera y Tarragó, possuidor agora de cópias fotográficas das *Cantigas*, extraídas dos mencionados códices, decidiu-se a analisá-las com atenção e escrúpulo.

Contra a opinião transitada em julgado de que a música das *Cantigas* se moldava nos processos vulgares da música eclesiástica medieval, imediatamente ocorreu ao insigne arabista de que em Sevilha, acabada de conquistar aos moiros, se copiaram e, presumivelmente, as *Cantigas* se compuseram. Ora como Afonso-o-Sábio mostrára sempre entusiasmo pela cultura muçulmana e como na sua côrte figuravam músicos moiros, desde que em Sevilha



Digitized by Google

se localisava um dos centros então mais prestigiosos da arte musical, o senhor Ribera y Tarragó não constrangia em nada a lógica dos seus raciocínios, admitindo que fôsse árabe a música das *Cantigas*.

«*Siguiendo esta hipótese,*»—esclarece-nos êle,—«*apliquè a la notación de las* Cantigas *los principios averiguados en las cuarenta o cincuenta melodias árabes del* Cancionero de Palacio, *y ese fué el talisman que me abrió la puerta misteriosa: había encontrado la clave necessaria para su interpretacion: ni una sola cantiga de aquel manuscrito opuso resistencia, revelandose que la musica de las* Cantigas *es la colleción de piezas vocales y instrumentales que formaban el repertorio de los profesionales moros españoles de la corte de Alfonso el Sabio; piezas conservadas en su parte melodica por notación musical del siglo XIII, es decir, hace ya siete siglos; ejemplar admirable y curiosisimo de la cultura musical del pueblo español en la Edad Media.*»

O âmbito do projectado estudo do senhor Ribera y Tarragó alargava-se assim consideràvelmente. Pensou primeiro o ilustre catedrático em publicar apenas as *Cantigas* do manuscrito guardado na Biblioteca Nacional de Madrid, por ser o mais antigo, pois contém o núcleo primitivo da obra do Rei-Sábio. Apressou-se a *Real Academia Española* a tomar para si o encargo de dar á estampa as locubrações do senhor Ribera y Tarragó,

Digitized by Google

seu sócio efectivo, em suplemento á edição das *Cantigas*, ordenada pelo marquês de Valmar. Entendeu a benemérita agremiação que ás *Cantigas* do códice de Madrid se juntassem outras do códice escurialense J. b. 2 e que de aquêle não constassem. Cumprindo a deliberação da *Real Academia*, o senhor Ribera y Tarragó transferiu para notação musical moderna, não só as 128 cantigas do manuscrito de Madrid como mais 167 do códice escurialense, ficando sómente por publicar as que não passavam de repetições ou variantes inúteis do mesmo motivo.

Não me cumpre a mim criticar com competência o labor do senhor Ribera y Tarragó. Alinho únicamente uma modesta ementa bibliográfica para que os amigos da cultura peninsular, que desconhecem ainda tão importante trabalho, atinjam bem quanto ela se enalteceu com o estudo de D. Julián Ribera.

Não nos achamos em frente de um paciente desenfado de investigador miúdo e pertinás. O senhor Ribera y Tarragó já em escritos seus anteriores, realçados pela sua particular autoridade como arabista, nos demonstrára com proveito e largueza de dados que «*los monumentos de la lirica européa en lenguas vulgares, provenzal, alemana, de los Minnesinguer y la italiana (y aún los latinos de los* Carmina burana, *etc.*), *aparecen con posterioridad á la lirica vulgar de los musulmanos españoles.*» A nós, portugueses, o caso toca-nos

Digitized by Google

de perto, porque a lírica popular dos muçulmanos espanhois, sem inserção alguma na lírica islâmica, da qual diverge radicalmente, desde as formas e rítmos empregados até á sua essência emocional, pressupõe, como fonte directa, «*ó una lirica andaluza romanceada, anterior al siglo X, más antigua que la que aparece en los cancioneros portugueses, ó una lirica gallega antiquissíma, que la colonia gallega tarjo a Andalucia, de donde procede la romanceada andaluza, anterior a Abencuzmán.*» Pois que em nada é provável a existência duma «*lirica andaluza romanceada*», nos termos apontados pelo senhor Ribera y Tarragó, ao lirismo galaico-lusitano se terá de pedir a explicação do lirismo popular muçulmano da Espanha do sul, representado pelo poeta Abencuzmán,—objecto de muitas vigilias do catedrático da Universidade de Madrid.

¿Para que acentuar o significado valiosíssimo de tais indagações? Menéndez y Pelayo, na sua indispensável *Historia de la poesia castellana en la Edad Media* (Tomo I, págs. 229-231), já assinalára a rara individualidade do lirismo galaico-lusitano, concedendo-lhe pergaminhos de remota autoctonia (1). Graças ao depoimento do inolvidá-

(1) Reportando-se á «poética» própria da poesia galáico-lusitana, fragmento constante do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, assim se exprime na obra e páginas citadas Menéndez y Pelayo: — «*El gran interés de este fragmento consiste en que cataloga y define, al lado de los géneros eruditos cor-*

Digitized by Google

vel mestre, encostado a passos elucidativos de Silius Italicus e de S. Martinho de Dume, convencemo-nos, com efeito, da recuada antiguidade a que ascendem no noroeste peninsular as manifestações duma arraigada poesia oral entre o povo. Por intímas predisposições étnicas se pretende justificar a sua formação e persistência. Sempre tão cauteloso, Menéndez y Pelayo não se eximiu ao influxo da miragem celtista, que tamanha vaga disfrutou nos círculos cultos da Europa meridional.

---

*tesanos, los géneros populares cultivados por los trovadores à la imitación, de los joglares: las* cantigas de amigo *y las* villanescas. *Esta es la vena legitima del lirismo gallego que los cancioneros ofrecen. No hay rastros de tales poesias en el de Ajuda, compuesto en general de trovadores muy antiguos; por lo cual debemos creer que la irrupción de la poesia popular en el arte culto ha de referirse principalmente al reinado de D. Diniz, en que por gala y bizarria se dieron a remedar principes y magnates los candorosos acentos de las canciones de romeros, pescadores y aldeanos, adaptando sin duda nuevas palabras a una musica antigua. El descubrimiento de este lirismo tradicional, que pertence al pueblo por sus origines, aunque sufriese sin duda una elaboración artistica,* » — desenvolve Menéndez y Pelayo,— «*es el más inesperado, asi como el más positivo resultado de las últimas investigaciones sobre nuestra literatura de la Edad Media. Hoy no es possible negarlo: hubo en los siglos XIII y XIV una poesia lirica popular de rara ingenuidad y belleza, como hubo una poesia épica aunque en lengua diferente. Quién podrá llegar hasta las más escondidas raices de ese lirismo? Quién podrá sorprender sus primeros infantiles pasos? ¿Se trata de un fondo étnico común a todos los pueblos del Mediodia*

Digitized by Google

Mas, independentemente de qualquer preferência teórica na apresentação das suas hipóteses, é fóra de dúvida que o seu celtismo mitigadíssimo não compromete de maneira alguma o *indigenato* dessa poesia fluente e doce, transitada da roda viva das romarias para a estilisação doirada dos *Cancioneiros*. Tão entranhado como incontestável, para êle, — para semelhante indigenato, apelava, decerto, o senhor Ribera y Tarragó, quando nos fala duma «*lirica gallega antiquissima*», difundida na

---

*de Europa, ó de algo própio y caracteristico del pueblo gallego? ¿ Por que amaneció alli la poesia lirica con caracter más popular que en Provença, y con un cierto fondo de melancolia vaga, misteriosa y soñadora? Á todas estas cuestiones se ha procurado dar respuesta, pero hasta ahora con más fuerça de ingénio y de agudeça que rigor crítico. Cuanto los datos faltan, toda generalisación ha de ser temeraria y prematura. La hipótesis céltica no satisface del todo ni está exenta de reparos, pero algunas dificultadas allana y es hasta ahora la mas admisible. Buscar soñados origines germânicos, tomando por pretexto el echo de la conquista sueva, que solo pudo ejercer una influencia superficial y exterior, y de ningun modo penetrar las capas mas hondas de la población galaica, parece tan fuera de proposito como remontarse, según otros, a los mismisimos pueblos turanios y al lirismo de los himnos acádicos. Todo esto puede ser materia de paradojos y ameno discreteo, pero conviene conservar a la historia la severidad de su método, y dar siempre lo cierto por lo cierto y lo ignorado por lo ignorado. Qué ploblación antecedese en Galicia á los celtas, ni lo sabemos hoy, ni quizá lo sabremos nunca a punto fijo. Pero de los celtas galaicos sabemos por testimónio de Silio Italico que* ululaban cantos bárbaros en su patria lengua,

Digitized by Google

Andaluzia pelos escravos galicianos, com tanta procura nos mercados e bazares de Córdova. Daí brotaria seguramente (e em virtude de condições que o senhor Ribera y Tarragó largamente explana) a poesia romanceada dos moiros andaluzes, em que o mesmo senhor Ribera radica a paternidade da lírica européa das línguas vulgares, pois que «*sin ella* (a poesia romanceada dos moiros andaluzes) *no se explican los sistemas que en Europa aparecen posteriormente*» (1).

Impugna-se assim, e com lusida vantagem para nós, portugueses, a alardeada hegemonia do provençalismo naquilo em que reside o melhor brazão dos nossos *Cancioneiros*. Jeanroy, no seu livro

---

*y consta asi mismo por vários cánones de concilios y por un libro de San Martin de Braga* (De correctione rusticorum) *que conservaran, despues de convertidos al cristianismo, supersticiones más ó menos poéticas y canciones profanas. Puede disputarse en que lengua estarian: lo verosimil es que fueren en latin barbaro, ou lengua rústica, y que de ellas se pasase por transición gradual á los cantos en lengua vulgar. Que estos son indigenas non cabe duda; lo demuestra su misma ausencia de carácter bélico, la suave languidez de los afectos, el perfume bucólico, que nos transporta á una especie de Arcadia, relativamente próspera en médio de las tribulaciones de la Edad Media. El ideal que esa poesia refleja es el que corresponde á un pueblo de pequeños agricultores, dispersos en caserios, y que tienen por principal centro de reúnion santuários y romerias.*»

(1) Veja-se sôbre esta tese do senhor Ribera, o seu *Discurso* de admissão á *Real Academia Española*, Madrid, 1912.

Digitized by Google

*Les origines de la poèsie lyrique en France*, reconhece, não sem constrangimento, que a lírica galega é das mais arcaicas da Europa e a mais antiga das Espanhas, declarando também que a lírica portuguesa, já personalisada nos nossos monumentos literários do período afonsino, se mostra rebelde—os *Cantares-de-amigo*, sobretudo—a toda a tentativa de a sujeitarem a uma ascendência transpirenaica. Convém não esquecer que Menéndez y Pelayo caracterisava os *Cantares-de-amigo* da côrte de D. Denis como um jôgo poético, em que se adaptaram «*nuevas palavras a una musica antigua.*» Discorrendo das canções de Abencuzman, oferece-nos o senhor Ribera y Tarragó a informamação preciosa de que «*pueden llamarse de amigo, pero con acepción menos decente que en la lirica gallega*», — tão fielmente os *Cantares de-amigo* do nosso ciclo dionisíaco traduziam as afeições sentimentais e rítmicas da velha poesia galaico-lusitana!

Provindas igualmente da anónima e colectiva musa do noroeste da Península, as *Cantigas de Santa Maria*, compostas em galego pelo verdadeiro iniciador da cultura castelhana, são, como sinal da preponderância exercida na Península pelo génio lírico das suas partes ocidentais (1), o do-

(1) É conveniente avivar na lembrança dos que me lêem o passo célebre do marquês de Santillana no seu *Proemio... al Condestable de Portugal*: — «*Y después hallaron este arte que mayor se llama y el arte común, creo en los reinos de Galicia y Portugal, donde no es de dudar que el ejercicio*

Digitized by Google

cumento que mais amplamente nos demonstra a quanto chegou em prestígio e em finuras emotivas a fala que, bipartida ao depois por fôrça de causas históricas, se vazou no português, por um lado, emquanto, por outro, se reduzia, com o galego própriamente dito, à miséria dum pobre dialecto aldeão, vegetando triste e inglório. Pronuncía-se o senhor Ribera y Tarragó: — «*Los versos de las Cantigas están escritos en el romance peninsular galaico portugués, lengua no dificil de entender para los españoles; el sentido y la forma métrica no están escondidos o velados por caracteres misteriosos; la poesia se ha podido leer, estudiar y examinar por los eruditos sin dificuldades aparentes; sin embargo, por el simples hecho de ser desconocido el sistema lirico de los moros españoles, que es el seguido en las Cantigas, ellos no han advertido siquiera la forma de su construcción estrófica. Aunque la puerta parecia fisicamente abierta, espiritualmente estaba cerrada.*»

A obsessão provençalesca fechava os olhos aos historiadores da literatura espanhola, sempre que se punha em discussão a métrica empregada pelo Rei-Sábio. «*El Señor P. J. Pidal, en su introduc-*

---

*destas ciencias más que en ningunas otras regiones ni provincias de la España se acostumbró; en tanto grado que no ha mucho tiempo cualesquier decidores y trovadores destas partes, ahora fuesen Castellanos, Andaluces, ó de la Estremadura, todas suas obras componian en lengua gallega ó portuguesa.*»

Digitized by Google

*ción al* Cancionero de Baena *(pag. LIV) no tiene dificultad en creer imitación lemosina la forma de las Cantigas; el P. Garcia Blanco, al hablar de las Cantigas, dice que en ellas se despliega «toda la rica variedad de los metros provençáles»; Ticknor repite que en las Cantigas «todo lleva el sello de los poetas provençales» y Valmar cree que «la poesia de las Cantigas, como toda la poesia galaico-portuguesa de los siglos XIII, XIV y XV, es hija de la provençal y francesa».* Êste era o tom geral com que a complexa questão das *Cantigas* se ventilava. Apenas se conta a excepção de Milá y Fontenals, que declára não achar motivo para, em conjunto, considerar as *Cantigas* como uma derivação do provençalismo, — e a de Menéndez y Pelayo, seu discípulo, que, na intuição de juízos mais tarde vigorosamente afirmados, escreve algures: — «*La misma perfección de lengua y ritmo que en las Cantigas se observa es indicio claro de una elaboración poetica anterior y quizá muy larga, cuyos primitivos monumentos han perecido. No es posible aventurar conjetura de gran fuerza sobre tiempos tan remotos y obscuros como aquellos en que la poesia de las lenguas vulgares comenzó a emanciparse de la latina.*» E termina salientando nas *Cantigas* o predomínio galaico.

Em face das descobertas do senhor Ribera y Tarragó, a incógnita do problema tocante á estrutura das *Cantigas* desvaneceu-se absolutamente. Diz o abalisado arabista: — «*la imensa mayoria*

Digitized by Google

*de ellas tiene la forma de zéjel de los moros españoles, el cual... nació en Andaluzia a fines del siglo IX o principios del X: una estrofilla tematica, generalmente en distico, a la cabeza de cada cantiga, que es el estribillo que canta el coro; luego una estrofe compuesta de tres versos monorrimos, seguidos de un cuarto con rima común, para el cantor solista.»* Lamento que a tirania dos limites não permita alongar-me acêrca do *zéjel* e do seu extraordinário desenvolvimento. O *zéjel* (1) é a forma estrófica característica do sistema lírico inventado pelos moiros andaluzes, em que tanto temos insistido na nossa longa, mas ao mesmo tempo comprimida notícia. Coincidindo com uma vigorosa afloração de nacionalismo hispânico nas regiões peninsulares submetidas ao Califado de Córdova, êsse sistema inicia-o um poeta cego, Mocádem ben Moafa, natural de Cabra, cidade pertencente aos domínios do grande caudilho nacionalista, Omar ben Hafsun. Principiou Mocádem ben Moafa *«a cantar estribillos nacionales, canciones nuevas, en las que se empleaba la lengua romance,*

---

(1) *«El nombre de zéjel, dado a esta clase de composiciones, quiere decir, a juicio mio, canción ó balada que se canta a plena voz, ante público callejero y numeroso. Aparte de su acepción etimologica, nos lo declara el mismo Abencuzman, canción LVI, estrofe 3.ª, verso 3.º, donde se dice: «Cantamos a voz en grito»* (D. Julián Ribera, *Discurso* cit., nota a págs. 27-28).

Digitized by Google

*vulgar y corriente en aquel éntoces entre el pueblo andaluz de toda categoria y religión.»*

«*No solo eran populares sus poesias por la lengua, sino porque el sistema métrico que el empleó era esencialmente popular, puesto que se basaba en un estribillo popular, destinado a que el pueblo lo cantara...*»—agrega o senhor Ribera y Tarragó,—«*es, por conseguiente, un brote del estro indigena popular español*». ¿Em que consistia o novo sistema, que, introduzido pelo cego de Cabra, acabou por suplantar e exilar as formas cultas, importadas do Oriente com a chamada «civilisação árabe»? Continúa o eminente catedrático da Universidade de Madrid a esclarecer-nos:—«... *el nuevo sistema ofrecia novedades que se distinguen de la clásica «casida» árabe. En esta los versos constaban de los hemistiquios rimando en toda la casida todos los segundos hemistiquios con una misma rima y teniendo todos una misma medida métrica. En el nuevo sistema métrico no habia hemistiquios sino versos cortos rimados con variada rima y varia medida, aunque sujetos todos a una pauta matemática, señalada por el estribillo popular, que era la base de las composiciones y esencia del sistema.*»
Lançado o *zéjel* por Mocádem ben Moafa, e lançado em forma embrionária ainda («*un paréado, por estribillo y una carteta por estrofa*»), cresceria em êxito, aperfeiçoar-se-ia, através de diversos poetas, que, de popular, acreditaram como culta a semelhante forma. Destacarei Abencuzmán, cujo

Digitized by Google

espólio poético chegou até nós integralmente e que facilitou ao senhor Ribera y Tarragó o primeiro passo para as suas sensacionais descobertas. Alastrando-se numa divulgação triunfal, a medida rústica de Mocádem ben Moafa alcançou não só os favores do gôsto colectivo, mas a mais completa nobilitação literária. «*No hubo provincia o región española, aún las más apartada, a la que no llegasse la moda de tales canciones; todos tuvieron sus poetas populares... En el Ocidente brillaron Abengayats, de la región de Beja; Elcamit, extremeño, de Badajoz, y Abenhabib, del Algarbe.*» Mas o centro foi Sevilha, onde, em tempos do célebre Almanzor, com tamanha onda de poetas, se criou uma repartição especial de administração pública encarregada de os classificar e premiar, como se se tratasse dum serviço do Estado.

Mas se o *zéjel* se cantava, ¿com que música o cantavam? Eis-nos outra vez com o nosso assunto enlaçado. Interroga o senhor Ribera y Tarragó: — «*¿Se utilizó exclusivamente la música indigena española, o se empleó o modificó la música oriental que se habia popularizado en España desde principios del siglo IX en que vivió Ziriab?*» O mesmo senhor procura desfazer a interrogação. «*Los historiadores nada nos dicen respecto al particular; pero como en el tiempo en que nació este nuevo sistema lirico, a principios del siglo X, se habia difundido ya por la Peninsula la música árabe oriental, de sospechar es que fuera esta utilizada,*

Digitized by Google

*pero con alguna alteración, puesto que la música oriental penetró en España por médio de canciones monódicas, es decir, cantadas por un solo artista, y la forma nueva era coral, basada precisamente sobre el estribillo, que era la parte que habia de cantar el córo.»*

Sem nos invadir a idéa estulta de contrariarmos sequer a especialisada competência do ilustre arabista, fixamos, para fins posteriores, a importância duma diferença tão profunda como a que o senhor Ribera y Tarragó sublinha: a música oriental penetrou em Espanha por meio de canções monódicas, ou seja de canções cantadas por uma só pessoa, emquanto que a fórma nova se manifestava de natureza coral, baseada num estribilho que motivava a intervenção do côro. Acresce, segundo confissão do próprio senhor Ribera, que «*esta nueva disposición de frases melódicas, entre el coro y el solista, debió modificar de algún modo la estrutura musical de las canciones, por lo menos para acomodar la musica a las alternativas de coro y cantor, estabeleciendo relaciones que facilitaran la combinación.*»

Assente a transformação que a música oriental sofreria na Espanha muçulmana para se ajeitar ao género poético inventado pelo cego de Cabra, não oporemos agora à tese do senhor Ribera y Tarragó certas reflexões que nos dansam à flôr da pena. Segundo a lição do eminente catedrático, notáveis compositores surgiram na Península, musicando

Digitized by Google

canções dentro dos moldes impostos pelo sistema lírico popular. Foi um dêles o afamado filósofo Avempace, «*que dominaba igualmente la practica como la teoria de la música*». Um seu detractor, Abenjacán, para o deprimir, acusa-o de uma paixão tão desaforada pela Música que se ia atrás de qualquer ganhão, conduzindo o gado a beber, dêsde que o ouvisse cantar. Isto só prova que havia uma música popular, mais enraïzada talvez do que o supõe a tese do senhor Ribera, e que Avempace enriquecia a sua inspiração artística, recorrendo,— como se notaria hoje — , aos tesoiros do *folc-lore*.

O que é indubitável é que tanto o sistema lírico andaluz, como a música em que êle se cadenciava, transpuseram a órbita peninsular, indo espalhar-se ambos pelo Oriente sumptuoso e longínquo. «*Se verificó en los siglos XII y XIII un cambio de las corrientes civilizadoras del mundo islámico*», — prossegue o senhor Ribera y Tarragó. «*En los primeros siglos de la dominación musulmana vino de Oriente a la Peninsula la cultura oriental: libros de religión, de ciencias y artes; la superioridad del nivel hizo que las aguas se inclinaran de allá hacia aqui; pero luego, el flujo de la cultura varió de dirección, y la corriente estableciose refluyendo en el sentido contrario en los siglos XII y XIII*». Mas o que nos surpreende de-veras é que ainda actualmente o sistema lírico dos moiros andaluzes se observa no Oriente entre as pessoas cultas, como também entre as camadas baixas do

Digitized by Google

povo, — tanto na Pérsia, como na India. Nos seus *Chants populaires des Afghans*, James Darmesteter, ao enumerar-nos os géneros de poesia popular do Afeganistão, menciona-nos a «*car baita*» (*cuartata*, em espanhol), conhecida na Índia por *musamat* e que não é senão o tipo determinado pelo sistema popular andaluz. Em Marrocos, então, o dito sistema quási se naturalisou, a ponto de ser o único utilisado pelos rapazes marroquinos nas suas rimas e jogos infantis. Não nos escape, porém, mais uma indicação do senhor Ribera y Tarragó, — e é ela «*que parece vislumbrarse también la realidad de otro hecho, digno de ser notado: que allá donde se dejó sentir la influencia de esas canciones, cuya letra está ordenada segun el sistema lirico español, se ha introducido tambien la musica española con que se cantaban.*»

Tal é o fenómeno que, efectivamente, se nos depara nas *Cantigas de Santa Maria*. Noventa por cento das *Cantigas* identificam-se com a estrutura do *zéjel* andaluz, sendo a forma empregada por Afonso-o-Sábio mais singela, ou de maior primitivismo, do que a forma usual em Abencuzmán, que é o cânon consagrado do género. Porquê? Porque, no parecer do senhor Ribera, «*era dificil que la lirica gallega naciente aceptara formas tan complicadas como las que habia alcanzado la de los moros andaluces que le servia de modelo.*»

Classificando de «nascente» a lírica galega, expressa nas *Cantigas de Santa Maria*, e alegando

Digitized by Google

a sua natureza incipiente como razão do primitivismo da forma utilisada por Afonso X, se a compararmos á de Abencuzmán, que lhe foi anterior bem mais de um século (1), só por uma deplorável amnésia é que o senhor Ribera y Tarragó se esquece de tudo quanto asseverou e comprovou nos seus magníficos *Discursos* de admissão ás duas Academias, — a da *Língua* e a da *História*, como também do que, de Menéndez y Pelayo a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, se há apurado e joeirado acêrca da perfeita conexão do lirismo popular arcaico do noroeste peninsular com o lirismo renovado dos nossos *Cancioneiros*. A obsessão orientalista perturbou, a meu ver, a serenidade crítica do senhor Ribera y Tarragó, — e de tal modo que, no desfiar de deduções tão exatas e irrefutáveis, o obrigam a taxar de «nascente» a lírica das *Cantigas de Santa Maria*, não se lembrando de que ela culmina uma época de actividade lite-

(1) Abencuzmán ou Aben Cuzmán morreu no ano 555 da Hegira, 1159 da nossa era. Não é descabida aqui uma nota de Menéndez y Pelayo, a págs. 87 do 1.º volume da sua citada *Historia de la Poesia castellana en la Edad Media*. Falando da colectânea das poesias de Abencuzmán, escreve: — «*El Divan ó colección de sus poesias se conserva en la Biblioteca del Museo Asiático, de San Petersburgo, y del se han sacado varias copias en estes ultimos años. Segun Dozy, las canciones de Aben Cuzmán son un tesoro para el conocimiento del dialecto arábigo español. Simonet, que las utilizó para su* Glosario de voces ibericas y latinas usadas entre los mozárabes,



Digitized by Google

rária, em que o idioma galiciano era na Península, — pelo menos, na sua parte central, o idioma literário. Num grau avançadissimo do seu desenvolvimento, essa lírica dispunha até duma «poética», que não se compadece, seguramente, da afirmação precipitada do senhor D. Julián Ribera—, a «poética» que, fragmentàriamente, se salvou com o *Cancioneiro Colocci-Brancuti*. A distinção que aí se faz entre os géneros eruditos e cortesãos, e os géneros de proveniência popular, como os «*Cantares-de-amigo*», pressupõe uma *sensibilidade* e uma *intenção*, que não nos permitem aceitar como «nascente» a lírica consagrada pelas *Cantigas* do Rei-Sábio. De resto, os factos são impiedosos para com a inexplicável asserção do senhor Ribera y Tarragó, por qualquer dos lados por onde se examine. Afonso X escolhe precisamente o idioma galiciano (mais português primitivo, do que pròpriamente galego), porque era o idioma literário e culto da

---

*dice en su introdución (pag. 155) que este Divan constituye el monumento mas rico y acabado que se conoce de la poesia popular y del lenguaje vulgar de los moros españoles. «Como escritos en lengua vulgar y corriente, estos cantares abundan en palabras y aun en frases españolas, en su mayoria de origen latina».* E Menéndez y Pelayo acrescenta: — «*Tenemos entendido que uno de nuestros más avantajados arabistas, D. Julián Ribera, va a tomar por tema en su discurso de ingreso en la Academia Española, el estudio de los generos populares de la poesia hispano-arabe, valiéndose para ello, entre otras fuentes, del* Divan *de Aben Cuzmán.*»

Digitized by Google

Península, — descontada a Catalunha, então, como hoje, mais virada para além dos Pirenéos, do que para o coração e para a consciência das outras Espanhas. Espírito tão elevado, como aberto a uma grande simpatia lusitanista, já Menéndez y Pelayo, há um bom número de anos, declarava ser absurdo «*desconocer que el primitivo instrumento del lirismo peninsular no fué la lengua castellana, ni la catalana tampoco (puesto que hasta muy entrado el siglo XIV, y cuando ya Cataluña habia producido algunos de sus mayores prosistas, los versos seguian componiendose alli en provenzal) sino la lengua que, indifirentemente para el caso, podemos llamar gallega o portuguesa (puesto que las variedades tardaron mucho en acentuarse, y antes en la prosa que en los versos), y que en rigor merece el nombre de* lengua de los trovadores españoles, *la cual fué un dialecto poético convencional en parte como el provenzal clasico y como el italiano de los* librettos *de* Opera (1).»

E Menéndez y Pelayo insiste: — «*Nos encontramos, pues, en presenza de un hecho indisputable y curiosisimo. La primitiva poesia* lírica *de Castilla se escribió en gallego antes de escribirse en castellano, y coexistió por siglo y médio con el empleo del castellano en la poésia épica y en todas las manifestaciones de la prosa. Y este galleguismo*

(1) A citação de Menéndez y Pelayo é da obra já mencionada *Historia de la poesia castellana en la Edad Media.*

Digitized by Google

*no era meramente erudito, sino que transcendia a los cantares del vulgo. El mismo pueblo castellano, que entonaba en la lengua de Burgos, sus gestas heroicas, se valia del gallego para las cantigas de* escarnio *y de maldecir, como lo prueban aquellos curiosisimos versos*

*Rey velho que Deus confonda...*

*con que los vasallos de Alfonso el Sabio increpaban al gran rey de Aragón Don Jaime I, según nos refiere D. Juan Manuel en su* Conde Lucanor.»

Convergindo depois para o ponto que mais directamente nos prende agora, Menéndez y Pelayo infere:—«*Aquel hecho, que a los antiguos analistas parecia aislado é inexplicable, de haber compuesto en gallego todos sus versos el patriarca de la prosa castellana, ordenando a mayor abundamiento que se cantasen en Murcia donde mandó enterrarse, se enlaza hoy con toda una serie de hechos elocuentisimos, y no es mas que confirmación de una ley historica general. No fué capricho o voluntariedad de Alfonso el Sabio el cultivar la poesia gallega, ni menos puede decirse que el la creara, aunque su libro, tomado en conjunto, sea la mas antigua colección poética, que tenemos en ese dialecto.*»

Evidentemente que o senhor Ribera y Tarragó não contesta o que é do domínio comum, mas que preferimos recortar das lições de Menéndez y Pelayo. Nós é que pretendemos com tal autoridade

Digitized by Google

eliminar a classificação de «*naciente*» que á lírica galaico-lusitana dispensa o ilustre arabista, quando nos observa que a estrutura das *Cantigas de Santa Maria* se revela mais primitiva e ingénua do que a estrutura das canções de Abencuzmán, embora anteriores bem um século. Quanto a nós, o motivo é diverso. Derivadas as *Cantigas de Santa Maria*, como as canções de Abencuzmán, do mesmo fundo poético, estas, ao contacto da musa árabe, mais policiada pelo bisantinismo importado da arte oriental, tenderiam naturalmente a complicar-se, conquanto pouco perdessem do seu pronunciado sabor popular. Eis onde estaria a diferença, — diferença que, em meu parecer, ressalta evidente na própria letra das canções de Abencuzmán, meio romanceada, mas com a preponderância da linguagem arábiga mantendo-se, em todo o caso. ¿A mescla que se nota na expressão verbal, não influíria, também, desenvolvendo-se o *zéjel* em ambiente trabalhado por factores antagónicos, numa maior ou menor alteração da quantidade, ou forma, de tão divulgado e festejado género? ¿Não é o senhor Ribera y Tarragó quem destaca a estreita similitude das canções de Abencuzmán com os «*Cantares-de-amigo*» dos nossos *Cancioneiros*, descontando, sem favor para os temas lusitanos, a pouca decência do andaluz? ¿Não correspondiam os «*Cantares-de-amigo*» ao profundo e tradicional veio da poesia galaico-lusitana, guardada entre o povo, a-pesar da intrusão do provençalismo? De sorte

Digitized by Google

que a «*sencillez*» acusada pelo senhor Ribera y Tarragó nas *Cantigas de Santa Maria*, «*en que las subdivisiones de la cuarteta, en vez de llevar (como en Abencuzmán) rimas, no las llevan*», não significa nada uma «lírica incipiente», mas antes uma ligação maior com o meio original, uma maior fidelidade ao tipo basilar. Porque, — não o duvidemos! —, as *Cantigas de Santa Maria* marcam o cume na Península do lirismo galaico-lusitano. «*Un siglo dura proximamente el apogeo de la escuela trovadoresca de Galicia, a contar desde el reinado de Alfonso el Sabio en Castilla y de Alfonso III en Portugal, hasta los de Alfonso XI y Alfonso IV, respectivamente*», — elucida ainda Menéndez y Pelayo. «*Durante todo este periodo, el gallego fué la lengua lírica de las córtes peninsulares (exceptuada la de Aragón y Cataluña, donde predominaba la imitación provenzal directa)*».

Entendo desfeita a desastrada classificação do senhor Ribera y Terragó. O hispanófilo Fernando Wolf chamava á preocupação orientalista o «espectro da literatura espanhola». Êsse espectro resurgiu no espírito do senhor Ribera y Tarragó em termos tais que dir-se-ia alheio ás belas hipóteses entrevistas, pelo que toca á ascendência do *zéjel*, no seu não menos belo *Discurso* de admissão á *Real Academia Española*. Quem ler, na verdade, o formidável estudo com que se abre o grosso volume *in-fólio* de *La musica de las Cantigas* aceitará, como dum mestre, — que mestre é, e eminentíssimo,

Digitized by Google

o senhor Ribera y Tarragó! —. que Alfonso-o-Sábio imitaria nas suas composições religiosas o sistema poético dos mouros andaluzes, sendo, no fim de tudo, o aludido sistema, e por lição do mesmo senhor Ribera, uma derivante presumível da lírica popular galaico-lusitana, de que as *Cantigas*, por seu turno, representam a nobilitação literária.

Tornaremos ao debate logo que, encerradas de momento as presentes reflexões, tenhamos exposto até ao fim o alcance das descobertas e das teorias do senhor Ribera y Tarragó. Confessando-me discípulo e partidário fervoroso de tantas das suas inovações críticas, atrever-me-ei a tentar uma outra interpretação, não para a música das *Cantigas*, mas para a origem dessa música. Não se repetirá por certo a anedota clássica, — *Sutor ne supra crepidam!* —, porque de antemão me subordino ao correctivo que seja de justiça. Não deixarei, no entanto, de indicar o que se me oferece, de passagem, sôbre um tão atraente problema, partindo daquela observação do próprio senhor Ribera, já aqui fixada e para nós, peninsulares, sempre agradável de se ouvir: — «*que allá donde se dejó sentir la influencia de esas canciones* (as dos moiros andaluzes), *cuya letra esta ordenada según el sistema lirico español, se ha introducido también la musica española con que se cantaban.*»

Se houve uma lírica popular galega, donde dimanou a lírica peninsular, tanto do Rei-Sábio, como

Digitized by Google

antes de Abencuzmán, ¿porque não dimanaria também das toadas populares do noroeste da Peninsula a música que, apurada pelo adiantamento musical do Oriente, acabou por estender á Europa a sua fôrça inspiradora? Não nos imaginamos aptos para responder. Contudo, é nossa obrigação, ao menos, justificar a pregunta. Arrojada e descabida incursão, talvez! ¿Mas ser-nos-á perdoada pelo encanto irresistível do assunto e pelo muito que adivinhamos de imprevisto ainda, para além do que de inesperado já nos revelou o senhor Ribera y Tarragó?

Digitized by Google

# QUESTÕES DE HISTÓRIA

Digitized by Google

Digitized by Google

# QUESTÕES DE HISTÓRIA

De modo nenhum negamos ao trabalho de quem quer que seja o aplauso que em justiça nos haja de merecer. Mas, pelo mesmo motivo, não nos encontramos nunca dispostos a faltar ao sentido das proporções, atribuindo ás coisas e ás pessoas um valor diverso daquêle que em realidade lhes pertence. Tal é a nossa posição ante o 1.º volume da *História de Portugal*, do senhor dr. Fortunato de Almeida. Não negamos ao acreditado professor os méritos de laboriosidade e de honestidade que sem discrepância acompanham o seu nome. Na desordem moral e mental do nosso ensino público, é-nos agradável até prestar homenagem á sua figura, que representa uma verdadeira excepção na feira de mercantilismo e incompetência em que a nossa literatura pedagógica se submerge e envilece de dia para dia. Agora no que não concordamos é na categoria de «historiador», que gente, correntemente convencida de culta, entendeu conferir sem reservas ao douto professor do liceu de Coimbra.

Longe de mim o pensamento de escurecer os

Digitized by Google

intuitos, perfeitamente louváveis, em que o senhor dr. Fortunato de Almeida se inspirou, ao traçar com a sua pena fácil o 1.º volume duma *História de Portugal*.

Essa *História de Portugal*, como guia ou manual de ensino, impõe-se, sem dúvida, á nossa recomendação. Já não haverá de ora em diante quem se queixe de que lhe falta um expositor com que iniciar a educação histórica, ou própria, ou alheia. Semelhante lacuna preencheu-a o melhor possível, dentro dos seus processos e do seu critério, o senhor dr. Fortunato de Almeida.

Há, evidentemente, uma diferença incomparável entre o volume recem-publicado do senhor dr. Fortunato de Almeida e êsse outro, diminuto em tudo, a que o ilustre catedrático da Universidade de Coimbra, doutor Manuel Paulo Merêa, concedeu desastrosamente o patrocínio do seu nome. No aludido compêndio, nós assistimos á ressurreição integral do famoso e nunca olvidado «Dr. Minerva». Lembram-se decerto do «Dr. Minerva»,—do célebre Bonifacio Minerva, de quem Manuel Bento de Sousa nos traçou imorredoiramente o perfil?

Pois foi com o mesmíssimo dr. Bonifacio Minerva que nós nos cuidámos encontrados, ao folhear o livro dos senhores doutor Manuel Paulo Merêa e Damião Peres! Isto sem desprimôr nem para amigos, nem para inimigos. Porque é difícil depararmos com tão grande ausência de afirmação, como com tamanha horisontalidade de visão e de-

Digitized by Google

propósitos! Tudo ali é descoordenado na sua aparente ordenação, tudo ali se reduz á secura pretenciosa dum esquema, em que a unidade e a continuidade da Pátria se perdem, sem fim colectivo que vincule a raça á terra e nos dê a individualidade própria de Portugal.

A tibieza do critério, essa então assusta-nos! Por exemplo, na passagem sôbre os Jesuitas em que o maior empenho dos autores é eximirem-se a um *veredictum* claro, terminante, ou a favor, ou contra. De forma que a *História de Portugal*, dos senhores doutor Manuel Paulo Merêa e Damião Peres, denuncia o cume máximo duma crise de natureza intelectual, em que se reflecte bem nítidamente o risco a que se acha entregue entre nós a educação do espírito pelo excessivo e depressivo professoralismo que substituiu as directrizes e a independência da verdadeira cultura.

Não admite, pois, comparação a *História de Portugal*, do senhor dr. Fortunato de Almeida, em extensão e em amplitude, com a obrinha a que acidentalmente nos referimos. Preenche precisamente os fins para que naturalmente o senhor doutor Manuel Paulo Merêa e o seu colaborador aldrabaram, e com manifesta desgraça, umas tantas páginas de incolorida e banalíssima resenha histórica. Mas se transpuzermos os limites que á *História* do sr. dr. Fortunato de Almeida a sua acanhada objectividade lhe impõem, já de maneira alguma satisfaz o intento que o seu autor teve em vista atingir. Observa

Digitized by Google

logo no *Prefácio* o senhor dr. Fortunato de Almeida que, apesar de tentativas várias e algumas delas apreciáveis, em Portugal «não se realisou ainda o plano duma história geral do país, em que se fundissem os vastos e preciosos materiais dispersos em tantas publicações». Ora, notando tão visivel e deplorável necessidade, dir-se-ía que o senhor dr. Fortunato de Almeida aparecia a saná-la condignamente. Mas não só como resumo ou conjunto sintético dos materiais existentes, a sua *História* se nos apresenta incompleta e deficientíssima, como incompleta e deficientíssima se nos revela em todos os seus aspectos, dêsde que procura ser, como o seu autor o confessa, uma «nova tentativa da história geral de Portugal.»

Não nos oferece o senhor dr. Fortunato de Almeida nem um só ponto de vista original, nem na sua *História* se sugerem, ao menos, vislumbres de solução aos problemas que rodeiam por enquanto muitas das primeiras manifestações da nossa vida de povo livre e estabilisado já num quadro de instituições autónomas. Para nós, — e sem despojar o esforço do senhor dr. Fortunato de Almeida das virtudes que sem favor lhe reconhecemos—, a sua *História* não é mais que uma rapsódia cuidada e meticulosa dos factos principais e comuns, que dantes constituiam a base do ensino corrente da história. Para que se considere, pois, o volume do senhor dr. Fortunato de Almeida como o 1.º tomo duma *História Geral* do nosso país, as faltas a

Digitized by Google

terraplanar são incomensuráveis, quási sem conto nem número.

E, no entanto, não ocultamos a confiança, até mesmo o alvorôço, com que folheámos o livro do senhor dr. Fortunato de Almeida! E' certo que a sua *História da Igreja em Portugal*, sendo labor de pêso e de indispensável consulta, nos demonstrára já a deficiência orgânica do método do seu autor. Na verdade, o senhor dr. Fortunato de Almeida, possuindo louváveis dotes de expositor, de *expositor* não passou ao longo dos compactos volumes do mencionado trabalho, afastando-se propositadamente de todas as questões pendentes, com o propósito marcado de não se enredar nem no drama das instituições, nem nas controvérsias dos autores. Para o senhor dr. Fortunato de Almeida a História é *o que já foi*, — relata-se como um objecto de museu, com um valor estático limitado e condicionado no espaço e no tempo. Escapa-lhe assim o que na História, essencialmente dinâmica, existe de vivaz e contínuo. Só a epiderme dos acontecimentos o preocupa, e só a êles atende, na sua exígua expressão formal, tal como os fixaria a impressionabilidade sêca e mecânica duma chapa fotográfica.

O *processus* do senhor dr. Fortunato de Almeida, — bem o sabemos! — presume de scientífico e reclama-se dos ensinamentos metodológicos dum Langlois e dum Seignobos, para falármos apenas dos nomes mais representativos. Mas não é dificil

Digitized by Google

assinalar as taras fundamentais de semelhante sistema, que corresponde na sua hirta e estéril objectividade ao estreito materialismo em que a Inteligência decaiu e se sepultou durante o século passado, — «*le Stupide*», segundo Léon Daudet. Colocados já em outro ângulo, não partilhamos do prestígio, —o prestígio dos ídolos!—, com que se rodearam e dogmatisaram tais teorias da História.

No curioso e indispensável livro de Pierre Lasserre, *La doctrine officielle de l'Université*, repara com agudíssima precisão René de Marans que «*on donnerait une idée assez juste de la nouvelle conception de l'Histoire, en disant qu'elle repose essentiellement sur une confusion de l'érudition et de l'histoire. Oeuvre d'hommes*» — continúa René de Marans, — «*qui n'ont point les grands qualités qui font l'historien, qui n'ont point non plus la modestie et la sévere dignité de l'érudit, mais qui veulent être à la fois l'un et l'autre sans distinguer ni, à plus forte raison, hierarchiser ce qui revient à l'un et à l'autre, elle aboutit à la ruine de la véritable érudition comme de la véritable histoire et tel est bien géneralement le resultat de toute confusion des genres.*»

Sem dúvida que o Romantismo, despertando nas sensibilidades o sentimento artificial das coisas da Idade-Média, levara ao abuso abominável da imaginação dentro dos domínios da História. Aproveitou-se dêsse desvio mental o humanitarismo revolucinário, que também no campo da História

Digitized by Google

descobriu terreno apropriado para o exercício das suas divagações. A história,—conspiração contra a História! —, com o seu carácter retórico de panfleto, é então, sobretudo, que se generalisa e difunde. A reacção estabeleceu-se, mas estabeleceu-se, não conforme o exemplo e os altos conselhos de Fustel de Coulanges, abandonando-se antes á impregnação do falso e infecundo criticismo germânico. Assim a História, libertando-se do que Langlois chama acertadamente «*la littérature historique*» (em Portugal, no seu ultra-romantismo desfrenado, o representante acabado dessa corrente é Pinheiro Chagas), caiu no excesso oposto, — no colete de forças da metodologia em que toda a individualidade se suprime e em que sistemàticamente se evita o enunciado sequer da mais leve conclusão.

Para onde se caminhava, pois? Langlois nos esclarece. «*En resumé, l'Histoire paraît être de nos jours dans la situation ambigue où l'Histoire naturelle était il y a cent ans. Au XVIII.e siècle, on faisait encore de la littérature sur la zoologie... Maintenant il y a toujours les zoologistes qui écrivent très bien, mais personne ne les compte entre les littérateurs... Une distinction s'est établie en Histoire naturelle entre les littérateurs et les savants; une scission analogue est sus le point de s'opérer en Histoire*». Compreende-se. O rigor dos métodos positivos, circunscrevendo a história apenas ao exame do *documento*, sujeitava-a dêste modo



Digitized by Google

a uma prática toda ela *experimental*, em termos idênticos aos das sciências-naturais. Evidentemente que os processos porque a História se cultiva devem ser «experimentais», — no sentido de contar e nunca exceder as realidades. Ora, sendo a realidade fundamental da História a *alma humana*, por escrupuloso experimentalismo não é possível alhearmo-nos das suas aspirações, das suas idéas-dominantes, das grandes veemencias que a aglutinam, ou que a desagregam e escravisam.

Era, por isso, sensata e justissima a reacção contra a concepção romântica da História, tão bem personificada em Michelet. Mas o método porque se inaugurava o novo período repugnava igualmente ao senso íntimo dos acontecimentos, que não resultam de energias cegas nem da elaboração material do Acaso. A solução do problema não estava, consequentemente, no *método crítico*, porque supõe uma análise excessiva e portanto deformadora da continuidade da História, visto submeter o *facto em si* á lupa do historiador, que o interpretará segundo os seus preconceitos ideológicos, ou preferências filosóficas. Estava antes no *método psicológico* que, não ajuizando, ao contrário, de sucessos de ontem com a mentalidade de hoje, ressuscita uma época, integrando-nos tanto quanto possível, como se fossemos os próprios *dramatis personæ*, no scenário e ambiente respectivos, jogados pelos mesmos conflitos e debaixo da influência das mesmas determinantes. Não importa saber se o facto

Digitized by Google

debatido foi certo em relação a nós. O que importa é saber se foi certo em relação aos seus contemporâneos.

Surge-nos daqui uma *visão interna* da História, que de modo nenhum se confunde com os subjectivismos fantasistas do período romântico, nem tampouco com a *visão externa*, ou *periférica*, preconisada pela escola de que Langlois e Seignobos são principais corifeus.

Vimos já como no juizo perfeito de René de Marans êsse conceito da História confunde o erudito com o historiador. O resultado é, como ainda René de Marans no-lo indica, a *absorpção do geral pelo particular*, e, consequentemente, a *supressão da História, pura e simplesmente*. Como? Pela singelissima e automática operação que Langlois destina ao historiador. «*Le vrai rôle de l'historien c'est de mettre en contact, dans les meilleurs conditions possibles, les gens de maintenant avec les documents originaux qui sont les traces laissées par les gens d'autrefois, sans y rien mêler de lui-même. Il n'est pas toujours possible de s'en tenir là mais il faut s'en tenir là toutes les fois que c'est possible. On en viendra certainement, je crois, à concevoir les livres d'histoire pour le public éclairé comme des recueils de textes précédés de dissertations critiques, encadrés de commentaires sobres, assemblées avec discernement, groupés avec art.*»

Se o mal da História, hoje em dia, resulta já do exagerado especialismo em que se confinou,

Digitized by Google

reduzida a moeda-barata de investigadores pacientes, — género Leite de Vasconcelos, a quem falta a mais ligeira percepção arquitectónica do conjunto, nós adivinhamos o que ela seria amanhã, desarticulada e fragmentada, numa enumeração avulsa de subsidios arrumados á laia de catálogo. Daí á substituição do documento pela *ficha* já pouco faltava. E eis, como de alta manifestação da inteligência, a História se tornaria num ócio aplicado de coleccionadores de miudezas dispersas!

Como disciplina social que é, indubitàvelmente que á História cabe função diversa. «*La connaissance du moyen âge, mais la connaissance exacte et scientifique, sincére et sans parti pris, est pour notre société un interêt de premier ordre. Elle est le meilleur moyen de mettre fin aux regrets insensés des uns, aux vides utopies des autres, aux haines de tous. Pour remettre le calme dans le présent il n'est pas inutile de détruire d'abord les prejugés et les erreurs sur le passé.*» (Fustel de Coulanges). Alcança-se perfeitamente que de maneira alguma se reserva para a História uma missão apologética. Agora o que se expurga dela é todo o carácter de baixa e caluniosa diatribe que, desde o Romantismo ao cárcere estreito dos métodos reputados scientíficos, lhe envenenou por completo a luminosidade serena das suas grandes lições. Entre nós, então, eu não sei de nada mais anti-nacional do que as páginas apaixonadas e odientas que por aí ostentam a sua miséria moral e intelectual sob o nome

Digitized by Google

de «História de Portugal.» Ajustam-se-nos perfeitamente certas palavras memorandas, ainda de Fustel de Coulanges. «*Nos historiens depuis cinquante ans ont été des hommes de parti,*» — observa êle. «*Si sincéres qu'ils fussent, si impartiaux qu'ils se crussent être, ils obéissaient à l'une ou l'autre des opinions politiques qui nous divisent... Notre histoire ressemblait à nos assemblées legislatives: on y distinguait une droite, une gauche, des centres. C'etait un champs clos, où les opinions luttaient. Écrire l'histoire était une façon de travailler pour un parti et de combattre un adversaire. L'histoire est ainsi devenue chez nous une sorte de guerre civile en permanence. Ce qu'elle nous a appris, c'est surtout à nous hair les uns les autres. Quoi qu'elle fût, elle attaquait toujours la France par quelque côté. L'un était républicain et se croyait tenu à calomnier l'ancienne monarchie; l'autre était royaliste et calomniait le regime nouveau. Aucun des deux ne s'apercevait qu'il ne réussisait qu'à frapper sur la France. L'histoire ainsi pratiquée n'enseignait que l'indifférence, aux étrangers que le mépris.*»

Tal é o quadro geral da historiografia entre nós. Não nos vamos alongar num inventário, embora sucinto, da crise constante em que a História se tem arrastado no nosso país. A *Deducção chronologico-analytica*, de Pombal, peza sôbre nós, como uma hereditariedade viciosa. Lembra-lo é lembrar toda a compreensão invertida do nosso passado

Digitized by Google

que ordinàriamente se professa nos meios apelidados de cultos. Herculano, com a sua possante personalidade, não escapou á mordedura racionalista e anti-clerical. Há que revê-lo com cuidadoso respeito, tanto no campo da história pròpriamente política, como no campo da história das nossas instituições, em que será sempre um mestre eminente e inolvidável. Oliveira Martins, êsse possuiu em alto grau o instinto da *história psicológica*, ou seja a *visão interna* da História. Mas foi vitima da anarquia intelectualista da sua época, que não lhe permitiu deixar-nos a obra que se sente bem palpitar em tanto fragmento do seu copioso labôr mental. No entanto, merece que nos descubramos diante de sua memória, saudando-o como um precursor, se nos recordarmos que êle adivinhou com apurado sentido a *unidade espiritual* da *civilisação hispânica*, e que, ao tracejar em improvisos de literatura bastante falaz o perfil soberano do Condestabre, soube achar o segredo da sua individualidade translúcida através do sentimento que a Cavalaria lhe depuzera na alma excelsa de Galaaz. Oliveira Martins, pela ponderação do factor místico na vida de Nun'Alvares e pelo regresso ao conceito camoneano da «Hispânia», — as «Espanhas» —, avistava de longe a clareira dum novo ciclo na minguada e obscurecida historiografia nacional. O seu pulso de historiador verdadeiro afirma-se ainda no *Portugal contemporâneo*, cuja leitura, ajudada pelas conquistas do pensamento moderno, nos mostra bem

Digitized by Google

quanto Oliveira Martins venceu os preconceitos da sua formação filosófica para escutar, com comovido interêsse, o grito da raça, leiloada e escarnecida pelos bazares impúdicos do Liberalismo. Mas com tão graves e insanáveis deficiências, tanto em Herculano como em Oliveira Martins, a falta duma *História* entre nós contrasta singularmente com a aptidão historiográfica do génio português. Explicar semelhante lacuna é sumariar as causas que desde o advento do Constitucionalismo contribuiram danadamente para o rebaixamento de quanto existia entre nós de elevado, de autónomo e de fecundo. Alexandre Herculano é filho do ambiente em que haviam medrado os eruditos da Academia, com especial menção em António Caetano do Amaral e depois no insigne João Pedro Ribeiro, que são, por sua vez, um último reflexo da salutar influência das *humanidades* em Portugal.

Oliveira Martins,—um autodidacta—, perde-se, porque não encontrou já essas regras que até certo ponto a norma jurídica substituiu em Gama Barros e em Costa Lobo, além de que êstes dois gloriosos nomes denunciam com freqüência o sabor e o convívio das letras antigas. De resto, são autores especialisados no estudo de determinados institutos, cujo método tem de ser por força o método analítico,—isto é, o método do monografista, aplicado a uma órbita maior.

Espera, portanto, Portugal de há muito a sua *História*,—história de síntese, traçado arquitecto-

Digitized by Google

nico completo, em que a proporção e a lógica do conjunto nos desvendem as razões eternas da Pátria, na química incessante da sua renovação e vitalidade. Materiais dispersos existem em abundancia, — alguns de valor inapreciável, como os carreados e ordenados por Alberto Sampaio. Mas não basta apenas utilisa los no plano geral do edificio. Há que corrigi-los e ajusta-los, depurando-os de elementos contrários ou heterogéneos com que frequentemente andam misturados, por ausência de *idéa-directriz* no espirito de quem os desbastou ou acumulou. Um necessário trabalho de revisão se impõe simultâneamente, — espécie de breviário de *correcções* ou *erratas*, em que se instrua o processo das diversas *lendas negras* que deprimem a face augusta do nosso Passado. Com o objectivo de nos mostrar Portugal, sobretudo, com uma personalidade moral, prolongando-se no espaço e no tempo, uno e continúo, essa *História*, a fazer-se, sem cair no detalhe excessivo, não deve também esquecer a revisão correspondente dos juizos e conceitos preconcebidos, a fim de que corresponda em toda a amplitude ao nobre intuito de Fustel de Coulanges ao escrever: — «*L'histoire imparfaitement observée nous divise: c'est par l'histoire mieux connue que l'œuvre de conciliation doit commencer.*»

Digitized by Google

*
* *

Ora, dentro desta ordem de considerações, há a reconhecer desassombradamente que a *História de Portugal* do senhor dr. Fortunato de Almeida, nem de longe satisfaz aos propósitos que o seu autor se fixou a si mesmo, ao meter-se a empreende-la.

Começa logo que o senhor dr. Fortunato de Almeida, excessivamente horisontal na sua impersonalidade (suspeita-se que essa impersonalidade, mais que um defeito de método, seja antes uma ausência de individualidade), se compraz duma maneira singular em se meter dentro dos moldes do *logar-comum* e não sair da alçada dêle, nem para emitir o mais leve parecer ou a corrigenda mais insignificante.

As fontes bibliográficas são dificientíssimas, por onde se infere que o autor não ampliou o caudal dos seus conhecimentos desde que um dia se viu autor aprovado e adotado nos nossos estabelecimentos de instrução secundária.

Mas além da pobreza em matéria bibliográfica (o senhor dr. Fortunato de Almeida na erudição espanhola ficou-se no Padre Flores e em D. Modesto Lafuente) o senhor dr. Fortunato de Almeida pratica, com intenção ou sem ela, verdadeiras e imperdoáveis injustiças, recusando-se a aproveitar, por exemplo, as conclusões definitivas de Alberto Sam-

Digitized by Google

paio sôbre os longos e confusos períodos que antecederam a formação do Estado português. Abordando de leve o problema da batalha e milagre de Ourique, o senhor dr. Fortunato de Almeida aparenta desconhecer os magníficos capítulos,—honra da nossa erudição—, que na sua *História da Instituição da Santa Ordem da Cavalaria* lhe dedicou recentemente o senhor D. Tomás de Almeida Manuel de Vilhena. Nem lhe mereceu maior cuidado as interessantes monografias de Luciano Cordeiro àcêrca de algumas das nossas princesas afonsinas. Se o senhor dr. Fortunato de Almeida se propunha, como anuncia inchadamente, levar a efeito uma «nova tentativa de História Geral de Portugal», apresentam-se-nos sem desculpa as deficiências apontadas. E aludimos nós sòmente a trabalhos nacionais, que andam na consulta e na leitura diária de todos nós. Porque se entramos a fundo na questão, desde a tão debatida incógnita das nossas origens étnicas e sociais até outros temas, ainda mal esclarecidos e equacionados, tais como o do tributo ao Papa e o da morte de D. Inês de Castro, o senhor dr. Fortunato de Almeida manifesta-nos uma míngua deplorável de quanto haja de representar uma nova proposição do assunto.

Coíbe-se o senhor dr. Fortunato de Almeida, por sistema, de enunciar a sua opinião, as suas preferências, as suas opções. Muito bem! Mas isso de modo nenhum lhe proíbia, que, a respeito de cada ponto controvertido, nos resumisse as principais

Digitized by Google

teorias existentes. Tinha um modelo inegualável na esplêndida *História de España y su influência en la história universal*, que o meu ilustre amigo e mestre D. Antonio Ballesteros, catedrático da Universidade Central de Madrid, trás em publicação.

Assim o que sucede? Abre-se o volume do senhor dr. Fortunato de Almeida, e em seguida a uma reduzida exposição geográfica que nada exprime (e tanto que, nêste capítulo, o senhor dr. Fortunato de Almeida acharia para dizer, sem sair das linhas gerais!), depois de tracejado um epítome, desfalcadíssimo em qualidade, dos nossos componentes pre-históricos, entra pròpriamente no conjunto das raças históricas que povoaram a Península. Não se afasta em coisa nenhuma das classificações consagradas pela rotina, mas que a sciência manda a todo o custo remover, oferecendo, é certo, uma novidade: — a de, na sua exposição, os Lígures virem depois dos Fenícios!

Entrando de relance na genealogia de Iberos e Celtas, o autor da *História de Portugal* mostra-se completamente alheio ás aquisições fornecidas para tão magno debate pelo sábio catedrático da Universidade de Erlangen, dr. Adolfo Schulten, exumador das ruinas de Numância e a quem a proto-história peninsular deve assinaladíssimos serviços. Liga ainda a Gregos e Cartagineses uma influência decisiva na elaboração populacional e cultural da Península, quando, afinal, a sua acção se restringiu a determinados *emporios* fixados na costa e sem

Digitized by Google

maior penetração interna. E os Lusitanos surgem-nos no volume do senhor dr. Fortunato de Almeida, sem antecedentes descriminados, como um povo de acaso, engeitado da história, filho das tristes ervas. São Iberos? São antes Celtas? E o senhor dr. Fortunato de Almeida encosta-se a Strabão e, numa passagem ou noutra, á autoridade do senhor dr. Leite de Vasconcelos, — compilador daquela insigne babilónia a que chamou *Religiões da Lusitania*.

As estreitas afinidades dos Berberes com os Lusitanos, já entrevistas pela intuição admirável de Oliveira Martins, não arrancam ao senhor dr. Fortunato de Almeida um segundo de passageira alusão. Escapam-lhe as hipóteses de Sergi sôbre as raças mediterrâneas e dêste modo não é de estranhar que, a propósito de Viriato e da guerra com os Romanos, não reflicta nem por suspeitas as interpretações, ou de D. Joaquin Costa, ou de D. Eládio Rodriguez Pereira, ou, sôbretudo, do citado peninsularista alemão, dr. Adolfo Schulten.

Mas não se suponha que eu estou de palmatória erguida e dêdo carregado nas lunetas, examinando apaixonadamente o senhor dr. Fortunato de Almeida! Justifico simplesmente a minha decepção, para que ela se não inculque como um impulso arbitrário, despida do mais insignificante fundamento. Depois, o senhor dr. Fortunato de Almeida observa, e acertadamente, no prefácio do seu volume que Alexandre Herculano não fôra «além do período de formação territorial, e ainda êste ficou incompleto no quadro

Digitized by Google

das instituições portuguesas. Nem mais seria possível» — acrescenta — «completar a obra na mesma compreensão que teve o autor, segundo as idéas e conhecimentos do seu tempo.»

E o senhor dr. Fortunato de Almeida explica o seu pensamento, arrancando um excerto a um anterior estudo seu. Importa que o registemos também. «Hoje... não sustentaria Herculano tão radicalmente a existência de uma solução de continuidade etnológica entre lusitanos e portugueses. Os progressos realizados por diversas sciências, como a etnologia, a antropologia, a glotologia e a arqueologia, alteraram em grande parte a face da questão, demonstrando que, através de todas as vicissitudes e de todos os cruzamentos de raças, algum fundo se conserva no carácter português desde a época pre-romana, como acusam os costumes, lendas e superstições populares, certas modalidades de carácter e diversos outros elementos tradicionais.» E, encerrada a transcrição, o senhor dr. Fortunato de Almeida remata com entono: — «A tentativa de Herculano, por maiores que sejam os seus altos merecimentos, e quaisquer que sejam também os senões que o tempo foi pondo a descoberto, — não vingou; e portanto o país ficou privado duma história geral digna dêste nome.»

Evidentemente resolvido a terraplanar tão profundo hiato, já vimos como se houve o senhor dr. Fortunato de Almeida, ao ocupar-se das nossas origens. A sua falta é tanto mais grave quanto, com

Digitized by Google

inteira razão, aponta a Herculano, como defeito insanável, a ausência dum élo de ligação entre os «portugaleses» da Reconquista e os Lusitanos, de que saiu Viriato. Mas o senhor dr. Fortunato de Almeida, apesar de reconhecer a importância dêsse elemento de continuidade na nossa história, principia por nem esboçar as teorias do eminente Alberto Sampaio, sabido que foi Alberto Sampaio quem, melhor que ninguém, nos demonstrou a sequência institucional que prende, numa cadeia ininterrupta, os habitantes das primitivas citânias aos vilões expéditos de Entre-Doiro-e-Minho, no alvorecer luminoso da nossa nacionalidade.

Já caíra em igual omissão pelo que se refere a Martins Sarmento e Estácio da Veiga, que não são apenas os arqueólogos puros e simples das citações (duas para cada um) do senhor dr. Fortunato de Almeida. Por discutiveis que se nos descubram hoje muitas das suas hipóteses, tanto Estácio da Veiga como Martins Sarmento, alvejaram com penetrantes afirmações a identidade do português contemporâneo com o *substractum* étnico, que se concrecionou no tipo histórico do Lusitano. Censurando o ponto de vista de Alexandre Herculano, como o corrige, pois, o senhor dr. Fortunato de Almeida,— onde é que nós, na sua *História*, apalpamos ou sentimos o fio de transmissão que incorpora na mesma unidade social lusitanos e portugueses? Na verdade, o desprêzo do senhor dr. Fortunato de Almeida pelos autores nacionais só encontra compa-

Digitized by Google

ração condigna na sua ignorância do muito que os estrangeiros, a semelhante respeito, nos facultam a mãos largas!

Não ficam porém, aqui, — e já seria bastante —, os nossos modestos reparos á *História* do senhor dr. Fortunato de Almeida. Autor duma *História da Igreja em Portugal*, pasmo como o consciencioso professor condense na exiguidade duma página todo o mundo imenso de questões interessantissimas que se relacionam com a difusão do Cristianismo na Lusitania, — entre elas a da vinda de Santiago ás Espanhas, com prégação presumível em Coimbra e Braga. A fácil aceitação do Cristianismo entre nós não lhe merece observação nenhuma, quando essa tendência natural dos peninsulares para o monoteismo já fôra assinalada numa passagem notabilissima de Santo Agostinho. Empresta-lhe actualmente o maior relêvo a teoria do ilustre catedrático de Saragoça, senhor Giménez Soler, o qual, no seu sugestivo estudo *La antigua península ibérica*, procura identificar o deus lusitano Endovélico com o nome dum regulo hispano, — *Andabales*. «Andabales» significa, segundo a autoridade do prof. Giménez Soler, «o que é dotado de poder.» E assim,—explica o autor eminente de *La antigua península ibérica*, «*San Agustin, al traducir Endovelico por el Todopoderoso, encontraba contactos entre la doctrina católica y la atribuicion de todo poder a una sola divinidad.*» Se aproximarmos agora o deus Endovélico do antropormo-

Digitized by Google

fismo do célebre ídolo pre-histórico de Peña-Tu e da tradição recolhida pelos viajantes latinos de que, em noites de plenilunio, certos povos da Ibéria saíam para fóra de casa dansando em honra dum deus desconhecido, aí teriamos, num simples aflorar de problemas, matéria para um ligeiro capítulo da história geral de Portugal que o senhor dr. Fortunato de Almeida animosamente se resolveu levar a efeito.

Acresce que, sem menção alguma dos nossos primeiros Mártires, o senhor dr. Fortunato de Almeida, ao ocupar-se da constituição e progressos da Igreja Lusitana, olvida por completo a importantíssima teoria filológica que faz coincidir com as antigas regiões dialectais da Península as jurisdições eclesiásticas que gradualmente se criam. Assim perceberiamos até certo ponto como o aro do condado portucalense corresponde ao da arquidiocese de Braga, com um notável centro de cultura em Dume, junto a Braga, onde foi bispo S. Martinho, apóstolo dos Suevos e cristianisador de Séneca.

Esquece-se o senhor dr. Fortunato de Almeida do bracarense Paulo Orósio, amigo de Santo Agostinho e o primeiro que entreviu o sentido da história universal através da idéa cristã do género humano. Nem de longe se preocupa com a contenda pendente àcêrca da orígem e naturalidade do papa S. Damaso. Atira para uma inexplicável omissão com S. João de Biclara, natural de Santarem e historiador dos Godos, e com Santo Apringio, bispo de

Digitized by Google

Beja *(Pax Augusta)* e comentador do *Apocalypse.* Cita o senhor dr. Fortunato de Almeida a monumentalíssima *História de las instituciones sociales de la España goda,* de D. Eduardo Pérez Pujol. Pois bastava um brevíssimo apanhado do tomo III de tão grande obra para que ficasse satisfeita, quanto ao desenvolvimento da Igreja no período anterior ao da formação da nacionalidade, a natural curiosidade daqueles que naturalmente sentem como o senhor dr. Fortunato de Almeida a falta duma história geral entre nós.

Aumenta, porém, a nossa tristeza se entramos na época da invasão árabe. Todas as idéas feitas são acolhidas com notável benevolência pelo senhor dr. Fortunato de Almeida. A reacção, se se faz, faz-se apenas nas Asturias. A existência das pequenas cristandades mosárabes do Sul é desdenhada, senão ignorada, pelo senhor dr. Fortunato de Almeida. A mesma sorte cabe ás fortes resistências localistas de áquem do Tejo que, no desmembramento do califato de Córdova, revelam a inalterabilidade do genio étnico e social dos Lusitanos. Por exemplo: — a monarquia dos Alaftas em Badajoz, os valiatos de Ossónoba e de Beja. Também não percebemos como do novelo emaranhado da Reconquista nos aparece o Condado portucalense, que, afinal, não é, como se julga, uma criação arbitrária da munificencia de Afonso VI de Leão e Castela para com seu genro, Enrique de Borgonha.



Digitized by Google

E se seguissemos desfiando o rol inesgotável das nossas reflexões, estranhariamos igualmente que ao senhor dr. Fortunato de Almeida, historiador de institutos eclesiásticos demais a mais, escapasse por completo a acção de Cluny na formação do Estado português. Quando mais não avançasse contentar-nos-iamos se o senhor dr. Fortunato de Almeida sintetisasse, pelo menos, a excelente lição de Carlos Roma du Bocage e D. Nicolas de Goyri na sua memória, apresentada á Academia, *Origem do Condado de Portugal*. Identica insciência do assunto nos revela o autor da *História de Portugal*, ao tocar no debatido tema da vassalagem prestada por D. Afonso Enriques ao Papa. O conhecimento do direito público daquela época, em que havia, como realidade espiritual e social, uma autêntica «Sociedade das nações», — a Cristandade, ensinaria ao senhor dr. Fortunato de Almeida e aos seus leitores, com visão mais rasgada, como Portugal se constituiu em estado autónomo numa hora em que Afonso Raimundes era coroado em Leão imperador das Espanhas, lançando a sua suzerania a vários principados da Península e além Pirineus, mas não podendo abranger dentro dela o reino nascente de seu primo Afonso Henriques.

A Cavalaria, o espírito da Cruzada, as íntimas relações de Portugal com várias nacionalidades européas, então em activa elaboração religiosa e política, embora primaciais no jogo das forças que

Digitized by Google

nos consolidam como povo autónomo do ocidente da Europa, são aspectos que não conseguem impressionar, como historiador, o senhor dr. Fortunato de Almeida. E, no entanto, desde o casamento de nossa Princêsa Matilde, — a varonil condessa Mahaut, — com Filipe da Alsácia, até á série de combinações que atiram com as Infantas Berengaria e Leonor para o trono da Dinamarca e com o infante Fernando, — o «*comte Ferrand*» —, para o desastre de Bouvines, Portugal, adolescente, desempenha já na Europa um papel de irradiação própria que nos deixa entrever as gestas futuras da sua gloriosa expansão. Para tanto, afigura-se-me suficiente que o senhor dr. Fortunato de Almeida se encostasse aos materiais afanosamente acumulados pela senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos nas formidáveis «Notas» ao *Cancioneiro da Ajuda*, — sobretudo no capítulo intitulado *Relações de Portugal e Hespanha com os países de língua d'oc e língua d'oïl.*

E, porque falamos na senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, uma imediata associação de idéas nos manda reparar que o senhor dr. Fortunato de Almeida não se ocupou sequer da origem e emancipação da nossa língua, — um dos elementos estruturais da nacionalidade. Desinteressam-no as téses suscitadas á roda dos nossos *Cancioneiros*, — téses algumas delas, como as do insigne arabista espanhol D. Julian Ribera y Tarragó, de valor excepcional para o estudo das características

Digitized by Google

e da pristinidade da nossa raça. O lirismo galaico-lusitano é, dêste modo, para o senhor dr. Fortunato de Almeida qualidade de nenhum apreço, e só de raspão se lhe refere, ao tratar conspicuamente de D. Dinís nos termos que reproduzimos: — «Com o aperfeiçoamento e consagração da língua vulgar coincide aproximadamente o período aureo da literatura portuguesa segundo o gosto provençal então dominante. No tempo de D. Afonso III e de D. Dinís, a côrte portuguesa era um dos mais afamados centros literários da península onde numerosos trovadores cultivavam as musas com distinção. O próprio Rei D. Dinís, além de ser protector das letras, deixou muitas composições poéticas que lhe dão lugar de honra entre os literatos da época».

Entre os literatos da época? Ora valha-nos Deus!

Como se verifica, o rosário é interminável! O senhor dr. Fortunato de Almeida auto-sugestionou-se pelo louvável propósito de dotar Portugal com a *História* que lhe faltava. Confundiu deploravelmente *história* com *erudição*, e o douto publicista conimbricense que, na sua qualidade de erudito, nos brindou não há muito ainda com uma apreciável monografia, — *Subsídios para a história económica de Portugal*, não conseguiu desta vez traduzir os seus bons intentos senão numa rapsódia medíocre de factos avulsos e mais que refervidos. Nos fenómenos históricos não abrange a sua ín-

Digitized by Google

tima dinâmica, desertou-o por inteiro a visão interna da História. Se o senhor dr. Fortunato de Almeida se capacitasse de que a História não é unicamente um producto de laboriosidade e paciencia, de certo não falharia nos seus designios, que nem chegaram a transpôr os limites ordinários da bôa vontade ! Porque, em verdade, é dificil de se perceber como o autor do 1.º volume da *História de Portugal* se confina ainda em conceitos falsos e de todo repelidos, como são, por exemplo, os que possui ácerca da morte de Inês de Castro e do reinado de D. Fernando. D. Fernando, com a sua lei das *Sesmarias* e as suas medidas de fomento marítimo, foi o obreiro máximo da consolidação económica da nossa nacionalidade. Infeliz embora nos seus proprósitos de imperialismo peninsular, êle advinha, por um lado, o perigo próximo da unificação dos outros reinos da Península, e sente a necessidade de expansão que se impõe a Portugal. Essa expansão será para o mar, e não para a terra. E' aí que D. Fernando se enganava, mas, mesmo assim, dêle irradiam as providências que no reinado seguinte tornarão possível o nosso nascente navalismo.

Quanto a Inês de Castro, é tempo de acabarmos com a lenda do seu assassinato crú e simples! Abramos, para absoluta demonstração, dois livros espanhois recentissimos, — *História de España y de la civilización española* (tomo I, 3.ª edição), de D. Rafael Altamira, e *Las mujeres del Rey D. Pedro I de Castilla*, de J. B. Sitges. Diz o primeiro:

Digitized by Google

— «*Poco después declaró el rey* (D. Pedro I de Castella) *la guerra á Albuquerque, teniendole por rebelde; y el antiguo favorito contestó á ella conveniéndose con los bastardos Don Enrique y Don Fradique para realizar un levantamiento que arrancase la corona á Don Pedro y la puziese en cabeza de un hijo del rey de Portugal, nieto de Sancho IV; el cual, si aceptó en principio, rechazó luego la candidatura por recomendación de su padre*».

Não se passou a coisa tão singelamente como parece á primeira vista. O candidato dos revoltosos castelhanos era o nosso futuro D. Pedro I e o instrumento, junto dêle, Inês de Castro em carne e osso. Eis o que nos revela Sitges, ao tentar devassar os motivos porque D. Pedro de Castela abandonou sua esposa, D. Joana de Castro, no dia imediato ao da boda: — «*Mientras éste* (D. Pedro) *preparaba su boda, Don Enrique y Don Fradique se confederaban con Albuquerque y acordaban ofrecer la corona de Castilla al infante de Portugal y los encargados de seducir al infante fueron precisamente Doña Inês de Castro y Don Alvar Péres de Castro, los hermanos bastardos de Doña Juana*». De resto, que D. Inês não morrera assassinada, mas sim executada, como criminosa de traição ao Estado, é o que transparece perfeitamente do *Cronicon Conimbricense*, citado pelo senhor dr. Fortunato de Almeida, onde se reza que na «*era miléssima CCC. nonagesima III. VII*

Digitized by Google

*dies Januari decolata fuit Doña Enes per mandatum Domini Regis Alfonsi IIII*».

«Decolata» é, quanto a mim, suficientemente expressivo. Depois, não se trata duma novidade. Oliveira Martins (bem sabemos que o senhor dr. Fortunato de Almeida detesta Oliveira Martins!) já observara na sua *Vida de Nun'Alvares*, a propósito da conspiração de D. Enrique e D. Fradique contra seu irmão, o rei de Castela: — «Em Castela, entretanto (1354), os filhos de Leonor de Gusmão viam-se reduzidos á condição de instrumentos da cabala dos Padillas e conspiravam. Avistavam-se sôbre o Caia com o conde Alvaro de Pérez de Castro, irmão da amante do infante de Portugal, Inês de Castro, que a esta intriga deveu a morte (1355)».

E não insistimos mais! Também sôbre cultura algumas perguntas haveria que fazer ao senhor dr. Fortunato de Almeida que tudo compendia, no seu critério professoral e burocrático, sob a detestável rúbrica de *Instrucção pública*. Claro que desta forma não é salientada a influência intelectual dum Santo Antonio de Lisbôa ou dum Petrus Hispanus, autor das *Summulae logicales*, por onde no período do Escolasticismo toda a Europa aprendeu a bem pensar, e que, Pontifice com o nome de João XXI ou XXII, alcançaria de Dante, seu contemporâneo, a gloria suprema de esmaltar com o seu nome um dos tercetos do *Paraiso*. Diz esse terceto:

Digitized by Google

*«Ugo de Sanvittore é qui con elli*
*e Pietro Mangiadore e Pietro Hispano*
*lo qual giá luce in dodici libelli.»*

Quanto a instituições, cingido apenas á sua linha formal, o senhor dr. Fortunato de Almeida contenta-se em aceitar de Herculano a sua doutrina sôbre a origem romana do Concelho, quando hoje reune mais probabilidades a que Oliveira Martins entrevistou, aparentando os nossos institutos municipais com a *djemâa* berbere. Não inquire sequer dum ponto tão primacial como é o do nosso regimen matrimonial, com sobrevivência em Espanha no *fuero del Baylio*, da região fronteiriça de Albuquerque, Olivença e Xerez de los Caballeros. E etc., etc., etc.!

*
* *

Concordamos mais uma vez com o senhor dr. Fortunato de Almeida na falta de uma *História de Portugal*,—condição indispensável para disciplina e consciência do forte instincto nacionalista que, anárquico e contraditório, se manifesta por toda a parte no nosso país. Mas essa história será obra de síntese, tocada da visão interior da alma-pátria, em que se aprenda na sua magnífica unidade a *idéa directriz* que preside ao desenvolvimento e á persistencia da Nação portuguesa. Sem espírito de historiador, o senhor dr. Fortunato de

Digitized by Google

Almeida é uma vitima da métodologia, marca Langlois ou Seignobos, em que a erudição se confunde, por uma bastardia ignóbil, com a missão próprìamente dita da História. O seu volume não passa por isso duma revista sêca e hirta de datas e episódios em que ninguem se apercebe do fio orgânico que liga o Portugal de hoje ao Portugal de algum dia. Por esta amostra calculamos o que serão os tomos seguintes! Se não fôsse o receio de caírmos em juizo temerário, já daqui lhe esboçariamos o esquema inevitável. Não sejamos, no entanto, agros de mais para o senhor dr. Fortunato de Almeida! O seu trabalho é, ao menos, um manual para o ensino, — á falta de melhor. Comparado ao compêndio dos senhores dr. Manuel Paulo Merêa e Damião Peres, a sua superioridade sôbre êle é incomensurável. Não dispondo de percepção sintética, guardou prudentemente os velhos quadros históricos da divisão em reinados, enquanto os referidos senhores com uma preocupação desastrosa de inovar, só mutilaram e fragmentaram a continuidade da Pátria no método que empregaram no seu livrinho. São as consequências do errado conceito que se possui da História, — são os resultados evidentes do materialismo filosófico que, atribuindo á sociedade uma sujeição grosseira ás leis deterministas da Evolução, a torna um produto cego das forças cegas do Acaso! Alarguemos, porém, a inteligência na sua sêde de coisas altas e fecundas! Na empreza vastissima que a mentalidade contemporânea

Digitized by Google

se impõe, — mentalidade «anti-moderna» e «ultra-moderna», na frase acabada de Jacques Maritain, — a depuração da História é um dos seus principais objectivos. Como que defini-la então? «Tal como as linhas resultam de pontos, assim os grandes traços históricos duma época e dum país, não nos podem ser dados duma maneira verídica e eficaz senão por aquele que, tendo debaixo da vista uma grande soma de detalhes, saiba fundir esses detalhes numa sintese luminosa e vital, relacionando-os com as causas de que derivam e com as leis que os regulam.» Não é outra a concepção perfeita da História, no justo entendimento do papel que dentro dela cabe ao factor espiritual. A quem pertence, porém, a definição? Pertence ao antigo prefeito da «Biblioteca Ambrosiana» de Milão, Mgr. Aquiles Ratti, hoje Vigário de Cristo com o nome de Pio XI. Indicação profunda e oportuna, nós a tomamos como norte seguro. Houvesse-a escutado o senhor dr. Fortunato de Almeida, — e decerto que, ao meter ombros á «História de Portugal», outros teriam sido os roteiros que a sua pena com exito trilharia!

Digitized by Google

# TEORIA DO MUNICÍPIO

Digitized by Google

Digitized by Google

# TEORIA DO MUNICÍPIO

## I

### EXPOSIÇÃO DO PROBLEMA

Escreve Alexandre Herculano na sua *História de Portugal*: — «O estudo do Município, nas orígens dêle, nas suas modificações como elemento político, deve ter para a geração actual subido valor histórico, quando a experiência tiver demonstrado a necessidade de restaurar esse esquecido mas indispensável elemento de toda a bôa organisação social.» Conteem as palavras de Alexandre Herculano o reconhecimento exacto duma realidade que é cada vez mais forte e mais evidente, quer nos coloquemos em relação ao puro ponto de vista português, quer, dilatando o olhar para maiores horisontes, consideremos o drama angustioso em que a Europa e a civilisação se debatem, por se haverem desfibrado insensatamente as velhas raizes tradicionais que prendiam outrora as raças e as pátrias á continuidade do seu próprio desenvolvimento e aspirações.

Atingiram as consequências extremas as dou-

Digitized by Google

trinas do século passado sôbre a constituição do Estado e a natureza do poder. Baseadas no indivíduo, como célula fundamental da sociedade, fizeram tábua-rasa dos agrupamentos naturais, de que o ser colectivo se tecia e que, sendo, na sua formação, organismos anteriores á vida e aparecimento do Estado, representam forças essenciais, para cuja coordenação e guarda o Estado existe como lógico agente ponderador. Método violento de conquista, sistema eficaz de ocupação, — os princípios saídos da Revolução Francesa e tornados por Napoleão em corpo legal, suprimiram assim todas as fecundas actividades locais, — ou *Comunas*, encaradas político-administrativamente, ou *Corporações*, se as encararmos profissionalmente, — abrindo caminho desta forma á dissolução dos vínculos sociais e á consequente anarquia em que o Estado moderno se desmantela e oscila, tal como a náu de Horácio, ao sabor dos ventos mais contraditórios, á mercê dos apetites mais ignaros e audaciosos.

A concepção da sociedade que triunfou então era uma concepção abstracta, copiada dos idílios convencionais de Rousseau e tendo por modêlo as fachadas simétricas da antiga e exigua sociologia greco-romana. Gerou, como não podia deixar de gerar, o cesarismo, — e com êle o absolutismo mascarado da centralisação burocrática dos regimens actuais, ou sejam monarquias democráticas, ou repúblicas semi-socialistas. Ao sentimento unânime da unidade moral da pátria substituia-se agora, como

Digitized by Google

regra de govêrno, a luta permanente dos partidos. E a estrutura histórica da sociedade, já bastante revolvida pelos exageros centralistas dos Jurisconsultos, obcecados na ressurreição do direito-justinianeu, acabou por se pulverisar com o advento do Liberalismo.

Entre as instituições que mais sofreram, ocupam os Municípios um logar de destaque. Elaboradores do *patriotismo local*, graças a êles se originou, cresceu e abriu as asas o *patriotismo nacional*. Fala-se muito de Municípios e de Municipalismo. Importa não irmos na tendência verbalista que tudo obscurece, detendo-nos a examinar o que seja de facto o Município. «Se se analisam e decompõem os elementos orgânicos dum Estado»—observa Savigny,— «encontraremos em toda a parte o município.» Tocqueville, êsse, exaltava-o numa definição que é memorável: — «O Município existe em todos os povos, quaisquer que sejam suas leis e costumes. Organisa e forma tanto os reinos como as repúblicas. O Município parece que saíu das mãos de Deus. E' a primeira escola onde o cidadão deve aprender os seus deveres políticos e sociais.» Arhens, por seu turno declara: — «O Município é a segunda sociedade fundamental em que se realisam todos os fins humanos, não como uma simples circunscrição territorial, um «termo» mais ou menos extenso com determinada função política, mas como uma sociedade em que a finalidade religiosa, scientífica, artistica, económica, — em sintese, tudo

Digitized by Google

quanto ao homem cabe efectuar e atingir, se desenvolve dispondo dos meios necessários para a sua realisação.» H. de Tausey, chamado a depôr, diz-nos:—«O poder municipal não é uma criação da lei, devendo a sua origem á própria fôrça das coisas; existe porque tem de existir.» Sismondi afirmava já também que o «Municipio não é um ser ideal ou fantástico, mas sim a verdadeira pátria, a que vemos, a que conhecemos em todos os seus pormenores, a que nos fala a todos os sentidos.»

E nesta ligeira convocatoria os depoimentos sucedem-se, não se esgotam nem se retraiem. Oiçamos o de Royer-Collard: — «O Município, como a familia, existiu antes do Estado. Não foi a lei política que o constituiu, porque foi acha-lo já formado.» No mesmo ritmo, Castadot opina que «o Município é a entidade primordial do território. Quanto vale o Município, quanto vale a Nação.» Rowe, municipalista americano, afirma que «os vínculos municipais fortalecem o culto da honra nacional e levam-nos ao sacrifício voluntário e pronto para a defesa do lar.» Laveleye, no seu radicalismos intelectualisado, assevera que «sem liberdades provinciais e municipais a democracia é como um livro sem titulo.» Já em outra trincheira política, Cánovas del Castillo exclamava: — «*Un pueblo que no tiene liberdades locales, carece de hogar, es un vagabundo.*» Por ultimo escutemos a Maura, nos acentos da sua bela linguagem: — «*Motivos de coexistencia geográfica, intereses comunes de vencidad y*

Digitized by Google

*apremios de la sociabilidad natural, van formando los Municípios. La nación no da vida al Município, siendo tan absurda y tan ofensiva a la ley natural la ingerencia del Estado nacional en lo concejil, como la instrusión en el organismo familiar.»* E o autor do formidável projecto de lei de 7 de Junho de 1907 sôbre a autonomia local acrescenta: — «*En la vida local está la iniciación de la ciudadania, porque el amor de la adolescencia es la patria chica. Sólo el ciudadano adulto ama y concibe á la patria grande. Los votos sueltos, las voluntades individuales, para que puedan producir obra fecunda, han de canalizarse, concretarse y sistematizarse donde tienen el primer vinculo y el más natural, en los Municípios; porque alli están los afectos y los intereses que ligan mucho más al hombre que las idéas...*»

Com tão expressiva prova testemunhal se realça a importância do Município e dos problemas que andam ligados á plenitude da sua independência e integridade. Avoluma-se hoje uma reacção profunda no campo das sciências jurídicas e políticas, reclamando para o Município o exercício da sua completa soberania. Reconhece-se, pois, o erro dos critérios administrativos herdados do Liberalismo e da corrente centralisadora francesa. Para esses critérios os Municípios não são mais de que um grau inferior da administração geral do Estado. Tem-se assim o Município como uma exclusiva criação da lei, que ordinàriamente o entende como sendo a



Digitized by Google

associação legal de todas as pessoas que residam numa dada circunscrição administrativa, quando, em rigor, o Município é uma criação espontânea ou natural de circunstâncias históricas e demográficas. Compreende-se porque discorrendo ácerca de *municipalismo* e *poder municipal*, o tratadista espanhol Adolfo Posada não hesite em nos confessar: — «*Quizá no hay hoy en los pueblos cultos de Europa y de América problema político que supere en interés y importancia al del gobierno, o, mejor, régimen municipal; y digo problema político, huyendo de la falsa indicación y sugestión que suele desnaturalizarlo, al defenir la vida de las formaciónes locales como vida de entidades administrativas, no sabiendo a veces ni aun lo que se quiere decir, salvo que no son politicas.*»

E o catedrático de *Direito Municipal comparado* na Universidade de Madrid prossegue com a autoridade competentissima da sua especialisação: — «*El problema municipal, lo mismo el general del régimen de Municipios grandes y pequeños, rurales y urbanos, ciudades y aldeas, que el más concreto y estricto de la gran ciudad contemporânea es esencialmente politico, en el sentido mais propio y especifico de la palavra. Y sí cuando se estima que los Municipios son simples divisiones ó creaciones del poder central, con el carácter de meras circunscripciones subordinadas, que tienen a su frente corporaciones y funcionarios administrativos, se quiere disminuir o dissolver su personalidad po-*

Digitized by Google

*lítica — su Estado, — un examen realista de la vida municipal actual obligaria a rectificar orientación tan equivocada, para afirmar, en cambio, que el problema municipal no es ya solo politico, sino eminentemente social. Ni una sola de cuestiones que entraña la politica social moderna deja de plantearse en los Municipios con más o menos intensidad, segun la complejidad de su vida.»*

Completa o ilustre professor espanhol o seu pensamento lançando uma nota á anterior transcrição, que é tal como a reproduzimos : — «*Es, en rigor, el del municipio el problema de un Estado; ya que el Municipio puede reclamar la condición de Estado, siendo asi legitimo hablar de Estado Municipal.*» E Adolfo Posada insiste depois mais demoradamente na sua tése : — «*El carácter político de los problemas municipales se impone inevitablemente. En primer lugar, el Municipio és una sociedad territorial determinada o defenida por las necessidades de la vida de vencidad, esto es, de una forma de la vida de relación en el espacio: un régimen. Luego, ¿no es politica la determinación de la posición del municipio en el sistema constitucional de cada nación? Además, ¿como explicar la estructura politica de un Estado nacional cualquier, sin considerar la posición en el del Municipio? Poco a poco el mismo derecho constitucional ensancha su base y su esfera, para comprender como parte integrante de su sistema el régimen local en todas sus manifestaciones. No puede defenirse — no se define*

Digitized by Google

*hoy—la constitución de un Estado nacional, considerando unicamente el juego o funcionamento de sus poderes, y las declaraciones fundamentales sobre la soberania y respecto del régimen de garantias; es preciso, además, tener en cuenta la organización interna de sus instituciones municipales y regionales — y el criterio según el cual se regulan las relaciones de estas instituciónes con el Poder central. Más aún; si hubo un periodo — el del influjo y predominio del liberalismo, que ahora llamamos viejo — en que la labor politica esencial era hacer efectivo el constitucionalismo en el Estado, creando el régimen de garantias y de división de poderes, luego se ha producido la grande preocupación politica de la aplicación del criterio del constitucionalismo al régimen de las instituciones locales. Y bajo esa preocupación vivimos, muy señaladamente en España, como lo demuestra el valor que se da, en los mas recientes proyectos de reforma del régimen local, a las garantias jurídicas de la autonomia, mediante la deslocación del actual régimen de recursos gobernativos, régimen que implica una sumisión del Municipio al Poder central, con todas las consecuencias deplorables del entronizamiento de la oligarquia caciquil y la negación del caracter politico del Municipio; politico en el sentido propio, en cuanto debe haber y puede haber una politica municipal distinta, que nada tiene que ver con la corruptela que hace del Municipio un juguete de las pasiones de los partidos nacionales.»*

Digitized by Google

Foi longo o extracto arrancado ao Prof. Adolfo Posada. Mas de que serviria entraja-lo com expressões nossas, se o seu conteúdo representa a verdadeira exposição do problema? Possùi demais a mais uma característica saborosa, — e é a do conflito estabelecido dentro da mesma mentalidade entre o juizo perfeito das condições em que o Município vegeta e o resto de superstição democrática que subsiste ainda no espírito do ilustre tratadista. Nada o traduz melhor do que a sua distinção entre *liberalismo velho* e *liberalismo novo*, como se a fórmula «liberalismo» não significasse, tanto no social como no político, «individualismo» e só «individualismo». Ora o «individualismo», considerado quer social, quer politicamente, não sai da hereditariedade viciosa da Revolução Francesa; e, na sua tendência fatal para a pulverisação e dispersão, apenas depara refúgio que lhe corrija a falha original na mais férrea e condensada centralisação.

O que Adolfo Posada entende como «novo liberalismo» não é, pois, senão a revolta dos acontecimentos e das inteligências contra o Liberalismo. No ponto especial do problema municipalista em que nos confinamos, essa revolta vem de larga data. Deram-lhe consistência e rumo os sociólogos que no campo tradicionalista começaram logo a ofensiva contra os falsos dogmas da Revolução. O antagonismo irredutível, visceral, entre a liberdade teórica dos códigos democráticos e as «liberdades», tanto locais como profissionais, de antigamente, é

Digitized by Google

hoje um principio reconhecido pelos dictames do pensamento tradicionalista. Se digo «pensamento tradicionalista», refiro-me, está claro, ao «experimentalismo scientifico» que a palavra «tradição» importa consigo perante a cultura moderna. Assim, não ha muito ainda que num congresso de jurisconsultos católicos, efectuado em Montpellier (1912), sob a presidência do falecido cardeal de Cabrières, discutindo-se, entre os temas propostos, a tése da «descentralisação», se concluiu unanimente a tal respeito que «*le régime électif s'oppose par principe à une décentralisation effective.*» Informa-nos o relato do aludido congresso: —«*M. de Boyer Montégut y exposa les résultats d'une enquête approfondie faite par lui sur l'organisation communale dans les pays étrangers. Il s'en dégage que la majorité des législations actuelles sont nettement décentralisatrices et que, là où des réformes sont projéctées, c'est aussi dans ce sens qu'elles sont conçues. Deux pays seulement font exceptions, la Suisse et les États-Unis: la tendance à la centralisation s'y explique par l'évolution historique et par les exigences du régime électif.*»

Não nos achamos em frente duma afirmação isolada. Na sua esplendida monografia *La Province sous l'Ancien Régime*, comenta A. Babeau: — «*La vieille monarchie jugeait inutile à ses intérêts de conservation de s'assurer partout des auxiliaires dépendants et dévoués, parce qu'elle était assurée de la fidélité de tous; les régimes parlementaires et*

Digitized by Google

*démocratiques, contraints de se tenir en équilibre sur le sol instable des élections, ont besoin de trouver partout des agents subordonnés, depuis les magistrats de l'ordre judiciaire jusqu'aux instituteurs, aux facteurs ruraux et aux cantonniers.*»

Cesarista por natureza e fins, o sistema juridico-político, brotado do conúbio do Imperio com a Revolução, não podia deixar de originar um cesarismo administrativo perante as relações da vida local com a vida central do Estado. Insuspeitamente, já Royer-Collard o asseverava em 1822, ao submeter ao Parlamento um projecto de descentralisação: — «*Nous avons vu la vieille société périr, et avec elle cette foule d'institutions domestiques et de magistratures indépendantes qu'elle portait dans son sein, faisceaux puissants des droits privés, vraies Républiques dans la Monarchie,*» acrescentando em seguida com lamentoso pessimismo: — «*Nous sommes devenus un peuple d'administrés sous la main de fonctionnaires irresponsables.*»

Coincide singularmente com o nobre desabafo de Royer-Collard a atitude do nosso visconde de Almeida Garrett em 1854 na Camara dos Pares. Sabe-se que o braço direito de Mousinho da Silveira nas insensatas reformas da Terceira foi Almeida Garrett. Pois, regressado a uma idéa orgânica da nacionalidade, na sua íntima estrutura municipalista, Garrett não ocultaria ali nem o seu protesto, nem o seu arrependimento.

«A administração em Portugal,» — bradaria com

Digitized by Google

inflamada razão o grande avô do nacionalismo português,—«como desde a remota origem dêste povo se afeiçoou com as leis e hábitos romanos (1), com os hábitos e as instituições da idade média, assenta num princípio que ninguem por largos anos se lembrará jamais de revocar em dúvida ou de discutir sequer — embora se sofismasse muitas vezes, — e é que o povo é quem a si mesmo se administra por magistrados eleitos e delegados seus. Ajunte-se a êste princípio o que lhe adicionou depois a monarquia, a bem da ordem e da harmonia geral dos interesses públicos, o qual é — que a autoridade central tem direito e obrigação de olhar por que os interesses das localidades se não choquem e contrariem em prejuizo comum: e temos concentrados nestes dois, todos os mandamentos da lei da nossa existência social.»

«Abusando umas vezes, rectificando outras,»— adita Garrett,—«assim vemos na nossa história administrativa a autoridade delegada pelo poder central do Estado nos Corregedores, nos Juizes de Fora e nos Provedores, posta de equilíbrio e de fiel de balança á autoridade delegada pelo povo aos seus vereadores e juizes.» E o poeta, na asa da sua oratória elegante e sobria, resume-se: — «Se é permitida a expressão, direi que a nossa administração pública se criou e fundou pelo método natural — o

(1) Garrett considerava o Município, como Herculano o consideraria também, um beneficio do domínio romano.

Digitized by Google

analítico, enquanto o sistema imperial francês é todo sintético.» «Portugal,» — ajunta êle, — «assim como ainda hoje a Inglaterra, a Holanda, a Belgica e a melhor parte da Alemanha, países todos municipais, professa e crê que o direito de se administrar a si próprio pertence ao povo; assim como o direito de vedar que a administração popular de uma localidade lése a outra, ou a outras, ou no todo do País, pertence á autoridade central: em melhor e mais certo rigor de expressão constitucional, — á Corôa, primeiro fiel e primeira garantia de todas as liberdades.»

Impressiona, na verdade, a precisão crítica de Garrett! Quando o mito liberalista entrava a descrever a curva ascencional do seu vôo, é de assombrar como o poeta da *D. Branca* toca nos vícios fundamentais do sistema que defendera de armas na mão, assinalando com rasgada visão o inevitável das suas consequências funestas. Reclamava Garrett para os Concelhos uma completa e franca autonomia, porque, — na frase própria, — o povo «é quem a si mesmo se administra por magistrados eleitos e delegados seus.» A legislação francesa, que o nosso Constitucionalismo servilmente copiara com aberta cumplicidade dêle, Garrett, era a personificação do princípio oposto, «que eu não duvido qualificar de falso,» — adicionaria o antigo colaborador de Mousinho, — «de que o direito de administrar pertence á autoridade central, e que os povos, quando muito,

Digitized by Google

só podem ser ouvidos e consultados sôbre as suas necessidades, desejos e contribuições.»

O que pretendia então Garrett na encruzilhada em que o espírito se detinha, cheio de apreensões tão sinceras? «Eu sou o primeiro a confessar-me réu nesta acusação,» — gritaria o poeta batendo amplamente no peito, — «a querelar de mim mesmo pelo que tenho contribuido com a minha inexperiencia e cego zelo para muitas dessas desvairadas provisões, dessas imitações e traduções estrangeiras com que erradamente, sem método, sem nexo, temos feito dêste pobre país um campo experimental de teorias que basta serem tantas e tão desencontradas, para nenhuma se poder realisar.» O geometrismo nivelador, traço predominante dos processos administrativos inaugurados pela Revolução, Garrett o encarava de frente, acusando-o de absurdo, por ser a organisação que dêle derivava em Portugal, invariavelmente «a mesma para o continente e para os arquipelagos das nossas ilhas, separados entre si por largos e tempestuosos mares.» Outro tanto sucedia na metropole «para uma capital como Lisboa e para uma vilasinha de trinta fogos.»

«Não, Srs., não são as Camaras por pauta, não é a Ordenação Filipina, não é o Desembargo do Paço, não são os Juizes de Fora presidindo ás Camaras o que hoje venho propor-vos» — esclareceria Garrett aos que o olhavam já entre desconfiados e condoídos. «São algumas poucas e simples bases de reforma e reabilitação administrativa que venho

Digitized by Google

pedir que se decretem, para que em harmonia e conformidade com elas seja revisto e nacionalisado o Código Administrativo de 1842, de maneira que a administração pública menos dispendiosa, mais simples, mais eficaz, seja ao mesmo tempo mais liberal, mais portuguesa...»

Rever e nacionalisar o Código Administrativo de 1842! Ingénua aspiração essa de Garrett que só despertaria indiferença ou sorrisos de torpe comentário! Perto já do epílogo duma decadência sem remédio, os nossos Municípios sentir-se-iam cada vez mais submetidos ás vicissitudes do poder central, tornados, portanto, em instrumento das combinações eleiçoeiras com que os partidos se disputavam e alternavam no governo. Abramos o Código Administrativo de 78, — abramos o de 96, abramos ainda aquele com que a República nos presenteou, redigido debaixo da quente aspiração municipalista do senhor dr. Jacinto Nunes. Como são aí tratados e capitulados os Concelhos? Como agregados de formação natural ou histórica, anteriores á formação do Estado, que os deve considerar como componentes seus? Que puro engano, para quem o suponha assim! A designação de «corpos administrativos», compreendendo os Municípios e os Distritos como meras entidades legais, transitou sucessivamente do Código de 78 para o Código do senhor dr. Jancinto Nunes, com a sua filiação napoleónica ou afrancesada bem transparente. Os enérgicos reparos de Garrett tinham-se perdido na sono-

Digitized by Google

ridade vasia da sala em que os soltara. E, apesar do Partido-Republicano em Portugal inscrever o municipalismo como um dos primaciais artigos de fé do seu programa, — apesar das campanhas e opúsculos de Rodrigues Nogueira, seu primeiro orientador intelectual e municipalista provado e entusiástico, nós sabemos como a República, refugiando-se num hibridismo de disposições que se contradizem radicalmente umas ás outras, não só não modificou a primitiva situação, já deprimente para os Municípios, como a agravou duma maneira insensata e violenta, lançando a perturbação nos serviços concelhios pelo desdobramento das Camaras Municipais em parte executiva e parte deliberativa e atirando para o seio dos Concelhos mais sertanejos e mais insulados com o germen dissolvente do partidarismo em que a unidade moral da Pátria de dia para dia se esfrangalha trágicamente.

E' certo que todos esses fermentos de desordem já existiam, implantados pela acção corrosiva do Constitucionalismo. Achavam, porém, um prudente limite nos restos de tradição e espírito municipal que naturalmente levavam os «homens-bons» da localidade ás cadeiras da vereação. Tudo se submeteu com a queda da monarquia da *Carta*, em que para a administração local se não buscou outro título que não fosse o do republicanismo integro das novas edilidades. Resultado? A confusão, a inexperiência, senão a delapidação e o escandalo, agora grandemente

Digitized by Google

facilitado pela entrada nas Câmaras de elementos destituidos da mais ligeira preparação, em vista da amplitude dada aos organismos municipais exigir um maior número de membros para a sua constituição. Não é que nós combatamos em princípio a alteração introduzida nos quadros orgânicos dos nossos Municipios, seccionados pela reforma republicana em Comissão Executiva, própriamente dita, e em Senado Municipal. Nas tendências descentralisadoras da legislação estrangeira nota-se até certo ponto semelhante inovação, de modo nenhum, porém, como a nossa República a entendeu, transportando para a já débil e atrofiada actividade dos Municípios o virus do Parlamentarismo. Tanto mais que a discordia das facções, repercutindo-se em toda a extensão da vida nacional, exerce por aí a sua coacção, perfeitamente legítima, sôbre a ilusória autonomia dos Concelhos. Acresce ainda que não há medida, por franca e exequível que ela nos apareça nos textos legais, capaz de resistir a um estado de ânimo colectivo, contrário á sua execução ou aplicação. Ora, podiam as intenções do Código Administrativo, promulgado pela República, raiarem nos mais louváveis propósitos descentralisadores, que nem por isso, — por se estatuir na lei, o municipalismo voltava a ser em Portugal uma realidade como outrora!

A lei não decreta nem cria as instituições, porque não é o Direito que antecede a sociedade, mas a sociedade o Direito. Para que os Municípios se-

Digitized by Google

jam, como as necessidades sociais imperiosamente o reclamam, células elaboradoras de energia e virtudes públicas, antes que a lei se manifeste, preciso se torna um labor de educação e renascimento cívico, que em nada se compraz com a subserviência e guilhotinamento constante a que a burocracia e as demais opressivas montagens do Estado democrático obrigam o cidadão e as entidades chamadas «administrativas» para com os detentores ocasionais do poder.

Não cumpriu assim a nossa república os seus compromissos municipalistas do tempo da oposição. E não cumpriu, porque naturalmente lhe era impossível cumpri-los. Verificou-se uma vez mais que os regimens de composição ou carácter electivo não pensam nunca em descentralisar, pois que descentralisar representaria perder a chave das eleições, sem as quais se não ganha o poder nem se continúa no desfruto das suas benesses. Recordemo-nos das grandes palavras, já citadas de Royer-Collard: — «*Nous sommes devenus un peuple d'administrés sous la main de fonctionnaires irresponsables!*» São palavras que nos quadram perfeitamente. Nascidas da observação em França do mesmo fenómeno, exprimem duma forma inolvidável a tara insanável dos sistemas políticos que a Revolução e o Liberalismo, seu filho primogénito, incestuosamente engendraram. «*Appelons l'attention de quelques gens qui pensent à quelque chose sur cette anomalie que le pays où le peuple prétend exercer la souverai-*

Digitized by Google

*neté n'est organisé qu'en pays conquis,*» — comenta também o insigne sociólogo que é o marquês de La Tour du Pin. Os motivos dessa estranha antinomia já ficaram apontados e sumariados. Adicionemos-lhes alguns detalhes que são interessantes e acabaremos por nos convencer com a nudez do seu desprendimento persuasivo. Absolve-se com isso a nossa República dum pecado que não lhe cabe inteiramente, submetendo á apreciação das inteligências de bôa-fé o exame de certos factos, que por si só nos forçam, sem mais apêlo nem recursos, ao repudio terminante da Democracia em geral, assuma ela o aspecto que assumir, aperte a máscara que apertar!

Sem nos afastarmos muito de ao pé da porta, o insucesso do belo projecto de Máura sôbre o «regimen local», oferecido á discussão do parlamento espanhol em 1907, demonstra-nos, fóra das considerações de índole teórica, a incompatibilidade irreductivel do Estado moderno, — ou seja do Estado democrático e parlamentar, com o ressurgimento e intensificação das velhas autonomias municipais e provinciais. Merece um minuto de atenção tão importante reforma, que significava nada menos do que a extinção das oligarquias de caciques que manietam e estrangulam abusivamente a pobre Espanha. E para que se note desde já a transformação profunda que o projecto de D. António Maura trazia ao saneamento e dignificação da política do seu país, basta assinalar que os Municípios e Províncias

Digitized by Google

deixavam de ser classificados como circunscrições exclusivamente administrativas, passando a entender-se como órgãos integradores do «regimen local». Atendia o referido projecto á manutenção dos pequenos Municípios, facilitando-lhes a reconstituição por meio de mancomunidades. Admitia no govêrno municipal a representação profissional ou corporativa, sendo esta representação obtida por eleição indirecta. O mandato dos vereadores (*concejales*) duraria seis anos, renovando-se de tres em tres anos apenas por metade. Garantiam-se assim a estabilidade e a continuidade necessárias á bôa administração do Município. O *Ayuntamiento*, entidade conjunta actuando como um todo uno, dividia-se «*en una representación diferenciada, que funciona periódicamente como ayuntamiento pleno, pasando el gobierno y administración normales del Municipio a cargo del alcalde y de los tenientes* (adjuntos).» Aqui foi buscar, estragando-a, o nosso último Código Administrativo a inovação, já apontada, duma *Comissão-Executiva*, e dum *Senado Municipal*. Acentúa o projecto de Maura o duplo carácter do *alcalde* como magistratura municipal e como delegado do poder central. Determina com mais segurança as condições de *vecindad* (residencia),— conceito essencial para o exercício dos cargos municipais. Cria também as «*juntas de vecinos y de mancomunidad.*» Mas sublinhando melhor o espírito que inspira o projecto em questão, recortemos para aqui a sua definição de Município.

Digitized by Google

«*Forma Municipio,*» — reza o artigo 1 — «*la comunidad natural, reconocida por la ley, de familias y casas dentro del término á que alcanza la jurisdición de su Ayuntamiento.*» Contrasta singularmente a doutrina do transcrito artigo com a que até então se professava nas estações oficiais e para o qual o Município, — tal como entre nós, — exprimia apenas uma «idéa» ou «critério» legal.

Sem nos alongarmos no estudo do projecto de Maura, fixaremos ainda, num breve apanhado, os seus traços dominantes. Considera êle como «organismos locais»: — *a)* os «*anejos*» juntamente com os Municípios; *b)* o agrupamento de Municípios; *c)* as mancomunidades de Municípios; *d)* as Províncias; e *c)* as mancomunidades de Provincias. O que são, porém, os «*anejos*»? Eis uma particularidade da constituição topológica de Espanha, onde, a não ser na Galiza e nas Astúrias, a *Paroquia* não existe como célula ou unidade civil. Isto nos distingue em Portugal, quanto á génese e formação social da nossa pátria. Mas os «*anejos*» são (artigo 4 do projecto) «*los poblados, aldeas y caserios que en la actualidad ó en consecuencia de venideras fusiones ó agregaciónes tengan território propio, aguas, pastos, montes ó cualesquiera derecho peculiares...*» As «*Juntas vecinales*» representariam os «*anejos*», a quem se conferia a capacidade jurídica correspondente á sua órbita de acção. Quanto ás «*agrupaciónes de municipios*», estatuia o projecto: — «*Para servicios, funciones y facultades que no son de la*



Digitized by Google

*exclusiva competencia municipal y en que las autoridades locales actúen por virtud de delegación del Gobierno y de la Administración del Estado, los Municipios que manten menos de 2:000 habitantes podrán ser agrupados á otro ó otros limitrofes, segun las conveniencias ó gubernativas ó administrativas, recayendo la mencionada delegación del Poder central, para todo el território de los terminos agregados, en la alcaldia del Municipio donde existe la mais populosa agrupación...»*

As exemplificações que do projecto de Maura inserimos, instruem-nos suficientemente ácêrca do seu alcance e magnitude. Desde os mais modestos núcleos rurais de sociabilidade até á resolução dos conflitos candentes do Catalanismo, por efeito das mancomunidades de províncias ou regiões, o «regímen local» espanhol encontrava nêle satisfação ás suas aspirações com tanto de legítimas como de inadiáveis. O eixo central do Estado não sofria aluimento ou diminuição, antes se robustecia na sua dinâmica coordenadora, graças a essa espécie de capilariedade que no projecto aludido assegura sábiamente a harmonia e a vitalidade do organismo político. Porque não venceu então? Não venceu pela incapacidade congénita do Estado parlamentar, — quer se rotúle de monárquico, quer se confesse abertamente republicano, — para descentralisar. Enquanto no Congresso os agrupamentos da «direita», incluindo os Jaimistas, dispensavam ao projecto de Maura o apoio e o aplauso que sem favor lhe era devido, pe-

Digitized by Google

rante a oposição sistemática de «liberais», «democratas» e «republicanos», protelando-o e discutindo-o incessantemente, o seu naufrágio não tardou a consumar-se como um capítulo a mais da insigne farça que é, em democracia política, a «liberdade.»

Voltou em 1912 Canalejas, em nome do Partido-Liberal que chefiava, ao eterno tema da «descentralisação» e «autonomia local.» O seu projecto não passou também de projecto, e em pouco ou nada diferia do de Maura, senão para o ageitar mais á estrutura parlamentarista do Estado. Não se quer dizer com isto que o projecto de Maura a repelisse. O seu defeito consiste até na preocupação evidente de contar com a falsa instituição do sufrágio-universal e de pretender moralisa-la. No entanto, apesar dessas e outras deficiências viscerais, traduz um nobre anseio de vivificação municipal e provincial, constituindo matéria jurídica em desacordo terminante com o individualismo consignado pelos costumes e pelas leis. Recordemo-nos, para o comprovar, da definição que êle nos dá de Município. «Município é a associação natural e legal de famílias e casas dentro dum determinado termo ou território.» «*Esta difinición*,»—sublinha agudamente Valenzuela Soler no seu opúsculo *Condición juridica del Municipio*,—«*a demás de reconocer el carácter natural del Municipio, ya no habla de individuos aislados sino de familias y casas.*» E levantando-se discussão no Congresso sôbre o significado de «casas», visto que uma casa ou agrupamentos de casas po-

Digitized by Google

dem ser objecto de direito, mas nunca sujeito dêle, o deputado Tormo, membro da comissão encarregada de apreciar e relatar o projecto, explicou que «*se dice casa no como elemento distinto de familia, sino como elemento complentario de la misma, como hogar ó vivenda que siempre es indispensable á la familia. Domicilio, en una palabra.*» Nada, efectivamente, mais conforme com os preceitos e o experimentalismo da sociologia tradicionalista!

O insucesso da tentativa de Maura, seguida no mesmo destino pela de Canalejas, serve-nos, pois, para nos confirmar na absoluta certeza de que os regimens parlamentares não conseguem nunca descentralisar, quanto mais devolver aos organismos locais a sua perdida autonomia! Sinceramente impressionado com esta incapacidade do Estado liberal ou democrático, o político e orador espanhol Segismundo Moret, figura representativa da «esquerda» dinástica, não se conteve sem reparar num dos seus discursos:—«*Uno de los grandes males que tiene la libertad, es que se tema verla venir, que no inspire confianza á los mismos que han de plantearla, porque entonces, empezando poco á poco la centralización, viene esa serie de Reales decretos, de Reales órdenes, y de trabajos del Ministerio de la Gobernación, que dán por resultado destruir en poco tiempo cualquiera que sea el espiritu de la ley, la independencia de las corporaciones populares.*»

Daqui se deduz sem dificuldade como o Liberalismo e a Democracia, adversos por natureza ao

Digitized by Google

Municipalismo, são adversos, por consequência, ao verdadeiro nacionalismo, exactamente, porque nos extintos centros da vida local é que a fisionomia da Nação se elaborava e fortificava através das suas formas imediatas, — a fonte, o adro da igreja, a casa da Câmara, a Torre do Relogio, a ponte morena com o rio correndo, manso, entre choupos luzentes. Tudo respirava, com a consciência da nossa pequena pátria, o sentido e a adivinhação duma pátria maior. Então o «patriotismo» não se conhecia, como vocábulo sonoro. Mas existia o sentimento da Família e da Religião, — existia o brio profissional e o apêgo á vila em que se nascera e de cujas pedras seculares se dependurava o quadro pacífico das nossas aspirações. A Revolução surgiu, porém, — com ela se desataram e esfarraparam metòdicamente os laços que prendiam outróra os homens ao património ancestral e os somavam em actividades permanentes e contínuas, — as Comunas e as Corporações. Defendendo e solidarisando os indivíduos perante a intromissão abusiva do Estado, esses numerosos enxames de mesteirais e nobres de segunda condição constituiam uma espécie de «repúblicas intermediarias»,—na frase feliz de alguem,—em que a liberdade e a autoridade se casavam fecundamente com a laboriosidade e o pundonor.

E não se estranhe que eu perfilhe a expressão «republicas intermediarias.»! Não olvidamos decerto ainda que Royer-Collard se descobria com respeito diante da «multidão de instituições domés-

Digitized by Google

ticas e de magistraturas independentes» que a sociedade tradicional abrigava no seu seio, como «verdadeiras repúblicas na monarquia.» Mais insuspeito pela sua posição intelectual e politica, Charles Maurras opina também que «*le mot république a un sens raisonnable: même après le rétablissement de la Monarchie, il pourra être conservé dans ce sens primitif que désignait l'étendue des affaires communes... En revanche, démocratie doit être rayé, banni et oublié, come pur synonyme de dégenerescence, expression de la désorganisation et de l'émiettement, épave linguistique de ce que le régime de la République eut jadis de plus funeste. C'est la démocratie qui est l'élement anarchique de la République; c'est la démocratie qui est l'élement pernicieux du socialisme.*»

Em Portugal, o termo «república» encontra nos documentos um significado igual. O nosso passado municipal, tão cioso das suas regalias e fóros, pode, pois, reputar-se, na atitude desenvolta de tantos e tantos vereadores e «homens-bons» para com os nossos monarcas, como uma lição de perfeito «republicanismo», — desde que «república» se entenda como Maurras a interpreta, colocado dentro da mais rigorosa realidade histórica. Já ponderava Bonald: — «*J'aime assez, je l'avoue, dans un homme, le mélange de sentiments et d'indépendance républicaine et de principes d'obéissance et de fidélité monarchique: c'est là, si l'on y prend garde, ce qui constituait l'esprit français, et ce qui fait l'homme fort dans une société forte*». Essa mistura de «independência republicana» e de «fidelidade monárquica», sendo o que faz o homem

Digitized by Google

forte numa sociedade forte, não era só qualidade do espírito francês. Era qualidade fundamental dos povos emancipados pela civilisação cristã e dignificados socialmente pelo Município. Assim se formou o «cidadão», — assim se formou o «civismo», se a tão desacreditadas designações restituirmos a sua pureza nativa. Tudo se extinguiu com a vaga assoladora da Revolução. E' fóra de dúvidas que a concentração absolutista, iniciada pelos Legistas e levada ao cume pela Renascença, tinha amortecido sensivelmente a consciência municipal dos povos. Mas o desastre consumou-se sem remédio, quando a liberdade teórica dos «Imortais-Princípios» suplantou as velhas liberdades orgânicas!

Um absolutismo pior que o absolutismo dos Reis tomou corpo e forma jurídica na sua odiosa e tirânica impersonalidade: — o absolutismo anónimo e irresponsavel da soberania popular. Ácêrca de tão «irrisório dogma», reflexionava com rara agudeza no n.º 2 do seu panfleto *O Desengano* o nosso grande Padre José Agostinho de Macedo: — «*Em nome da Nação se cometem todos os atentados pela mesma Nação e fica escrava dos facciosos a mesma que se acredita soberana no trono.*» Foi o que sucedeu em Portugal, foi o que sucedeu em França, tratada como «país conquistado», segundo o juizo categorisado de La Tour du Pin; foi o que sucedeu em toda a parte onde explodiram, ganhando raizes, as idéas individualistas do *Contracto Social*. O Estado absorveu imediatamente as parcelas de autonomia, — as «li-

Digitized by Google

berdades», — disseminadas pela colectividade, reduzindo esta a um atomismo que a impossibilitou de qualquer resistência. Hoje a sociedade tradicional, que é a sociedade naturalmente constituida, parece renascer, despertar, reconquistar os seus direitos esquecidos. Como sintoma prometedor, entre outros muitos, salienta-se o da profunda revivescencia localista, verificada tanto no campo dos factos como no dominio das inteligências. A' crise sem recurso do Estado, — tal como o Liberalismo e a Democracia o conceberam, responde na maior amplitude um movimento de lenta, mas afincada reconstituição nos tecidos celulares das velhas pátrias europeias. Desenha se o regresso á unidade e indissolubilidade da Família; desenha-se o regresso ás formas gremiais do Trabalho; a Propriedade principia a retomar as linhas imperativas da sua obliterada função social; no descalabro da economia burguesa, reabilitam-se com estrondosa oportunidade as caluniadas fórmulas económicas da Idade-Media; e até a Nobreza resurge como elemento de estímulo, de hierarquia e de ordem, desde que, em face do materialismo abjecto da hora que passa, se reconhece emfim que o heroismo, o sacrifício, a virtude e o desinterêsse não encontram outro prémio que não seja o da *herança moral*, transmitida de pais a filhos como um bem inalteravel.

A corrente municipalista que se acentua em toda a parte, mesmo naqueles sectores de opinião cuja ideologia lhe é hóstil por indole, não se deve, por

Digitized by Google

isso, apreciar como um fenómeno solto, simples modismo ocasional, sem raízes profundas no germinar oculto dos acontecimentos. Antes, pelo contrário, se enlaça de perto ás causas que estão motivando o eclipse mortal das superstições e mitos, tanto filosóficos, como políticos, em que o século findo, — *le Stupide* de León Daudet! — tão abundantemente se desentranhou. Vê-se demais a mais que não se trata dum romantismo passageiro, — dum tradicionalismo literário ou sentimental. As sciências sociais e económicas apossam-se do Municipalismo com ponderada paixão e tornam-no um dos problemas mais em destaque entre as questões primaciais da nossa época. Por divergentes que os autores se manifestem na interpretação dum ou doutro detalhe, segundo a posição que reconheçam ao Estado na orgânica geral de colectividade, nenhum discorda da maneira como o Município moderno carece de funcionar, totalmente emancipado de peias e deprimentes tutelas centralistas. Trata-se unanimamente *«de la diferenciación de la vida municipal, apartandola de la del Estado y procurando que ella se defina y mueva con politica própia,»*—esclarece o catedrático Adolfo Posada em prefácio á tradução espanhola do livro de Rowe sôbre *O govêrno da cidade*. *«Porque es evidente que nada perturba y corrompe el régimen municipal como la subordinación de su politica a la de los partidos nacionales, haciendo que las elecciones municipales se efectúen con el supuesto de los problemas generales y como luchas de partidos llamados a*

Digitized by Google

*reflectir las tendencias producidas en relación con aquellos problemas.»*

*«Lo que acaso va resultando cada dia más claro, aunque sea con grandes repugnancias — es que la reforma del régimen local no es un sencillo problema de pura administración, no consiste en una nueva cuestión legal de centralización...»*,—explica o professor Posada em outro trabalho seu — *Evolución legislativa del régimen local en España (1812-1909)*. Não só importa trazer de novo para a realidade jurídica as formações naturais e históricas que subsistiram dos antigos pluralismos localistas, — dessa espécie de «repúblicas intermediárias», como é urgentissimo também incorporar nas instituições municipais e provinciais as fôrças que vivem á margem da política e que precisam de inspira-la, moralisa-la e conduzi-la. A tanto olhava o projecto de Maura, admitindo a representação corporativa na constituição dos Municípios. Justamente, porque semelhante medida arrancava o trabalhador associado ás garras dos profissionais do radicalismo, é que o mencionado projecto padeceu tão duro combate por parte das «esquerdas» parlamentares em Espanha.

Há, pelo exposto, um *governo de Município* e, como tal, um *poder municipal*. Donde o concluirmos, com respeito ás generalidades da questão, como conclui Adolfo Posada: — *«La visión moderna de la vida local está sin duda, muy lejos de la conceptuación legal de los Municipios, con sus Ayuntamientos incrustados en el sistema de una función administrativa, como una*

Digitized by Google

*división territorial del Estado. Esta visión moderna impone el Municipio grande ó pequeno, sintetizado en un centro de vida como una unidad orgânica, que entreña un complejo de intereses comunes — vecinales :— intereses del hombre moderno, economicos, éticos, culturales, de la salud del cuerpo y del espíritu; aunque comprendida la formación municipal en el sistema más amplio de una vida nacional, que será tanto más rica y progresiva cuanto más intensa sea la de los municipios componentes.»*

Se semelhante conclusão dum Município-Estado, — componente da Pátria como elaborador e realisador de energias colectivas, é na actualidade um tema estreitamente ligado á sorte da Autoridade e da Civilisação, reveste-se, quanto a nós, portugueses, duma importância especial pela arraigada estrutura municipalista do nosso país. Como outrora os «vilões» ingressaram no corpo da Nobreza servindo com ânimo limpo e recto juizo as magistraturas concelhias, a dignificação política do nosso país conseguir-se-á por certo quando os «homens-bons» de Portugal, — que os há ainda ! — se resolvam a arrancar os Concelhos das mãos em que caíram, cortando pela raíz o partidarismo que envilece o Estado e insaciávelmente o depaupera. Não nos poupemos a tudo quanto contribua para preparar, contra o centralismo ignaro do Terreiro do Paço que tem Portugal como coisa conquistada, uma forte reacção dos elementos sãos da nacionalidade. O Municipalismo é um dos caminhos mais seguros e

Digitized by Google

mais directos. Precisemos, pois, o que seja o Municipalismo, limpando-o das misturas bastardas com que anda de bôca em bôca na retórica salivosa dos comícios e congressos. Para bem agir, carece-se primeiro de se pensar bem. A mais se não destinam, como modesto indicador, os materiais reunidos no presente estudo.

Digitized by Google

## II

## DO VALOR DO LOCALISMO

Nesta expressão «localismo» consignamos todas as manifestações do homem nos seus primeiros graus de sociabilidade. Compreende tanto as relações político-sociais de indivíduo para indivíduo dentro duma determinada área,— *Município*, como dentro duma dada série de interêsses comuns,— *corporação* ou *federação corporativa*. A organisação local é, por isso, alguma coisa mais que uma questão de simples administração pública. O catedrático Gumercindo de Ázcarate, —figura de incontestável relêvo na mentalidade liberalista espanhola, republicano porque confundia, por um êrro peculiar do seu tempo, a democracia no Estado com a democracia no Município, — abrangeu, no entanto, como poucos da sua época, toda a magnitude do problema municipalista, — para não dizer localista.

«*Deseando estoy*»— declarava êle no parlamento do seu país,— «*que no aparezca jamás el nombre de administración local cuando se trata de esta cuestión. ¿Por qué no decir organización local? Lo administrativo es la organización del país para los servicios administrativos propios del Estado, los cuales ordena el*

Digitized by Google

*Estado en la medida encaminada á la consecución de su fin. Tales son los distritos judiciales, los distritos mineros, los navales, es decir, todo lo que no tiene vida propia, lo que no es cuerpo vivo, lo que son medios y instrumentos para el ejercicio de la función. Y esto mismo acontece con aquellos otros fines que por otras razones desempeña el Estado, como son la beneficencia y la enseñanza. Pero ¿se trata aqui de esto? No. Se trata de reconecer la personalidad con los derechos que lleva consiga el ser persona; y asi como se ha aplicado el derecho moderno á los individuos, consentiremos el error de no roconocer todos os esos derechos, que lo mismo alcanzon á la persona individual que á la social, porque una y otra tienen derecho á la actividad, á la liberdad, á la existencia y á la seguridad.»*

Não examinaremos o que haja de apriorístico nas afirmações de Azcárate, ao englobar nas mesmas considerações «liberdade dos corpos sociais» e mera «liberdade individual.» Não repararemos tambem quanto uma profunda reforma dos orgãos centrais do Estado, por meio do resurgimento dos antigos institutos municipalistas e profissionais, pode ir até á polícia dos serviços navais mineiros, em regiões onde êles existam, promovendo igualmente uma transformação radical nas engrenagens e quadros em que costumam gerir por seu turno os serviços da instrução e da beneficência. Retemos unicamente, — e com inteiro aplauso nosso, — a necessidade preconisada por Azcárate de se conceder individualidade á «*persona social*» e de se substituir o critério corrente de «administração» pelo de «or-

Digitized by Google

ganisação», na matéria especial de que nos estamos ocupando.

O que é a organisação do localismo nos seus termos gerais já nós o sabemos pelo desenvolvimento das nossas reflexões. A sua importância como fenómeno contemporâneo assinala-no-la o tantas vezes citados catedrático Adolfo Posada. «*El momento actual del proceso del Estado constitucional en Europa y por distintos modos y con distinta tradición en América,*»—escreve êle no seu prefácio á tradução do livro de Rower, — *O governo da cidade,*— «*entraña un gran esfuerzo social y legislativo para realizar una recomposición del régimen municipal y de la ciudad, que sin disolver, antes al contrario, afirmando enérgicamente, incluso por la acción de las rivalidades internacionales, la unidad indestructible del Estado-Nación y de la Nación-Estado, rehaga la vida local para responder a las nuevas necessidades de la cultura y a las mayores exigências sociales.*» «*En Europa,*»—continúa Posada, — «*hay como una espécie de restauración medieval de la ciudad, del Município, que ahora puede ser más fácil que en los primeros momentos del régimen constitucional, cuando nuestros legisladores de Cádiz pretendian hacer revivir perdidas tradiciones. En América, donde el Estado-Nación se viene formando merced a una expanción territorial, obra en gran parte de las corrientes emigratorias, de verdadera colonización, de pueblo nuevo, no podia hablarse de restauración medieval. Pero no importa; en ambos continentes el fenómeno sociológico y político de la reforma municipal reviste, desde el punto de vista constitucional, análogos carac-*

Digitized by Google

*teres, en cuanto se trata de un proceso de integración de la vida local, municipal, dentro de la unidad intangible, necesária y superior de cada Estado; al modo como en los Estados Unidos, los Estados que forman la Unión afirman su personalidad dentro del Estado federal indestructible. Se advierte un doble movimiento: hacia el selfgovernment local, con la descentralización de los servicios públicos, políticos y sociales, y hacia la fortificación y vigoración del Estado; en el fondo, un solo movimiento de integración de la vida humana cada dia más compleja y más necesitada de estos dos órganos capitales: el local y el nacional, merced á la intensificación inmediata de los esfuerzos en una acción solidaria de las actividades (vida local) y a la expanción y amplificación de los esfuerzos en las esferas más amplias de esa solidariedad (vida nacional y universal).»*

Tem o prof. Posada a superstição do Estado existente e o seu espírito, tão claro na verificação dos factos, perde-se e emaranha-se quando procura interpreta-los. Isto, porque o evidente nacionalismo da sua formação filosófica o submete lamentàvelmente ás extintas ideologias da Evolução e do Progresso Indefinido. Escapa-lhe a crise do Estado constitucional, que não se renova, — como o catedrático da Universidade Central de Madrid nos deixa entrever, mas que morre de morte lenta, debaixo da pressão dos acontecimentos e das energias postas em jogo livre, depois da obra destruidora da Revolução Francesa. O que surge, pois, não é uma conclusão lógica do Estado, reputado e aclamado por Posada como sendo o Estado liberal ou democrá-

Digitized by Google

tico. O que surge é a negação completa dêsse Estado ferósmente nivelador, concebido contra a natureza e contra a sociedade em nome de doutrinas com tanto de abstractas como de inaplicáveis.

Observa-se, não há duvida, na Europa e na America o «*doble movimiento*» de descongestão e de revigoramento do Estado, de que nos fala Posada. Mas não é senão o regresso á estrutura histórica do Poder, em que a *soberania politica*, personificada no Estado, derivava da conjugação das diversas *soberanias sociais*, que exprimiam e devem exprimir a sociedade. «*Quando se confunden aquellas dos soberanias:* soberania social, *la que tiene sus organos en todas las sociedades, y la* soberania política, *que se concentra en el Estado oficial; cuando estas dos soberanias se juntan en la unidad de una constitución y de un solo poder, como sucede en el parlamentarismo, la centralización resulta y con esta la absorción de toda la politica y dirección social en los partidos y en sus oligarquias...*» Neste excerto de Vázquez de Mella, — o ilustre tribuno tradicionalista, se contem a condenação do Estado individualista das democracias contemporâneas e ao mesmo tempo as caracteristicas da concepção de Estado destinada a suceder-lhe. E' para essa concepção de Estado que o pensamento culto da actualidade começa a orientar-se, porque ela, restituindo á actividade propria do poder central o exercício pleno das suas funções de coordenação superior, restitui simultaneamente ás iniciativas pro-



Digitized by Google

vinciais e municipais o desafogo e a independencia que a burocracia e o partidarismo, elevados a sistema de govêrno pelas ficções liberalistas, discrecionariamente lhes retiraram.

Compreende-se, pois, com que atilada razão o publicista H. de Ferron escrevia, há perto de quarenta anos, no seu livro *Institutions municipales et provinciales comparées*: — «*L'influence des institutions municipales et provinciales n'est pas restreinte à la petite sphére des intérêts locaux; elle s'exerce puissamment aussi sur les qualités sociales d'un peuple, sur son tempérament, sur la marche de son gouvernement, sur ses destinées politiques*». E H. de Ferron reforça-se do testemunho de Tocqueville: — «*Ce que j'admire le plus en Amérique, ce ne sont pas les effets administratifs de la decentralisation, ce sont ses effets politiques.*»

Não esmiuçaremos agora o que existia de ilusão entusiástica no americanismo romantico de Tocqueville. O que assinalamos com Ferron é a influência das instituições locais nas qualidades sociais e politicas dum povo. Comenta ainda o aludido publicista: — «*La France, depuis bientôt cent ans, passe par des révolutions incessantes et qui, en un jour, renversent les gouvernements les plus solides en apparence; elle ne parvient à fonder ni l'ordre ni la liberté.*» E H. de Ferron insiste: — «*D'où vient cette impuissance?*»

«*Il est facile de repondre qu'elle vient de la race et du tempérament; que les Français sont,*

Digitized by Google

*par nature, incapables de la liberté et révolutionnaires de naissance. Comme preuve, on avance qu'en 1815, ils ont transporté chez eux des institutions qui, ailleurs, ont donné le calme et la liberté.»* Acrescenta o autor citado: — «*Cette réponse repose sur une erreur. Nous croyons avoir imité les institutions politiques de l'Angleterre, parce que nous avons, comme elle, un Parlemente et des ministres responsables.*» Sucede, porém, que «*un examen attentif nous aurait montré, que ce Parlement et ces ministres responsables sont loin de constituer tout le gouvernement de l'Angleterre; que ce gouvernement a d'autres parties non moins importantes, dont nous avons négligé de fonder l'équivalent chez nous, ces parties ne pouvant ni se transporter ni s'imiter.*»

Em seguida Ferron esclarece que a maior parte dos poderes administrativos e judiciais são exercidos directamente pelos cidadãos. «*A' l'exception d'un petit nombre de services indispensables à l'unité de la nation, tels que l'armée, la marine, les rélations exterieures, et les finances nécessaires au fonctionnement de ces services, toute l'administration est entre les mains des simples citoyens, ou des Paroisses et des Contés. Cette administration directe,*» — esclarece Ferron —, «*comprend non seulement les intérêts materiels, mais encore l'éducation, l'hygiéne publique, la police et la justice.*»

Lamenta-se depois significativamente o publicista francês: — «*On voit à quel point nous nous*

Digitized by Google

*sommes trompés, lorsque nous avons cru transporter en France le gouvernement de l'Angleterre. Nous n'en avons imité que la partie représentative, a laquelle nous avons adjoint un immense centralisation, une autorité centrale monstrueuse que nous appelons despotisme, quand elle est exercée au nom de la souveraineté du prince, et que nons confondons avec la liberté, quand elle est exercée au nom de la souveraineté du peuple.*» Prossigamos escutando H. de Ferron, cujo depoimento, por antecipado, redobra de valôr para nós: — «*Le gouvernement de la France et celui de l'Angleterre forment les deux types auxquels se rattachent tous les gouvernements modernes.*» Um dêles «*est imité de celui des Césars romains; il est composé: d'une vaste bureaucratie savamment organisée pour administrer les services publics, et d'un pouvoir central puissant qui fait marcher tous les rouages de cette bureaucratie. Il part de ce principe, que les citoyens sont incapables de s'administrer eux-mêmes, incapables de bien user de la liberté: que l'État doit agir pour eux, ou bien les mettre en tutelle, c'est-à-dire les soumettre au régime de l'autorisation préalable, dans les cas où il leur permet d'agir eux-mêmes.*»

Ao definir esse primeiro tipo de govêrno, H. de Ferron oferece-nos algumas linhas, dignas da maior meditação pelo seu alto significado contra-revolucionário, — sociologicamente falando, é claro. «*Ce systéme fait absorber l'individu par l'État, il lui*

Digitized by Google

*ôte toute force et toute vertu; il a conduit l'empire romain à la décadence, à la mort; l'État ne peut être puissant quand l'individu est faible. Il a cependant été renouvelé, dans les temps modernes, par les souverains de tous les peuples de l' Europe continentale; mais nulle part il n'a été réalisé d'une manière plus complète qu'en France, aux XVII^e^ et XVIII^e^ siècles. Après une interruption de quelques années, il a été repris en l'an VIII, et depuis cette époque il n'a cessé de dominer tout nos constitutions».*

Não me cabe a mim defender a monarquia francesa da acusação que Ferron lhe dirige. Mas não sómente por amor da verdade registo que a centralisação efectuada por Luís XVI, sobretudo, foi mais uma *concentração política*, tendo em vista a unidade da soberania, do que uma centralisação propriamente dita, — ou seja social e administrativa. Feita, como pátria, de bocados heterogéneos e até antagónicos, se não fosse a lenta e progressiva unificação, empreendida pelos seus monarcas, a França dificilmente existiria como nacionalidade. E' preciso, pois, distinguir! Embora a realesa de Luís XIV se enfatúi com as linhas hipérbólicas do Absolutismo, vai uma grande e incomensuravel diferença dos seus métodos governativos aos métodos governativos inaugurados pela Revolução e que em Bonaparte acharam o sistematisador jurídico.

Contrariamente, ao tipo de govêrno, representado pela França, individualisa-nos H. de Ferron o segundo tipo, — «*celui que les Anglais apellent le*

Digitized by Google

*self-government.*» Diz-nos o publicista: — «*la bureaucratie centrale y est réduite a son strict nécessaire, les citoyens y exercent directemente la plupart des fonctions publiques. Le self-government part de ce principe, que les citoyens deviennent capables d'administrer leurs intérêts en les administrant, comme en forgeant on devient forgeron; qu'ils apprennent à bien user de la liberté, en en usant; qu'ils ne peuvent faire leur éducation, developper leurs vertus sociales, corriger leurs défauts, que par la pratique de toutes les libertés.*»

Daqui o concluir-se com perfeita lógica: — «*Il ne faut pas s'étonner que ces deux espéces de gouvernement, reposant sur des principes contraires, aient des effets très différents, que l'un produise un peuple tout à la fois énérgique et calme, épris de la liberté et cependant respectueux de l'autorité qu'il exerce lui-même; et que l'autre ne produise qu'un peuple incapable d'administrer les affaires, sans initiative individuelle et ennemi de l'autorité qu'il subit et n'exerce pas; que l'un produise l'ordre et la liberté, et que l'autre ne produise que des révolutions.*»

Não acompanharemos em todas as suas deduções o autor do estudo *Institutions municipales et provinciales comparées.* H. de Ferron, no entanto, constitui um testemunho apreciável, ao demonstrar que o povo francês é vitima de duzentos anos de cesarismo e que «*un régime contraire, suivi pendant plusienrs géneration, nous rendraient la capa-*

Digitized by Google

*cité politique et le respect de l'autorité, qui nous manquent.*» O regimen contrário ao do cesarismo da administração francesa é o regimen usado pela Inglaterra, que «*a mis l'autorité en haut et la liberté en bas,*» — país onde «*les libertés locales sont le fondement de toute la constitution.*»

Se a política é uma sciência eminentemente experimental, o exemplo da Inglaterra, cotejado com o de França, basta só por si, sem mais considerações, para acreditar o valor e o alcance do «*localismo*». Não era na Europa a Inglaterra uma excepção. Mas porque ali as «liberdades» não sairam nunca dos seus quadros orgánicos, é que a ventania doida da Liberdade não desenraizou os individuos nem lhes quebrou os laços colectivos. O segredo da resistência inglesa a tanta comoção social e ideológica é precisamente onde reside. Reside na forte estrutura medievel da Inglaterra, no caracter marcadamente consuetudinario das suas instituições, na ausência duma *constituição-escrita*, — tal como as que infeccionaram a Europa restante, e no predomínio do *costume* sôbre a *lei*, que na Grã-Bretenha é apenas uma norma aclaradora de indole geral. Se atentarmos bem na composição tradicional da Inglaterra, logo verificaremos que se defendeu, como nenhuma outra nação, dos apriorismos e abstracções do Direito-Romano, guardando sempre da Idade-Media, — e por virtude da sua organisação local ser de formação *histórica*, e não *legislativa*, — o sentido das realidades juridicas e económicas,

Digitized by Google

em que a vida do cidadão se exprime. Ali a *soberania politica* não resultava duma confusão com a *soberania social*, mas sim das necessidades da sua coordenação. E digo não «resultava», porque o advento de Lloyd George, as consequências da sua politica dissolvente e as transigências excessivas com as flutuações da opinião pública durante o trágico período da Guerra modificaram gravemente as condições do antigo equilibrio do poder na Grã-Bretenha. Apesar de tudo, o «localismo» mantem-se ainda como sendo a fôrça reparadôra do abalado edificio inglês, não tendo perdido a actualidade a lição que a tal respeita recebemos da leitura do estudo compacto como é o do catedrático austriaco Joseph Redlich, tradução francesa de W. Oüalid, — *Le gouvernement local en Angleterre.*

«Habituamo-nos a considerar o Estado e as suas instituições,» — regista êle, — «como susceptiveis de desenvolvimento. Mas em nenhum Estado o método histórico é tão indispensavel como em Inglaterra, se nós quisermos compreender a natureza juridica e a estrutura da sua constituição. Em nenhuma parte, efectivamente, se encontrará um Estado cujo desenvolvimento ofereça menos solução de continuidade. Em parte nenhuma os mais simples elementos de formação antiga e das actividades primitivas se adaptam tanto ao sistema complexo da hora presente, graças, sobretudo, á complicação externa de leis e costumes estabelecidos de há uns anos para cá, — e ainda devido a essas modificações internas,

Digitized by Google

— económicas, sociais, ideológicas, — que determinam o desenvolvimento das leis e das sociedades.»

E Redlich salienta o seu ponto de vista: — «Coisa curiosa para se dizer: — embora a Inglaterra não tenha possuido constituição escrita e codificada, nenhum Estado se desenvolveu tão nitidamente, mesmo tão logicamente, segundo os seus fundamentos históricos e juridicos.» Por isso Adolfo Posada comenta: — «A idéa do *self-government* afirma-se històricamente como uma consequência do desenvolvimento das instituições, — não como a mera aplicação duma doutrina. — Por outro lado, afirma-se sociològicamente mercê da compenetração cada vez mais acentuada, dentro da unidade do Estado, não só da estrutura e constituição política, como da estrutura e composição social.» E', por palavras diversas, o que Redlich assevera, ao escrever que quem quiser explicar a mecânica do governo inglês precisa necessàriamente de interpretar as regras fundamentais e os princípios da constituição, não só segundo o seu contexto legal, mas também segundo o seu carácter político, como outras tantas questões abstratas das condições sociais da actualidade, chamadas á vida, não pela única autoridade dum doutrinário, mas porque se desenvolveram e estabeleceram como resultado de conflitos entre as diferentes ordens e classes da nação e as diferentes idéas politicas, que personificavam respectivamente essas ordens e essas classes. E Redlich exemplifica: — «Durante o século XVIII o mecanismo da

Digitized by Google

constituição inglesa caiu inteiramente... debaixo da acção da aristocracia e da *gentry* territorial. Enquanto a política da classe dirigente foi sofrivelmente nacional, enquanto os seus interêsses se mantiveram paralelos aos interêsses do país, tal sistema de govêrno conseguiu criar raizes e desenvolver-se. Uma aristocracia que salvára a constituição e a religião protestante pela expulsão de Jacques II, tinha algum direito a ser considerada como representando a nação inteira e os seus mais elevados interêsses.»

«Ao começo,» — prossegue Redlich, — «os obstáculos não foram muitos. No princípio do século XVIII a Inglaterra era ainda, sobretudo, um estado agrícola. A sua fôrça residia nos distritos produtores de trigo. Fóra de Londres existia uma vida urbana, apenas perceptivel, a opôr-se á preponderância social e política dos interêsses da terra. Deste modo, os grandes proprietários territoriais eram tidos como os verdadeiros chefes nacionais e naturalmente o povo aderiu ás mudanças subitas provocadas pela deposição duma dinastia e pela ascenção das grandes famílias *whigs* á supremacia social e política. Havia necessidade de repouso, depois das ásperas lutas do século XVIII, para desenvolvimento do comércio e da civilisação. As tendências políticas eram conservadoras e aceitavam-se sem discussão as mudanças no espírito e funcionamento da constituição, porque ninguem dava por elas, visto que todas as fórmas históricas se mantiveram intactas nas suas

Digitized by Google

funções, desde o rei ao simples *constable* da paróquia.»

Não terminamos a transcrição porque os seus ensinamentos carecem de ser completados. «Exteriormente,»—informa Redlich—, «o único elemento introduzido em Inglaterra pela Revolução foi o govêrno de partido. Não é que a idéa de partidos ou da sua organisação fosse estranha á Inglaterra. Os partidos *tory* e *whig* serviram para cristalisar as duas facções rivais na classe dirigente, sendo incontestável que a linha que dividia a classe dividia originàriamente a nação. A situação do soberano e o exercício das prerogativas do Rei, assim como as relações entre a Igreja estabelecida e os Não-Conformistas, tinham criado uma grande scisão popular entre os Puritanos e os Cavaleiros, muito antes que os *whigs* e os *tories* lhe déssem a expressão organisada de partidos. A queda de Jacques II acirrou a divisão, porque transformou os *tories* em legitimistas e forneceu, ao mesmo tempo, aos *whigs* uma política estrangeira que marcou durante bastantes anos as linhas de divisão entre os partidos. Mas a sua situação de improvisadores de Reis da Casa de Hanovre e de sustentáculo de todos os monarcas assim aclamados, a larga duração no poder de que disfrutaram, sob o reinado dos dois primeiros Jorges, tudo isto tendeu a desmoralisar os *whigs* e a fazer desaparecer a verdadeira distinção entre os dois partidos. Semelhante conflito degenerou numa luta pelo poder entre dois grupos que representavam ambos

Digitized by Google

os interêsses territoriais e defendiam o sistema eleitoral contra toda a espécie de reforma».

Mas, apoiadas essas oligarquias nas regiões produtoras de trigo, como já vimos, a sua influência achar-se-ia inevitavelmente ameaçada quando o centro de gravidade se deslocasse para os elementos comerciais e industriais da colectividade, cujos interêsses se tornariam cada vez menos conciliáveis com os da agricultura, á medida que a sua importância relativa aumentasse. «Com efeito,» — anota agora Posada,— «debaixo do influxo incontestável das tranformações sociais internas, a constituição política, de instrumento da aristocracia da terra, converteu-se num instrumento de *self-government* popular...» Festeja Adolfo Posada a *Reforma* de 1832 como o triunfo ruidoso da democratisação do Estado inglês. Seja nos permitido um pequeno desvio, para darmos ao facto o seu exacto significado. Vai falar G. R. Chesterton, — o assinalado escritor inglês, recentemente convertido ao Catolicismo.

«A maioria das nossas mudanças conscientes,» — elucida êle com a sua visão critica originalissima, — «são cortadas entre nós pelo figurino do Grande Plano de Reformas de 1832. Este plano de Reforma, encarado com olhos sinceros de reformador, não reformou nada. Provocou é certo, ás primeiras impressões, uma onda de entusiasmo popular que, ao aprecia-lo melhor, se desvaneceu sem demora. O plano serviu para conceder direitos ás classes médias e para tira-los aos individuos da classe trabalhadora,

Digitized by Google

rompendo de tal maneira o equilíbrio entre os elementos conservadores e os tão receiados elementos da república, que a classe governativa ficou fortalecida. O acontecimento é importante, não como data inicial da democracia, mas como uma amostra dum sistema jámais inventado para torcer e evadir o problema democrático. Daqui o tratamento homeopático da revolução, que deu tão preciosos frutos. Uma geração a seguir, Disraeli, o brilhante aventureiro judeu, figura representativa duma aristocracia que nada tinha já de genuina, estendeu os benefícios do Plano de Reforma aos artifices, em parte como uma medida de partido contra o seu grande rival Gladstone, mas, sobretudo, como um meio de desafogar a pressão popular e refrea-la depois melhor. Os políticos declararam que a classe operária era bastante forte para ter direito ao voto; a verdade, porém, é que era bastante débil para que, votando, constituisse um perigo.»

Fechado o parentesis, como aclaração imprescindivel, o que se desfia sem custo de quanto largamente se expôs é a indisputavel veracidade da tése de Redlich: — o govêrno inglês, na sua formação constitucional, é o único govêrno da Europa de tipo histórico, ao passo que os outros, em conflito constante com o ambiente, são de formação doutrinária ou ideológica. E tudo porquê? Pela penetração ininterrupta da vida local nas transformações gerais do Estado, transformações em que o *essencial* se não altera, alterando-se unicamente a sua parte

Digitized by Google

formal. Donde a continuidade que Redlich observa na gestação e desenvolvimento do Estado inglês; donde o método a empregar no estudo das instituições respectivas ser um método de pura análise intelectual.

As virtudes do «localismo» manifestam-se assim na riqueza e na amplitude sociológica da Inglaterra. «O traço característico da autoridade pública em Inglaterra,» — diz-nos Redlich, — «está em que quási todas as questões de govêrno interno, relativas á manutenção dos cidadãos e dos interêsses colectivos, são funções puras e simples de govêrno local.» Eis como se explicam, — não por virtude de raça, mas pelo seu insularismo que os deixou guardar intacta as suas instituições, — o civilismo e a independência tão decantada dos ingleses perante o poder central, — o respeito dos govêrnos pelo sentir dos cidadãos, a fidelidade tradicional aos usos e costumes dos antepassados, que tornam a Inglaterra no nosso tempo, — a Inglaterra antes de Lloyd George, aduza-se, — simultaneamente tão *antiga* e tão *moderna*.

Ora se o «localismo», no exame da dinâmica constitucional inglesa, tradús um factor ainda hoje dominante, não é menos dominante a tendência localista que, partindo de cima para baixo, — ao contrário daquilo que ocorre na Inglaterra, — se nota nos Estados-Unidos — não na sua legislação forçosamente centralisadora, mas nos escritos e aspirações dos seus professores, publicistas e mesmo

Digitized by Google

homens públicos. E' que no seu urbanismo absorvente a idade moderna criou um modo de ser populacional próprio, que, participando muito embora das caracteristicas estruturais do municipio, se reveste também de linhas suas e incomunicaveis: — a *Cidade*. Oiçamos Adolfo Posada determinar o interessantissimo fenómeno que, se na Europa se acomoda dentro dos moldes municipalistas tradicionais, tende na America para se expressar dentro de quadros similiares, sim, mas girando com impulsão diversa. «*Inglaterra alcanza un régime municipal tipico, eficaz, merced a una intensificacion del régimen representativo: sus Councils no están desacreditados; todo lo contrario. En América, las asembléas y consejos han fracasado, al parecer, en general, y se estima inadecuada la aplicación- al régimen municipal del criterio de separación o division de poderes de las Constituciones del Estado o de la Unión. Los remedios ideados varian: limitaciones constitucionales a la acción de la legislatura para garantir la autonomia municipal; restricciones a la acción de los consejos en las relaciones del crédito; la radical reforma de la estructura del régimen de la ciudad, que supone el establecimiento del gobierno por comisión, elaborado primero por Galveston. Pero, en todos estos remedios, queda a salvo siempre el principio esencial de la personalidad juridica y de la orientación democrática de la ciudad.*»

Acontece nos Estados-Unidos a circunstância

Digitized by Google

significativa de ter sido ali a base histórico-social a colónia—e com a colónia a organisação local anglo-saxónia. As necessidades duma agremiação maior, a aspiração crescente duma personalidade política que se quer impôr, externa e internamente, levaram em menos de dois séculos os Estados-Unidos para o máximo de centralisação, — como condição imprescindivel para que á falta da *unidade moral* que os enfraquece como pátria, a *unificação* evite as consequências da desagregação e do fragmentarismo. A finalidade das instituições centrais nos Estados-Unidos é realisar pela robustez dum poder único a homogeneidade e a solidariedade difíceis num agregado que, além de contraditório e centrifugo na sua formação e composição, se fundamenta para mais sôbre a instabilidade evidente do princípio electivo. Outro tanto sucede com a Suissa, que, embora contida em moldes diferentes, se esforça por ganhar individualidade nacional contra o cantonalismo que a debilita e dispersa. Sorriamo-nos quando se chama aos Estados-Unidos uma *democracia!* Sorriamo-nos quando igualmente se chama uma *democracia* á Suissa! Montando de hora para hora a máquina complexissima do seu cesarismo, os Estados-Unidos, entregues á imoralidade do sufrágio na máxima escala, são uma oligarquia financeira, mais pesada e asfixiante que o antigo feudalismo europeu. O feudalismo europeu nasceu, ao menos, para garantia da ordem pulverisada, defendendo a civilisação cristã dos perigos

Digitized by Google

que a ameaçavam e desempenhando na sociedade desfeita um papel fecundo de protecção. Não é a mesma coisa que sucede com o despotismo capitalista dos Estados-Unidos, alheio por completo ás belas razões espirituais em que se funda a dignidade do homem e em que se inspira a marcha das gerações através da história.

No polo oposto, a Suissa é uma sobrevivência pitoresca de medievalismo, que importa apreciar como tal. «*Ainsi, lorsqu'on voit dans la Suisse l'idéal démocratique, on commet un erreur enorme,*»—avisa o malogrado Henry Cellerier na sua *Politique fédéraliste*. «*Avec ses communes bourgeoises, en particulier, la Suisse est une terre de priviléges. Dans ces communes, les pâturages communs, les bourses d'études et les bourses d'apprentissage pour les enfants, les orphelinats, les hôpitaux, les œuvres pies, les forêts et les produits de vente de leur coupes, tous ces avantages sont réservés aux seuls «bourgeois», c'est-à-dire, aux héritiers légitimes des familles à qui les biens avaient été donnés ou laissés jadis à l'état indivis; les simples «habitants» en sont impitoyablement exclus. Ces communautés sont donc des associations aristocratiques, au premier chef, comme les anciennes républiques de la Grèce, divisés en citoyens et en esclaves, ou, si l'on préfére et plus justement, commes telles villes libres de l'ancienne France, Périgueux par exemple, où les citoyens ou bourgeois administraient seuls les inté-*



Digitized by Google

*rêts publics, où tout le reste, habitants ou manants, n'avait aucune part aux affaires.»*

«*De même, aux États-Unis,*» — adita o autor de *La politique fédéraliste*,—«*non seulement les moeurs se font de moins en moins démocratiques, mais la constitution elle-même est beaucoup moins démocratique qu'on ne le dit. Et en effet l'égalité théorique des États, leur représentation égale au Sènat quel que soit leur population respective, sont des éléments historiques forts distincts de ce droit purement individuel et quantitatif qui est le grand signe démocratique, comme le vote par tête est le grand instrument de la démocratie.*» De modo que tanto para Henry Cellerier, como para o observador despido de antecipações sectárias, a *democracia* atribuida aos Estados-Unidos não se identifica nem se reconhece na *democracia* atribuida á Suissa.

Procura a Suissa corrigir o seu municipalismo excessivo, improvisando um agente de coesão que históricamente não conseguiu criar,—suspensa como ficou no seu desenvolvimento social. Sendo um *govêrno*, e não uma *pátria*, os Estados-Unidos, por seu lado, esforçam-se por estabilisar a *nação*, deslocando dos seus órgãos centrais partículas de soberania que povôem o grande espaço vago que existe entre o cidadão e o Estado. Processos sociológicos bem distintos, indicam-nos quanto na Europa a estrutura da sociedade é mais espontânea, mais natural que na América! Na Europa derivou das

Digitized by Google

próprias leis da história, passando do Município,—aglomeração de famílias, ao Estado,—aglomeração de municípios. Na América, os colonos e os fundadores, transplantando para o solo novo instituições já constituidas, transplantaram-nas logo com carácter urbano e funções governativas. O resultado foi que o Estado ali representou o *início*, ao passo que na Europa, por via de regra, representa uma *conclusão*. Da convergência do *elemento nacional*, personificado no Estado, com o *elemento social*, personificado no Município, é que advem o tipo completo de govêrno, — descentralisado e concentrado ao mesmo tempo. Esse tipo é impossível por ora nos Estados-Unidos, porque são um país ainda na adolescência,—e não se chegou a concretisar na Suissa, porque o particularismo helvético, como consequência de variados factores, cristalisou em obsoletas formas de transição.

Lançando mão duma velha comparação, a Suissa é, em ponto mais amplo, um arcaismo igual ao da república de Andorra. O caso da república de Andorra merece cuidadosa atenção para quem quiser compreender a maneira como o município medieval foi na Europa o precursor do Estado moderno. Examinando de perto a vida e as instituições do povo de Andorra, o catedrático espanhol Fernando de los Rios Urruti declara-nos que a estrutura social de Andorra «*se asemeja en muchos aspectos a la de las antiguas comunidades rurales.*» E em outra passagem o aludido professor diz: — «*En el*

Digitized by Google

*pequeño señorio andorrano... se sorprenden hoy, en un periodo de incubacion, cuestiones que en los más de los países están ya resueltas, y precisamente esa circunstancia es uno de los atractivos que tiene para el estudio de las cuestiones juridicas y politicas...»*, tanto mais que, segundo o referido testemunho, Andorra «*desde hace algunos años se encuentra en una crisis de adaptacion a las nuevas formas orgánicas de los Estados...*»

Justamente classifica o catedrático Fernando de los Rios a república de Andorra,—mais um «principado» do que uma «república», a não ser que se tome «república» no sentido clássico—, como um senhorio, dependendo de dois senhores—o govêrno francês e a igreja de Urgel. «*El fenómeno social que probablemente dió lugar a que surgiese Andorra con su actual estructura... fué el que originó en Castilla las behetrias, con las que conserva aún leves rasgos de semejanza...*» Seguir o vagaroso *processus* por que em Andorra se elaboraram, a pouco e pouco, os seus órgãos governativos é presenciar num exemplo localisado a transição gradual e lenta do município ao Estado. Com as suas expressivas «*landsgemeinde*», a Suissa, morfològicamente encarada, não é mais que uma generalisação do caso de Andorra. O Estado não se constituiu ainda ali como individualisação da realidade nacional. A centralisação corresponde, pois, a uma fase de aglutinação necessária, sem a qual a «placa giratória» da Europa se desfaria, cedendo aos fortes estremeções centrífugos do seu insulado cantonalismo.

Digitized by Google

Caminha-se deste modo na Suissa para a intensificação do Estado, como cérebro e consciência da nação. Opostamente, nos Estados-Unidos, o Estado parte ao encontro da nação, que é preciso engendrar sôbre um solo extensissimo com a matéria-prima que a emigração lhe fornece prodigamente. O método empregado, na ausência de agrupamentos naturais anteriores ao Estado, é o método administrativo de Roma, semeando municípios, levantando colónias. Já se entende porque na América do Norte, como um dos aspectos do seu apertado sistema centralisador, o urbanismo nos apareça ajudando o Estado a exercer cabalmente as suas funções.

Não dedicaremos á «Cidade», como miniatura de Estado, os ditirambos que Adolfo Posada lhe consagra. «*Es la* Ciudad moderna *la síntesis sociológica más representativa de los beneficios de la paz: expresa el más alto grado a que la humanidad ha podido llegar en su esfuerzo para dominar el medio natural, crear y dominar el social...*» Contràriamente ao ilustre municipalista espanhol, perdido ainda na selva escurissima do preconceito democrático, sustentamos que a Cidade é um mal inevitável do nosso tipo de civilisação, sem que os benefícios que porventura a adornem debaixo do ponto de vista material nos compensem dos estragos que produz debaixo do ponto de vista social e moral. Considera Adolfo Posada a «Cidade» como um fruto e conquista da Democracia. Exactamente porque é um

Digitized by Google

fruto e conquista da Democracia, é que ela é uma resultante funesta do individualismo. Filha, portanto, da Revolução, a *Cidade* obriga a contar, de igual maneira, com o *localismo*, que a mesma Revolução se empenhou em obscurecer e extinguir. Outra não é a grande lição que se recolhe da tendência urbanista dos tempos presentes e que, sobremaneira intensa nos Estados-Unidos, leva os legisladores e os tratadistas a reconhecerem à *Cidade*,—insisto—, um regimen seu, que participa tanto das características tradicionais dos municípios como das que são pertença exclusiva do Estado. «*Todo sistema político moderno tiene que recoger y asimilar las consecuencias sociales y políticas del crecimiento de la ciudad, y resolver en una expresión legal la posición de aquella en el Estado superior; y esto de dos maneras, a saber: primeramente, en la determinación de la esfera del gobierno de la ciudad, deducida de sus necesidades propias, y luego en la determinación del sistema legal dentro del cual debe la ciudad moverse en sus relaciones con el Estado que la comprende.*»

Eis como o sempre citado Adolfo Posada concebe e formúla o problema da *Cidade*. Não o esmiuçaremos nós aqui em harmonia com o relevo que êle está assumindo de hora para hora nos domínios da sociologia. Para nós é apenas uma faceta dum tema mais amplo e mais permanente:—o *localismo*. Claro que, ao falar-se na *Cidade*, como um derivado do individualismo contemporâneo, distinguimo-la perfeitamente da *Polis*,—da Cidade-Antiga com os seus lares e altares, de que Fustel de Coulanges nos

Digitized by Google

ressuscitou a alma e a dinâmica num livro inolvidável. A Cidade de hoje, sem raizes nem fins que excedam os horisontes da vida quotidiana, não é mais que um recurso artificial do Estado para preencher o vasio que vai dêle ao cidadão-átomo da sua soberania. Saída, portanto, das falsas condições em que a actividade do Estado se debate nos nossos tristes dias de decadência, a sua existência nem por isso deixa de ser importante para a demonstração do valor do *localismo*. E é agora o que unicamente nos importa.

Garrotando as velhas autonomias municipais e corporativas, foi como o Estado, modelado nos apriorismos da Revolução-Francêsa, conseguiu vingar e difundir-se. Para que não se desconjunte, vitima da congestão burocrática e centralista que o toma todo, recorre como suporte ao urbanismo, —seu filho primogénito e bem-amado. Nota-se nos Estados-Unidos, mais que em outra parte, êsse desenvolvimento patológico das grandes urbes. Não se quere dizer que elas não bracejem também vigorosas no nosso continente. Acontece, porém, que o urbanismo na Europa, quanto aos seus órgãos administrativos, é ainda uma manifestação de municipalismo, embora pervertido pelos efeitos da época individualista em que vivemos. Mas na América do Norte reveste-se já de linhas especiais. Escutemos a tal propósito o tratadista L. S. Rowe, professor de Sciências-Políticas na Universidade de Pensilvania.

Digitized by Google

«As idéas que herdamos ácêrca do govêrno democrático»—observa,— «inspiraram-nos uma forma de organisação da cidade, na qual ocupava uma posição importante a assembléa representativa local ou conselho da cidade. As mesmas tradições políticas exigem que os mais elevados funcionários administrativos da cidade sejam designados mediante eleição popular, sejam quais forem das suas funções. *E' um facto significativo* (o sublinhado é nosso) *que esta adesão tenaz ao que reputamos como sendo a pura essencia da democracia haja coincidido com um movimento totalmente diferente nos outros ramos da actividade administrativa.* A marcha das grandes emprezas de negócios concentra-se nos chefes executivos das associações industriais. A responsabilidade para a direcção dos interêsses dos estabelecimentos educativos e de caridade transita também da comissão ao chefe executivo único. Até na condução dos diversos assuntos respeitantes á Igreja se observa esta tendência para a concentração do poder executivo. Aonde se conserva ainda a fórma do conselho de administração, o govêrno efectivo e a responsabilidade correspondem sempre a um indivíduo, ou se chame presidente do conselho, ou presidente da comissão executiva. Seja qual fôr o aspecto por que se examine semelhante tendência, tudo nos leva a crêr que não se trata duma mera fase passageira e que um futuro bem próximo nos oferecerá a acentuação da sua influência.»

Como doutrina anti-democrática, negando as

Digitized by Google

excelências do sufrágio para celebrar, e acertadamente, as da competência e da continuidade, é difícil encontrar-se outra mais completa. Mas Rowe prossegue: — «Se a concentração do poder no presidente implica uma tendência permanente da política administrativa americana, surge-nos imediatamente a questão de sabermos se tais mudanças se podem conciliar com as nossas idéas democráticas. Ninguem negará que o aumento do poder executivo, do mesmo modo que a sua concentração, têm sido acompanhados dum assinalado acréscimo de competência. O dilema que se apresenta ás municipalidades americanas assume, portanto, a forma duma aparente oposição entre democracia e competência. Posto assim o problema, apenas há que duvidar pelo que toca á escolha definitiva do povo americano, o qual respeita a competência mais que os outros povos da civilisação ocidental...»

Não nos é possível reproduzir integralmente as considerações de Rowe. Do que recortamos delas deduz-se com plena claridade a crise que os órgãos da vida local atravessam na América e como ali, menos que na Europa, a democracia exclui a competência. Sem raizes nos Estados-Unidos, o Município-Cidade terá sempre que se encarar como um agente do poder central, porque lhe falta a natural formação histórica que êle significa no nosso continente. Enquanto aqui é preciso defende-lo da perturbação gregária da Democracia, na América do Norte revela-se-nos como sendo a reflexo dessa

Digitized by Google

formação. Enquanto na Europa o Estado, moldado sôbre o tipo democrático, opera a centralisação, para submeter a resistência das nações, avessas por índole e finalidade a semelhante sistema de govêrno, a concentração operada nos Estados-Unidos destina-se inversamente a garantir a obra unitária do Estado contra o individualismo dispersivo da colectividade. Na Europa tudo é *historico,* menos o Estado; na América o Estado é a única realidade histórica em que a sociedade se firma. Reputo bem marcada a diferença e, com ela, as diversas interpretações por que o *localismo* se manifesta, representando na Europa, sobretudo, um problema de *liberdade*, ao passo que na América representa um problema de *responsabilidade* e de *competência.*

De quanto fica analisado resulta, evidente, a importância do *localismo.* Para o debelar, como fôrça nacionalista instintiva, a França centralisa, — centralisa Portugal, centralisam os países mordidos pela avariose romantico-jacobina de Revolução. Para o criar, porque carecem de lançar os fundamentos duma nacionalidade, os Estados-Unidos abandonam os preceitos fundamentais da Democracia e entregam a direcção dos interêsses municipais das suas formidáveis urbes a chefes únicos, responsáveis e estáveis. Verifica-se, pois, que a Democracia na América traduz um estadio de transição, explicável e lógico em países saidos há pouco do borrão colonial, ao contrário da Europa, onde, com os exemplos palpáveis da França e de Portugal,

Digitized by Google

exprime unicamente uma depressão patológica.

O valor do localismo acha-se suficientemente demonstrado. O grau do seu florescimento define-nos o grau de prosperidade e desafogo dum povo. Na Inglaterra êle moralisa os efeitos perniciosos do parlamentarismo; na América do Norte o Estado moralisa-o êle, empenhando-se em difundi-lo como elemento eficaz da sua obra de coordenação social. Incompativel com a Democracia, não há escola de civismo que se lhe compare. E' justamente pelo vigor das suas instituições locais que a Suissa, trabalhando afincadamente por ser um Estado e uma pátria, consegue viver na Europa, como uma sobrevivência mediévica, igual á da república de Andorra. Só o *localismo*, não basta, — é certo. Mas sem *localismo*, não há nacionalismo nem cidadãos: não passamos de simples *administrados* pelo partido que usufruir o poder. Duas modalidades de localismo existem:—*a Cidade*, aglomeração de indivíduos, ou o *Município*, pròpriamente dito, aglomeração de famílias. Factores imprescindíveis para se obter na sociedade a penetração do *elemento humano*,—criador, com o *elemento político*, — coordenador, a transformação do Estado necessita de não desdenhar o concurso dessas cariátides tão sólidas. Dediquemo-nos nós em Portugal a despertar o espírito localista decaído! E logo se verá que as raças não morrem desde que estejam em contacto com a nascente sagrada das suas energias!

Digitized by Google

Digitized by Google

# SIGNIFICADO DO «AMADIS»

Digitized by Google

Digitized by Google

# SIGNIFICADO DO «AMADIS»

## I

Quando aquele pobre senhor Alonso Quijada, de lastimosa memória, voltou, derreado e vencido, da sua primeira saída pelo campo, toda a gente sabe da resolução em que acordaram o cura e o barbeiro. Ao tomarem-lhe conta dos livros, entre os aplausos da ama e da sobrinha, logo «*los cuatro de Amadis de Gaula*» apareceram nas mãos adestradas de maese Nicolás. O cura, que «era homem douto, graduado em Siguenza», saudou imediatamente a célebre novela não só como a mais antiga da espécie que se imprimira em Espanha, mas sobretudo como mãe e tronco comum de quantas da mesma indole proliferaram ao depois fartamente.

Dispunha-se o licenceado para atirar com o *Amadis* ao suplício infamante da fogueira. Mas, pronto, o barbeiro acudiu: — «*No, señor, que también he oido decir que es el mejor de todos los libros que deste genero se han compuesto, y asi como a único en su arte se debe perdonar.*» E o *Amadis* foi salvo da

Digitized by Google

pena dura do fogo, enquanto que na chama expirava a sua abundante descendência, — na maioria bastarda e bem indigna dos brazões e costela familiar.

De tal maneira, num episódio expressivo, Cervantes presta a homenagem do seu génio a uma novela que marca mais do que um acontecimento ruidoso no domínio das letras, porque marca e fixa um tipo de sensibilidade, de que vive ainda agora a civilisação ocidental. Falando do *Amadis*, escrevia o eminente Menéndez y Pelayo: — «*Ningún héroe nevelesco se ha impuesto á la admiración de las gentes con tanta brillantez y pujanza como se impuso el Amadis á la sociedad del siglo XVI. Hay que llegar*» — continua o autor da *Origenes de la Novela* — «*á las novelas de Walter Scott para encontrar un exito semejante, á la vez literario y mundano, para el cual no hubo fronteras en Europa.*» E a razão está em que a idéa de Mulher,—a idéa do eterno feminino, transmitida pelo *Amadis*, revolucionou profundamente os costumes morais e sociais das Côrtes polidas do nosso continente, desde que o velho conto mediévico do *Donzel do Mar*, acomodado a situações líricas inolvidáveis por um trovador português, ganhou foros de universalidade, graças á transposição castelhana de Garci-Ordoñez de Montalvo, regedor de Medina del Campo em tempo dos Reis-Católicos.

Sem dúvida inspirado num motivo de evidente fundo britónico, o *Amadis* guarda consigo uma

Digitized by Google

personalidade tão inconfundivel que conseguiu resistir ao inchaço verbalista de Montalvo e conservar, apesar de tudo, a sua transparente ancestralidade lusitana. Exilado tantos séculos da alma e da linguagem que amoravelmente o conceberam, ei-lo que regressa enfim do seu destêrro por falas estranhas e gorduras eruditas ao seu lar de família, — ao berço esquecido da sua grei. O «arranjo» de Afonso Lopes Vieira, restituindo o *Amadis* á pura essência do seu espírito, — á linha fluente e simples da sua primitiva emoção, é uma altissima prova de que em Portugal nos preparamos para nos devolvermos com consciência e devoção á posse dos nossos perdidos morgadios. Naturalmente, — poeta tocado da mais casta inspiração lusiada! — Afonso Lopes Vieira não se limita no seu nacionalismo meditado ao desfruto tranquilo dos nossos horisonte quotidianos. O seu conceito de Pátria projecta-o para além da figuração territorial em que Portugal ordinàriamente se exprime, em busca do ponto que indica o consórcio místico da nossa raça com os destinos superiores da Civilisação. Ninguem, como Portugal, na verdade, foi o esposo permanente e diligente dessa virgem forte, — tão forte e tão bela como as que no Evangelho se manteem sempre de lampada acesa! Se os *Lusiadas* são o testemunho irrefutável da nossa vitalidade nacional, nada nos prova também com tanta eloquência o carácter universal—o sentido apostólico da nossa História! Mas o que até agora escapou á atenção dos nossos



Digitized by Google

empacotados estudiosos, impossibilitados, por via de regra, de se elevarem a visões de conjunto, atinge-o Afonso Lopes Vieira com o poder apreensivo da sua aguda penetração poética: — não só pelas Descobertas, não só pela epopeia da Fé e do Império, Portugal se tornou credor do mundo que pensa,—do mundo que cria. Em plena orgia culta da Resnascença os amores do *Donzel do Mar*, «Moysés da Cavalaria», (como incomparavelmente no *Paiz lilaz* se lhe chama) com Oriana, — a sem par, rasgam um sulco que, engrossando cada dia mais, através dos refegos pedantêscos do humanismo, vai desaguar nessa tremenda «insurreição feminina»,—como Sainte Beuve define o explodir do Romantismo.

Claro que, pelas suas consequências negativas, a ditadura que o nosso lirismo impôs á Europa cortês e erudita, primeiro por intermédio do *Amadis*, em seguida pelo da *Diana*, de Jorge de Monte-Mór, não pode equiparar-se á grandeza dos outros aspectos da nossa influência civilisadora. Traduz, porém, com não menor intensidade, a feição expansiva do nosso génio de povo, que, exactamente no pleno desenvolvimento das suas virtudes nacionalistas, achou forma de realisar o mais amplo universalismo. Com exactidão observa algures André Gide: —«*C'est en se nacionalisant qu'une littérature prend place dans l'humanité... Quoi de plus espagnol que Cervantés, de plus anglais que Shakspeare, de plus italien que Dante, de plus fran-*

Digitized by Google

*çais que Voltaire ou Montaigne, que Descartes ou que Pascal, quoi de plus russe que Dostoïewsky; et quoi de plus universellement humain que ceux-lá?»* Tal o que sucede com o *Amadis*. Indubitàvelmente que o tema tratado pela admirável novéla não pertencia ao património exclusivo da nossa raça. Mas o que lhe alcançou sucesso e lhe conferiu asas imortais era incontestavelmente nosso e bem nosso,—era a alta e delicada crepitação lírica, que desde as mais recuadas idades nos acompanhou com uma auréola própria, deixando nas páginas dos *Cancioneiros* afonsinos magnificamente individualisada a nossa opulenta genealogia sentimental!

Extraviou-se a redacção primitiva do *Amadis* e em torno dêsse texto perdido se levanta o problema das suas origens. Há partidos,—há grupos entre os doutos e especialistas, atribuindo-lhe a paternidade, uns a Portugal, outros a Castela. Poderá ser que o encantado conto existisse em castelhano antes de se verter na doçura da nossa linguagem,—e isto porque o idioma central da Península conheceu mais cedo que o nosso a facilidade da prosoficação. Existisse, ou não existisse, (recebendo-se entre nós, no segundo caso, directamente dos círculos transpirenaicos, onde as preferências se davam todas á *matêria de Bretanha*) não nos devemos preocupar com semelhante debate. Porque o que constituiu o segrêdo do êxito do *Amadis* não reside na sua parte formal. Reside inteiramente no seu trama psíquico,—na melanco-

Digitized by Google

lia que o repassa, no ideal de vida amorosa que êle inaugura na Europa, rompendo com a fatalidade da paixão invencível, simbolisada para sempre no drama de Tristão e Iseu e de que a literatura mediévica andava repléta, a ponto de se celebrar o amor adúltero com o ardor sacrílego duma religião nova. «*Par un déplorable renversement de la morale,*»—nota Eugéne Baret no seu estudo *De l'Amadis de Gaule et de son influence*—, «*nous voyons en effet l'auteur du Lancelot, fidèle sans doute à l'esprit de son siècle, se declarer en faveur de la reine Genéviève infidéle à son epoux, et charger d'invectives ceux qui l'emménent prisionnière...*» E é interessante registar aqui as téses de Ernest Seillière a êste propósito, para que a personalidade do *Amadis* se evidencie melhor e com ela a do povo que na célebre novela depôs o sêlo do seu lirismo revoante.

Ocupa-se Ernest Seillière, no seu magnífico ensaio *Les origines romanesques de la Morale et de la Politique romantique,* do rômance de Cavalaria e de Chréstien de Troyes,—seu introdutor. «*Nous ne suivrons pas M. Seillière dans son analyse des productions les plus fameuses du genre nouveau inauguré por Chrestien de Troyes,*»—escreve René Gillouin, crítico de Ernest Seillière. «*Notons seulement avec lui que la théorie courtoise s'elargit jusqu'á admettre decidément l'adultére comme la forme naturelle et nécéssaire du véritable amour...*» Estuda-se depois Lancelot, — «Lançarote», á boa

Digitized by Google

moda portuguesa—, sofrendo em presença da sua dama a rainha Geniévre—, D. Genebra, segundo a velha usança,—«*une sorte de fascination qui ne le laisse plus maitre da sa volonté virile*». «*L'amour régne en despote dans sons âme,*» — acrescenta Gillouin—, «*principe des actes les plus valeureux et les plus élevés comme aussi de toutes les capitulations de conscience.*» De modo que «*Lancelot est le prototype du passioné romanesque qui, à dater des œuvres de Chrestien, n'a plus cessé d'incarner l'ideal érotique de la race européenne*». Quanto a Geniévre, se domina em senhora absoluta a vontade e as inclinações de Lancelot, não engana com menos desembaraço a El-Rei Artur, seu esposo. Recebe o justo castigo da sua traição. E eis que «*ceulz de la cité*», ao verem-na conduzida em desgraça,—«*vieulz et jeune, povres etc riches*», rompem numa grande e indignada grita:—«*Haa, dame douce, debonnaire, courtoise et vaillant plus que aultre dame ou trouverons maie povres gens en terme pitié. Haa, roy Artur, qui as pourchacé sa mort par ta desloyauté, encore t'en pouisses-tu repentir, et les desloyaulx traistres qui ont ce jugé en puisse mourir honteusement dedans brief terme!*»

Compreende-se o que havia de desordenado e degradante em tais tendências que exerceram uma preponderância funesta no seu tempo. A Igreja viu-se obrigada a intervir e Dante vincou a sua reprovação pelas consequências desmoralisadoras dos romances de Cavalaria. Tudo derivava do abuso

Digitized by Google

do provençalismo e da doutrina do «amor-cortês». Em que consistia essa doutrina sabemo-lo nós. Definamo-la, no entanto, com as palavras precisas de Ernest Seillière. Diz-nos êle no trabalho citado que «*l'exaltation amoureuse pour avoir tout son prix doit être parfaitement spontanée et ne recevoir de loi qu'elle-même, que pour se conserver dans tout son ardeur et dans tout la plenitude, elle doit écarter avec soin tous les influences de la vie prosaique, et que par conséquent elle ne saurait s'accommoder ni de l'œuvre de chair ni des liens du mariage*». A queda não demorou a surgir em tão requintada concepção do Amor. «*Mais comme il est assez malaisé de faire vivre le désir sans rien accorder aux sens,*» — explica ainda Seillière —, «*il ne tarda à se créer, à côté de ce sevére ascétisme, une théorie moyenne qui accordait au chevalier amoureux à defaut de la possession totale, des faveurs, des satisfactions licites graduées selon les régles d'un soigneux protocole, et il n'est pas besoin d'insister assurément sur ce qu'il y a de périlleux et de glissant dans cette position intermédiaire entre les exigences du platonisme et celles de la sensualité.*»

Os resultados colheram-se depressa e o romance de Cavalaria, com tipo no de *Lançarote*, foi o veículo por meio do qual se transmitiu a toda a parta essa gafa moral,—longínquo e luxurioso arrebol do Romantismo. Embora nos seus começos nada aproximasse dos «herois» da *matéria-de-Bre-*

Digitized by Google

*tanha* os refinamentos poéticos do *amôr-cortês*, um momento desponta, com o desenvolvimento irrepremivel das duas correntes, em que necessàriamente se encontram, terminando por se fundir. E' a data própria da aparição do romance de Cavalaria,—outra não é a obra de Chréstien de Troyes. Informa mestre Gaston Paris no *Esquisse historique de la Littérature Française au moyen âge:*—«*Chréstien qui avait reçu, au moins en partie, l'instruction d'un clerc et qui n'est nullement un poéte populaire, a transformé la «matiére de Bretagne»; il l'a francisé. Lancelot, écrit sous l'inspiration de la comtesse Marie de Champagne, fille d'Aliénor, est la mise en action des théories les plus raffinés de l'amour courtois, tel que l'avaient elaboré les troubadours, et telles que le chapelain André le codifia plus tard, d'après la tradition surtout de la cour de Champagne. A cet élément sentimental...*»—prossegue Gaston Paris—, «*le poéte unit, non sans disparate, l'élément merveilleux qui provient des contes celtiques, jardins enchantés ceints dans invisibles murailles, fontaines dont l'eau troublée améne des orages, ponts formés d'une lame d'epée, fées, nains, géants, monstres et prestiges de tout genre; de là vient aussi la recherche, inconnue à notre vieille epopée, de l'aventure pour l'aventure, la chevalerie «errante» avec ses bravades, ses combats sans raison, ses «coutumes» étranges, tout une vie dénouée de realité, mais captivante pour l'imagination.*»

Digitized by Google

A fortuna de semelhante forma literária cresceu ràpidamente. Transpondo depressa os limites das pequenas côrtes senhoriais em que desabrochára, o seu triunfo alcança a Italia, irradia para a brumosa Alemanha, vence a linha denteada dos Pireneus. O episódio formidável de Paulo e Francesca no poema de Dante ensina-nos quanto a leitura do *Lancelot (Noi leggevamo un giorno, per diletto, di Lancilotto como Amore lo strinse...)* entrara nos hábitos da sociedade escolhida. Não obteve contudo o romance de Cavalaria o mesmo acolhimento não só em Castela como na própria Catalunha, — prolongamento natural da Aquitânia. «*Openiase a ello,*» — elucida Menéndez y Pelayo, — «*tanto las buenas cualidades como los defectos y limitaciones de nuestro caracter y de la imaginación nacional. El temple grave y heroico de nuestra primitiva poesia; su plena objectividad historica; su ruda y viril sencillez sin rastro de galanteria ni afeminación; su fe ardiente y sincéra, sin mezcla de ensueños ideales ni resabios de mitologias muertas (salvo la creencia, no muy poetica, en los agüeros) eran lo mas contrario que imaginarse puede á esa otra poesía, unas veces ingeniosa y liviana, otras refinadamente psicologica ó peligrosamente mistica, impregnada de supersticiones ajenas al cristianismo, la cual tenia por teatro regiones lejanas y casi incognitas para los nuestros; por héroes, estrañas criaturas sometidas á misterioso poder; por agentes sobrenaturales,*

Digitized by Google

*hadas, encantadores, gigantes y enanos, monstruos y vestiglos, nacidos de un concepto naturalista del mundo que nunca existió entre las tribus ibéricas ó que habia desaparecido del todo; por fin y blanco de sus empreŗas el delirio amoroso, la exaltación idealista, la conquista de fantasticos reinos...»*

E Menéndez y Pelayo insiste no seu ponto de vista, onde, a par do rigor crítico, transparece também uma certa incompreensão afectiva, tão natural na psicologia espanhola:—«*Añadase a esto la novedad y estrañesa de las costumbres, la aparición del tipo exótico para nosotros del caballero cortesano; el concepto muchas veces falso y sofistico del honor y sobretodo esto el nuevo ideal femenino: la intervención continua de la mujer, no ya como sumisa esposa ni como reina del hogar, sino como criatura entre divina y diabólica, a la cual se tributaba un culto idolatrico, imolando a sus pasiones ó caprichos la austera realidad de la vida; con el perpetuo sofisma de erigir el ordem sentimental en disciplina ética y confundir el sueño del arte y del amor con la acción viril*».

Efectivamente, a sobreposição da ordem sentimental á ordem moral da vida deu, no decorrer dos séculos, a transformação revolucionária do Romantismo e a funda anarquia espiritual em que hoje a civilisação ocidental se debate. As raizes do mal arrancam por certo da idéa do Amor, propagada pelo romance de Cavalaria, e que represen-

Digitized by Google

tava, buscando-lhe bem a genealogia, a vitória do alexandrinismo bastardo, contaminado ao Ocidente pelas agremiações gnósticas, sôbre o sacramento cristão do matrimónio. Mas não é menos exacto também que a resistência do génio castelhano ás inovações sopradas pelo vento dos Pireneus traduzia a árida secura individualista que o tornou sempre impermeável ás altas palpitações do Lirismo, a não ser quando, exercido já em pleno Absoluto, a contemplação de Deus lhe confia os arrebatamentos de Santa Teresa e de S. João de La Cruz. Aproximamo-nos assim dum dos lados mais importantes do problema do *Amadis*. De facto, se dentro da concepção amorosa divulgada pelo romance de Cavalaria, o *Amadis* rompe com a apologia do adultério, oferecendo-nos o exemplo tocante da fidelidade de dois namorados que se reunem alfim, —dentro da psicologia geral dos povos peninsulares, êle é igualmente uma excepção inconfundível, que denota desde logo como não são do centro da Península os seus antecedentes e mais condições da sua génese. Não nos precipitemos, porém. E verificada pela pena ilustre de Menéndez y Pelayo a reluctância tanto de Castelo como de Catalunha para a aclimatação do cortejo de normas e emoções, disseminado pela vaga absorvente do romance de Cavalaria, continuemos ouvindo as reflexões do grande professor.

Adita Menéndez y Pelayo: — «*Habia, no obstante, una región de la Peninsula donde, ya por*

Digitized by Google

*oculta afinidad de orígenes étnicas, ya por antigua comunicación con los países celtas, ya por ausencia de una poesía épica nacional que pudiera contrarrestar el impulso de las narraciones venidas de fuera, encontraran los cuentos bretanos segunda pátria, y favorecidos por el prestigio de la poesía lírica, por la moda cortesana, por el influjo de las costumbres caballarescas, despertaran el germen de la inspiración indígena, que sobre aquel tronco, que parecía ya carcomido y seco, hizo brotar la prolífica vegetación del* Amadís de Gaula, *primer tipo de la novéla idealista española. Fácilmente se comprenderá que aludo á los reinos de Galicia y Portugal, de cuyo celticismo (a lo menos como elemento muy poderoso de su población, y también de la de Asturias y Cantabria) sería demasiado escepticismo dudar, aunque de ningún modo apadrinemos los sueños y fantasías que sobre este tópico ha forjado la imaginación de los arqueólogos locales. Si no se admite la persistencia de esto primitivo fondo, no solo quedan sin explicación notables costumbres, creencias e supersticiones vivas aún, y casos de atavismo tan singulares como el renacimiento del* mesianismo *de Artus en el rey D. Sebastián, sino que resulta enigmático el processo de la literatura cabelleresca, que tan profundamente arraigó allí, que conquistó sin esfuerzo las imaginaciones como si estuviesen preparadas para recibirla y que fué imitada com tanta originalidad á la vuelta de algunas generaciones.»*

Digitized by Google

Será concluir muito admitindo com Menéndez y Pelayo que a facilidade de aceitação no ocidente e noroeste peninsular da chamada «matéria-de-Bretanha» se relaciona com um substractum céltico comum. Mas o que é incontestável é que, sem se contar com um fundo étnico qualquer, — céltico, ligure ou ibérico, a designaçao não importa!—, a incógnita da questão permanece emaranhada, conhecido o modo como a aclimatação da «materia-de-Bretanha» nos territórios que foram Galiza e Portugal contrasta singularmente com a indiferença achada pelo ciclo bretão e pelo romance de Cavalaria em Castela. Aquela ausência duma poesia épica nacional indígena, em que Menéndez y Pelayo se firma para explicar as causas porque na referida zona peninsular a «materia-de-Bretanha» se enraizou depressa, como se as imaginações *«estuviesen preparadas para recibirla,»* supõe a permanência duma raça autóctone mais antiga e até certo ponto contrária ou antagónica da que estanceava pelo centro e pelo levante da Península. O mesmo Menéndez y Pelayo escreve numa curta passagem da sua belissima *História de la poesia castellana en la Idad Media* que *«la epopeya castellana nació al calor de la antigua rivalidad entre León y Castilla (rivalidad que ocultaba otra más profunda, la del elemento gallego y el elemento castellano...)»* Deparamos assim com o dualismo que individualisa, dando-lhe fisionomia aparte, portugueses e castelhanos dentro da superior unidade cultural da

Digitized by Google

Península. E', em outra expressão, a «obstinação ibérica» que Adolfo Schulten, o eminente hispanófilo alemão, exumador adestrado de Numância, ressuscitou dos textos clássicos para designar a antiga irreductibilidade estrutural dos Celtiberos e dos Lusitanos.

Pois é sem dúvida a mesma irreductibilidade que se acusa na identificação instintiva do ocidente peninsular com a «matéria-de-Bretanha» e com toda a procissão novelesca que daí se desentranhou. Os horisontes do problema do *Amadis* alargam-se desta maneira, confundindo-se nas suas razões fundamentais com os fundamentos seculares da nossa pátria. E de como o ambiente se apresentava mais disposto para a concepção da mortal novela entre galegos e portugueses do que entre castelhanos, catalães ou «montanheses», Menéndez y Pelayo insuspeitamente nos informa, ao salientar as secretas afinidades raciais que nos levaram a desposar sem hesitação o ideal amoroso difundido nas asas do romance de Cavalaria. Não é inútil recordar que o *Nobiliario* do nosso conde D. Pedro reflete o encanto e prestígio da «matéria-de-Bretanha». Desfia-nos o conde D. Pedro a genealogia do rei Artur, fala-nos de Lançarote do Lago, do feiticeiro Merlin, da ilha de Avalon, narra-nos a história desgraçada do rei Lear. Por isso Menéndez y Pelayo comenta sôbre a versão para castelhano do passo referente a Lear e ás suas três filhas :— «*De este modo se contaba en Portugal á*

Digitized by Google

*mediados del siglo XIV uno de los futuros argumentos de Shakespeare. Tal interés alcanza en la história literaria el* Libro de Linajes, *del conde de Barcellos, por lo mismo que con tanta cautela debe ser manejado en la parte genealógica, á pesar del respecto que por sua antiguedad infunde á muchos, tan lleno está de patrañas y tan falto de cronologia y discernimiento como casi todos los de su classe. Pero estas patrañas tienen aqui un sello poético, una rudeza primitiva, un bárbaro candor que es indicio de muy nobles orígenes, y que no puede confundirse con las estúpidas fábulas forjadas para solaz de los necios por la raquítica fantasia de* Gracia Dei *y otros reyes de armas.»*

Vestigios de tão dominadora sugestão nos oferecem também os Cancioneiros afonsinos, gerados na atmosfera em que o conde D. Pedro garatujou o seu nobiliário. D. Diniz compara uma das suas exaltadas inclinações á paixão obsediante de Tristão e Iseu:

*«...e o mui namorado*
*Tristão sei ben que non amou Iseu*
*Quant'eu vos amo, esto certo sei eu!»*

E não se confina apenas nos círculos literários, —no trovadorismo refinado da Côrte, o doirado prestígio dêsses fantasmas novelescos. O entusiasmo pela Tavola-Redonda coincide com o alvoroço nacionalista que mais tarde põe no trono o Mestre de Avis. A disputa ciosa do cêrco de Cória, tão saborosamente relatada por Fernão Lopes e que

Digitized by Google

na ingenuidade das suas castiças redondilhas Afonso Lopes Vieira despertou ultimamente para a vida, demonstra-nos como os cavaleiros do rei Artur se tomavam por modelos de honra e valentia, sem que nisso houvesse afectação ou cortezania palaciana. Depois, a aventura dos Doze de Inglaterra dir-nos-á ainda o vinco deixado por tão significativas preferências. E cotejada com a realidade histórica a lenda de Inês de Castro,—insigne aventureira, reconheceremos que para lá transitaram bastantes elementos da de Tristão e Iseu.

Ora, enquanto no amanhecer do século XV a influência cavalheiresca se sentia duma maneira tão intensa na nossa vida nacional, o *Amadis*, já aparecido, provocava ao chanceler-mór de Castela, Pero López de Ayala, no seu *Rimado de Palacio* uma repulsa áspera, no seguinte desabafo:

*«Pleyóme otrosi oyr muchas vegadas*
*Libros de deuanevs é mentiras probadas,*
*Amadis, Lanzalote é burlas assacadas,*
*En que perdi mi tiempo, á muy malas jornadas.»*

Se os versos de Pero López de Ayala, compostos depois de Aljubarrota, no seu triste cativeiro de Óbidos, nos instruem ácêrca da imensa voga do *Amadis*, não nos esclarecem menos de quanto a célebre novela se manifestava estranha á essência da alma castelhana, de que Pero López de Ayala, ainda que basco de nascença, interpretou tão bem

Digitized by Google

as aspirações e a finalidade. Mais uma vez se denunciava a inadaptabilidade da «matéria-de-Bretanha» ao gosto e ao génio dos povos regidos pelo reino central da Península! Mas não deixava de se denunciar também o vigor com que já nos separavam de Castela profundas e intransponiveis fronteiras espirituais.

Eis um dos aspectos do problema que eu recomendo com empenho á meditação dos que, atidos apenas a dados parciais e demasiadamente externos, persistem em considerar como castelhana a redacção originária do *Amadis*. Tão fóra da alma hirta de Castela a linha psíquica da obra se revelava a Menéndez y Pelayo, que êle não hesita em nos dizer de *Amadis «que es un poco llorón»*, concordando neste particular com Cervantes, ao colocar na boca de maese Nicolas,—barbeiro de D. Quichote, o comentário sobejadamente expressivo de que *«D. Galaor no es tan llorón como su hermano Amadis.»* Na circunstância de *Amadis* ser tão *«llorón»* está a característica lusiada da grande novela, tão diversa das do tronco britónico em que se inspirava, como das lendas e temas heroicos que os *Cantares de Gesta* haviam espalhado, de castelo em castelo, de mosteiro em mosteiro, pelas outras monarquias da Península. Tocamos assim no traço predominante do *Amadis*, — no que lhe confere nacionalidade provada e indisputável, para lá dos objectivismos sêcos e exclusivistas dos críticos.

Vimos já o que gritava de fatal, de irresistivel,

Digitized by Google

de violento nos amores de Tristão e Iseu — no adultério louvado e aplaudido da Rainha Genebra com Lançarote do Lago. O desenvolvimento dos romances de Cavalaria, deduzidos do tipo comum criado por Christiano de Troyes, radica mais amplamente esse aberrante estado de espírito. Pondera Rémy de Gourmont na sua interessante brochura *Dante, Béatrice et la poésie amoureuse (Essai sur l'idéal féminin en Italie à la fin du XIII^e siècle):* — «*Au temps de la poésie provençale, l'amour était un sentiment, mais surtout une occupation... Les cours d'amour d'ailleurs, ces institutions étranges, avaient tout réglé minutieusement. Il était tout d'abord convenu que l'amour ne pouvait exister entre mari et femme, c'était formel, et l'une des peines encourues par l'infraction à cette régle aurait été le ridicule.*»

«*L'amour à cette époque du moyen âge, dit Vernon Lee dans une étude sur cette question si curieuse, avait pour fondement un état cronique d'adultére,*» — acrescenta Remy de Gourmont. «*Pour aimer il fallait être marié et aimer en dehors du mariage. Pas plus qu'entre epoux, entre jeunes gens libres, l'amour n'était admis. Afin d'avoir droit aux hommages des chevaliers, il faut que la jeune fille se marie. Ce que nous laissent constamment entrevoir les poétes prevençaux, c'est une dame noble, belle, puissante, entourée d'une cour de jeunes chevaliers, parmi lesquels il lui était permis, sinon dûment ordonné, d'en distinguer un et de se l'attacher. Le*



Digitized by Google

*lien formé, ils se devaient mutuellement amour sous peine de déchéance; rien ne pouvait les séparer que, momentanément, la mort. C'etait la fidélité dans l'adultére. Cela allait si loin que des poétes amoureux s'adressaient au mari de leur dame, pour les avertir de son choix.»*

Tal foi a doutrina do «amôr-cortês» que, aliada á soberania céga do Amôr mais forte que a Morte, herdada dos contos bretões, o romance de Cavalaria, filho de Christiano de Troyes, pôs a correr as sete partidas do mundo! A reacção surgiria com Dante, com Petrarca, com a escola-florentina, inspirada na elevação moral da *«donna angelicata»*. Mas, sabida a nimia irradiação que tiveram na Idade-Média portuguesa as teorias italianas do Amôr, não se lhe atribuirá seguramento a ideação do *Amadis*. Porque o que vinca e torna original a disputada novela é a sua concepção da Mulher, tão erguida e tão humana ao mesmo tempo. Socorramo-nos, porêm, para melhor entendimento do problema, do testemunho do já citado Eugéne Baret: —*«Nous avons montré le génie de l'Espagne, gardant son enthusiasme et sa pureté dans les labeurs prolongés d'une lutte heroique. La partie délicate et raffinée des sentiments chevaleresques qui s'alliait si bien avec le fond exalté de ce génie, fut adoptée en Espagne avec plus d'empressement, plus longtemps et plus réligieusement qu'ailleurs. Mais l'Espagne repoussa le dogme le plus dangereux de la morale chevaleresque et, si elle ne rejetta plus*

Digitized by Google

*entiérement, du moins elle n'adopta qu'avec réserve, et voila discrétement les situations et les récits ou s'était complue la naiveté de l'esprit gaulois. De ce discernement naquit l'*Amadis,»— deduz Baret—, «*lequel, s'il n'est pas tout à fait grandisson, est bien moins encore le personnage que nous depeint quelquefois la traduction volontairement infidéle de des Essarts, ou l'abreviation de Pressan, tout empreint des couleurs licencieuses de son siècle. Ce discernement constitue, selon nous, l'originalité propre, le véritable caractére de l'œuvre de Montalvo.*»

Estampava-se isto em 1853, muitos anos antes da publicação dos Cancioneiros afonsinos, identificando a canção de Leonoreta no *Amadis* com o «lais» galaico-lusitano *Leonoreta fin roseta,* atribuido no Cancioneiro dito de Colocci-Brancuti a um trovador de apelido *Lobeira,* vir conceder um extraordinário relêvo á insistente tradição erudita que déra sempre o *Amadis* como da autoria dum português do mesmo apelido,—João, Pedro ou Vasco de Lobeira, conforme as variantes. Contudo, a opinião de Baret, vendo no *Amadis* uma transformação espanhola de qualquer velho tema gaulês, reveste-se para nós duma singular importancia, porque nos salienta as feições que particularisam o *Amadis,* distinguindo-o totalmente da sua numerosa e frondosissima progénie britónica.

Pormenorisa Baret:—«*Éminentement fidéle, à tous les autres égards, aux traditions chevaleres-*

Digitized by Google

*ques, l'*Amadis *s'en écarte en effet sous en rapport essentiel. S'il conserve pleinement le dogme reçu de la suprématie morale de la femme, et de l'influence de l'amour sur les vertus qui doivent orner un chevalier, il tire cette passion des conditions fausses où l'avaient placé les troubadours, et où le maintenait le roman; il la rend à sa loi naturelle, en donnant une jeune princesse pour la dame des pensées d'*Amadis.» Empenha-se Baret, como se vê, em conferir ao regedor de Medina, Garci-Ordoñez de Montalvo, a gloria de ser da sua pena a inestimavel novela. Hoje, na altura em que a crítica prudente colocou o problema, sabe-se que não lhe pertence senão a acomodação definitiva da novela, que Montalvo no *Sergas de Esplandian* pretendeu continuar, mostrando-se-lhe de todo em todo inferior. Acontece que é o proprio Baret quem nos ajuda a restituir o *Amadis* á ambiencia em que se gerou e tomou corpo. Acentuadas por palavras suas, atrás transcritas, as diferenciais que separam o *Amadis* dos modelos popularisados pelo romance de Cavalaria quanto á ética do Amor e á concepção idealista da Mulher, o mesmo Baret nos ensina como o *Amadis* emoldurado na sua época,—na época em que os últimos estudos localisam a sua elaboração, é em tudo inadaptavel á noção corrente em Castela sôbre o ideal feminino. «*L'attachement du Cid pour Chiméne,*»— repara êle, referindo-se ao fragmento já então conhecido dá «Crónica Rimada» do Cid —, «*y porte*

Digitized by Google

*un caractére de simplicité rustique et de gravité, qui, s'il n'exclut pas la tendresse, n'a cependant rien de commun avec cet amour inquiet, respectueux, délicat, dont la nuance raffinée est un des côtés les plus nouveaux, les plus originaux de l'*Amadis. *Nulle trace de la suprematie morale de la femme. Entiérement soumise a son epoux, Chiméme a pour le Cid le même respect, la même déference à ses volontés, que montre dona Vascuñana à l'égard d'Alvar Fañez dans le* Comte Lucanor.»

Na lógica da sua tése, baralhando por vezes afirmações contraditórias, assevera em seguida Eugéne Baret que a rijeza gótica do Cid e de Dona Ximena se mascaram mais tarde dos convencionalismos novelescos soprados de além-Pireneus, a ponto do Campeador se volver num «*galant beau diseur*» e Dona Ximena numa «*dame romanesque et sentimentale*». Di-lo Baret porque, filiando o *Amadis* na redacção amplificada de Montalvo, o toma como mera obra de regalo literário, traduzindo as predileções anacrónicas duma sociedade polida, dominada já por atitudes de falsa sensibilidade. O *Amadis*, porém, no seu conceito da Mulher dentro do puro amor, fugia tanto ao castelhanismo a que Baret o procurava jungir, que Menéndez y Pelayo, partindo de igual princípio que Baret, isto é, da falta de correspondência entre o ideal feminino do *Amadis* e o ideal de Mulher em Castela, não receia de nos confessar, com aquela alta sinceridade

Digitized by Google

que foi um dos melhores timbres de sua grande inteligência, que «*se siente inclinado el animo á buscar en el Oeste ó Noroeste de España la cuna de este libro*». E porquê? Porque «*domina en el un idealismo sentimental que tiene de gallego ó portugués mucho más que de castellano: la accion flota en una especie de atmosfera lírica que en los siglos XIII y XIV solo existia alli. No todo es vago devaneo y contemplación apasionada en el* Amadis, *porque la gravedad peninsular imprime su huella en el libro haciendole más casto, menos liviano y frivolo que sus modelos franceses; pero hay todavia mucho de enervante y muelle que contrasta con la ferrea austeridade de las gestas castellanas. Todo és fantastico, los personajes y la geografia. El elemento épicohistorico no aparece por ninguna parte, lo cual seria muy estraño en un libro escrito originalmente en Castilla, donde la epopeya reinaba como soberana y lo habia penetrado todo, desde la história hasta la literatura didactica.*»

Enunciava Menéndez y Pelayo o problema nos seus devidos termos. A fina precepção do mestre eminente das *Origenes de la novela* recordando-se, sem dúvida, do apurado e misterioso lirismo de galegos e portugueses, ia assim ao encontro da fama insistente que durante séculos seguidos fixara em Portugal o berço da célebre novela, destinada a exercer tão grande hegemonia, tanto nas letras como nos costumes da Europa culta e sensível. Mas o que há, sobretudo, de apreciavel na opinião de

Digitized by Google

Menéndez y Pelayo é o argumento psicológico invocado por êle, quando qualifica de alheia a Castela e ás suas criações literárias a figura de *Amadis*. Aí se resume toda uma teoria separatista que, vertida no dualismo moral e histórico do génio peninsular, nos deixou a nós, lusitanos, com a exaltação lírica, expressa nos *Cancioneiros*, enquanto deixava a Castela a crispação heroica interpretada pelos *Cantares de Gesta*. Eis donde extrair, na verdade, a certidão de nascimento do *Amadis*. De «*algo lloron*» o reputou Menéndez y Pelayo, em significativo acordo com maese Nicolas, —barbeiro e compadre de Alonso Quijano, *el Bueno*. E na impermeabilidade afectiva de Castela, Menéndez y Pelayo reforça essa nota, ao falar-nos de «*la devoción algo quimérica y empalagosa que el protagonista tributa á la señora Oriana, e que lo hace decir á su escudero Gandalin: «Sábete que no tengo seso, ni corazón, ni esfuerzo, que todo es pérdido quando perdi la merced de mi señora; que della e no de mi me venia todo, e asi ella lo ha llevado; e saber que tanto valgo para me combatir cuanto un caballero muerto»*. Se ligarmos agora a exclusão que a Menéndez y Pelayo merece o idealismo amoroso do *Amadis*, como estrangeiro á pura essência da alma castelhana, com as instituições domésticas que em matéria de direito civil estabelecem, pelo que toca a Portugal, a comunhão de bens na sociedade matrimonial, ao passo que no regimen nupcial predominante em Espanha apenas se reconhece a

Digitized by Google

comunhão nos bens adquiridos dentro da constância do matrimónio, acabaremos de verificar que o *Amadis* é inteiramente nosso pela igualdade moral existente entre Oriana,—a «sem par», e o apaixonado «Donzel do Mar», reflectindo-se nos dois, como num espelho, o conceito que da Mulher na faxa ocidental da Península o direito recebido das antigas gerações consagrou duradoiramente. Creio que na razão apontada se nos oferece um dos fundamentos mais sólidos da nacionalidade do *Amadis*. Importa que a analisemos com certa demora, tanto mais que se trata duma face do problema em que os críticos nem de longe roçaram ainda. O que fica desde já assente para nós é que o luminoso juizo de Menéndez y Pelayo não reconhece no *Amadis* nenhuma das qualidades determinantes do génio rigido e violento da grande raça do planalto central da Península. Nem o *Amadis*, por seu turno, se harmonisa com a secura lírica duma literatura, que só pelos traços descarnados da realidade, desde os *picaros* ás aventuras desastradas do engenhoso fidalgo manchego, atingiu expressão universal e imorredoira. Descubramo-nos, por isso, diante da restituição que Afonso Lopes Vieira acaba de fazer da bôa novela lúsiada, transviada durante centurias de anos do rumo plácido e amorável da nossa linguagem! Essa nobre decisão do mais sebastianista e, portanto, do mais iluminado dos nossos poetas, adorna-se dos foros especiais dum verdadeiro acontecimento. Na nova reincarna-

Digitized by Google

ção do *Amadis* não existem apenas pensamento e larguesa de intenções nacionalistas. Existe também um raro e inspirado sentido que tornou Afonso Lopes Vieira como que o *medium* dos Lobeiras, —pai e filho, arrancando da refolhuda dicção de Montalvo o que ali subsiste de humano, de eterno e, como tal, de perduravelmente português. Para maior enfeite intelectual, condecora-se o *Amadis* com um elegante e recheiado prefácio da doutora insigne que é a senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Expõem-se nele com segurança os dados gerais do problema. Permito-me eu aditar-lhe o que das investigações do falecido e laboriosissimo folc-lorista alentejano António Tomás Pires resulta de definitivo no respeitante ao quadro cronológico em que se engasta a vida dos dois Lobeiras,—João e Vasco. E como subsídio que não julgo despresivel para a aclaração das interrogações ainda pendentes, sublinharei então a coincidência que se nota entre a ética amorosa do *Amadis* e a situação dos conjuges dentro do regimen matrimonial estabelecido como regra comum nas nossas instituições juridicas.

Restaurar o significado do *Amadis* constiuti assim o imprescindível complemento da restauração levada a efeito tão gloriosamente por Afonso Lopes Vieira. Os elementos indicados rematarão o trabalho sintético da senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, para quem são poucas todas as homenagens que se lhe rendam. E naciona-

Digitized by Google

lisada enfim a admirável novela na sua génese e antecedentes, como nacionalisada fica desde já na imortalidade histórica da nossa língua por uma das nossas mais nobres sensibilidades literárias, resumir a ditadura secular que ela exerceu na Europa culta afigura-se-me de obrigação imediata, para que nesta hora de eclipse patriótico se sinta, como em nenhuma outra, quão profunda e inapagável se afirmou em todo o mundo a nossa influência moral e social de pequeno povo. Porque não só nas correrias contra o Moiro, ou nas amuradas das naus da Descoberta, Portugal foi criador e iniciador! Nas formas do Sentimento e da Inteligência ganhámos cedo as primeiras posições. Se pelo desvio do eixo da civilisação do Mediterrâneo para o Atlântico a Idade-Moderna é nossa filha, não o é menos pela emotividade que de longe a veio preparando, desde que o ideal amoroso, revelado pelo *Amadis*, se volveu com o Romantismo,—sobretudo, o ideal amoroso do nosso velho e esfarrapado continente. E recorda-lo dá-nos alentos para ressuscitarmos de nós mesmos e vencermos a selva escura em que Portugal parece perdido!

Digitized by Google

## II

Aos 24 dias do mês de Outubro da era de Cesar de 1386 mestre Martim Domingues, tabelião de El-Rei na mui honrada vila de Elvas, foi chamado em razão do seu ofício ás casas de morada de João de Lobeira, mercador na dita vila. Ali, jazendo de cama o mesmo João de Lobeira, na presença das testemunhas do estilo, mestre Martim Domingues reduziu a pública forma com o seu sinal a cédula ou testamento que o enfermo lhe apresentou. Era o mercador João de Lobeira casado em segundas núpcias com Aldonça Annes, de quem lhe nasceu um filho, chamado Vasco. A êste Vasco, de Lobeira como seu pai, se refere Fernão Lopes na sua *Chrónica d'el Rey D. Fernando,* quando nos narra os motins ocorridos em Elvas, ao intentar o alcaide-mór Alvaro Pereira aclamar a princesa D. Beatriz como herdeira do Reino.

Durante largo tempo desconhecido, o testamento de João de Lobeira exumou-o do fundo dos arquivos a persistência iluminada do folclorista António Tomás Pires, cujo labor incançável fez da sua existência um alto exemplo de estudo e aplica-

Digitized by Google

ção benedictina. A revelação de tão importante documento vinha confirmar inesperadamente a longa tradição erudita que, atribuindo a autoria do *Amadis* a Vasco de Lobeira, atribuia a Elvas, senão o berço, pelo menos a residência do conclamado cavaleiro. E' como se expressa Diogo de Barbosa Machado, ao dizer-nos na *Bibliotheca Lusitana* que Vasco de Lobeira «*a mayor parte de sua vida assistio na Cidade de Elvas, onde instituio hum morgado que depois veyo aos Abreos de Alcaparinha.*»

Na verdade, o morgado não o instituiu Vasco de Lobeira. Instituiu-o seu avô materno Domingo Joannes Cabeça, homem afazendado de Elvas, da qual foi procurador com Rui Gonçalves, vassalo de El-Rei, ás côrtes reunidas por D. Afonso IV no Ano de 1366, — era de Cesar —, ou seja no ano da Graça de 1331. Como se vê, Domingo Joannes Cabeça pertencia a essa velha burguesia afonsina, de tal maneira autorisada junto da Corôa, que enquanto uma das filhas do procurador de Elvas em Côrtes, Aldonça Annes, se aliava ao rico mercador João de Lobeira, uma outra, Maria Annes, casava-se com Alvaro Gonçalves, «*moordomo moor que foy em tempo delrey dom afonso.*» Importante, o morgado, instituido por Domingo Joannes Cabeça, não tardou a ser enriquecido com novos bens por seu genro João de Lobeira. Para isso mestre Martim Domingues acudira a casa do mercador naquele dia 24 de outubro do ano de Cesar de 1386,

Digitized by Google

—ou de Cristo de 1337 —, jazendo João de Lobeira de cama, em risco de vida corporal. Não historiaremos agora os transes por que o morgado passou, vindo por fim a cair na casa dos condes de Vila-Flôr.

Assentava êle em Santa Maria dos Açougues, na capela de Santa Suzana, onde Domingo Joannes Cabeça se mandou enterrar e onde se enterrou presumivelmente seu genro João de Lobeira. Ao templo de Santa Maria dos Açougues corresponde hoje a igreja da extinta catedral de Elvas e á capela de Santa Suzana, a capela de *Nossa Senhora das Candeias,* também conhecida por *capela dos Pessanhas.*

Tudo o que se expõe, o podemos afirmar com absoluta segurança, mercê das sólidas investigações do malogrado António Tomás Pires. E o valor dos documentos, trazidos por êle ao exame da crítica, não preciso eu de o salientar, desde que nos recordemos: 1.º, que nos estabelecem em termos iniludíveis o estreito parentesco de Vasco de Lobeira, certamente o presuposto autor do *Amadis,* com o mercador João de Lobeira, sem dúvida o poéta do delicadíssimo *lais* «Leonoreta, fin roseta»; 2.º, que, para a equação de tão debatido problema como o das origens e nacionalidade do *Amadis,* nos oferecem com fixidês um quadro cronológico, até ha pouco difícil de estabilisar; e 3.º, porque conferem crédito absoluto á ligação insistente da autoria do *Amadis* a um Lobeira, com raizes em

Digitized by Google

Elvas,—versão essa que sobe a Gomes Eannes de Azurara e reaparece no refolhudo academismo do nosso século XVIII.

Não me cabe esmiuçar os documentos que devemos á laboriosidade culta de António Tomás Pires. O que me interessa é aproveitar-lhes a lição. E se, por prova indirecta, nós já sabiamos que o *lais* «Leonoreta, fin roseta», sobrenadando graciosamente por entre as enxúndias verbalistas de Garcia Ordoñez de Montalvo, rodeara de extrema possibilidade o rumor que secularmente concedera a um Lobeira a paternidade do *Amadis*, o achado felicíssimo de António Tomás Pires apareceu a demonstrar-nos que existira de facto um João Lobeira, pai de Vasco de Lobeira, em quem se poderia encabeçar a gentil cantiga. Não carecemos assim de recorrer á solução proposta pela ilustre mestra que é a senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, quando procura identificar o João Lobeira da cantiga de «Leonoreta» com João Pires Lobeira Alvim, bastardo de Pero Soares de Alvim e pessôa figurante na côrte aí por entre 1258 a 1285.

A opinião da senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos retirava desta forma a génese do *Amadis* para o século XIII e o episódio das modificações do entrecho solicitadas ao redactor da novela pelo «senhor infante D. Afonso de Portugal» deslocava-se consequentemente do filho de D. Dinís, a cujo nome invariavelmente anda enlaçado, para o do seu homónimo e levantadiço tio,—o do-

Digitized by Google

natário de Portalegre, Arronches e Marvão, que tanto acidentou com as suas pretenções os começos do reinado do marido da Rainha-Santa. Conhece-se o episódio a que aludo. E' conveniente, no entanto, que o relembremos.

Ao lado da «*cantiga de Leonoreta*», é outro indício da emaranhada genealogia do *Amadis* a nótula que subsistiu no gorduroso texto de Montalvo. Resa essa passagem de Montalvo: — «*Briolanja a Amadis miraba e pareciale el mas fermoso cabellero que nunca viera; e por cierto tal era en aquel tiempo, que no pasaba de veinte años, e tenìa el rostro manchado de las armas; mas considerando cuán bien empleadas en él aquellas maravillas eran, e como con ellas tan limpia e clara su fama e honra hacia, mucho en su apostura y hermosura acrescentaba, y en tal ponto aquesta vista se cansó, que de aquella muy fermosa doncella, que con tanta aficción lo miraba, tan amado fué que por muy largos e grandes tiempos nunca de su corazon la su membranza apartar pudo; donde por muy gran fuerza de amor constreñida, no lo pudiendo su ánimo sofrir ni resistir, habiendo cobrado su reino, como adelante se dirá, fué por parte della requerido que del e de su persona sin ningun intervallo señor podia ser;mas esto sabido por Amadis, dió enteramente a conocer que las angustias e dolores, con las muchas lagrimas derramadas por su señora Oriana, no sin gran lealdad las pasaba*», aunque el señor infante don Afonso de

Digitized by Google

Portugal, habiendo piedad de esta fermosa doncella, de otra guisa lo mandase poner. Por esto hizo lo que su merced fué, mas no aquello que en efecto de sus amores se escribia.»

O que ordenou então o senhor infante D. Afonso de Portugal ao trovador Lobeira, que persistia em guardar intacta a fidelidade de Amadis a sua dama Oriana? No seu fino e castiço paladar de bom letrado, Afonso Lopes Vieira que no-lo conte: — «Amigo, hei gran sabor dos feitos de Amadis e de tudo que haveis bem contado. Mas por minha fé juro que, por sua grande bondade e formosura, não ha-de ser Briolanja tratada de tal guisa! — Senhor, — tornara-lhe sério o cavaleiro-poeta — mas vossa mercê bem sabe que até á morte será fiel Amadis á sua senhora Oriana! — Pois, amigo, cobremos o remédio, e isto mudai na história que vos fará sempre louvado dos homens bons que vos agora lêm e lerão adiante!» «E assim se concertou, —confidencia o poéta—, que Amadis, preso em uma torre até que a Briolanja quisesse por amiga, enviara recado a Oriana, pedindo licença para se resgatar.» E a licença veio de longe e com tanta mágua demandada, porque «Oriana, outro modo não vendo de o livrar», permitiu que Briolanja houvesse «dois filhos dum só ventre». «Remediava desta guisa a ambos o senhor infante Dom Afonso de Portugal: — a Amadis, por não quebrar a fé jurada; a Briolanja, por a servir no desejo.» Eis como Afonso Lopes Vieira, num primitivismo

Digitized by Google

cândido de linguagem, nos dá conta do despacho com que o trovador atendeu ás instâncias do condoído príncipe de Portugal.

Muito se tem dissertado ácêrca do sentido em que se deverá tomar a nótula que, a respeito de tal anecdota, prevaleceu no texto de Montalvo. Para uns, adversos á hipótese da origem portuguesa do *Amadis*, amparados demais a mais pelo parecer insuspeito de Walter Scott, que também se prenunciou sobre o assunto, — prova da universalidade apaixonante da imortal novela—, o que se deduz de aqui é a existência duma redacção anterior á redacção executada por João de Lobeira. Para outros, é o sinal insofismável da naturalidade lusitana do *Amadis*. Observa a propósito Menéndez y Pelayo que «*el episodio de Briolanja, en que se fijó por primera vez Walter Scott... ha tenido la rara fortuna de ser alegado, ya en pro del origen portugués, ya en pro del origen castellano del libro. A nuestro entender*»—continúa—«*no prueba ni una cosa ni otra, pero si otras tres muy importantes*: 1.º, *que en Portugal era conocido el* Amadis de Gaula *á principios del siglo XIV, lo cual nos hace adelantar casi una centuria en el processo historico de la famosa novela;* 2.º, *que ya entonces fué refundida en un punto muy esencial, lo cual arguye la existencia de un texto anterior, y* 3.º, *que los antiguos originales de que se valió Garci Ordoñez de Montalvo eran tres por lo menos, confirmando-se asi lo que el dice de los diferentes escriptores.*»



Digitized by Google

Manifestamente, nós não estamos debatendo em toda a sua amplitude o complexissimo problema do *Amadis*. Não investigaremos por isso dos «tres originais», que, pelo menos, o regedor de Medina del Campo aproveitaria para concertar a sua anafada composição. Mas sem negarmos que o *Amadis* repousa sôbre um tema britónico importado de fóra da Península,—e o onomástico empregado é até certo ponto eloquentemente demonstrativo—, o episódio passado entre Lobeira e D. Afonso de Portugal não supõe necessáriamente uma versão anterior já fixada e que o trovador alteraria para agradar a tão valioso personagem. Sôbre o próprio original de Lobeira essa modificação poderia ter logar, em segunda leitura, em que o trovador o comunicasse á curiosidade do príncipe,—isto quanto a nós—, discordando nós também dos que vêem brutalidade mediévica no desejo do nosso infante. Tocado pela paixão sem apelo de Briolanja, já que Amadis não quebrava as suas juras de cavaleiro leal, ao menos que Briolanja conhecesse dele as alegrias da maternidade! Se meditarmos um pouco no caso, acharemos sem custo que este episódio, — tão nosso, tão de Portugal! — marca a transparente *humanidade* do nosso lirismo, em contraposição ao *amor fatalidade*, ao *amor perdição* de Tristão e Iseu. Porque há *sensibilidade* no pedido ingénuo do príncipe de Portugal! Pois que Briolanja nunca seria esposa do *Donzel do Mar*, que o seu grande desespero se consolasse na ventura relativa de ser

Digitized by Google

mãe! Com um delicado artifício, em que se respira a frescura das emoções nativas dos nossos Cancioneiros, tudo se congraça: — Amadis permanece fiel a sua senhora Oriana e, ainda por obediência a ela, apazigúa momentaneamente o tormento de Briolanja. Em todo o episódio, apalpa-se a condição *social*, e não *egotética*, da poesia do Amor em Portugal e, consequentemente, a conformidade do nosso Romantismo literário com o nosso génio de povo. De nada mais se precisava para autenticar o *Amadis* como o desabafo duma alma portuguesa. E na ausência de toda a relação histórica de que enferma a singular novela, a nótula conservada por Garci-Ordoñez de Montalvo seria o bilhetinho identificador, descoberto nas faxas dum menino nascido, filho-de-algo, mas exposto aos acasos do caminho, por pecado ou dureza de seus pais. De resto, não há imoralidade na interpretação que apresento! Imoralidade haveria, se, por ordem dos seus sentidos deliciados, Amadis quebrasse o juramento que o prendia a sua senhora. Como perfeito cavaleiro, valendo á tristesa carnal da «hermosa niña Briolanja», a quem restituira o seu reino de Sobradisa, Amadis cumpre apenas os mandados de Oriana, que de outra forma não dispõe, para o libertar, da torre em que por amor Briolanja o encarcerara. Enganava-se, portanto, Menéndez y Pelayo opinando que «*la consecuencia racional que de todo esto se saca es que la orden del infante don Alfonso fué dada á un mero traductor ó refundidor, que in-*

Digitized by Google

*terpoló toscamente el cuento de los amorios de Briolanja, sin cuidar se de salvar la contradicción que envuelve con todo lo demás de la fabula.*» Revela-se nesta transcrição de Menéndez y Pelayo a já sublinhada incapacidade afectiva que o levou, por defeito da secura dogmática da sua raça, a qualificar de «*algo llorón*» o *Amadis*. Porque, em evidência, a interpolação dos amores de Briolanja, — se interpolação é! —, não envolve contradição alguma «*con todo lo demás de la fabula*» — antes a completa e assinala com maior vigor.

E não se repute de abstrusa a autorisação tão ansiadamente enviada por Oriana para que Amadis pejasse o ventre virgem de Briolanja! João de Lobeira era contemporâneo dos bastardos de D. Dinís, que a Rainha-Santa tão acolhedoramente amimou e protegeu.

Mas nós tocamos no episódio de Briolanja e na sua relacionação com a vontade do senhor Infante de Portugal, porque nos iamos referindo ás transformações que nos dados do problema do *Amadis* introduziram os elementos descobertos por António Tomás Pires. Para adaptar o João Lobeira da cantiga *Leonoreta* a qualquer personagem equivalente autenticado pelos documentos, a senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos recuara para o século XIII o âmbito cronológico em que a célebre novela se produziria, homologando o trovador do finissimo *lais* galaico-português com a personalidade de João Pires de Lobeira Alvim, filho bastardo de Pero Soa-

Digitized by Google

res Alvim é que dispunha de situação na côrte no período que decorre de 1258 a 1285.

Assim «*el señor infante don Alfonso de Portugal*» da nota que sobreviveu no original de Montalvo de forma alguma se combinava com o futuro herói do Salado. Lógicamente, a senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos recorreu para o irmão de D. Dinís, — o donatário turbulento de algumas vilas fortes da fronteira alentejana, que com tamanhas dificuldades se aquietou no atrevido fermento da sua ambição desenvolta. Parecendo ignorar o achado decisivo de António Tomás Pires, que ageita de novo, pela data da morte do mercador João de Lobeira, o episódio de Briolanja ao sucessor de D. Dinís, a senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos mantem-se na mesma convicção no elegante prefácio com que engrinalda o livro recente de Afonso Lopes Vieira. Escreve a ilustre senhora com motivo no *lais* «Leonoreta» que se mateve entre as mil e setecentas cantigas do *Cancioneiro* dito de *Colocci-Brancuti* e que, guturalisado em castelhano, nós encontramos na redacção subsistente do *Amadis*: — «Pela epígrafe sabemos, de mais a mais, que o autor se chamava *Lobeira. Joam Lobeira.* Nome histórico de um vassalo do *Infante D. Afonso de Portugal*, irmão mais novo-del-rei D. Dinís, senhor de Portalegre e Lourinhã, e unico D. Afonso de Portugal, tanto da primeira como da segunda dinastia que durante

Digitized by Google

toda a sua vida teve positivamente o título nobiliarquico de *Infante!*»

Ora a solução oferecida pela senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos não consegue resistir aos materiais tornados públicos pelo malogrado folc-lorista elvense. Criteriosamente a insigne romanista a alvitrara, para que, em face do *lais* «Leonoreta», nos aparecesse palpável a entidade do trovador João de Lobeira, constrangendo-se assim o problema a sofrer uma deslocação cronológica sensível. Essa deslocação fornecia razões de peso á teoria de Gottefried Baist, segundo a qual o *Amadis* data da juventude do chanceler Pero López de Ayala, reputando Baist a sobrevivência da cantiga «Leonoreta» no texto definitivo do *Amadis*, como uma interpolação tardia e espúria efectuada pelo próprio Montalvo. Pronunciava-se assim Gottefried Baist pela origem castelhana do *Amadis*, partindo demais a mais da prioridade, por ele julgava incontestável, de Castela sobre Portugal nas obras escritas em prosa. Outra circunstância socorria tambem a teoria de Baist com aspecto de irrecusável invulnerabilidade:—as referências a um *Amadis*, por certo castelhano, que se nos deparam no *Cancioneiro de Baena*, anteriores a qualquer referência portuguesa conhecida.

A tais objecções responde *(Cancioneiro da Ajuda)* a senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos:—«A respeito de citações, é sabido que há um vácuo enorme na literatura portuguesa de

Digitized by Google

«350 a 1445, carecende nós das obras dos epigonos num cancioneiro que irmanasse com o de Baena. E é exactamente nesta compilação que abundam as referências aos romances bretónicos e ao *Amadis.*» Quanto á precedência da prosa castelhana sobre a prosa portuguesa, declara a mesma ilustre senhora: —«Se entre os poetas líricos da época galaico-portuguesa há castelhanos, porque não ha de haver portugueses entre os prosadores? Se fôram os galegos-portugueses que exploraram e nacionalizaram as pastorelas, a baleta e os lais líricos da Bretanha, porque não haviam de explorar e nacionalizar tambem poemas diluidos em prosa? Não poderemos considerar novelas de amôr como pertencentes á gaia-sciência?» E a eruditíssima romanista acrescenta: — «Se no reinado de Afonso X e Afonso III, os *cantares de Cornoalha* estavam vulgarizados na península a ponto de um trovador se poder apropriar o seu *son*, sendo imitado neste procedimento por outros, como o mestre cujos *seguires* D. Gonçal'Eannes de Vinhal agride na cantiga *C V 1007 (Cancioneiro da Ajuda)*, não há motivo para se chamar arrojada á conjectura que no mesmo reinado, literáriamente tão fecundo, houvesse quem juntamente com os sons bretónicos tentasse senhorear-se da *matiér de Bretagne*, traduzindo os lais e a novela em prosa—talvez em alguma redacção relativamente curta, intermédia entre a primitiva e a longa vulgata? Perto de 1280, após uso quási secular, os velhos moldes líricos estavam suficiente-

Digitized by Google

mente gastos, e teriam sido postos de parte, creio eu, se o talento do rei-trovador lhes não tivesse proporcionado nova eflorescência».

Contra a teoria de Baist, fundamentalmente baseada na prioridade da prosa castelhana sôbre a prosa portuguesa, não repugna, pois, á senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos admitir que dentro do gôsto e preferências britónicas se iniciasse entre nós o pequeno poema em prosa. Parece-me até que daí virá em Portugal e nossa instintiva inclinação para a Novela, fiel sempre, e com uma constância tão notável, á sua hereditariedade lírica. Mas trata-se duma afirmação de índole geral que não modifica sensivelmente os termos em que o problema se enuncia, desde que o arrastemos para os fins do século XIII, de maneira a que o trovador João de Lobeira coincida com o João Pires de Lobeira Alvim da solução alvitrada pela senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Porque fica de pé a asserção de Baist em favor de Castela quando data o *Amadis* da mocidade do chanceler Pero López de Ayala, se não recorrermos aos elementos trasidos á crítica pelas descobertas de António Tomás Pires. Semelhantes elementos justificam inteiramente tudo o que de essencial persistiu na lenda ou fama literária que ligava o *Amadis* a um individuo de apelido *Lobeira* e com assistência mais ou menos permanente em Elvas. Certifica-nos, para maior certeza, que um Lobeira,—o Vasco, tivera por pai outro

Digitized by Google

Lobeira, — João, exactamente de nome igual ao do trovador da cantiga «Leonoreta». Depois, os dados cronológicos que os documentos publicados pelo malogrado folc-lorista tão preciosamente nos fornecem, permitem-nos verificar que a vida do mercador João de Lobeira, presumivel autor do debatidissimo *lais*, correu paralela á do rei D. Afonso IV, cujo mordomo-mór, Alvaro Gonçalves, fôra casado com uma irmã de Aldonça Annes, segunda mulher de João de Lobeira. Embora não se explique como João de Lobeira convivesse com D. Afonso IV quando infante, para resultar completamente esclarecida a nótula de Montalvo àcêrca do episódio de Briolanja, pelo parentesco do mercador-poéta com Alvaro Gonçalves não nos aparece muito dificil o seu contacto com a côrte, acrescendo de mais a mais que a côrte se deslocava então com rapidês e frequência e que tanto D. Dinís como a Rainha-Santa estanciaram muito pelo Alto-Alentejo. Acontece ainda que, em presença dos aludidos documentos, não necessitamos, na esteira de gratuitas invenções nobiliárquicas, de buscar na Galiza a proveniência do apelido «Lobeira.» Na região de entre Redondo e Évora já nos primeiros quarteis do século XIV se encontravam o *Vale de Lobeira* e a *Herdade de Lobeira*.

Mas ha mais:—os Lobeiras usam as mesmas armas que os Lobões. Ora os Lobões, conquanto assentes e ramificados sobretudo em Trás-os-Montes, são originários da vila e castelo de Lobon,

Digitized by Google

nas margens do Guadiana, algumas léguas adiante de Badajoz.

Não nos esqueçamos também que Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano*, nos dá o «livro do Amadis» como traduzido do francês para a nossa língua por Pedro Lobeira, tabelião de Elvas. E' uma variante que mantem, em todo o caso, o *Amadis* ligado a Elvas e ao apelido Lobeira. Como variante, em nada afecta o fundo da questão, sendo para observar, no entanto, que no testamento do mercador João de Lobeira se destaca uma alusão a um Pedro Lobeira:—«*mando que quitem a Pedro Lobeira o meu quinhão de quanto me deve.*» Assim, os detalhes convergem para um ponto central comum. Esse ponto acentúa-se com inesperada claridade perante os documentos que devemos á benemerência esclarecida de António Tomás Pires. Sem ser preciso alterar a posição do problema, e corroborando inteiramente a tradição secular que prendia a autoria de *Amadis* a um Lobeira, os mencionados documentos introduzem na questão uma firmeza histórica, contra qual se baterão debalde as mais engenhosas hipóteses. Escrito par um Vasco ou por um João de Lobeira, sejam de quem fôrem as suas primeiras redacções, sabe-se enfim de sciência certa que, na realidade, existiu em Elvas um Vasco de Lobeira, cujo pai se chamou João, reunindo-se neste todas as probabilidades de ser, pelo menos, o trovador do *lais* «Leonoreta». A sua condição de mercador,—e rico mercador—, consente que o supo-

Digitized by Google

nhamos também viajante, não nos surpreendendo pois que no seu pequeno burgo raiano estivesse tanto em contacto com as tendencias e modas literárias da época. Foi êle o verdadeiro autor da celebrada novela? Ou seu filho, que transportaria para o bailado de Leonoreta o finissimo *lais*, saído da inspiração paterna? Eis interrogações a que não respondo, porque só penso em tracejar as linhas determinantes do problema. Aditarei que Aldonça Annes, enviuvando de João de Lobeira, passou a segundas nupcias com Miguel Sánchez, cavaleiro castelhano, residente em Badajoz. Em carta de 17 de março de 1904, comunicando as suas descobertas a Teófilo Braga, preguntava-lhe António Tomás Pires:—«Não seria o *Amadis* composto por Vasco de Lobeira na lingua castelhana? Ou se o compôs em português, não o passaria ele proprio para o castelhano? E' que a lingua castelhana devia ser-lhe bastante familiar. Como se vê, na sentença, a mãe dela, Aldonça Annes, logo depois de viuvar de *João de Lobeira*, casou com Miguel Sanchez, cavaleiro castelhano, morador em Badajoz, e se bem que *Vasco de Lobeira* era obrigado pela instituição do morgado a viver em Elvas, não passaria grande parte da sua existência junto de sua mãe e seu padrasto, atenta a pequena distância que há entre Elvas e Badajoz?» Se alguma coisa ha de aproveitável nas suspeitas de António Tomás Pires, os especialistas que se pronunciem.

Considero sobejamente alargada em favor de

Digitized by Google

Portugal, e pelos documentos referidos, a *prova externa* relativa ao processo, sempre pendente, da nacionalidade do *Amadis*. E como subsídio biografico, repare-se ainda que, ao inverso da convicção corrente de que Vasco de Lobeira recebera em Aljubarrota o sagrado grau de Cavalaria,—convicção, por certo, fundamentada em Duarte Nunes de Leão—, Fernão Lopes, na sua *Chronica del Rey D. Fernando*, capit. CLXXVII, nomeia-o já como cavaleiro. Narra-nos o Cronista os alvoroços que alevantou em Elvas o facto de ter o alcaide-mór Alvaro Pereira, em seguida á morte de D. Fernando, alçado pendão por Dona Beatriz. Revoltando-se o cabecilha do povo Gil Fernandes, foi prêso pelo alcaide. Então «*ca logo como souberom na villa que elle era preso, meterom mão arrepicar os signos, e juntousse a gente da villa com a que andava fora, e forom todos combater ho castello; em guisa que ata as mulheres e moços, todos ajudavom com o que podiam. Veemdo aquisto Alvaro Pereira fallou aos de fora, dizendo que o soltaria por arrefens, e logo Vasco Lobeira, cavalleiro, e Martim Vasquez, ficaram por elle, e foi solto.*»

Se conhecesse, pois, os documentos revelados por António Tomás Pires, Menéndez y Pelayo reforçaria como juizo definitivo aquelas suas palavras no monumental trabalho *Origenes de la novela*, ao inventariar os rumores e mais boatos concernentes á filiação lusitana do *Amadis*:—«*Lo único digno de tenerse en cuenta que hemos encontrado*

Digitized by Google

*hasta ahora es la antigua y persistente tradición acerca de Vasco de Lobeira, recogida aisladamente por Azurara, Juan de Barros y Antônio Ferreira. Los* Poemas *de éste, por la estimación en que fueron tenidos, contribuyeron á difundirla, pero ya antes de escribirse, ó a lo menos antes de publicarse, el nombre de Vasco de Lobeira habia traspasado los limites de Portugal, y habia tenido el honor de figurar en los* Diálogos de Medallas *del grande Arzobispo de Tarragona Antônio Agustin, el cual no dice, como Teófilo Braga le achaca, que Vasco de Lobeira fué el primer autor del* Amadis, *sino que los portugueses se jactaban de que habia sido el primer autor de este género de fábulas, lo cual es bastante diverso: — «quarum fabularum primum fuisse auctorem Vascum Lobeiram Lusitani jactant.»* (1)

Pela transcrição de Menéndez y Pelayo, aprende-se que não só em Portugal durava e persistia a atribuição do *Amadis* a Vasco de Lobeira. Surgiram depois, é certo, outras versões, (2) mas não

---

(1) «*La traducción latina de los* Diálogos de Medallas *es de André Scalto. En el original castellano dice Antonio Agustin: «A los quales doy yo en esto tanto crédito como á Amadis de Gaula, el cual dicen los portugueses que lo compiló Vasco Lobera. Y replica el otro interlocutor: Ese es otro secreto que pocos lo saben»*. Nota de Menéndez y Pelayo.

(2) O desembargador João de Barros, autor do *Espelho de casados*, no seu manuscrito *Libro das antiguidades e cousas de Antre Douro e Minho*, redigido por 1549, e existente em

Digitized by Google

tantas que a dominante se não mantivesse com o aspecto que deixamos vincado, recolhendo-a integralmente no século XVIII o douto abade de Sever, Diogo Barbosa Machado, para o seu abundante repositório da *Biblioteca Lusitana*. E não é desinteressante salientar que só assim se explica a bizarra resolução do quinhentista António Ferreira, ao vasar para a arquitetura modernista dum soneto a nótula que, a respeito do episódio de Briolanja e da intervenção do senhor infante de Portugal, subsistira em Montalvo. Principia a graciosa afectação do clássico, como se quem falasse fosse o príncipe D. Afonso:

> «*Bom Vasco de Lobeira de gram sem*
> *de pran, que vós avedes bem contado*
> *os feitos de Amadis, o Namorado,*
> *sem quedar ende por contar i rem.*»

---

Lisboa, na Biblioteca Pública, dá-nos sem mais razões Vasco de Lobeira como natural do Pôrto. Diz o desembargador, referindo-se á cidade do Douro: « *E daqui foi natural Vasco Lobeira que feẓ os primeiros 4 libros do Amadis, obra certo mui subtil, e graciosa e aprovada dos gallantes, mas como estas cousas secão em nossas mãos, os castelhanos lhe mudarão a linguagem, e atribuirão a obra a si*». A última parte da transcrição tinha-se como um dos argumentos em favor da nacionalidade lusitana do *Amadis*, mas ultimamente ficou êsse argumento,—que nenhuma falta faz!—, inteiramente prejudicado. Oiçamos a semelhante respeito o ilustre crítico senhor dr. Fidelino de Figueiredo no seu belíssimo ensaio *Menéndeẓ y Pelayo e os estudos portugueses* (vid. *Estudos de literatura, 3.ª série, 1918-1920*):—«Neste mesmo ano corrente

Digitized by Google

Mas se os documentos saídos dos arquivos alentejanos confirmam a longa e persistente tradição, harmonisando-a inclusivamente com as luzes projectadas sobre o problema pela identificação da cantiga de «*Leonoreta*» com o *lais* equivalente do trovador João de Lobeira, outras razões nos surgem, — razões internas, razões de ordem psíquica ou moral, que neste terreno de acidentadas conjecturas nos socorrem com inabalável decisão. Apreciou-se já devidamente a idéa ou conceito do Amor representado pelo *Amadis*. Não corresponde de maneira alguma á idéa ou conceito do Amor, dimanado das fábulas ou contos do «ciclo bretão» e posto a correr mundo por meio das novelas de Cavalaria. Quanto o conceito ou idéa do Amor,—

---

(1919) publicou a Biblioteca Pública do Porto, na série iniciada pelo saudoso director Rocha Peixoto, um manuscrito inédito, intitulado *Geografia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, pelo Doutor João de Barros*. Na Biblioteca do Porto há cinco exemplares da obra, mas todos incompletos. O sr. J. M. Augusto da Costa, que dirigiu a edição, escolheu o n.º 1109, que é o mais antigo e tem na catalogação do estabelecimento a nota «de que é o original do autor», o qual viveu no século XVI, e recorreu aos outros em casos de incerteza. Ora neste manuscrito agora publicado não há tal passagem sôbre o *Amadis*. Comparando-o com o da Biblioteca Nacional, a nosso pedido, o sr. Pedro de Azevedo observou que êle conferia em muitos passos, mas divergia completamente em muitos outros, e que era redigido em caligrafia do século XVII. Que valor tem pois tal testemunho, como sendo de João de Barros, se no mais antigo dos seus manuscritos não existe?»

Digitized by Google

igualdade em direitos e deveres dos dois elementos humanos, Homem e Mulher—, personificado no *Amadis,* se alheava do espírito ou génio castelhano, como incompreensivel e até aberrativo, Menéndez y Pelayo sinceramente no-lo confessa, chamando «*algo llorón*» ao *Amadis* e declarando que na célebre novela prevalece «*un idealismo sentimental que tiene de gallego ó portuguès mucho más que de castellano*» e que nele o critico observa «*mucho de enervante y muelle que contrasta con la ferrea austeridad de las gestas castellanas.*» Insiste ainda Menéndez y Pelayo e com Menéndez y Pelayo insisto eu:—«*El elemento épico-histórico no aparece por ninguna parte, lo cual seria muy estraño en un libro escrito originalmente en Castilla, donde la epopeya reinaba como soberana y lo habia penetrado todo, desde la historia hasta la literatura didactica*». Por onde,—pela circunstancia da acção do *Amadis* flutuar «*en una especie de atmósfera lirica que en los siglos XIII y XIV sólo existia alli,*»—rematadamente conclui o eminente sabio que «*se siente inclinado el ánimo á buscar en el Oeste ó Noroeste de España la cuna de este libro.*» «Espanha» valia sempre para Menéndez y Pelayo como sendo a Peninsula. Percebe-se assim que o autor de tantos trabalhos inolvidáveis alude a Galiza e a Portugal.

Excluido consequentemente o *Amadis* da ética e da psicologia castelhana por mão do próprio Menéndez y Pelayo,—e excluido muito principalmente pelo seu conceito ou idéa do «eterno feminino», não haverá uma intima relação entre esse conceito ou idéa, e as instituições consuetudinarias do povo

Digitized by Google

português, referentes ao regimen matrimonial? Levanto com isto uma interrogação, que é já por si um novo e não menos apaixonante problema. Diz o nosso *Código Civil*,—e aqui em completa concordância com o nosso passado jurídico e sociológico—, no artigo 1098:—«*Na falta de qualquer acordo ou convenção, entende-se que o casamento é feito segundo o costume do reino...*» E logo adiante, no artigo 1108, define-nos o que seja em semelhante materia o «costume do reino». «*O casamento, segundo o costume do reino,*»—reza o mencionado artigo — «*consiste na comunhão, entre os conjuges, de todos os bens presentes e futuros não exceptuados na lei.*» Quál a origem de tão significativa como singular sobrevivência jurídica?

Falando da «comunidade dos bens» no regimen matrimonial, pondera o abalisado historiador de direito peninsular D. Eduardo de Hinojosa, no seu *Discurso* de admissão á *Real Academia de Sciências Morais e Políticas,* dissertando ácerca da «condição jurídica da mulher» : — «*La existencia del régimen de la comunidad universal en todos los Estados cristianos de la Reconquista induce a creer que existió ya, como consuetudinario, en el periodo visigótico.*» Depois, em seguida a demorado e conscienciosо estudo sôbre as diversas formas do regimen matrimonial e respectiva evolução, Hinojosa condensa-nos o seu doutissimo parecer:—«*Al investigar las vicisitudes del régimen de bienes de la sociedad conjugal en España, se observa la oposi-*



Digitized by Google

*ción radical entre los paises donde impera el sistema de la comunidad de bienes, la libertad de donaciones entre esposos y la viudedad, persistiendo hasta nuestro dias, con sus caracteres esenciales, no obstante las modificaciones debidas a la influencia romana, y aquellos otros en que, habiendo regido estas instituciones en los primeros siglos de la Edad Media, se modifican luego bajo la influencia del sistema dotal romano, singularmente en lo relativo á la incapacidad de la mujer casada. Puede asegurarse,*»—assevera o doutissimo catedrático espanhol, recentemente falecido—, «*que el sistema genuinamente nacional, como lo demuestra el hecho de encontrarse en todo los Estados de la Edad Media española con caracteres más amplios ó más restringidos, es el regimen de la comunidad, expressión la más adecuada de la idéa de la sociedad en el órden patrimonial, cuyos origenes pueden referirse con fundamento á la acción combinada del Cristianismo y de las costumbres germanicas.*»

Sacrificava D. Eduardo Hinojosa por vezes a liberdade do seu espírito a um certo preconceito germanista. Isso não o impedia no assunto presente de reconhecer que já no período visigótico, e independentemente da influência benéfica que atribui aos costumes germânicos no desenvolvimento de tão expressiva instituição, o regimen da *comunidade universal dos bens* se mostrasse com características duma larga e perseverante prática consuetudinária. Penso tambem que, dado o papel da mu-

Digitized by Google

lher na sociedade conjugal, surpreendido em alguns passos de Strabão, e olhando á condição monogâmica de família entre os primitivos habitantes da Península, o regimen da *comunidade universal dos bens* reflectia nos peninsulares uma tendencia espontânea ou instintiva que o Cristianismo mais tarde apurou.

Correspondendo ao fundo indígena das instituições hispânicas, conseguiu subsistir nas apertadas zonas ocidentais, onde as correntes legalistas ou innovadoras não penetraram tanto. E' indubitável que no centro da Península, numa mancha ou noutra, o mesmo fenómeno se aponta, mas nunca com tamanha pureza como entre nós. Compreende-se pois que, ao passar para o nosso *Codigo-Civil* o regimen da *comunidade universal dos bens*, vários publicistas o saudassem como uma curiosa manifestação de arqueologia jurídica. Torna o facto mais saliente a circunstância de existir igualmente com o nome de «*fuero del Baylio*» numa região bastante circunscrita da Estremadura espanhola, junto a Badajoz. Pratica-se ali também a comunhão de bens pela simples efectivação do matrimónio,—tal como em Portugal com o «costume do Reino»—, desde que não haja prévia disposição em contrário por parte dos nubentes.

Na curiosa monografia *Fuero del Baylio*, o seu autor, D. Teófilo Borrallo Salgado, «*registrador de la propriedad en Badajoz*», historia-nos na medida do possível o passado e situação actual do sobre-

Digitized by Google

dito *fuero*. Identificando-o por completo com a nossa «comunhão de bens», considera-o um sistema de todo em todo diferente do regimen dotal, e ainda do regimen matrimonial predominante em Espanha, que é o dos *gananciales*, ou comunhão nos «adquiridos». «*Estos dos principales sistemas, que han influido e imperado en la legislación antigua de casi todas las naciones de Europa... eran, pues, conocidos y aplicados en nuestra peninsula, cuando apareció el* Fuero del Baylio, *con ninguno de los cuales tiene relación, sin embargo, por cuanto aqui se trata de otro sistema distinto constituido por una perfecta comunidad de bienes... con virtualidad distinta de aquellos sistemas anteriores, nacido al amparo de otros costumbres y de otros sentimientos que la varonil entereza y energia de la mujer impuso con su actuación en la guerra y en la conquista del patrimonio familiar para igualar sus derechos con los del marido, cuya influência se manifiesta por esa fusión de bienes apartados ó adquiridos por ambos conyuges, como una mayor extensión de las arras y gananciales visigóticos, y que en último caso no se presenta sólo en esta región del S. O. de la peninsula pues tiene relación y parecido con tantos otros fueros y costumbres, como el regimen de* ganancias *ó* conquistas *de Castilla, Aragón y Navarra, y con el* acogimiento de compras y mejoras *de algunos territorios catalanes, diferenciandose no obstante de uno y otro régimen en que, al contrario de lo que ocurre en estas,*

Digitized by Google

*donde se supone, reconoce y acepta un patrimonio privativo de cada conyuge, en el del Baylio todos los bienes deben ser comunes, sean cuales fueren su origen ó calificación juridica.»*

Afasta-se Borrallo Salgado,—e com transparente erro!—do parecer de D. Eduardo de Hinojosa, quando, estabelecendo o regimen da *comunidade de bens* como regra geral nos primórdios da Reconquista, o reputa como herança e prática consueludinária das velhas populações hispânicas. Persistiu êle em Portugal e na região da provincia de Badajoz como uma revivescência do antigo património institucional das raças peninsulares. Se por acaso o topamos no direito foral, ou de Castela, ou de Navarra, ou de Aragão, topamo-lo deformado já, como um recurso de excepção e nunca como uma norma assente no consenso colectivo, — segundo se guarda no *fuero del Baylio*. Esforça-se Borrallo Salgado por lhe surpreender a ascendência oficial num diploma, numa lei. Baldado empenho, só próprio duma visão restrita! Hinojosa sublinhou bem a pristinidade de tal instituição e Portugal conservou-a, como se fôra um país ginecocrático, porque não só aqui se acolheram os restos das gentes primeiras das Espanhas, como também porque espelhava melhor a índole comunitária e lírica do nosso génio. Denuncia Hinojosa a oposição radical que se vincou entre os países peninsulares que se mantiveram fieis ao regimen da *universalidade dos bens* e os que

Digitized by Google

desposaram a feição individualista dos *gananciales*, —ou participação nos *adquiridos*. E' a oposição que se concretisa por causas da mais variada natureza no dualismo de Portugal e Castela, principalmente. E' a oposição, afinal, que leva Castela para a poesia heroica da Gesta e nos deixa a nós a poesia do Coração e da Mágua. Assim se compreende como o *Amadis* se revela totalmente alheio ás influências e temperamentos de Castela, enquanto que Portugal, transformando, mediante a festejada novela, a concepção egotética do Amor, recebido da *matéria de Bretanha* e dos romances de Cavalaria, cria no *Amadis* êsse tipo de moral erótica, que revolucionou o sentir da Europa e imortalisou a alta capacidade afectiva da nossa raça.

Ora na igualdade perfeita de dois seres que se amam,—em Oriana e Amadis, personifica-se a compleição especialíssima do lusitano, tanto a gosto seu traduzida na instituição social e jurídica da *comunhão de bens*. Não separemos tal instituição daquela psicologia que, retratada no *Amadis*, Menéndez y Pelayo confessava estrangeira á alma de Castela, buscando-lhe a pátria no noroeste ou no ocidente peninsular. «Amadis» e «comunhão de bens» são aspectos concordes do mesmo sentir colectivo que se enamorou da grande revoada lírica e pelo lirismo se consubstanciou no mito sempiterno do *Encoberto*. Associemos agora a estas nossas considerações o resultado dos estudos do autorisado arabista espanhol D. Julian Ribera y

Digitized by Google

Tarragó, — e a conclusão será plena e definitiva.

Analisando detalhadamente o Cancioneiro dum poeta árabe de Córdova,—Abencuzman, o senhor Ribera y Tarragó convence-nos com poderosa soma de argumentos de que «*la clave misteriosa que explica el mecanismo de las formas poeticas de los varios sistemas líricos del mundo civilizado en la Edad Media está en la lírica andaluza, a que pertenece el Cancionero de Abencuzman.*» Prova-nos D. Julián Ribera a prioridade do aludido *Cancioneiro* sobre as mais recuadas aflorações da lírica provençal. Afiança-nos ao mesmo tempo o criterioso sábio que a poesia de Abencuzman deriva duma palpável fonte poética popular, em idioma romance, que D. Julián Ribera não duvida em atribuir mais a galaico-lusitanos do que a aragoneses ou castelhanos. Ele nos diz a razão nas palavras seguintes: — «*La lírica gallega, por concesión de romanistas, es una de las más antiguas de Europa, la más antigua de España; Jeanroy confiesa que la lirica partuguesa es rebelde a la tentativa de adjudicarle origen francès, sobre todo las cantigas ò cantares de amigo*». Como refôrço á sua tése, o senhor Ribera y Tarragó recorda-nos a notável concorrência de escravos cristãos aos mercados de Córdova, onde os do noroeste da Peninsula eram preferidos pela sua inteligência e empregados depois em serviços superiores. Calcula-se a importância das revelações do ilustre arabista espanhol. «*Dados tales antecedentes,*» —escreve—«*yo creo que*

Digitized by Google

*para explicar el origen de la lirica de Abencuzman debe suponerse: ó una lirica andaluza romanceada, anterior al siglo X, más antigua que la que aparece en los cancioneros, portugueses, ó una lirica gallega antiguisima, que la colonia gallega trajo a Andalucia, de donde procede la romanceada andaluza anterior a Abencuzman»*. Como a hipotése primeira não se verificou até hoje, a conclusão é só uma:—buscar no noroeste da Peninsula o tronco da frondosa árvore lirica que bracejou pela Europa e floriu no mundo inteiro. Permite-nos afirmá-lo D. Julián Ribera, porque, ainda conforme o seu esclarecido pensar, «*los monumentos de la lirica europea en lenguas vulgares, provenzal, alemana de los Minnesinger y la italiana (y aùn los latinos de los* Carmina burana, *etc.) aparecen con posterioridad à la lirica vulgar de los musulmanes españoles*».

E se para a supremacia lírica de galaico-lusitanos os ensinamentos de tão indiscutível autoridade constituem a mais nobilitante carta de nobreza, avançando no fio das nossas deduções, chega o momento de tocarmos o ponto mais imprevisto de todo o complexo problema em que andamos envoltos,—o leitor e eu—, e a cujo ambicionado desfecho tanto quisera trazer subsídios que o provocassem de vez. No seu formidavel trabalho *La escatologia musulmana en la Divina Comedia*, outro arabista espanhol não menos insigne, o senhor Asin Palacios, assinala com impressionante docu-

Digitized by Google

mentação a paridade de muitos temas de Dante com os de Abenarabi, místico árabe, natural de Murcia, inclinando-se o senhor Asin Palácios para uma imitação, por parte de Dante, dada a anterioridade de Abenarabi. «*Esta coincidencia del* Convito *de Dante con los* Tesoros de *Abenarabi*» — repara o mencionado senhor — «*tiene una fuerza sugestiva, que no puede escapar à la penetración de los dantistas, para explicar de un modo, quizá definitivo, las origenes tan oscuras de la poesia lirica italiana conocida con el nombre de* dolce stil nuovo. *Guido Ginizelli, Guido Cavalcanti y Dante Alighieri, contemporâneos los tres, son los creadores de esta nueva escola poetica.*»

Acrescenta depois o doutíssimo catedrático de língua árabe na Universidade Central de Madrid: —«*La mujer amada no es para estos poetas la hembra cuya unión sexual es lo unico en ella apetecible. Al contrario: se la mira sólo como una imagen etérea y espiritual, digna de ser amada platonicamente, con exclusión de todo apetito carnal, como medio de ennoblecer moralmente el alma de lo amante. Para ellos, por eso, el verdadero amor está fuera del matrimonio, en la virginidad perpetua que rèfrena el instinto sexual, mediante los celos, el temor, el desden y el pudor de los amantes. Esta imagen de la mujer amada adquiere, a los ojos de estos poetas, una doble idealización. Unas veces es un angel del cielo, otra un simbolo de la sabiduria divina, de la filo-*

Digitized by Google

*sofia. En ambas, la amada es el instrumento de que Dios se sirve para inspirar a los amantes idéas y sentimientos nobles y sublimes. Asi, el amor de la mujer y el amor de Dios se fonden en uno solo».*

«*Vossler,*»—prossegue o senhor Asin Palacios —«*ha puesto bien de relievo la falta de precedentes clásicos y cristianos para explicar la génesis de esta hibrida teoria del amor, que a la vez es divino o espiritual y corpóreo, de esta forma curiosa y nueva*—*son sus palabras*—*de platonismo que no deriva inmediatamente de Platón. Ni la doctrina de la Iglesia, ni Ovidio, ni Aristóteles ofrecen nada que explique el nacimiento de tal concepto idealista y romántico de la mujer, de tal amor espiritual de la hembra, que, al decir de Vossler, debia aparecer como cosa monstruosa a los ojos de los filósofos y teólogos medievales. Y con un ingenio y erudición más admirables que convincentes, Vossler se esfuerza en llenar este vacio recurriendo a la psicologia de la raza germanica y a sus idéas caballarescas, emancipadoras de la mujer; las cuales idéas se transforman en doctrina moral al comunicarse a las razas mas cultas de la Francia meridional, y luego adquieren la forma de teoria psicológica y literária en manos de los trovadores provenzales y de los poetas italianos del* dolce stil nuovo».

Refuta o senhor Asin Palacios a interpretação

Digitized by Google

de Vossler alegando que «*mucho antes de las primeras etapas de esa larga y compleja evolución a que, según Vossler, se hubo de ver sometido en la Europa cristiana el concepto de la hembra y del amor, hasta llegar a la idealizacion de la mujer amada, convertida en angel ó en simbolo de la filosofia, el islam oriental y especialmente el español habian dado de si obras literarias, prosaicas y poeticas, en que el amor romantico de la mujer ofrece identicos caracteres a los que ostenta la lirica de los poetas del* dolce stil nuovo».

Não nos é possivel acompanhar em todos os seu raciocínios o senhor Asin Palacios. Protesta êle contra a idéa que atribui correntemente aos mussulmanos um depressivo exercicio do amor sexual. E sumaría exemplos em contrário,—entre êles o da tribu dos Beniodra, originária dos recessos do Yemen e cujo apelativo «Beniodra» pretende significar «filhos da virgindade». «Sou duma raça em que se morre quando se ama»,—cantava um dos Beniodra. O monacato cristão da Arabia talvês contribuisse para tanto, verificada a sua influência sôbre a mística e a ascética mussulmanas. Chega a sustentar-se entre os islamitas «que o que se casa e morre casto, morre mártir». «*Muchos sufies, inspirandose en esta doctrina, déjan ejemplos heroicos de virginidad perpetua*»,— informa o senhor Asin Palacios «*La esposa, idealisada asi por el sentimiento religioso, deja de ser, para estos sufies, hembra y se convierte en compañera*

Digitized by Google

*o hermana de ascetismo, amada solo en Dios y por Dios».*

Depressa semelhantes tendências alcançam expressão na literatura. No século IX da nossa era, Abendaud de Yspahan no seu *Livro de Venus* faz a a apologia dêsse conceito do amor, que Asin Palacios tem por «amor romântico». Mas é sobretudo Abenházam de Córdova no *Colar da Pomba,* ou *Livro do Amor,* e ainda nos *Caracteres e a Conducta,* quem estuda, analisa e concede corpo a tão extraordinária concepção amorosa. O *Colar da Pomba* foi publicado recentemente, na mais perfeita integridade do seu texto, pelo arabista D. R. Pétrof, professor á data (1914) na Universidade Imperial de S. Petersburgo. Pétrof assinala-nos a identidade que há entre o *Livro do amor*, de Abenházam ou Ibn-Hazon, e a *Vita nuova*, de Dante. «*Dozy a eu raison de souligner la sensibilité exquise d'Ibn-Hazon; vraiment en le lisant nous nous souvenons de l'auteur de la « Vita nuova». Comme Dante, Ibn-Hazon sait toucher les cordes romantiques de la poésie, apprécier le mysticisme et la délicatesse des vrais amants. Trés souvent on lit chez lui de beaux passages qui nous rapellent l'histoire du poète florentin et de sa Béatrice. Dans ces passages nous trouvons réunis un psychologue attentif, un fin poète, un homme ému par des souvernirs lointains. La nature même qui nous environne n'est pas oublié.*

Digitized by Google

*Ibn-Hazon sait montrer quelque charme secrète qui existe entre elle et nos sentiments».*

Apreciando a edição do *Colar da Pomba,* levada a efeito por Pétrof, o senhor Asin Palácios comentava-a em termos elogiosos num pequeno artigo da *Revista de Filologia Española* (ano II, 1915). Notava o erudito arabista que Pétrof ajudava a compreender melhor *«las doctrinas cortesanas de los trovadores y de los teorizantes medievales, que en Italia y Provenza parecieron seguir, un siglo después, las huellas de los poetas y psicólogos musulmanes, cuyo tipo es Abenhazam en su* Collar de la paloma. *El mismo editor»*—adita-se— *«es quien se atreve a formular y a razonar estas hipótesis... Haciendose eco, en este interessante punto, de las idéas del sr. Ribera sobre los origenes hispano-musulmanes de la poesia lirica medieval, el sr. Pétrof cree que sera utilisimo ampliar los estudios recientes de Vossler, Chichmaref, Anglade y Wechssler sobre la poesia de los trobadores y su doctrina del amor, comparandolos con las idéas de Abenházam, cuyo código erótico precede más de un siglo al formulado por Madfre Ermengaud, Andrè le Chapelain e Guido Guinizelli.»* Atingimos o nó vital da questão! Se há que admitir a anterioridade da poesia lírica de Abencuzmán sôbre as mais recuadas manifestações poéticas do provençalismo,—conforme os estudos de D. Julián Ribera, dada tambem a anterioridade da «doutrina amorosa» de Abenházam, porque não a ligar ao património ético do lirismo peninsular, donde deriva a lírica de Abencuzmán?

A tal parece propender o senhor Asin Palacios,

Digitized by Google

rejeitando as interpretações de Vossler acerca do critério do Amor e da Mulher que em Itália desponta com a renovação do «*dolce stil nuovo*». Constatado pelo longo e exaustivo trabalho do senhor Asin Palácios a inspiração dos místicos e teólogos mussulmanos da Peninsula, todos imbuidos da ascética cristã, no espírito altíssimo de Dante, claramente se aceita que das fontes líricas da Peninsula descenda o lirismo excelso do «*dolce stil nuovo*», tão sem raizes na terra sagrada da Italia. Como êsse lirismo,—poesia do amor—, entroncava retintamente na velha lírica popular da Peninsula, não *islâmica*, mas presumivelmente *galaico-lusitana*, não corresponderá o conceito da Mulher, enlaçado a êle, ao conceito social e moral que transparece na instituição jurídica da «*comunhão de bens*» e que tão intimamente se casa com todo o passado emotivo dos portugueses? Não é, de resto, o conceito que impôs o *Amadis* como um compêndio de inegualável idealidade e o marca, na feira das literaturas europeias, com um sêlo inconfundivel?

Eis uma nova questão que se suscita, já agora agarrada com aferro ao problema apaixonante do *Amadis*. Não destôa em nada o símbolo de Oriana das teorias exalçadas por Dante até á transcedência máxima da sua Beatriz. Busca o senhor Asin Palácios no Oriente,—no seio do próprio mussulmanismo, a idéa amorosa que inspirou o *Colar da Pomba*, onde não duvida que se abasteceriam os teóricos italianos do «*dolce stil nuovo*.» Para transfor-

Digitized by Google

marem tão fundamente o caracter islâmico, são decisivas as causas enumeradas: — a ascética cristã e o reflexo do doutrinarismo platónico. Não me convenço, contudo, que se modificasse tão estruturalmente a psicologia islamita. E assim, nos casos invocados pelo senhor Asin Palácios, a virgindade no amor, a castidade no casamento, a mulher convivida como irmã, aparecem-nos como provas de sacrifício,—como violência da alma sôbre o corpo, como *excepção,* e não como *regra.* O inverso sucede no amor nitidamente peninsular, fixado, principalmente, pelo *Amadis.* A *humanidade* dos dois seres que se amam nem por isso se mutila,—só se alonga e completa numa *unidade espiritual* maior. De maneira que não é aos arabes que a chave do enigma se deve pedir. Peça-se antes ao lirismo do ocidente da Peninsula, modificado e intelectualisado mais tarde, ao contacto dos centros cultos do Sul, pelas importações alexandrinistas, como no coração do povo e na mente dos teólogos o houvera sido já pela acção depuradora do Cristianismo. Escutemos, porém, Menéndez y Pelayo sôbre Abenházam e o *Colar da Pomba.*

Depõe o eminente crítico: — «*Pero con ser tantos los géneros indicados hasta ahora*» (Menéndez y Pelayo falava da novela e do conto entre os árabes, sobretudo entre os árabes ocidentais), «*no se agotó en ellos la actividad creadora del ingenio árabe, mostrandose quizá en España con más brio y pujanza que en Oriente, hasta llegar á producir, aunque aislada-*

Digitized by Google

*mente, algunos libros que parecen modernos y cuyos rasgos cautivan por lo inusitado dentro de la cultura á que pertenecen. Tal conceptúo la sorprendente aparición (en que Dozy reparó el primero) del idealismo amoroso, de una especie de petrarquismo más humano que el de Petrarca en el bellísimo cuento de los Amores, del cordobés Aben-Hazam, primera novela intima que en los tiempos modernos puede encontrarse; una especie de* Vita nuova *escrita siglo y medio antes de Dante, y que ofrece testimonio, contra vulgares y arraigadas preocupaciones, del grado de fuerza y profundidad afectiva á que, si bien por excepción, podian llegar, no ciertamente los árabes puros sino los musulmanes andaluces de origen español y cristiano, como lo era este gran polígrafo Aben-Hazam. El mismo Dozy, tan poco sospechoso en este punto, explica por el origen de Aben-Hazan su galanteria delicada y sensibilidad exquisita. «No hay que olvidar, escribe, que este poeta, el más casto, y estoy por decir el más cristiano entre los poetas musulmanes, no era árabe de pura sangre. Bisnieto de un español cristiano, no habio perdido por completo la manera de pensar y de sentir propias de la raza de que procedia. Estos españoles arabizados sabian renegar de su origen y acostumbraban perseguir con sarcasmos á sus antiguos correligionarios; pero en el fondo de su corazón quedaba siempre algo puro, delicado, espiritual, que no era árabe».*

Tudo se congraça, como se vê, para conferir possibilidades estranhas á identificação da «doutrina do amor», sublimada pór Dante, com o primitivo fundo lírico do ocidente da Península. De petrarquismo mais humano que o de Petrarca capitula

Digitized by Google

Menéndez y Pelayo a história amorosa de Abenhazam. Prova de que ela se achava ainda perto da nascente, sem as intromissões filosóficas que a complicaram depois, misturando-lhe resíduos abastardados de neoplatonismo. A ascendência cristã de Abenhazam ajuda-nos a fortalecer as nossas suspeitas. E se nos lembrarmos que o *Colar da Pomba* nos narra a paixão do seu autor durante mais de trinta anos por uma dama de Córdova, sem que de longe fosse correspondida, sentimo-nos logo próximos da fidelidade desinteressada de Amadis a Oriana e bem distanciados dos desesperos e das violências sentimentais do romance de Cavalaria. Não passe também sem reparo que o árabe siciliano Aben-Zafer na sua obra *Salwán* inclui uma novela intitulada o *Gavaleiro Galego*,—novela de amor, detalhe-se. «*La elección de un gallego para protagonista de dicha novela*,»—observa Garcia de la Riega—«*puede acusar la fama que en el siglo XII alcanzaban nuestros caballeros, ya en cuanto al amor, ya con respecto á la valentia, á la inteligencia y á otras cualidades personales; y es de creer que Aben-Zafer no escogeria á la ventura un caballero de cualquier país para héroe de su novela, sino del que gozase renombre adecuado, a fin de que uno de sus naturales nobles figurase en ella justificadamente, y con mayor motivo si en ese país se rendia un tierno culto a la mujer y al amor. No escogió a un bretón ni a un francés*». Garcia de la Riega, exagerado no seu patriotismo galego,



Digitized by Google

não é autoridade em que se haja de confiar. Em todo o caso, aí registamos a indicação, a que não se nega nem lógica nem fundamento.

*
* *

Eis,—desde os materiais trazidos ao problema do *Amadis* pelas descobertas positivas de António Tomás Pires até á coincidência da sua amorosidade com as características sociais e morais da nossa raça—, o que se me apresenta de irrefutável consideração, quando abordamos a questão sempre controvertida da nacionalidade da grande novela. Não importa averiguar que redacção prevaleceu,—se viera ou não de fóra o tema desenvolvido pelo seu feliz autor. Com agudesa sintetisa a senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos: —«Sobretudo, foi o *idealismo amoroso* de *Amadis* que impressionou os *Quinhentistas*. Foi a admirável combinação que há nêle de uma audácia e heroicidade a toda a prova, em perigos e guerras, e, na paz, de mesura discreta, suave melancolia e sentimentalidade meiga, qualidades que estavam em contraste abençoado com a bárbara rudeza de costumes, documentada em numerosas façanhas registadas nos *Livros de Linhagens*. Por isso não acabam os louvores a *Amadis o Casto, Amadis o leal*, a *Amadis o bom amador*».

Efectivamente, o valor do *Amadis* consiste no

Digitized by Google

seu *idealismo amoroso*. Ferido pela impermeabilidade afectiva da alma castelhana, o chanceler Pero López de Ayala queixava-se no cativeiro de Óbidos de haver perdido a sua mocidade em «*devaneos y mentiras probadas*»,—na leitura de «*Amadis*» e «*Lanzalote*». Mas séculos volvidos, um outro cativo, —Francisco I, conhece na sua prisão de Madrid o texto de Montalvo e contribui, ao contrário, para o prestígio da célebre novela. Prestígio literário? Não: antes prestígio sentimental. Herberay des Essarts tenta imediatamente a tradução. Escapava, porém, ao espírito francês a delicadeza emotiva da novela dos Lobeiras, — e em mais dum episódio a sua espiritualidade branda torce-se em incentivo sensual, mascara-se num desejo inferior de carne mal reprimida. Não é inutil escutarmos Eugéne Baret acêrca da adaptação de Des Essarts.

«*Des Essarts, il est vrai, retranche ou abrège, quelquesfois avec goût, certaines gloses de Montalvo, évidemment étrangéres à l'ancien écrit; mais lui-méme gâte souvent et falsifie l'original, tantôt avec le pédantisme de son siècle, tantôt avec la plus bizarre affécterie, tantôt avec une licence d'imagination et de langage tout à fait digne d'un contemporain de Brantôme et de Rabelais. La convenance m'interdit de donner les preuves de ce dernier genre d'altérations; altérations d'autant plus graves, qu'elles défigurent complètement sur ce point le caractère de l'original espagnol, dont l'auteur,*

Digitized by Google

*s'il touche quelquesfois avec réserve certaines aventures romanesques, n'est du moins jamais, ni par l'imagination, ni par l'expression, de connivence avec le vice».*

Pelo testemunho de Baret se averigúa a contrafacção com que Herberay des Essarts correspondeu ao entusiasmo de Francisco I. Injustíssimas, pois, as reflexões de Ernest Seillière no seu magnífico volume *Les origines romanesques de la morale et de la politique romantiques,* quando assevera, referindo-se ás traduções e edições sucessivas do Amadis em França: — «*Le caractère de ces Amadis, qui ont prolongé de façon imprévue l'influence du roman de chevalerie sur la pensée de nos pères, est de faire peu de place à l'adultère, qui s'étalait au premier plan dans quelques-uns des plus célébres romans bretons du XII^e siècle, mais d'instituer en revanche une véritable école de capitulation amoureuse à l'adresse des filles sollicitées par quelque chevalier courtois. (On sait que Jean-Jacques sera, lui aussi, fort indulgent à ce dernier genre de désordre passionel). — De là les plaintes qui formulérent bientôt des moralistes peu suspects de pruderie, tels que la Noue, devant les regrettables effets de ces lectures: — «J'ai oui dire à un bon gentilhomme, écrit le vaillant soldat des guerres ultramontaines, au sixième de ses «Discours politiques et militaires», que ces livres avaient une propriété occulte à la génération des cornes, et je me doute que lui-même en avait fait l'experience».*

Digitized by Google

Achamo-nos em frente da grande bastardia sofrida pelo nosso génio lírico ao ser transposto o *Amadis* para linguagem francesa. De tal bastardia padece hoje a Europa as conseqüências. A moral erótica, que gerou o Romantismo e abriu as portas á Revolução, eis donde procede. «*Nous vivons depuis plus de deux siècles sous le signe de la femme*» —lamenta Ernest Seillière. Mas essa perversão ideológica e sentimental não é própria do *Amadis*, —como criação portuguesa. Nós já acentuámos como a igualdade da Mulher e do Marido, vertida na instituição jurídica da «comunhão universal de bens», representa a base secular da familia entre nós. Aditaremos agora que, a caminho de Monserrate, ao ir oferecer-se á Virgem, o nobre D. Inigo de Loyola, depois fundador da gloriosa Companhia de Jesus, levava o *Amadis* de cór e só pensava em o imitar na fidelidade guardada por êle a sua senhora Oriana. Donde, por conseguinte, o mal? Das generalisações peculiares da inteligência francesa, —do excessivo racionalismo da sua compreensão moral e social. De resto, o nosso lirismo manifesta-se tão estranho á essência do espírito tradicional da França que Sismondi, ocupando-se de Jorge de Monte-Mór, não se conteve sem exclamar:— «Há em todos os seus versos uma moleza lidiana que poderiamos esperar dos italianos efeminados pela escravidão, mas que confunde em homens como os guerreiros de Carlos V.» Era, por outras palavras o que Maese Nicolas,—barbeiro daquele pobre senhor

Digitized by Google

Alonso Quijada, queria dizer de «D. Amadis», ao encontrá-lo «*algo llorón*».

Á face de tudo o que se trouxe para êste sucinto estudo, avalia-se, pois, a magnitude do problema do *Amadis*. Apaixonou estrangeiros e nacionais. Na altivês das suas indeclináveis superstições étnicas, o conde de Gobineau chamava-lhe a mais alta flor da idealidade humana,—e tanto que elegeu o *Donzel do Mar* para herói dum poema seu, a que, se falta beleza, não faltam nem amplitude nem intenções. Os Judeus traduziram a nobre novela para a sua língua sagrada, imprimindo-a em Constantinopla. Apesar dos seus azedumes, Menéndez y Pelayo reconhece que «*sin il vértigo amoroso de Tristán, sin la adúltera passion de Lanzarote, sin el equívoco misticismo de los héroes del Santo Graal, Amadis es el tipo del perfecto caballero, el espejo del valor y de la cortesia, el dechado de vasallos leales y de finos y constantes amadores, el escudo y amparo de los debiles y menesterosos, el brazo armado puesto al servicio del orden moral y de la justicia*». Entende-se já porque D. Quichote o tomou para modêlo, copiando-lhe até o retiro de Beltenebros, quando se foi a solitario da Serra Morena. Percebe-se tambem que o cura e o barbeiro o salvassem do fogo expiatório. E já não nos admiramos que Gœthe,—o olímpico Gœthe!—, em carta a Schiller, se confessasse envergonhado de ter lido muito tarde a tão admirável livro.

Regressa hoje o *Amadis* na essência da sua

Digitized by Google

elevação lírica á pátria donde andava desterrado. A restituição de Afonso Lopes Vieira mostra-no-lo bem digno da hereditariedade emotiva dos dois Lobeiras. O idealismo amoroso do *Amadis*, que cativou o desdem pessimista do conde de Gobineau, como perfumára de encanto o solitarismo aquilino de Gœthe, devolve-se, enfim, no giro dos séculos, á nascente copiosa de que brotára. Não se trata dum sucesso literário ou dum facto de mera erudição. Trata-se, palpavelmente, dum acontecimento nacional. Importa, portanto, como comentário condigno, restituir o *Amadis* a todo o seu enorme significado. Duas vezes a Europa é filha de Portugal,— insistimos. Desviámos o eixo da civilisação do Mediterrâneo para o Atlântico,—e assim lhe oferecemos a scetro da Idade Moderna. Transmitimos-lhe no conceito moral e afectivo do *Amadis* uma idéa ou noção do Amor, que é ainda hoje, desde os desvios afectivos do Romantismo ás virtudes fundamentais do Caracter, a directriz universalmente aceite da sociabilidade ocidental. Resume-se assim na historia do *Amadis* a história da sensibilidade européa. E, no entanto, o *Amadis*, meus senhores, por pequeninos que nós outros sejamos, não é mais do que um capítulo da história da nossa sensibilidade, — da história da sensibilidade do povo lusitano!

Digitized by Google

Digitized by Google

# A «RELIGIÃO DA BELEZA»

Digitized by Google

Digitized by Google

# A «RELIGIÃO DA BELEZA»

Não emudeceram de todo ainda na serenidade monacal das velhas crónicas aquelas palavras de D. Frei Bartolomeu dos Mártires a um cardeal que em Roma lhe mostrava, desvanecido, as raridades e espécies artisticas do seu museu de coleccionador apaixonado. «Parece-me, senhor, que já em espirito «via o Apóstolo estes mármores e estas curiosida-«des, quando, escrevendo a Timóteo, disse que «deixarão os homens de ouvir as verdades, que «importa saberem para sua salvação, e entregar-se-«-ão a celebrar patranhas e fábulas dos gentios.» Ignora-se o que o purpurado respondeu, mas calculamos bem o que do insigne pastor bracarense pensarão todos os que, no frenesim sensualista do nosso tempo, se decoram com um falso espiritualismo, inscrevendo-se como devotos nos mármores pretenciosos da «religião da Beleza».

Grito inútil de bárbaro! — é, sem dúvida, num encolher de ombros desdenhoso, o máximo de comentario que lhes arrancará a rudeza do chão juizo do Arcebispo. E, no entanto, se há uma Be-

Digitized by Google

leza, o Arcebispo, na sua observação com tanto de prudente como de desenfadada, achava-se mais perto da pureza das suas origens do que êsses quantos que, em atitudes de mística guloseima, andam por Exposições e Concertos procurando matar uma sêde que fingem padecer,—ou, se verdadeiramente a sofrem, a iludem na triste convenção das formas passageiras e mentirosas! Tradusiam as palavras de D. Frei Bartolomeu dos Mártires o repúdio terminante, a terminante condenação do que se tem por prazer artístico ou por satisfação intelectual? Sinceramente entendemos que não. Integrado com a plena fôrça de uma grande alma na alma da Igreja-Católica, só por isso, como teólogo, a quem não seriam estranhos os menores detalhes da liturgia e do canto gregoriano, D. Frei Bartolomeu dos Mártires deveria compreender a elevação das belas-artes humanas, como um reflexo, embora pálido, da fonte suprema donde todos os seres derivam e para onde irresistivelmente tendem, por um natural e harmonioso regresso á unidade. Repare-se que digo «compreender»,—e não «sentir». Repare-se igualmente que escrevo «belas-artes»,—e não «Arte», com a maiúscula ordinàriamente empregada e á qual se conferem como que ocultos poderes mágicos. Em tais diferenças, que não são apenas diferenças de mera expressão ou terminologia, reside o eixo do problema que é nosso desejo examinar.

Ora, além dos horisontes que lhe abria a sua

Digitized by Google

educação de teólogo, aliada a um insatisfeito temperamento de contemplativo, D. Frei Bartolomeu dos Mártires pertencia á ordem de S. Domingos, em cujo seio, mesmo como primaz bracarense, viveu e morreu. «Construtores», — no alto sentido que é preciso atribuir a semelhante designação—, de tantissimos templos e mosteiros medievais, os dominicanos exerceram durante a Idade-Média, sobretudo, uma acção benéfica no desenvolvimento e progressos das belas-artes, desde a pintura á arquitetura,—a arte mais eminentemente social, porque nenhuma, como ela, traduz a presença ou a ausência duma aspiração comum na colectividade. Acresce que da ordem de S. Domingos fôra S. Tomás de Aquino e a S. Tomás,—á sua lição de permanente sabedoria, pedem hoje os críticos, inspirados na razão salutar das coisas, uma regra que liberte a inteligência e a sensibilidade modernas da debilidade congénita que as atira, como crianças sem ama, para as tortuosidades morais do «misticismo estético».

Ponderava S. Tomás, repetindo, para o baptisar, a Aristóteles, que «ninguêm pode viver sem deleitação.» Eis porque todo aquele,—acrescenta o «Doutor Angélico» — que está privado dos deleites espirituais, cái inevitávelmente nos deleites carnais. Emoldurando a afirmação de S. Tomás, escreve Jacques Maritain no seu *Art et Scolastique*,—magnífico breviário de bom-senso e condução artística:—«L'art apprend aux hommes les délectations

Digitized by Google

«de l'esprit, et parce qu'il est sensible lui-même et «adapté à leur nature, il peut le mieux les conduire «à plus noble que lui. Il joue ainsi dans la vie na- «turelle le même rôle, si l'on peut dire, que les «graces sensibles» dans la vie spirituelle; et de «très loin, sans y penser, il prépare la race humai- «ne à la contemplation (à la contemplation des «saints), dont la délectation spirituelle excéde tout «délectation, et qui semble être la fin de toutes les «opérations des hommes; car pourquoi les travaux «serviles et le commerce, sinon pour que le corps, «étant pourvu des choses nécessaires à la vie, soit «en l'état requis pour la contemplation? Pourquoi «les vertus morales et la prudence, sinon pour pro- «curer le calme des passions et la paix intérieure, «dont la contemplation a besoin? Pourquoi le gou- «vernement tout entier de la vie civile, sinon pour «assurer la paix extérieure nécessaire à la contem- «plation? De sorte qu'á les considerer comme il «faut,»—é Maritain que o acentúa—«toutes les fonc- «tions de la vie humaine semblent au service de «ceux qui contemplent la vérité.»

Não demoraremos a voltar a Jacques Maritain e ao seu conceito da existência, disposta para a contemplação absoluta,—conceito reproduzido de S. Tomás, de que o notável autor do *Antimoderne* é um renovador infatigável e carinhoso. O que se deduz do seu depoimento e da autoridade assente de S. Tomás é que a idéa de Arte e de Beleza não exclui a decência eclesiástica do Catolicismo (antes

Digitized by Google

a refina e enaltece, como depois veremos), sendo, por isso, inadmissivel que os reparos do Primaz bracarense ao seu cardeal romano, tão entregue á devoção do «Antigo»,—devoção que bastante deprimiu a psicologia geral da Renascença—, acusem a aversão mal reprimida dum clerigo, pouco aberto ás letras do seu tempo, por tudo o que houvesse de representar necessidades de cultura e de gôsto, acima das necessidades vulgares e quotidianas. Figura contornada da Contra-Reforma tridentina,—e contornada de maneira a ter-se, numa deplorável falsificação romanesca, o virtuoso Arcebispo quási como um partidário de Lutero—, D. Frei Bartolomeu dos Mártires sabia onde as suas palavras deviam chegar,—e há nelas mais malícia do que ingenuidade. Insistimos:—a Igreja não repele a exaltação criadora do artista, dispensando-lhe, pelo contrário, asas fortes e incomparáveis. Na questão complexíssima da Renascença e da amoralidade trazida aos próprios ambitos do Vaticano por essa erupção desorganisadora duma civilisação adversa á civilisação cristã, a Igreja de modo nenhum se negou a proteger e a amparar o que de Roma ou da Grécia defuntas subsistira como património humano positivo. Sinto-me perfeitamente de acôrdo com o historiador Camille Jullian, ao declarar há perto de trinta anos na *Revue historique* que «si «nous sommes chrétiens, s'il faut tenir à ce nom «comme à une formule de salut, c'est qu'il repré«sente, avec tout ce que les rêves galiléens ont mis

Digitized by Google

«dans la conscience humaine, toutes les leçons que «les philosophes antigues y ont laissées; c'est que, «loin de s'opposer au passé, le christianisme l'a «complété et couronné». Donde o mal, portanto, — donde a irredutibilidade, tão inconciliável, da Igreja com a essência inspiradora da Renascença?

Outro escritor no-lo esclarecerá,—o poeta Paul Claudel em carta a Robert Vallery-Radot, — poeta também e compilador conhecido da *Anthologie de la poésie catholique*. Exprime-se Paul Claudel: — «Le rôle de l'art est d'autant plus important que «le mal dont nous souffrons depuis plusieurs siè- «cles est une scission beaucoup moins entre la foi et «la raison qu'entre la foi et l'imagination deve- «nue incapable d'établir un accord entre les deux «parties de l'univers visible et invisible. Toute la «représentation du monde (sciences, art, politique, «philosophie) que nous nous faisons depuis quatre «siècles est parfaitement païenne. Dieu est d'un «côté et le monde de l'autre; pas de rien entre «les deux.»

Tocamos numa questão discutidíssima em que escritores dos mais ilustres e dos mais conformados com a lei religiosa do Catolicismo assumem posições divergentes e mesmo francamente antagonicas entre si. De resto, trata-se dum conflito que vai além da Renascença, — que sobe aos séculos primeiros da Igreja. Saber-se até que ponto a um cristão é licito utilisar e conviver a cultura dos Antigos, — eis o problema. Certamente que se exage-

Digitized by Google

rou nos termos em que por vezes foi encarado e colocado. Prova-se com o «sonho» de S. Jerónimo a importância que lhe concederam os Santos-Padres. Amava os livros e a claridade do latim ciceroniano êsse grande filho de Stridon, que repartia os seus dias entre a penitência e o apuro enlevado das letras sagradas. Saíndo de Roma para o deserto de Chalcis, Jerónimo jejuava e praticava a leitura de Cicero. Conta-nos êle: — «Sobre noites passadas em vigília, sobre lágrimas que a lembrança das minhas faltas arrancava ao mais profundo do meu coração, era Plauto que tomava entre as mãos. Se a sua leitura me saciava, punha-me a ler os Profetas, despertando em mim uma repulsão invencível o seu estilo sem elegância...» Uma febre violenta salteou, entretanto, o futuro pai do humanismo cristão, pondo-o quási nos braços da morte. Mal o pulso lhe batia,—já á sua roda se davam as voltas necessárias para o enterrarem. «De súbito,—continúa S. Jerónimo—, senti-me arrebatado em extasis e transportado perante o tribunal do Supremo Juiz. Da assistência irradiava uma luz tamanha que eu, deitado por terra, não me atrevia a levantar os olhos. Interrogado sôbre a minha pessoa, respondi: — «Sou cristão.» Então O que presidia gritou: — «Mentes! Tu és ciceroniano, e não cristão. Em Cicero está o teu coração, porque é lá que está o teu tesoiro.» Mordido pelo remorso, S. Jerónimo calou-se. E os que assistiam ao austero julgamento,— Bemaventurados de túnica resplendente, intercede-



Digitized by Google

ram por êle, atendendo á sua juventude. Permitiu o Senhor que Jerónimo regressasse á vida e emendasse com o rigor da sua conduta os erros cometidos.

Tal foi a forma dramática que revestiu para muita sensibilidade culta a oposição terminante entre a mistica cristã e o sabor das velhas letras greco-romanas. O «sonho» de S. Jerónimo depressa se tomou como que a figuração simbólica dum «caso de consciência», que a Igreja não tardaria a resolver, — que o próprio S. Jerónimo resolveu, lançando com Santo Ambrósio e com Santo Agostinho os inícios duma bela florescência literária dentro da intransigência escrupulosa da Teologia.

Ao acaso, para quem se interesse por tão ignorado assunto, aconselhamos a leitura dum manual apreciável, — *Histoire de la littérature latine chrétienne,* de Pierre de Labriolle, professor da Faculdade de Letras de Poitiers. A tal propósito, — a propósito do «sonho» de S. Jerónimo, pondera Pierre de Labriolle: — «Voilá un problème dont «l'intérêt nous apparaît quelque peu lointain. Pour«tant il a suscité même dans le monde moderne «d'ardentes polémiques, — à la Renaissance, au «XVII.e siècle, surtout au XIX.e Sous sa forme ini«tiale, il impliquait des conséquences d'une grande «importance historique: à savoir l'avenir de la «culture greco latine, d'abord au sein du christia«nisme lui-même, puis dans la civilisation euro«péenne. A un moment donné,» —acrescenta Pierre

Digitized by Google

de Labriolle — «l'Eglise a été la maîtresse presque «unique de ce legs précieux. Si elle l'avait décidé-«ment rejeté, il eût été perdu pour nous sans remis-«sion, et la pensée moderne n'aurait put, aussi «largement qu'elle l'a fait, se rajeunir et se renou-«veller aux sources antiques.»

Cêdo a Igreja distinguiu, na herança das letras pagãs, a *essência* e a *forma*, — o *acidental* e o *fundamental*. Instituição destinada a elevar os homens a uma maior e mais perfeita humanidade, como repelir o que representava uma conquista da razão humana, entregue ao uso legítimo das suas legítimas possibilidades? Discutindo com D. Alejandro Pidal y Mon nas suas polémicas célebres de *La ciencia española*, Menéndez y Pelayo tinha como um engano gravíssimo o conceito corrente de que a Renascença se confinava nos séculos XV e XVI. Acusava Menéndez y Pelayo de atrabiliário e excessivo o livro do abade Gaume, — *Le ver rongeur des sociétés modernes ou le paganisme dans l'éducation*, — panfleto cerrado contra a persistência da educação humanista. Porque D. Alejandro Pidal envolvia em igual repulsa a Renascença com a sua incontestável influência na dissolução social e mental das sociedades cristãs da Europa, Menéndez y Pelayo, cheio do seu imenso saber e não menos da sua inabalável ortodoxia, ponderava-lhe: — «Un «solo punto nos separa, y éste es una cuestión de «nombre: el distinto significado que damos á la pa-«labra Renacimiento. Usted le limita á los siglos

Digitized by Google

«XV y XVI: se fija en algunos artistas, y energica-«mente le condena. Pero el Renacimiento no es «eso, ni asi lo entiendo yo, ni asi le he entendido «nunca, y usted mismo va á darme la razon. ¿No «llama usted verdadero Renacimiento al de su ado-«rado siglo XIII? ¿Y Renacimiento de qué? pre-«gunto yo. ¿Acaso del espiritu cristiano, que no «estaba muerto y que fué poderosíssimo en toda la «Edad Media? ¿Quizá de la ciencia de los Padres? «Pero como, si estos eran la habitual lectura de «entonces! Algo renaceria para que aquello pudie-«ra llamarse Renacimiento. Y venimos a sacar la «consecuencia que esto algo es la ciencia pagana «de Aristótéles, méjor interpretada por Santo To-«más que por los anteriores. Y es el arte de Dante, «que toma por guia y maestro á un pagano, salva «de las llama eternas á los gentiles que se le an-«toja, llena su trilogia de símbolos y alegorias mi-«tologicas (á veces con muy mal gusto), dandoles, «eso si, todo el sentido católico que ustede quiera. «Y llama a Jesu-cristo «el sumo Jove que fué cru-«cificado por nosotros...»

Precisa depois Menéndez y Pelayo as suas opiniões e em termos de flagrante actualidade, numa hora em que, desde Guglielmo Ferrero ao conde de Keyserling e a Oswald Spengler, é tema glosado com freqüência nos meios reputados da suposta cultura europeia a «decadência do Ocidente.» «Yo entiendo el Renacimiento,» — prossegue o insigne mestre, honra e glória do génio hispânico—, «de

Digitized by Google

«un modo más amplio: para mi, lo que hubo en «el siglo XVI no fué más que el remate, el feliz «complemento de la obra de reacción contra la bar- «barie que siguió á las invasiones de los pueblos «del Norte: para mi, la historia de la Edad Media «no es más que la gran batalla entre la luz latina «y cristiana y las tinieblas germânicas. A esta obra, «que llamo grande y santa, contribuyeron por igual «Casiodoro y Boecio en la corte del rey Teodorico, «San Martin Dumience entre los suevos de Galicia, «San Isidoro y sus dicipulos entre los visigodos, «Alcuino y Teodulfo en la corte de Carlo Magno. «Lo que estos hombres sabián no era más que una «empobrecida reliquia, pero reliquia al cabo, de la «antigua ciencia profana y sagrada, y al hacer en- «trar en el espiritu de los bárbaros algo de la ló- «gica de Aristóteles, de la gramática de Prisciano y «Donato, de la moral de Seneca, hacian obra de «Renacimiento, como la hacia San Eulogio al lle- «var á Córdoba, cual solaz para los mozárabes en «la horrenda persecución que sobre ellos pesaba, «las obras de Virgilio, Horacio y Juvenal. Y obra «de Renacimiento hacia el mismo Carlo Magno en «su tentativa de imperio; y á la causa latina servia «Gregorio VII al poner su planta sobre la dura «cerviz de los Emperadores alemanes. Todo el que «en medio de la desmembración y desorden de la «Edad Media tuvo un pensamiento de unidad social «ó cientifica, fué precursor del Renacimiento. Y lo «fueron los que en Occidente dilataron el conoci-

Digitized by Google

«miento de Aristóteles, y lo fué su maestro de «usted» (não nos esqueçamos que Menéndez y Pelayo se está dirigindo a D. Alejandro Pidal), «Santo «Tomás, que le cristianizó. Y como no el más ni «el menos, sino la essencia misma de las cosas, de«termina el carácter de toda gran evolución histó«rica, no me negará usted que el movimiento de los «siglos XIV, XV y XVI es una prolongación del ante«rior, pues tan hijo del Renacimiento y tan pagano «es el que comenta á Aristóteles como el que co«menta á Platon..., el que estudia á Homero como «el que estudia á Virgilio, el que sabe griego como «el que sabe latin; y si absolvemos á Gualtero de «Chatillon, y á José Iscano, y á Benoit de Saint«-More y a todos los que en la Edad Media escre«bieron malos poemas sobre el cerco de Troya, ó las «hazañas de Alejandro, ó otros temas clássicos por «el estilo, no sé por qué hemos de condenar á los «que con mejor estilo y más rimados versos hicie«ron lo mismo en el siglo XVI.»

Depoimento importantíssimo o de Menéndez y Pelayo, revela, debaixo da sua fluência persuasiva, um desvio de visão que é dever nosso rectificar. E' certo que o século XIII é um século de fecundo esplendor na Europa, — é o século cristão por excelência, aquele em que a civilisação, gerada pelo Cristianismo, atingiu o seu grau mais elevado. O que do saber e pensar do mundo greco-romano se apura e afirma em tão brilhante centúria, não representa, de maneira alguma, uma submissão da inte-

Digitized by Google

ligência dêsse tempo aos ideais das sociedades extintas, que Atenas e Roma personificaram. O que S. Tomás apropria de Aristóteles, modernisando-o e mondando-o com cuidado e enlêvo, temos que considerá-lo como o ingresso nos quadros culturais, criados pela Igreja, de quanto de humano e progressivo houvera entre os povos e as mais gentes que não conheceram a Cristo. Fazia agora, no século XIII, o famoso *Doutor-Angelico* o que algumas centúrias antes S. Jerónimo e Santo Agostinho tinham feito. Enganava-se, por isso, Menéndez y Pelayo quando em tal «Renascimento» saudava apenas a sobrevivência ou a ressurreição do que chamamos «sabedoria classica». Se assim fôsse, — se no ressurgimento da Antiguidade estivesse a condição duma tão formosa primavera do género humano, seguramente poderiamos exclamar com a lógica do verso de Dante *(Mestier non era partorir Maria, Purgat, III, 39)* que não era necessário Nossa Senhora conceber e dar á luz!

As reflexões de Menéndez y Pelayo, procurando encadear o século XVI no magnífico alvorecer do século XIII, dissolvem-se depressa perante a autoridade, no ponto de que nos ocupamos mais documentada, de outro não menos eminente espírito,—o historiador Godefroid Kurth no seu volume *L'Église aux tournants de l'histoire*. Eis como êle nos define os humanistas, — os contagiados pela miragem obsediante da Antiguidade, miragem tão forte e tão invencível que o Padre Maffei não hesitava

Digitized by Google

em pedir permissão para ler o *Breviario* em grego, desgostado o seu paladar purista do mau latim dos oficios eclesiásticos: — «Mais il nous faut voir com-«ment se comportérent ceux que le jargon moderne «appelerait les intellectuels, je veux dire qui s'assi-«milérent toute la culture da leur temps et qui réa-«girent sur l'esprit de leurs contemporains. Eh bien, «la vie intellectuelle fit a un grand nombre de ceux-«-lá l'effet d'un breuvage capiteux: elle les enivra. «Ils ne voulurent connaître aucune mesure dans la «jouissance de ces délices. Ils refusérent de se sou-«venir de la loi morale qui en tempérait l'usage. Ils «ne surent pas être autre chose que des humanistes «et ne s'inquiéterent pas de savoir s'ils resteraient «chrétiens. Comme les legistes du XII.e siècle, ils «se livrérent corps et áme au culte de l'antiquité. «Ils furent païens, parce que les anciens l'étaient et, «selon l'énergique expression des Livres Saints, ils «devinrent semblables a leur idole».

E Godrefoid Kurth avança na sua exposição:— «Est-ce donc qu'on ne puisse étudier l'antiquité «sans succomber à son charme victorieux et sans «devenir païen d'intelligence ou de cœur? Loin de «lá! Il suffit de se rappeler la renaissance carolin-«gienne, restée si chrétienne d'inspiration, malgré «la place préponderante qu'elle faisait aux lettres «antiques, ou ces puissants génies du XIII.e siècle «qui, tout nourris de l'antiquité, ne lui ont cepen-«dant emprunté que ces éléments bien faisants et «ont gardé conscience de leur supériorité sur elle.

Digitized by Google

«Saint Thomás d'Aquin n'a pas asservit la pensée «moderne à celle de son maïtre Aristote, il a plutôt «fait contribuer Aristote à la démonstration des vé-«rités chrétiennes. Dante Alighieri a eu un culte «pour Virgile, en qui il personnifie la science hu-«maine, mais plus que Virgile il a aimé Béatrice, «qui est le symbole de la science divine. Voilá d'il-«lustres modéles, dont les hommes du xv.e et du «xvi.e siècle pouvaient se souvenir pour s'inspirer. «Et, de fait, il y a en eux un grand nombre, parmi «les humanistes de ce temps, que les lettres n'enle-«vérent pas au christianisme; je nommerai entre «autres Rodolphe Agricole, Victorin de Feltre, «Aléandre, Maffeo Vegio, Sadolet, Vida, Pic de la «Mirandole, Alexandre Hegius, Thomas Morus, le «cardinal Fisher, Louis Vives, notre admirable «Cleynaerts» (o Clenardo do nosso humanismo) «et «un grand nombre d'autres.»

Responde Godrefoid Kurth quási linha a linha a Menéndez y Pelayo. Evidentemente que para o Cristianismo transitaram os materiais acumulados pela cultura antiga e graças á única fôrça da razão. Iluminando-os duma nova luz, o Cristianismo agrupou-os numa síntese viva,—na síntese de que ainda agora a civilisação se alimenta e que é a auréola inextinguivel do Ocidente. A Idade Média não é apenas, como prova Menéndez y Pelayo, «*la gran batalla entre la luz latina y cristiana y las tinieblas germanicas,*» mas uma batalha maior — a da incorporação na unidade espiritual do Cristianis-

Digitized by Google

mo de todos os valores e de todas as energias positivas, produzidas pelo mundo no seu duelo permanente entre a ascenção e a regressão. Ensina-nos Jacques Maritain que «progredir» é «*passer du sensible au rationnel et du rationnel au spirituel et du moins spirituel au plus spirituel*», sendo, portanto, a «civilisação» um aumento de «espiritualisação».

Não abriremos aqui o processo da Renascença. Mas se a Idade-Media, recolhendo a herança dos séculos clássicos e trazendo as aluviões bárbaras a uma sociabilidade definitiva, confirma o dictame de Maritain, a Renascença, devolvendo o homem a um individualismo primitivo, fóra de toda a regra interior, introduz no decorrer da história, já conformada pela tutela maternal da Igreja, um acréscimo de alegria material, que importa uma apreciável subtracção do «espiritual», em que reside o impulso activo das civilisações. Sem cairmos na *relatividade*, tão em moda depois das teorias de Einstein e com eco estrondoso nas doutrinas de Oswald Spengler sôbre a «decadência do Ocidente», sabemos bem que as civilisações extintas pereceram, não porque descrevessem a curva ou a órbita assinalada aos seres vivos, mas porque lhes faltou o princípio espiritual de que se nutriam, — embora êsse princípio para nós, cristãos, fôsse rudimentar ou desnaturado. Tentou a Renascença levar ao abastardamento, senão ao olvido, o princípio que animava a sociedade européa, desde que o Cris-

Digitized by Google

tianismo a acolhera debaixo das suas amplas asas tutelares. Ora o «caso de consciência» do *Humanismo*, tão dramáticamente enunciada por S. Jerónimo, verificamos já como a Idade-Media o solucionára com o máximo exemplo em S. Tomás e em Dante.

Com isto não retiramos ao século XVI, propriamente dito, o que, porventura, nos forneceu de reacção contra o mal de que se sentia enfêrmo. Não saindo dos limites caseiros, Camões, se é o intérprete supremo dos destinos da nossa nacionalidade, é, conjuntamente, o poeta da Europa-Ocidental, reconciliada em Trento com as directrises augustas de Roma. Nem tampouco condenamos em absoluto o que ás artes, duma forma geral, a Renascença trouxe consigo. O que condenamos na Renascença é a sua concepção da Existência, — é a sua noção de Arte, não como um alto prazer de inteligência, mas com um regalo espiritualista dos sentidos.

«La Renaissance, ou pour mieux dire l'Huma-«nisme,» — anota o abade Georges de Pascal, nas suas preciosas «Lettres sur l'histoire de France» —, «fut comme une hérèsie de lettrés qui corrompit «les esprits el par le même les volontés. Sans doute «les chefs d'œuvre littéraires et artistiques de la «Gréce et de Rome devront toujours tenir un grand «place dans la formation intellectuelle. Depuis «Saint Jerôme et Saint Augustin jusqu'à les moines «qui consumaient leurs veilles à copier les manus-«crits des auteurs anciens, et aux «Fréres de la

Digitized by Google

Vie commune», qui, au quinzième siècle, en Alle-«magne et dans les Pays-Bas, se consacraient à «l'enseignement des humanités, l'Église a toujours «admirablement compris l'utilité de l'étude de l'an-«tiquité, et volontiers nous applaudissons à ce beau «vers d'André Chènier:

*Sur des pensées nouveaux faisons des vers antiques»*

Sucede, porém, que — continúa o abade de Pascal — «l'humanisme dépassait cette sage mesure. «Au fond sa thése était que les pensées, les insti-«tutions, les hommes de l'antiquité, étaient absolu-«ment supérieurs à ceux des âges chrétiens, et «qu'on y trouvait le type d'une perfection absolue».

«De lá le mépris de toutes les institutions poli-«tiques et traditionelles;» — prossegue o padre de Pascal, — «de lá l'admiration sans réserve de l'his-«toire des républiques grecque et romaine. Si l'on «veut voire un exemple remarquable de l'espèce «d'aliénation mentale où tombérent certains esprits «livrés à cette étude exclusive, on n'a qu'à lire le «Discours sur la servitude volontaire» de La Boétie.» Logo adita: — «Aux yeux de la plupart des huma-«nistes, l'homme seul, considéré objectivement dans «ses perfections physiques, dans ses aptitudes in-«tellectuelles, dans le rôle individuel qu'il joue sur «le théâtre du monde, apparait comme le grand «object de l'intérêt de Dieu. De la vie future, de la «lutte religieuse intérieure, il n'est plus question.

Digitized by Google

«Un rationaliste éminent de nos jours, M. Bersot, «l'a dit avec beaucoup de justesse: — «A l'homme «déchu et racheté, la Renaissance opposa l'homme «ni déchu ni racheté s'élevant à un admirable hau- «teur par les seules forces de sa raison et de son «libre arbitre.»

«Enfin, — et ceci est capital —, les humanistes «introduisent une distinction nouvelle dans le monde, «celle de la supériorité de l'homme qui sait sur ce- «lui qui ne sait pas», — remata o autor das «Lettres «sur l'histoire de France». «Souvent celui qui sait «est le lettré qui s'est abreuvé de la littérature aux «sources qu'ouvre exclusivement l'humanisme. Ils «méconnaissent complétement la valeur sociale et «l'aptitude politique que donne à tout homme la «possession de la loi de Dieu, joint à la pratique de «la vie réelle et à l'exercice d'une fonction écono- «mique dans la société. On ne saurait dire de com- «bien de maux a été l'origine cette erreur mons- «trueuse, antisociale, dont nous souffrons encore, «car nos intellectuels — cette plaie de notre pays — «ne sont-ils pas les arriére-petits-neveux des huma- «nistes du seizième siècle?»

Atingimos o nó do problema! Estabelecida fica a desvirtuação que a apelidada «Renascença» dos séculos XV e XVI trouxe ao forte renascimento operado nas letras e nas sciências, dentro do regaço do Cristianismo, pelos teólogos e poetas do século XIII. Não só pela abdicação da originalidade pessoal e própria perante os modelos legados pela Antigui-

Digitized by Google

dade, mas, principalmente, pela transformação causada nos conceitos correntes da «vida» e da «personalidade», essa falsa e perturbadora «Renascença» representa o início dos grandes desarranjos sociais e morais, que hoje, na paranóia irremediável em que a Europa estrebucha, encontram o seu desfecho fatal e lógico. Desde que,—como muito bem acentúa a observação insuspeita de Bersot—, ao «homem decaído e resgatado», se opôs o «homem nem decaído nem resgatado», isto é, o homem como princípio e fim de si mesmo, abria-se a marcha, em todos os campos da actividade humana, á carreira doida do *individualismo*, que se apossou dos estímulos e das aspirações mais nobres da existência, subordinando-as e utilisando-as num desejo imediato de as fruir com o apetite exercido até aí só no domínio estreito dos bens materiais. Expliquemo-nos.

O individualismo, levantado das poeiras mortas da Antiguidade pelos humanistas faustosos e pedantescos da Renascença, do Poder á Inteligência, da Arte ao Pensamento, não houve nada que não procurasse submeter aos desígnios egoístas do homem, —arvorado agora, por uma rebelião igual á de Lucifer, á omnipotência ilusionada dos seus sentidos em desvario. A maior conquista cristã consistira em tornar cada homem numa pedra falante da Cidade-de-Deus, aumentando-lhe poderosamente a personalidade, pois o declarava imortal na fôrça invencível da sua alma, sem que o deixasse sobrepôr á herança conjunta da colectividade, de que era

Digitized by Google

unicamente um élo, autónomo sim, mas circunscrito e solidário. Dulac, numa expressão admirável, fala-nos dos construtores anónimos das grandes Catedrais como homens que se ignoravam,—como *«des hommes qui ne se savaient pas.»* Magnífico exemplo que significa a espontânea e criadora sujeição do homem, «decaído e resgatado», usando da sua liberdade interior para benefício do próximo e para seqüência próspera da sociedade em que se achára ao nascer e que lhe subsistiria, ao esvair-se no mundo misterioso das sombras!

Assim se percebe como em eras de mais «individualidade» e de menos «individualismo» a arquitetura, expoente máximo do sentimento unânime duma época ou dum povo, bracejasse, em monumentos de toda a espécie, desde as Casas-Comunais á arrancada voejante das Igrejas. Alterado, embora não diminuido no seu impulso, pois que não esmorecera ainda a fé como fonte original e incitadora, eis um movimento que se perpetúa pela Renascença fóra e em que a Roma-Pontifícia ocupa sempre, como dispensadora das graças e como administradora dos desperdícios do espírito, o lugar que naturalmente o seu primado lhe conferia. E' então, na pompa de Quinhentos, quando a cidade de Pedro se enfeita dos prodígios artísticos dum Miguel-Angelo e dum Rafael, que os Papas, tocados da elegância saborosa do *Humanismo*, sem se esquecerem, no entanto, do necessário sal cristão, inventam a ampla e generosa fórmula da *«cari-*

Digitized by Google

*tas-publica*», — qualquer coisa como a imposição dos Santos-Óleos, nessa orgia do gôsto e do luxo que invadia a cabeça da Cristandade e que parecia ressuscitar o fabuloso perdularismo dos velhos Césares, divertindo em festas esplendorosas a populaça errante das ruas.

Ora, pela «*caritas-publica*» os Papas justificavam a renovação e o embelesamento de Roma, porque, como dispensar o pão para a bôca, dispensar espectáculos belos e elevar a visões invulgares os olhos da carne, representava uma esmola para os pobres, que não possuiam palácios nem gosavam directamente das maravilhas saídas dos pinceis e dos escopros que então faziam de Roma uma colmeia afanosa de artistas. Singular comunismo cristão o da «*caritas-publica*», traduzia já o abastardamento daquela exaltação anímica em que toda a Idade Média se abraza, das gentes miudas aos arrogantes potentados, visto que igual compreensão dos mistérios teológicos lhes dava uma igual comunhão nos banquetes escolhidos da emoção estética. Isto, porque não se verificara ainda o divórcio entre a fé e a sensibilidade, — divórcio que Paul Claudel agudamente nos aponta como o mal pior, por nós herdado da Renascença.

Mas o crepúsculo do génio ocidental começava, —e nem a «*caritas-publica*» dos Pontífices, nem a acolhida que a Igreja largamente concedeu ás letras pagãs, evitaram que a corrente, saltando por cima dos canais em que a pretendiam ordenar e

Digitized by Google

depurar, destruisse por completo os quadros morais e sentimentais, legados pelo trabalho secular do Cristianismo. No fundo, por muito que o morbo se ramificasse e proliferasse, êle reduzia-se a uma idéa única, — á idéa do «individuo», propagada e desenvolvida até aos limites da utopia pelo *Humanismo*. Os humanistas inventaram o cosmopolitismo, os humanistas inventaram «o amor da glória», —excitante poderosíssimo da febre individualista. «Ao desenvolvimento do indivíduo corresponde um novo género de manifestação exterior: a glória, moderna» — salienta Burckhardt. Se em Dante ou em Petrarca o amor da glória, contaminado dos antigos, se modera pela penetração religiosa dos ensinamentos cristãos, os humanistas soltos da Renascença entregam-se-lhe apaixonadamente, procurando, com êsse louco sonho de se transmitirem á posteridade na auréola imorredoira dos seus feitos e obras, como que secularisar, como que restringir aos tangiveis horisontes terrenos, o ideal místico de Bemaventurança, em que a alma se perpetua e fixa, graças á radiosidade interior das suas virtudes.

Não inquiriam os humanistas de virtudes,— das recatadas e sempre dolorosas virtudes, com que o Cristianismo afeiçoára e desbastára o agressivo animal humano. Inquiriam só de se celebrar e projetar, coroados do loiro eternamente verde, nos fundos alados em que a Fama agita, por sôbre o rítmo manso do Universo, o longo clangor das suas tubas de oiro. E' importante assinalar as expressões



Digitized by Google

«*uomo singulare*», «*uomo unico*», empregadas para designar um grau superior ou o apogeu da cultura individual, — diz-nos ainda Burckhardt. A imortalidade, laicisada na «glória», abre a porta á «notoriedade» de hoje, fabricada nos ambientes mediocres da Imprensa e da Política. E os humanistas, buscando a maior expansão para o «indivíduo», só lhe prepararam de longe a diminuição da *individualidade*, porque a ânsia de triunfo e a fome doida de prazer em que nos esgotamos, secam inteiramente as nossas, cada vez mais empobrecidas, faculdades de selecção e de afirmação. Conseqüências duma tal revolução? Responde-nos Charles Maurras, olhando ao presente, sem cuidar que inventaria os frutos sazonados ao calor da Renascença, — da Renascença, de que êle, o último humanista talvês, se confessa devoto impenitente: — «Le patriciat dans «l'ordre des faits, mais une barbarie vraiment «démocratique de la pensée, voilá le partage des «temps prochains; le rêveur, le spéculatif, pourront «s'y maintenir au prix de leur sécurité ou de leur «bien-être; les places, le succès ou la gloire récom-«penseront la souplesse de l'histrion: plus que ja-«mais, dans une mesure inconnue aux âges de fer, «la pauvreté, la solitude expieront la fierté du héros «ou du saint.»

Patente o desfecho da concepção de humanidade, difundida pela falsa filosofia dos humanistas, ela conduziu-nos a todas as emboscadas, em que a Revolução, baseada no orgulho individua-

Digitized by Google

lista, nos aparece como um fantasma esmagador e inevitável. Num livro recente, que lhe aplanou seguramente a estrada da conversão religiosa e política, apesar de incompreensível para a mentalidade dominante em Espanha, — *La crisis del humanismo*, discorrendo ácerca do homem «*del Renacimiento*», Ramiro de Maeztu escreve com acertada crítica: — «Lo que hace santo al santo es que «no pierde casi nunca la consciência de ser un «pecador. Y el pecado del diablo es el orgullo. «El diablo es diablo porque se crée bueno».

«Este fué el pecado de los hombres del Rena«cimiento,» — insiste Ramiro de Maeztu. «Cuando el «Mantuano hablaba en el siglo XV de los siete «monstruos, describia a los Humanistas en el ca«pitulo «Superbia». Los Humanistas fueron los «descobridores y los dispensadores de la fama; «como poetas e historiadores, juzgaban de la «gloria de los demás. Gozaban una reputación ex«tendida por toda Italia. La ceremonia de la co«ronación de los poetas era el simbolo a que «tendia «lo gran disio dell'eccellenza». Y este de«seo de gloria llegó a ser tan intenso en toda «Italia que fué posible que un hombre se llevasse, «sin ser castigado, las lámparas del altar del Cru«cifijo y las colocara en la tumba de una cele«bridad, diciendo: «Tómalas; las mereces más «que el otro» (el crucificado). Hacia fines del si«glo XVI el pueblo italiano estaba tan asqueado «de la vanidad, el egotismo y la auto-idolatria de

Digitized by Google

«los Humanistas como de sus costumbres inmo-
«rales. Mas para entonces la idéa humanista se
«habia ya extendido en toda Europa. La idéa hu-
«manista,» — aclara ainda Maeztu — «significaba en
«aquello tiempo el estudio de los clasicos antiguos,
«con objecto de hallar en la historia humana,
«como opuesta a la historia sagrada, los modelos
«en que inspirar la educación de las generaciones
«venideras. Posteriormente, los Humanistas fue-
«ron combatidos, a causa de su preferencia exclu-
«siva por el estudio del latin e del griego. En
«oposición a los Humanistas, los «Filantropos» de
«los siglos XVIII y XIX mantuvieron el estudio
«de las ciencias naturales. Pero en el fondo, Hu-
«manistas y Filantropos participaban de las mis-
«mas idéas: que nada humano debiera serles
«extraño, que todas las religiones y crencias ha-
«bian contribuido al progresso del hombre, y que
«el hombre es el centro espiritual del mundo. Al
«mismo tiempo que Copérnico habia descubierto
«que la tierra no era el centro del Universo, los
«Humanistas trasladaron al hombre los ejes todos
«de la vida moral. «Todas las cosas son para los
«hombres, pero los hombres son unos para los
«otros.» «El hombre es un fin», solia decir Goethe.
«Respeta la humanidade en tu persona, y en la de
«los demás, no como un medio, sino como un fin»,
«era la fórmula de Kant.»

Com dedo adestrado de cirurgião, toca Ramiro de Maeztu na estreita identidade do filósofo opti-

Digitized by Google

mista, que a Enciclopédia nos inculcou como tipo acabado do pensador, com o «*uomo unico*», com o «*uomo singulare*» dos devaneios clássicos dos humanistas. Por outras palavras, a descendência do individualismo extreme, que vai desde os falsos dogmas do 89 á super-humanidade de Zaratustra, ou á negação fremente dum Lenine, remontando alto e sempre em linha recta, na Renascença,—na sua idéa exclusivamente terrena e objectiva da existência, entronca a raiz fundamental—, espécie de bolbo gigante, donde procede toda a nefasta flora ideológica que se enroscou ao mundo moderno, ameaçando asfixiá-lo. Porquê? Porque, «el hombre «del Renacimiento,» — pronuncia-se de novo Maeztu, — «ha perdido el freno espiritual porque no se «siente pecador. Es el hombre de Shakspeare — «Otello, Macbeth, Falstaff, Romeo, Hamlet. Nada «le detiene. Es una ley para si mismo, para usar «la feliz frase de San Pablo. Precisamente porque «no crée más que en si mismo, está a ponto de ce«sar de ser hombre; no es sino un esclavo de sus «propias passiones.»

Não acompanharemos em todas as suas ramificações o bracejar frondoso do *Humanismo*, até desabrochar no egotismo estético, — derradeiro e estilisado fruto do desvario individualista, engendrado ao bafo erudito da Renascença! Diversas superstições se alimentaram da quimera insensata do seu orgulho,—a superstição da Liberdade, a superstição da Razão, a superstição da Sciência, a

Digitized by Google

superstição da Beleza. Aparatosamente decorada de pompas litúrgicas, a esta última se lhe chamou «religião», — a «religião da Beleza», como ás demais, de resto, porque os homens, sempre que se afastam de Deus, correm logo a depôr incenso e oiro na ara dos falsos deuses.

Produto dum ínfimo sensualismo (dir-se-ia que nele se concentra a «*libido sentiendi*» do Apóstolo, essa paixão de «sentir», que é a lepra doirada do nosso tempo), a «religião da Beleza», enredando nas suas espíras, tão veludíneas como traiçoeiras, a alma inquieta dos nossos dias, substitúi dentro dela a sêde do Infinito pela luxúria nova do «*indefinido*». Resultante tudo isto da arte tomada como *fim*, — e não como *meio*, — da arte, utilisada, não para o elevado dom de nos deleitarmos com a inteligência e mais faculdades superiores do espírito, mas para inebriamento pérfido dos nossos sentidos ávidos de impressões excitadoras e morfinisantes.

Pondera Emile Clermont, — tão trágicamente arrebatado pela Guerra: — «Ce que nous demandons actuellement à l'art c'est ce que les Grecs demandaient à tout autre chose, quelquefois au vin, le plus souvent à la célebration de leurs mystères: un délire, une ivresse, la grande folie bachique de ces mystères, voilá ce qui correspond à notre plus haut point d'émotion dans l'art, quelque chose venu d'Asie. Mais pour les Grecs l'art, était tout différent... Il n'avait pas pour effet de bouleverser l'âme, mais de la purifier, ce qui est

Digitized by Google

«précisement le contraire; «l'art purifie les passions», «selon l'éxpression célébre et généralament mal in-«terprétée d'Aristote. Et pour nous ce qu'il faudrait «d'abord sans doute, c'est purifier l'idée de la «beauté...»

Perfeitamente de acôrdo com Emile Clermont! E se, segundo Aristóteles, a arte deve purificar as paixões, a nós,—no momento que corre, o que nos importa, antes de tudo, é purificar a idéa de «beleza». Como definir a «beleza» ? Numa hora em que é imperioso *distinguir* para *definir*, não confundamos «beleza» com «forma». A «forma» sobrepujou, desgraçadamente, a «beleza», que é mais essência, —mais irradiação central e interior do que um concreto e límitado equilíbrio de linhas e aspectos. Tal equilíbrio existe, porque existe um «princípio» que o ordena e que o vivifica. Não é isso o que proclamam e professam os hierofantes da «religião da Beleza», entregues apenas ao *auditivo* e ao *visual* da criação artística, num ignóbil e sôfrego apetite de coisas carnais,—num sensacionismo tôrpe, que liga, dando inteira razão a Freud, as funções de arte a uma como que super-excitação do senso genésico.

Escutemos Baudelaire que tanto abusou das virtuosidades da «arte pela arte», condenar com juízo insuspeito os excessos deprimentes de semelhante concepção estética. «Le goût immodéré de «la forme pousse à des désordres monstrueux et «inconnus. Absorbées pour la passion féroce du

Digitized by Google

«beau, du drôle, du joli, du pittoresque, car il y a «des degrés, les notions du juste et du vrai dispa- «raissent. La passion frénétique de l'art est un chan- «cre qui dévore le reste; et, comme l'absence nette «du juste et du vrai dans l'art équivaut à l'absence «de l'art, l'homme entier s'évanouit; la spécialisa- «tion excessive d'une faculté aboutit au néant. Je «comprends les fureurs des iconoclastes et des «musulmans contre les images. J'admets tous les «remords de Saint Augustin sur le trop grand «plaisir des yeux. Le danger est si grand que j'ex- «cuse la suppression de l'art. La création d'une de «ces suprématies engendre la sottise, la dureté du «cœur et une immensité d'orgueil et d'égoïsme».

Nada melhor nos exprime as desordens morais e sentimentais, originadas pela loucura abominavel da «religião da Beleza»,—ou seja do fetichismo da Arte, do que a célebre palavra de Oscar Wilde,— uma das suas vítimas!—, ao alardear com negligência elegante que a arte era para os estetas o que o crime era para as classes inferiores:—um meio de se obterem sensações imprevistas e inexperimentadas. Eis porque Ernest Seilliére observa com acêrto que, pela superstição da Beleza, se é «escravo da sensação». A sêde da «sensação» reside, incontestavelmente, á base de quantos estéticismo pululam hoje em dia dos salões requintados dos barões da Finança aos recantos nocturnos de prazer caro e suicída. Um crítico aceradissimo, Julien Benda, no seu não menos acerado estudo, — *Belphe-*

Digitized by Google

*gor (Essai sur l'esthétique de la présente société française)*, apresenta-nos, como resumo das preferências estéticas da actual sociedade francêsa, o seguinte medalhão: —«La présente société française «demande aux æuvres d'art qu'elles lui fassent «éprouver des émotions et des sensations; elle en«tend ne plus connaître par elles aucune espéce de «plaisir intellectuel.»

Julien Benda é também autor duma brochura que levantou ruído: — *Le Bergsonisme ou une philosophie de la mobilité.* Essa gula de «mobilidade» leva os nossos contemporâneos a buscarem na Arte,—na Música, sobretudo, um como que afrodisíaco, onde satisfazer e exacerbar as inquietações dos seus nervos, desarranjados pelo império constante dum sexualismo trocado e sem govêrno. Escutemos Benda caracterisar-nos tão grave enfermidade:—«L'un des plus éclatants» (Benda refere-se aos sintomas do mal) «est cette doctrine qui veut «que l'art consiste en une union mystique avec l'es«sence des choses. On sait» — aduz — «que, selon «une école extrêmement populaire de nos jours, «l'art doit rompre avec tout ce qui est «idée» des «choses, existence d'elles «dans notre esprit,» mais «les saisir dans leur éxistence propre, s'unir à «leur «principe de vie», cela pour un acte de pur «amour, — «sympathie», «intuition», — où sombre, «par definition, toute espéce d'activité intellectuelle: «concepts, symboles, mœurs du langage.» E Julien Benda insiste:—«L'esthétique moderne, dit un de

Digitized by Google

«ses apôtres,» (Tancrède de Visan no livro *L'attitude du lyrisme contemporain)* «consiste à saisir la «réalité «en dehors de toute expression, traduction «ou représentation symbolique»; elle a pour mé«thode «l'intuition, sorte de vision centrale que de«vient le rythme même changeant et vécu des «choses»; cette intuition... «ne réfléchit pas; elle «est action, cœur, moi.»

Tende-se, pelo visto, em arte, e conforme as inclinações pronunciadas do tempo que corre, para a supressão de todo o entendimento. A emoção estética deixa de ser assim intelectual, para se colher numa como que vibração dos nossos sentidos em permanente excitabilidade nervosa. Porque de perto se prende com os rítmos violentos da nossa vida sexual, a música moderna,—por via de regra, arte feminina, buscada por úteros palpitantes, avoca a si o scetro sôbre as demais afirmações artisticas. A arquitetura,—arte eminentemente social e eminentemente compreensível —, essa extingue-se, depois dum crepúsculo inglório. E extingue-se, porque é a única das artes que não é susceptível de se *musicalisar*. A musicalisação da poesia, por exemplo, e a da própria pintura são tão evidentes, que não vale a pena demonstrá-lo. Corresponde á «mobilidade» da filosofia de Bergson,—motivo incontestável do seu duradoiro sucesso. Teórico da Decadência, tal como Tancrède de Visan, há de Stuart Merill uma passagem que não é, nesta altura, inutil recordar. «La Poésie, étant, à la fois,

Digitized by Google

«verbe et musique, est merveilleusement apte à «cette suggestion d'un Infini qui n'est souvent que «de l'indéfini.» O preceito de Stuart Merill generalisou-se. Donde o comentar ainda Julien Benda:— «Rien, mieux que cette volonté de musicaliser tous «les arts, ne montre l'application de nos contem«porains à ne tirer de l'art aucun état intellectuel, «mais une pure sensation, comme d'un breuvage «ou comme d'une fleur.» Realisa-se assim plenamente a como que «*Arte-poetica*», ditada por Verlaine ás hostes da Decadência:

*«De la musique avant toute chose,*
*Et pour cela préfère l'impair*
*Plus vague et plus soluble dans l'air,*
*Sans rien en lui qui pése ou qui pose.*

*Il faut aussi que tu n'ailles point*
*Choisir les mots sans quelque méprise :*
*Rien de plus cher que la chanson grise*
*Où l'Imprécis au Précis se joint.»*

E a melopeia segue, sussurrando sempre:—«*Pas la couleur, rien que la nuance*», ou então: «*De la musique encore et toujours!*»

Desta maneira, a anulação de tudo quanto constitui a legítima alegria humana de sermos exalta-

Digitized by Google

dos nas asas da beleza e da arte é o fruto inevitável do misticismo estético da torpe época que atravessamos. A confusão da *beleza* com a *forma* e a inteira eliminação daquele principio espiritual superior, sem o qual a *forma* não se reveste de *beleza,* empurraram-nos para o charco lamentável em que patinhamos miseravelmente, enlevados nos arabescos caprichosos que os limos bordam no pantano, como se nos achássemos contemplando, face a face, as estrêlas do céu. A causa? Voltamos a insistir:—a causa está em se haver tomado a *forma,* que é um atributo apenas, como sendo só ela a «beleza», pura e simples. A causa está ainda em se ter desviado para os olhos o entendimento da «beleza», de modo a conceber-se como um restrito excitante sensual. E a culpa? A culpa foi, sobretudo, da Renascença e do seu conceito da Vida. Sabemos como a Igreja vencera e resolvera os escrúpulos de S. Jerónimo. Toda a arte cristã da Idade-Média é uma arte que não falseia o seu destino. Sente-se e compreende-se, não com a *libido sentiendi,* tão execrada pelo Apóstolo, mas com a plenitude absoluta da alma. Hoje a alma não é mais de a *animula vagula* dos tenros diminuitivos com que o imperador Adriano acariciava a segunda infância da sua natureza viciosa. E' sôbre um tal terreno que o misticismo estético alastra, que alastra a «religião da Beleza», — morfina para seleccionados, que em vez de procurarem no Infinito a desejada ampliação da individualidade, procuram

Digitized by Google

antes dilui-la, desfazê-la nos inter-mundos opiados do «indefinido»! Via, ou não via certo, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires?

Via.

Porque tipificada, na sua ascendência e nas suas derivantes, a *religião da Beleza*, começando como um pecado das pupilas, em relação ás artes propriamente plásticas, acaba como a demissão da personalidade na selva escuríssima do Não-ser. Produto fatalíssimo do individualismo, inaugurado com as utopias anti-humanas dos humanistas, corôa, por uma total decapitação das grandes aspirações da existência (sexualisadas agora até ao extremo de se pedir á comoção artística um aumento ou um sucedâneo das baixas comoções do instinto) a demência quinhentista do *uomo unico*, — do *uomo universale*, o qual, dissolvendo-se, por fim, na vastidão dos páramos planetários, termina por nos dissolver irremediávelmente na abstrusa sensualidade duma fumarada nirvanesca subindo, impiedosa e acre. O divórcio entre a sensibilidade e a fé, denunciado por Paul Claudel como uma das taras piores que recebemos da Renascença, conduziu-nos, por supostos caminhos de veludo e rosas, ao vácuo imenso dos «Paraísos-artificiais», que, sendo o templo em que mais dignamente se celebra a «Religião da Beleza», são muitas vezes a ante-câmara, ou do suicídio, ou da loucura. Por seu lado, a distinção desdenhosa entre os homens *que sabem* e os homens que *não sabem*, de que justamente o abade

Digitized by Google

Georges de Pascal acusa o Humanismo, inventou essa categoria de «anjo-rebelde»,—excepção grandiosa ás leis naturais, que o artista e o génio se imaginam ser, passeando por entre mortais dum barro inferior o seu altivo temperamento de eleição. Sugestionada pela teoria invertida de Jean-Jacques Rousseau, a paranóia romântica remataria a obra da Renascença. E a «Religião da Beleza», com os seus dois componentes,—ou seja a fome ilimitada do «indefinido» e da «sensação», e o amoralismo egotético do artista ou do que comunga com êle em tão requintado culto, traduzindo-se na mesma gravíssima depressão de inteligência, de carácter e de senso, traduz-se conjuntamente como um dos labéus mais execrandos da inflacção bovarista das tatuadas democracias ocidentais.

Urge, por isso, que regressemos á noção exacta da Arte e, desde logo, á exacta vocação do Artista. Não nos iludamos! Só Nero, na abjecção duma sociedade que ignorava o seu destino imortal,—só Nero, entre ridículo e trágico, personifica os castrados artistas dos nossos dias ao exclamar ante a guela da morte: — «*Qualis artifex pereo!*» Ao contrário, o verdadeiro artista, o artista penetrado do sentido perfeito da sua missão, circunscreve-se modestamente á certeza de que não é um ser excepcional, mas tão sómente um operário que opera, —um trabalhador que trabalha. Eis porque, longe de se reputar, pelo dom que o habita, um emancipado dos preceitos ordinários da existência, antes

Digitized by Google

a êles se deve submeter com a mais heróica e fecunda conformação. Do artista que compõe ao artista que executa,—do arquiteto ao pedreiro, do escritor ao salariado das nossas oficinas, prostituidas pela invasão da Máquina, que, em lugar de reabilitar o proletário, o escravisou e rebaixou ainda mais, não se julgue que a diferença é intransponível! Todos êles «criam», — e assim, porque dominam a matéria e a afeiçôam aos ditames da sua razão, todos continuam a obra de Deus, que é uma criação incessante.

O orgulho do artista, o seu melhor brazão, estará em identificar-se com o comum dos homens. Tal é o exemplo que Jesus, Senhor Nosso, nos oferece, vindo ao mundo como «artista» *(artifex*,— o que faz, o que produz) e na escada longa das artes, escolhendo um dos degraus mais inferiores, — o do carpinteiro, ganhando o pão quotidiano.

Mas nem metade do que há a escrever-se sôbre a «religião da Beleza» ficou escrito! A crítica fez-se, não se completou, porém, com a parte construtiva. A ela vamos passar. E para quem se nutra, embora de bôa-fé, com as quiméras duma enganosa glória, lembre-se que Santo-Tomás, olhando antes de morrer para a *Summula* inacabada, não se conteve sem exclamar—«Isto parece-me palha *(Mihi videtur ut palea!)*» Pessimismo? De modo nenhum. Já dissemos que o artista continua a obra de Deus, que é uma criação incessante. Não deve, no entanto, deixar-se prender do simulacro condicionado e frio

Digitized by Google

que com suor e febre arrancou da matéria. Porquê? Porque horisontes mais amplos o convidam para o alto e porque no Ultimo-Dia, — ó fragilidade das coisas que amamos! —, desde o Parthenon a Nossa Senhora de Chartres, desde a Capela-Sixtina á célebre *Missa em ré*, — previne Jacques Maritain —, tudo, tudo, tudo será inexorávelmente queimado!

Digitized by Google

# APÉNDICE



Digitized by Google

Digitized by Google

# APÊNDICE A' «TEORIA DO MUNICÍPIO»

*Para o Congresso Nacional Municipalista do Porto em 1924, que não chegou a realisar-se, escreveu António Sardinha, então Presidente da Camara Municipal de Elvas, as téses seguintes:*

1.ª TESE

O Município não é uma criação legal. Anterior ao Estado, é preciso defini-lo e tê-lo como organismo natural e histórico.

2.ª TESE

A descentralisação administrativa não é, por isso, suficiente para resolver o problema municipalista.

3.ª TESE

Orgão da vida local, inteiramente extincta, mas que é preciso ressuscitar para que haja vida nacional consistente e intensa, o Município deve ser restaurado nos termos em que vicejaria hoje o velho e tradicional município mediévico, se o seu desenvolvimento não tivesse sido estrangulado por factores de sobejo conhecidos.

Digitized by Google

4.ª TESE

Essa restauração do nosso antigo Município equivale a considera-lo não como uma simples função administrativa, mas como um centro de vida própria, espécie de unidade orgânica, abrangendo todas as relações e interesses dos seus convisinhos, desde o ponto de vista familiar e económico até ao ponto de vista cultural e espiritual.

5.ª TESE

Restaurado em tais condições, o Município, simultaneamente suporte e descongestionador do Estado, contribuirá para atenuar a crise mortal que este atravessa, vítima do centralismo excessivo que o depaupera e abastarda.

6.ª TESE

Como, em harmonia com o meio físico e a sua estrutura económica especifica, os Municípios se não podem reduzir a um tipo único,—e êsse é o erro da legislação herdada da Revolução Francesa — os Municípios poderão e deverão classificar-se segundo as caracteristicas que lhe imprimam personalidade em MUNICÍPIOS RURAIS, MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS, MUNICÍPIOS MARITIMOS, etc., havendo que admitir o MUNICÍPIO-CIDADE, para os grandes centros urbanos.

7.ª TESE

A classificação dos municípios, requerida por êles, importa consigo uma lei orgânica própria, —

Digitized by Google

ou foral—, que o Município redigirá, entrando em vigor desde que receba a sanção do Poder Central.

8.ª TESE

E como, na tendência crescente para a substituição do «individuo» pelo «grupo», é preciso constranger o sufrágio a aceitar novos moldes, a constituição das câmaras municipais deverá saír, em numero igual, de vereadores eleitos directamente e de representantes ou delegados das associações e sindicatos existentes na área do concelho.

9.ª TESE

Na eleição municipal terão voto, além dos cidadãos em pleno exercício dêsse direito, as mulheres viuvas com lar constituído.

10.ª TESE

Revogar-se-ão, com critério prudente, as leis de desamortização no tocante aos Municípios, podendo estes adquirir terrenos para aforar nos termos do «casal de família», — regimen a que igualmente poderão ficar sujeitos os baldios ainda existentes.

11.ª TESE

Para semelhante fim necessitam os Municípios ser autorizados ao lançamento de um tributo ou imposto especial sôbre os proprietários absenteístas.

12.ª TESE

Dentro dos Municípios e onde houver Misericórdias, a estas admiraveis e tam portuguesas ins-

Digitized by Google

tituições, deverão pertencer as funções de assistência pública, como base local e conseqüentemente descentralizada, cabendo ás câmaras municipais dispensar o apoio e auxílio de que as Misericórdias careçam para bem cumprirem a sua augusta missão.

13.ª TESE

Poderão os Municípios federar-se constituindo «regiões» em substituição dos «distritos», — decalque da legislação francesa, sem realidade geográfica nem justificação tradicional.

14.ª TESE

Aos Municípios que pela sua pequenez ou insuficiência financeira não seja possível existência autónoma. permitir-se-á também que se federem com outros, mas sem a perda da sua personalidade.

15.ª TESE

A instrução primária deve ser de base técnica e regional.

16.ª TESE

É imperioso restaurar as Províncias dotando-as de órgãos próprios e adequados.

Digitized by Google

# ÍNDICE


| | Pag. |
|---|---|
| *Nota prévia* | IX |
| *Dedicatória* | XIII |
| O Sul contra o Norte | 1 |
| A música das «Cantigas» | 57 |
| Questões de História | 89 |
| Teoria do Município | 123 |
| Significado do «Amadis» | 189 |
| A «Religião da Beleza» | 265 |
| *Apêndice* | 305 |


Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 03588 1997

Digitized by Google

Digitized by Google